

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

DIOGO EDUARDO MOYSES CARVALHO DOS SANTOS

**“Agro é tudo”**: reestruturação produtiva e hegemonia do agronegócio no Brasil

Versão original

São Paulo

2023

DIOGO EDUARDO MOYSES CARVALHO DOS SANTOS

**“Agro é tudo”**: reestruturação produtiva e hegemonia do agronegócio no Brasil

Versão Original

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237" Santos, Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos  
"Agro é tudo": reestruturação produtiva e  
hegemonia do agronegócio no Brasil / Diogo Eduardo  
Moyes Carvalho dos Santos; orientador Antonio Carlos  
Mazzeo - São Paulo, 2023.  
327 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de História. Área de concentração:  
História Econômica.

1. Agronegócio. 2. Burguesia - Brasil. 3.  
Dependência econômica. 4. Desenvolvimento econômico.  
I. Mazzeo, Antonio Carlos, orient. II. Título.

SANTOS, Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos. **“Agro é tudo”**: reestruturação produtiva e hegemonia do agronegócio no Brasil. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho é o esforço de uma única pessoa. Ainda que a escrita acadêmica exija muito trabalho solitário, nunca estamos sós. É importante o reconhecimento aos que, sabendo ou não, estiveram nesta caminhada que aqui se encerra.

Em primeiro lugar, esta pesquisa foi realizada em um dos períodos mais adversos para a classe trabalhadora nas últimas décadas. Não bastassem os seguidos ataques aos direitos e às condições de vida por parte de governos de caráter golpista e neofascista, nossa classe viu-se diante de um massacre. Em uma das mais graves crises sanitárias da história, os trabalhadores foram deliberadamente abandonados ao vírus e à fome. Estarmos vivos não é pouco. Aos que sobreviveram, cabe honrar e lutar pela memória dos nossos que não podem estar aqui hoje.

Ao meu orientador Antonio Carlos Mazzeo pelo acolhimento desta pesquisa, pela disponibilidade e pela camaradagem.

Aos servidores do Programa de Pós-graduação em História Econômica, sempre solícitos para a resolução de qualquer problema.

Aos professores Luis Bernardo Pericás, Marina Machado Gouvêa e Rodrigo Lamosa pelas contribuições críticas e apontamentos.

Aos estudantes e profissionais da Escola Municipal Jardim das Acácias, que por anos conviveram com alguém dividido entre os imperativos do ofício e as obrigações com esta pesquisa. No chão da oficina moldamos e somos moldados. Certamente esses últimos anos de aprendizado me abasteceram para os voos do futuro.

Aos estudantes e profissionais do Instituto Federal do Paraná – *campus* Colombo, que me receberam de braços abertos para as experiências do presente e do futuro.

Graça e Raimundo Mesquita, pais que a vida me entregou. Muito mais que chão e teto. Minha eterna gratidão.

Em momentos cruciais do início e meio dessa jornada, foram fundamentais a generosidade, o carinho e a amizade das mãos estendidas de Clarice Goulart, Francisco Carvalho, Hugo Duarte e Luciana Barraviera.

Aos amigos, amigas e familiares, que sempre apoiaram e não deixaram a bola cair. “Quem tem um amigo tem tudo”. Tenho a sorte de serem tantos que nomear um por um traria o risco de esquecer alguém. Vocês sabem quem são. Muito obrigado.

Por fim, o que é início. Janaina Vargas Arrais, o encontro de ontem nas encruzilhadas do amanhã. Se hoje é possível concluir esta etapa, é porque tenho mãos para entrelaçar. Com amor e carinho dedicado, dia a dia, construindo casa no coração. “*Y en la calle codo a codo/somos mucho más que dos*”.

Rio de Janeiro, Volta Redonda, Resende, São Paulo, Diadema e Curitiba, 2017-2023.

## RESUMO

SANTOS, Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos. “**Agro é tudo**”: reestruturação produtiva e hegemonia do agronegócio no Brasil. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.

Esta Tese tem como objeto de investigação as transformações econômicas e políticas decorrentes da recomposição da estrutura produtiva do Brasil, processo aprofundado ao longo dos anos 1990 e com consequências expressivas nas décadas seguintes. Nesse período, ocorre a configuração de um novo padrão de reprodução do capital dominante no país, de especialização primário-exportadora, assentado especialmente no modelo de agronegócio. A constituição de um vetor da acumulação de capital baseado na agropecuária e na agroindústria teve como derivação uma gradual regressão no processo de industrialização diversificada, além de uma inserção no mercado internacional guiada por uma participação cada vez mais ampliada dos setores agroexportadores. Esse processo de *reprimarização* foi responsável por profundas alterações no plano econômico, mas também no político, produzindo modificações nas alianças de classes organizadas em torno do Estado, com a ascensão das frações burguesas associadas ao agronegócio. Desta forma, este trabalho busca demonstrar como tais setores da classe dominante brasileira, no contexto de reestruturação produtiva, assumem a primazia do processo de dominação nas primeiras décadas do século XXI, a partir da organização e do exercício da pressão política, além da disputa pela construção de consensos positivos sobre o setor diante da sociedade.

Palavras-chave: Agronegócio. Reprimarização. Burguesia. Brasil.

## ABSTRACT

SANTOS, Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos. **“Agro is everything”**: productive restructuring and hegemony of agribusiness in Brazil. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.

This Thesis investigates the economic and political transformations resulting from the recomposition of the productive structure in Brazil, a process that was deepened throughout the 1990s and with significant consequences in the following decades. During this period, a new pattern of reproduction of the dominant capital in the country takes place, of primary-export specialization, based especially on the agribusiness model. The constitution of a vector of capital accumulation based on agriculture and agroindustry resulted in a gradual regression in the process of diversified industrialization, in addition to an insertion in the international market guided by an ever-increasing participation of the agro-export sectors. This process of reprimarization was responsible for profound changes on the economic level, but also on the political level, producing changes in class alliances organized around the State, with the rise of bourgeois fractions associated with agribusiness. In this way, this work seeks to demonstrate how such sectors of the Brazilian ruling class, in the context of productive restructuring, assume the primacy of the domination process in the first decades of the 21st century, from the organization and exercise of political pressure, in addition to the dispute for construction of positive consensus on the sector before society.

Keywords: Agribusiness. Reprimarization. Bourgeoisie. Brazil



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Logomarcas da campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”	262
Imagem 2 – Logomarcas das campanhas “Todo brasileiro tem o pé na terra” e “O agronegócio acredita no Brasil”	268
Imagem 3 – Representação da união e harmonia dos trabalhadores da agricultura familiar	274
Imagem 4 – Dados da produção anual da agricultura familiar apresentado em vídeos da campanha “Agro”	275
Imagem 5 – A união entre a tradição e a modernidade	276
Imagem 6 – Idealização do cenário rural	277
Imagem 7 – A tentativa de “dar rosto” ao agronegócio	279
Imagem 8 – A intersectorialidade do agronegócio	280
Imagem 9 – A “gente” do campo que alimenta a si e as famílias das cidades	281
Imagem 10 – Alimentos “limpos” e saudáveis	285
Imagem 11 – Agronegócio promotor da harmonia com a natureza na produção de alimentos sustentáveis	286
Imagem 12 – Equivalência e contraste	287
Imagem 13 – Agronegócio na vanguarda das energias renováveis (biogás e energia eólica)	287
Imagem 14 – Boi na sombra do deserto verde	288

## LISTA DE SIGLAS

Abag	Associação Brasileira do Agronegócio
Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
AIA	American International Association for Economic and Social Development
Aprosoja	Associação Brasileira dos Produtores de Soja
BACEN	Banco Central
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Complexo Agroindustrial
CAR	Cadastro Ambiental Rural
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
Cepea	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Consagro	Conselho do Agronegócio
CPR	Cédula de Produção Rural
CREAI	Carteira de Crédito Rural e Industrial
CRESUD	Sociedad Anónima Comercial Inmobiliaria Financiera e Agropecuaria
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Esalq/USP	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo
Faab	Frente Ampla da Agropecuária Brasileira
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEA-USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

FIA	Fundação Instituto de Administração
Fiagro	Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais
Fiesp	Federação das Indústrias de São Paulo
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNA	Fórum Nacional de Agricultura
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
IAA	Instituto do Açúcar e do Álcool
IBC	Instituto Brasileiro do Café
Ibec	International Basic Economy Corporation
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRSA	Inversiones y Representaciones S.A.
LCA	Letras de Crédito do Agronegócio
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OC	Orçamento das Operações Oficiais de Crédito
OCB	Organização de Cooperativas Brasileiras
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio de Servidor Público
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PEC	Proposta de Emenda à Constituição

PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Pig Improvement Company
PIS	Programa de Integração Social
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PL	Projeto de Lei
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROAGRO	Programa de Apoio a Atividade Agropecuária
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SINDAG	Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SRB	Sociedade Rural Brasileira
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIAA	Teachers Insurance and Annuity Association of America
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UDR	União Democrática Ruralista
Usaid	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
UP	Unidade Popular
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>1. OFENSIVA NEOLIBERAL E O NOVO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DE CAPITAL PRIMÁRIO-EXPORTADOR NO BRASIL</b>	<b>28</b>
1.1 O NEOLIBERALISMO: A FORMA DOMINANTE DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL DA ETAPA CONTEMPORÂNEA DO IMPERIALISMO	34
<i>1.1.1 A financeirização e os capitais portadores de juros e fictícios</i>	39
1.2 A CATEGORIA PADRÃO DE REPRODUÇÃO DE CAPITAL	43
<i>1.2.1 Padrão de reprodução de capital e políticas econômicas: a imbricação entre política e economia para a consolidação de um novo padrão</i>	47
1.3 O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DE CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: O PADRÃO PRIMÁRIO-EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA	54
1.4 DESINDUSTRIALIZAÇÃO OU REPRIMARIZAÇÃO?	62
<i>1.4.1 A desindustrialização na imprensa brasileira: o debate econômico entre 2011 e 2012</i>	67
<i>1.4.2 Uma outra interpretação para a desindustrialização: reprimarização e reposicionamento da indústria na economia brasileira</i>	80
1.5 A EXPORTAÇÃO PRIMÁRIA COMO CARÁTER DISTINTIVO DO NOVO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DE CAPITAL	86
<b>2. FUNDAMENTOS DA AGRICULTURA CAPITALISTA: A RENDA DA TERRA E AS EXPROPRIAÇÕES FUNDIÁRIAS</b>	<b>94</b>
2.1. CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E A RENDA DA TERRA: A ESSÊNCIA DA MANIFESTAÇÃO CAPITALISTA NA AGRICULTURA	100
2.2. A RENDA DA TERRA EM MARX E NOS CLÁSSICOS DA TEORIA MARXISTA	104
2.3. EXPROPRIAÇÕES COMO FUNDAMENTO DA EXPANSÃO CAPITALISTA	114
<b>3. AGRONEGÓCIO: CONCEITO, EXPANSÃO E RECEPÇÃO NO BRASIL</b>	<b>119</b>

3.1 ORIGEM DO CONCEITO DE AGRONEGÓCIO	123
3.2 A EXPANSÃO DO CONCEITO DE <i>AGRIBUSINESS</i> NO CONTEXTO DAS LUTAS DE CLASSES DA GUERRA FRIA	128
3.2.1 A “Revolução Verde”	131
3.3 O CONCEITO DE AGRONEGÓCIO NO BRASIL	139
3.3.1 A introdução da noção de <i>agribusiness</i> : o contexto brasileiro no início da década de 1960	141
3.3.2 O debate historiográfico e econômico sobre a modernização da agricultura	144
3.3.3 A “modernização conservadora” (1965-1980): marco da constituição do agronegócio brasileiro	147
3.3.4 Os pioneiros da ideia de <i>agribusiness</i> no Brasil	152
<b>4. A ESTRATÉGIA DE CAPITAL FINANCEIRO DO AGRONEGÓCIO: CRÉDITO E FINANCEIRIZAÇÃO NA AGRICULTURA BRASILEIRA</b>	<b>159</b>
4.1 OS SISTEMAS DE FINANCIAMENTO PÚBLICO E A FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA	160
4.2 O SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL (SNCR)	165
4.3 O CRÉDITO RURAL NOS ANOS 1980 E 1990	168
4.4 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO E ECONÔMICO DO EMPRESARIADO DO AGRONEGÓCIO NOS ANOS 1980 E 1990: ABAG E APROXIMAÇÃO ESTATAL DO AGRONEGÓCIO	173
<b>5. LEI KANDIR: AÇÃO POLÍTICA DO EMPRESARIADO DO AGRONEGÓCIO E A INTENSIFICAÇÃO PRIMÁRIO-EXPORTADORA NA PASSAGEM DOS ANOS 1990 PARA OS 2000</b>	<b>183</b>
5.1 FUNDAMENTOS DA LEI KANDIR: “CUSTO BRASIL” E REFORMAS NEOLIBERAIS DO ESTADO	184
5.2 CONSEQUÊNCIAS DA LEI KANDIR	193
<b>6. OCUPAÇÃO DA TERRA E O MEIO AMBIENTE NO MODELO DO AGRONEGÓCIO: GRILAGEM, <i>LAND GRABBING</i> E O CÓDIGO FLORESTAL DE 2012</b>	<b>196</b>
6.1 GRILAGEM	198

6.2 <i>LAND GRABBING</i>	207
6.3 INTENSIFICAÇÃO DA GRILAGEM E DO <i>LAND GRABBING</i> NO PERÍODO DE CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO: REFORÇO DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E DEVASTAÇÃO AMBIENTAL	219
6.4 AS PRESSÕES DO AGRONEGÓCIO PARA OCUPAÇÃO DE TERRITÓRIOS: O CÓDIGO FLORESTAL DE 2012 NA IMPRENSA	228
<b>7. A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO DOMINANTE: ANÁLISE DA CAMPANHA “AGRO: INDÚSTRIA-RIQUEZA DO BRASIL”</b>	<b>260</b>
7.1 DELIMITAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA ANÁLISE DE DISCURSO POR MEIO DOS FILMES	263
7.2 A CONSTRUÇÃO DA CAMPANHA: AS RELAÇÕES ENTRE A GLOBO E O AGRONEGÓCIO	264
7.3 A PRODUÇÃO DA CAMPANHA AGRO	269
7.4 CONCLUSÕES	291
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>293</b>
<b>FONTES</b>	<b>304</b>

## INTRODUÇÃO

Em junho do ano de 2016, o Grupo Globo – um dos maiores proprietários de mídia do mundo e líder absoluto nas comunicações no Brasil – iniciou a difusão da campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”. Com o objetivo de “tratar a importância dos produtos agrícolas e das coisas do campo para a sociedade brasileira”,<sup>1</sup> a campanha buscava valorizar a agricultura nacional a partir de inserções diárias de propagandas na TV aberta e fechada, difundindo o *slogan* “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”. A ação de *marketing* buscava apresentar para o conjunto da sociedade brasileira os setores agropecuário e agroindustrial como modernos, produtores de alimentos em larga escala e geradores de desenvolvimento.

O grupo JBS S.A., um dos maiores monopólios do setor de alimentos no mundo,<sup>2</sup> além de utilizar a referida emissora como um dos principais veículos de divulgação de suas campanhas publicitárias, teve conteúdo produzido pelo próprio Grupo Globo, além de hospedar uma plataforma digital no principal portal do conglomerado, o [globo.com](http://globo.com). A empresa também foi a principal doadora do processo eleitoral de 2014, tendo investido R\$ 366,8 milhões nas campanhas de grande parte dos partidos políticos brasileiros. Cobrindo amplo espectro das legendas, da esquerda à direita, o grupo JBS fez doações tanto para a candidata vencedora do pleito, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), quanto para o seu adversário, Aécio Neves, candidato do Partido da Social-Democracia do Brasil (PSDB).<sup>3</sup>

Em abril de 2020, em uma reunião ministerial do governo de Jair Bolsonaro, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmava abertamente: “precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”.<sup>4</sup> O ministro, nos primeiros meses da pandemia que atingia todo o planeta, referia-se ao relaxamento das regras ambientais, visando facilitar a ação de madeireiros e garimpeiros na Amazônia.

---

1 Agronegócio é valorizado em campanha da Rede Globo. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>. Acesso em: 23 maio 2019.

2 Em 2015, o grupo obteve o terceiro maior faturamento entre as empresas agroalimentares no mundo. No ano seguinte, a JBS encontrava-se na primeira posição entre as empresas processadoras de carne no planeta. Dados compilados em: GLASS, Verena; SANTOS, Maureen (orgs.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

3 BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação da prestação de contas – Eleições 2014**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/prestacao-de-contas-eleicoes-2014/divulgacao-da-prestacao-de-contas-eleicoes-2014>. Acesso em: 23 maio 2019.

4 Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1**. 22 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em 05 dez. 2022.



A imagem da boiada não é exclusiva ao Executivo. Nos últimos anos, ganhou notoriedade a “bancada do boi”, também conhecida como “bancada ruralista”. Títulos que transmitem a ideia de um simples agrupamento de interesses individuais de deputados e senadores, diluindo o caráter de eficiente organização e de atuação política de múltiplos agentes envolvidos na agropecuária e na agroindústria. Essa bancada constitui o principal grupo de pressão do Parlamento brasileiro, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que contava nas últimas legislaturas (2015-2018 e 2019-2022) com mais da metade das cadeiras no Congresso Nacional. A Frente é responsável pela articulação do *lobby* dos setores relacionados ao agronegócio, que nos últimos anos conseguiu impor as pautas de interesses do setor, como desregulamentações fundiárias, anistia aos desmatamentos e isenções fiscais.

No final do ano de 2021, o Bradesco, um dos maiores bancos do Brasil, divulgou nas redes sociais uma propaganda incentivando os consumidores a adotarem hábitos de consumo sustentável, reduzindo o consumo de carne e, de acordo com a publicidade, ajudando a reduzir a emissão de carbono no planeta. Horas depois da campanha ser difundida, o Bradesco viu-se obrigado a retirar o comercial de exibição e divulgar uma “Carta Aberta ao Agronegócio Brasileiro”, desculpando-se pela repercussão negativa entre os pecuaristas. “Ao longo de seus quase 79 anos de história, o Bradesco apoiou de forma plena o segmento do agronegócio brasileiro, estabelecendo parcerias sólidas e produtivas. Tal opção é baseada em sua crença indelével nesse segmento enquanto vetor de desenvolvimento social e econômico do país.”, afirmava o comunicado do banco<sup>5</sup>

As ofensivas midiáticas, os vultuosos investimentos em campanhas eleitorais, uma representação parlamentar expressiva e até mesmo a capacidade de constranger um gigante do sistema financeiro não são eventos isolados. Evidenciam, em primeiro lugar, uma forte capacidade de imposição em diversos planos. Esses fatos indicam também tentativas da fração burguesa ligada ao setor primário-exportador em extinguir do imaginário social a concepção da atividade agropecuária como setor arcaico e prejudicial ao país. Por exemplo, observa-se nas peças publicitárias da campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” (objeto de estudo no último capítulo desta Tese) a ênfase a um discurso segundo o qual a produção primária, integrada com a produção industrial – voltadas para o mercado interno, mas, sobretudo, para o mercado externo –, constituiriam uma das principais vocações econômicas do país. Tal setor, então, seria visto como responsável pela modernização do campo brasileiro e pelo crescimento tanto do PIB quanto da geração de emprego e renda.

---

<sup>5</sup> Vídeo sobre consumo de carne leva Bradesco a divulgar carta ao agro. **Globo Rural**. 24 dez. 2021. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Empresas-e-Negocios/noticia/2021/12/video-sobre-consumo-de-carne-leva-bradesco-divulgar-carta-ao-agro.html> . Acesso em: 05 dez. 2022.

Ademais, o autodenominado *agronegócio* estimula nas últimas décadas a difusão de uma cultura de prosperidade relacionada à sua atividade, bem como do sucesso do desenvolvimento gerado pelo setor. Na busca por incorporar no imaginário do senso comum sobre o campo a ideia de um modelo bem-sucedido de agricultura, ocorre a multiplicação do uso de instrumentos para a construção de consensos favoráveis à atividade primário-exportadora. O que pode ser observado no investimento, país afora, em manifestações socioculturais ligadas ao setor – não só em feiras agropecuárias e rodeios, mas também na massificação, pela indústria cultural, da música comercialmente denominada de “sertaneja”, bem como no investimento em peças publicitárias, filmes e novelas.<sup>6</sup> Ou em programas voltados para a área da educação, como no Programa Educacional Agronegócio na Escola, projeto organizado pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), cujo objetivo é “levar os conceitos fundamentais do agronegócio para as salas de aula”.<sup>7</sup>

O *agronegócio*, termo tornado comum para se referir às atividades econômicas no campo, não é uma categoria natural. A palavra ultrapassa uma simples descrição técnica de um setor produtivo. Criado para identificar o processo de união entre agricultura e indústria, o conceito passou por transformações que acompanharam as reconfigurações da agricultura capitalista, no século XX. Primeiramente, o termo pode ser compreendido como um construto político-ideológico empregado pelo empresariado rural, em busca de gerar uma identidade e uma unidade para a multiplicidade de atores envolvidos no sistema agropecuário e agroindustrial. Nesta Tese, para além da caracterização ideológica ou da simples descrição técnica, compreende-se o agronegócio conforme delimitação de Guilherme Delgado. Segundo Delgado, para a realidade brasileira, a categoria agronegócio representa uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, o latifúndio. Essa associação efetua uma estratégia econômica de capital financeiro, buscando o lucro e a renda da terra, em conjunto com políticas de Estado para o setor. Conforme será aprofundado em capítulo próprio, esta compreensão sobre o agronegócio relaciona-se de forma contundente com a especificidade da reprodução capitalista na atual fase neoliberal, com a imbricação dos grandes capitais agroindustriais com os processos de financeirização da economia capitalista.

Partindo dessa definição sobre o agronegócio e pensando nos exemplos elencados acima como amostras de um processo mais geral e complexo, esta Tese parte de uma indagação simples e que se desdobra em outras perguntas: por que o empresariado do agronegócio se coloca perante a

---

6 Cf. CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e indústria cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

7 Cf. LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio**. 2014. 436 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

sociedade brasileira com tanta ostensividade no tempo presente, podendo afirmar que “agro é tudo”?

Em primeiro lugar, a expansão da influência do empresariado associado ao agronegócio pelas esferas política, econômica e cultural nos últimos anos pode evidenciar a ocorrência de transformações profundas, para além de uma simples ofensiva discursiva. No plano político, essa investida pode indicar a ocorrência de mudanças em uma escala mais ampliada, que estariam em processo há algumas décadas, atuando sobre a configuração da burguesia brasileira e modificando o patamar das disputas pela hegemonia na condução do processo de supremacia burguesa. Sem desconsiderar o caráter associado e subordinado das classes dominantes brasileiras no conjunto das relações imperialistas, (ao contrário, destacando essa dinâmica como elemento determinante para compreender as especificidades da reprodução do capitalismo no Brasil), as demonstrações de força do empresariado do agronegócio em períodos recentes podem sinalizar, internamente, para alterações significativas na correlação de forças entre as frações da classe burguesa em disputa pela condução do processo de dominação e de reprodução do capital no Brasil.

Em seguida, cabe a indagação sobre quais as condições econômicas, não apenas conjunturais, mas também estruturais, que condicionaram a recente ofensiva das frações da burguesia associadas ao agronegócio. Cumpre, inicialmente, investigar as transformações na estrutura produtiva brasileira nas últimas décadas, mudanças que se refletem na composição e na recomposição das classes dominantes locais. Cabe observar, portanto, como impacta sobre a estrutura brasileira o processo mundial de reestruturação do padrão de acumulação capitalista iniciado no quarto final do século XX, quando da passagem de um padrão de produção centrado no modelo industrial fordista para a predominância de um padrão financeirizado de reprodução do capital.

Esta Tese tem como objeto de investigação, portanto, as transformações econômicas e políticas no contexto de recomposição da estrutura produtiva do Brasil, processo aprofundado no país ao longo dos anos 1990 e com consequências expressivas nas décadas seguintes. Nesse período, ocorre a configuração de um novo padrão de reprodução do capital, de especialização primário-exportadora assentado principalmente no modelo de agronegócio. Tal contexto, relaciona-se a um processo mais amplo de reconfiguração do conjunto do modo de produção capitalista, iniciado ainda na década de 1970, quando o sistema do capital entra na fase neoliberal. Entre outras características, esta nova etapa, também denominada de mundialização, é marcada pela expansão do controle das frações rentistas do grande capital financeiro sobre o processo produtivo mundial. A partir dos anos 1980, em economias periféricas como a brasileira, esse novo estágio mundial de acumulação de capital teve como derivação a seguinte combinação: uma gradual regressão no processo de industrialização

diversificada e uma reinserção no mercado internacional guiada por um novo padrão exportador de especialização produtiva, com uma participação cada vez mais ampliada dos setores primários nas pautas de comércio exterior, como se observa no Brasil das últimas décadas. Tais transformações foram responsáveis por profundas alterações não apenas no plano econômico, mas também por acentuar graves problemas sociais e ambientais na região, além de produzir modificações nas alianças de classes organizadas em torno do Estado.

Tendo como finalidade determinar as características da reconfiguração da dominação burguesa no Brasil neste contexto de reestruturação produtiva, será observada a ação política do empresariado do agronegócio, organizado em associações sintonizadas com o novo padrão de acumulação de capital, como a Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), e em blocos parlamentares, como a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Além disso, será pensado como, por um lado, essa atuação parlamentar vinculada ao setor e, por outro, o comportamento dos quadros do empresariado, inserem-se em um contexto mais amplo de reforço da condição dependente do capitalismo brasileiro em um período de conformação de um novo padrão de reprodução de capital.

Especificamente, objetiva-se analisar nesta Tese a ação política do agronegócio, suas formas de organização e atuação junto à sociedade como um todo e ao aparelho de Estado em particular, e as políticas endereçadas ao setor ao longo do período delimitado. Como se pode depreender a partir do que foi visto nos casos ilustrativos postos acima, trata-se de um estudo que parte de questões do presente.

Esta pesquisa abrange um período que se inicia ainda na segunda metade do século XX. Contudo, há a enfoque mais específico, que localiza os impactos mais profundos da transformação na estrutura produtiva brasileira a partir de meados da década de 1980, limitando a investigação até o ano de 2012. Sendo assim, parte-se do seguinte panorama: a consolidação de um novo padrão de acumulação capitalista, de integração acentuada do Brasil à fase neoliberal do imperialismo, com a transição de um padrão de diversificação industrial direcionado para o mercado interno para uma condição de especialização produtiva, pautada no agronegócio. Este processo de integração, ocorrido inicialmente no governo Fernando Collor (1990-1992), institucionalizado na presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com a implementação do Plano Real, entrou em uma dinâmica específica com o estímulo à expansão do caráter primário-exportador, iniciado ainda no período final do governo FHC e intensificado nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016).

Nesse último período, especialmente nos dois governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), há uma mescla de políticas econômicas claramente neoliberais, como a retirada de direitos (reformas da Previdência) e a continuidade das privatizações, associadas a medidas de contratendência, com um impulso de projetos de caráter “neodesenvolvimentista” e de mitigação de alguns problemas sociais do país. Essa mescla de políticas sociais de mitigação dos problemas gerados pela reestruturação neoliberal permitem caracterizar estes governos como de caráter social-liberal. Em uma conjuntura de acentuada valorização dos preços das *commodities* agrícolas negociadas no mercado internacional, com destaque para a primeira década do século XXI (2003-2011), desenvolveu-se com mais vigor um novo padrão de acumulação e reprodução de capital. Agora, pautado em uma especialização produtiva voltada ao comércio mundial e assentado na produção de produtos primários, semimanufaturados e derivados da agroindústria.

Os caminhos percorridos durante esta pesquisa, que inicialmente estaria limitada até o final do governo Lula (2010), revelaram a necessidade de abordar os anos iniciais do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014). Como é demonstrado nesta Tese, os anos de 2011 e 2012 mostraram-se fundamentais para compreender a recomposição da burguesia brasileira no contexto da reconfiguração da economia nacional. O desenvolvimento das pesquisas para o presente trabalho evidenciou a ocorrência de um ponto de inflexão naqueles anos: a passagem para uma ofensiva política aberta das frações associadas ao agronegócio, movimento ocorrido em consonância com a regressão do patamar industrial e a consolidação do processo de reprimitização da economia nacional.

A opção por delimitar o estudo a esse período, portanto, deve-se às seguintes evidências: a) neste período se constitui uma transição entre padrões de acumulação e a solidificação de um novo padrão de reprodução de capital, de especialização primário-exportadora; b) uma conjuntura bastante específica de extrema valorização nos preços dos produtos primários no mercado internacional; c) o fato do reforço do caráter dependente do capitalismo brasileiro, com a acentuação primário-exportadora, ocorrer ao longo de governos ditos “democrático-populares” e “neodesenvolvimentistas”, aqui caracterizados como sociais-liberais; d) a ofensiva política das frações burguesas associadas ao agronegócio, que por meio de sua representação parlamentar, estruturou diversos instrumentos legais a partir da pressão do empresariado do setor, a fim de consolidar e favorecer o seu poder econômico, exemplificados na Lei Kandir (1996) e no Código Florestal de 2012, analisados com detalhes nesta Tese; e) o autorreconhecimento da supremacia do

agronegócio perante a sociedade, exemplificada na construção de instrumentos de consenso e de autoexaltação, exemplificado pela campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”.

Por meio da articulação da análise histórica do padrão de reprodução do capital no período delimitado, da observação da dinâmica do agronegócio na constituição deste novo momento e do levantamento das formas de ação política das organizações dessa fração de classe na conformação de um bloco de poder que corresponda a seus interesses, além da observação da totalidade e da dialética do movimento histórico, esta pesquisa pretende comprovar as seguintes hipóteses:

- 1) A expansão agrícola e das atividades extrativistas minerais no final dos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000, no Brasil, vinculadas tanto ao contexto de regressão da industrialização, iniciado nos anos 1980, quanto à inserção externa dependente nos mercados internacionais, confirma um estilo de subdesenvolvimento típico à América Latina: o desenvolvimento do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo. Este processo de intensificação da atividade primário-exportadora, portanto, reforça o padrão histórico de desenvolvimento econômico capitalista brasileiro, agora subordinado às necessidades da atual etapa do processo de mundialização neoliberal;
- 2) O estabelecimento do caráter primário-exportador como vetor do processo de acumulação capitalista no país, especialmente a partir de meados dos anos 1990, proporcionaram uma reconfiguração das forças econômicas, políticas e sociais, o que teve como consequência um deslocamento da concentração de propriedade, gerando específicas tensões interburguesas e deslocamentos no bloco de poder;
- 3) Condicionada por transformações estruturais no processo de acumulação capitalista no Brasil nas últimas décadas, a ofensiva das frações dominantes associadas ao agronegócio, expressada na atuação de suas entidades de classe e blocos parlamentares, relaciona-se às disputas pela hegemonia na condução do processo de supremacia burguesa, tendo essa fração assumido a primazia no bloco de poder dominante no decorrer do período 1990-2012;
- 4) O novo patamar de acumulação capitalista do país, baseado em uma economia exportadora que tem na exploração primária a forma de inserção (subordinada) no mercado mundial, gerou demandas políticas próprias, além de uma inflexão na condução do Estado. Esta operação, iniciada ainda na década de 1980, avançada nos governos Collor e FHC, ocorreu de forma destacada nos governos sociais-liberais dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), conjuntura na qual as entidades organizativas e os grupos de pressão da burguesia do

agronegócio cumpriram função de destaque na conformação da hegemonia dessa fração burguesa no bloco de poder.

5) Os anos de 2011 e 2012 como ponto de inflexão na recomposição da burguesia brasileira no contexto da reestruturação produtiva da economia nacional, dada a capacidade das frações associadas ao agronegócio passarem à ofensiva, conseguindo impor suas pautas de forma avassaladora e assumindo a primazia no bloco de poder. A tendência dessa ofensiva pode ser verificada a partir da observação de alguns eventos, como a aprovação do Código Florestal de 2012 e a posição defensiva assumida pelas frações industriais da burguesia brasileira, afetadas pelo processo paralelo de regressão industrial e reprimarização da pauta exportadora.

No curso das pesquisas para o Doutorado, ocorreram mudanças importantes nos objetos analisados e nos enfoques adotados, levando à transformações que alteraram os caminhos percorridos para a redação desta Tese. O objeto principal elencado no projeto de pesquisa original era o estudo da ação política das entidades de classe do agronegócio nas primeiras décadas dos anos 2000, especificamente as pautas produzidas pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). Entretanto, no decorrer da pesquisa compreendi o limite das análises caso o enfoque partisse da ação política do empresariado do agronegócio e não das transformações na estrutura produtiva brasileira. Entende-se que tais mudanças garantiram o poder econômico daqueles setores e deram base para a imposição de pautas. Assim, mostrou-se necessário uma inversão, tornando o objeto principal da investigação o cenário da reestruturação produtiva em paralelo ao estabelecimento e a consolidação do modelo de produção do agronegócio. A partir dessa ótica, aí sim foi possível partir para identificar as transformações políticas na classe dominante que consolidam a primazia das frações associadas ao agronegócio no bloco de poder.

A partir dessas modificações na abordagem do objeto, compreendeu-se que partir da observação da ação das entidades empresariais do agronegócio seria ater a análise em uma entre as várias camadas que compõem o objeto. A trajetória da pesquisa mostrou que, tão importante quanto a identificação da ação das entidades, seria observar a atuação da representação parlamentar do setor, já que o Parlamento brasileiro tem a capacidade de materializar, por meio das legislações, as demandas para a consolidação do poder político e econômico da fração de classe do agronegócio. Em resumo, o objeto principal de análise desta Tese tornou-se o processo de reestruturação produtiva da economia brasileira no contexto de expansão neoliberal, que gerou um padrão de reprodução de capital com vetor na exportação primária, em conjunção com o fortalecimento do modelo de agronegócio. Sendo assim, esta Tese se estrutura de acordo com as divisões e caminhos apresentados a seguir.

O primeiro capítulo deste trabalho é dedicado à definição de como se estruturam as relações capitalistas no Brasil no período recortado pela pesquisa. Primeiramente, é realizada uma caracterização da fase atual do sistema capitalista, momento de expansão das relações neoliberais e da constituição destas como a forma de reprodução do capital contemporaneamente. Ou seja, caracteriza-se o capitalismo em sua fase de predominância dos processos de financeirização, iniciada na década de 1970. Em seguida, prossegue-se para o debate da categoria *padrão de reprodução de capital*, buscando apreender as contribuições – e os limites – dessa categoria para o entendimento das regularidades do movimento do capital nas formações econômico-sociais dos países de capitalismo dependente, além das contribuições dessa noção para a compreensão das disputas entre as classes e as frações de classe nas referidas experiências históricas.

O capítulo prossegue com o debate sobre o padrão específico de acumulação capitalista operado no Brasil e na América Latina nas primeiras décadas do século XXI: um padrão baseado na especialização produtiva, com a predominância de atividades primárias voltadas para a negociação no mercado internacional. São observadas as determinações deste padrão, que contribuirão para a estruturação da luta de classes no Brasil das últimas décadas e darão peso para as disputas entre as frações da burguesia brasileira, especificamente os setores ligados ao agronegócio, conforme os objetivos desta tese.

Na parte final do primeiro capítulo, é apresentada uma análise sobre as consequências da expansão da economia primário-exportadora, processo que resulta em um continuado processo de regressão industrial e na *reprimarização* da economia brasileira. Tal processo, comumente denominado de “desindustrialização”, que baseia parte das reflexões sobre os impasses da economia brasileira contemporânea, ganhou notoriedade entre os anos de 2011 e 2012. Para localizar o surgimento dessa problemática no debate público e os desdobramentos para o debate econômico, foi realizada uma pesquisa em jornais de grande circulação e com relevância nas discussões econômicas e políticas, como a *Folha de São Paulo* e o *Valor Econômico*.

O segundo capítulo versa sobre o desenvolvimento histórico das relações sociais de produção dos setores relacionados à agricultura capitalista. Em vista de compreender a ascensão do modelo de agronegócio contemporaneamente, é preciso, primeiramente, apreender os fundamentos econômicos e sociais que determinam a agricultura no modo de produção capitalista. É realizado, portanto, uma abordagem da importância da renda da terra e do papel das expropriações fundiárias no desenvolvimento da agricultura no capitalismo e do próprio modo de produção. Parte-se da noção de que para compreender o agronegócio, verificando a hipótese de supremacia das frações



burguesas associadas ao modelo, como pretendido nesta Tese, é necessária a evidenciação prévia de alguns pontos fundamentais do papel da agricultura no capitalismo.

Já no terceiro capítulo, observa-se a estruturação do agronegócio propriamente dito, o modelo produtivo dominante na economia agropecuária e agroindustrial nas últimas décadas, base material do poder da fração agroexportadora da burguesia brasileira. Neste capítulo, é apresentada a origem do conceito de agronegócio e a sua transposição para a realidade brasileira. Busca-se destacar que é indissociável para a definição do conceito localizar o patamar das lutas de classes do período em que as novas concepções para a agricultura capitalista foram gestadas. Na determinação da origem do conceito de agronegócio, é destacada a relação com as disputas geopolíticas da Guerra Fria, as transformações no capitalismo e processos como a “Revolução Verde”. Por fim, este capítulo aborda a recepção do conceito no Brasil, destacando os debates econômicos e as disputas envolvidas na “questão agrária”. É abordado com detalhes o processo fundamental para a industrialização da agricultura brasileira e para o estabelecimento do modelo agronegócio no país, a “modernização conservadora” da agricultura, movimento impulsionado pela ditadura empresarial-militar brasileira entre o final da década de 1960 e meados dos anos 1970.

No quarto capítulo, visando compreender o processo de consolidação do modelo que está na base do atual padrão de reprodução de capital predominante no Brasil, identificam-se os elementos que estruturam o agronegócio brasileiro. Assim, é especificado o processo de financeirização da agricultura, que se manifesta em transformações profundas no mercado de terras, nas políticas econômicas direcionadas para o setor e a centralidade dada aos instrumentos de crédito, principal meio para a viabilização da produção do agronegócio. Destaca-se neste capítulo a análise sobre a estruturação de um sistema público de crédito a partir da década de 1960, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), um dos motores da financeirização da agricultura e um dos pilares da expansão do modelo de agronegócio.

No quinto capítulo, são ilustradas as formas de articulação e de pressão dos setores agroexportadores na conjuntura de reestruturação da economia brasileira no início da década de 1990. Como exemplo da capacidade de imposição de pautas em prol do agronegócio e em detrimento de outros setores, analisa-se a Lei Kandir (1996), um dos marcos legais que pavimentam a hegemonia do agronegócio nas décadas seguintes à promulgação da lei. A isenção concedida pela lei aos setores agroexportadores, liberando-os do pagamento de ICMS, principal tributo do país, contribuiu para o avanço do processo de regressão industrial e de reprimarização da economia nacional. As análises da articulação em prol da aprovação da desoneração tributária, determinando

os debates, interesses e pressões realizadas por grupos empresariais e entidades associativas, foi efetuada a partir da investigação das publicações feitas no período pelo jornal *Folha de São Paulo*, bem como pelos documentos registrados nos anais do Congresso Nacional.

O sexto capítulo desenvolve as dinâmicas de apropriação de terras atreladas ao modelo de agronegócio, relacionando a expansão desses mecanismos ao crescimento do poderio econômico dos setores agroexportadores no contexto do “boom das *commodities*” do início dos anos 2000. Primeiramente, é observada a histórica forma de expropriação fundiária e roubo de terras públicas no Brasil, a grilagem. Em seguida, é explorada uma das formas financeirizadas de ocupação da terra, o *land grabbing*. Estabelecidas as particularidades das duas modalidades de apropriação fundiária, o capítulo apresenta as consequências para os biomas brasileiros do avanço das expropriações e da centralização fundiária no período de ascensão do agronegócio.

A parte final deste capítulo é determinante para os objetivos desta Tese, pois apresenta uma investigação sobre a constituição de um dos principais instrumentos legais que demonstram o poder político de imposição de pautas por parte do empresariado do agronegócio. Expressão do poder econômico estabelecido em uma escala expressiva, que podem indicar a supremacia do setor no processo de reestruturação produtiva nas últimas décadas, a capacidade de materialização política de demandas do agronegócio pode ser verificada no processo de aprovação do Código Florestal de 2012. Esta análise teve como base as notícias e debates apresentados pelo jornal *Folha de São Paulo*, entre 1999 e 2012, além da documentação (projetos de lei, anais do plenário, relatórios etc.) sobre a matéria disponibilizada pelo Congresso Nacional.

O sétimo e último capítulo cumpre a função de conclusão desta Tese, ilustrando a hipótese levantada pela pesquisa de estabelecimento da primazia das frações burguesas do agronegócio no contexto de reestruturação produtiva. Nesta parte final, são realizadas análises sobre a campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”. Busca-se com tal investigação evidenciar a campanha como um dos marcos do êxito do projeto longamente construído e consolidado pelas frações do agronegócio nas últimas décadas. No sentido apontado por Regina Bruno, identificou-se na campanha o estabelecimento de uma “nova retórica de legitimação”, que atualiza concepções e práticas do agronegócio como “meio de reprodução da dominação patronal”.<sup>8</sup> Nestas análises, intentou-se relacionar os discursos apresentados nos vídeos do projeto – que informam dados de produção, ressaltam a importância de determinadas mercadorias agroindustriais, reforça sentidos comuns positivos ao setor – ao discurso que permeia o imaginário do empresariado do agronegócio

---

8 BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. In: VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 2010, Porto de Galinhas. **Anais**. (grifo nosso).

nas últimas décadas: “a construção de uma imagem de si e da classe como portadoras de capacidades, qualidades e potencialidades necessárias ao desempenho da hegemonia realimentadas do sentimento de superioridade”<sup>9</sup> No auxílio da compreensão dos sentidos dado à campanha, foi fundamental para as conclusões acerca dos objetivos, para além de meras deduções, as observações concedidas pelo coordenador da campanha em seus primeiros anos, o diretor de marketing da Rede Globo, Roberto Schmidt. Em palestra concedida ao congresso anual do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG), em 2017, o executivo da Rede Globo apresentou as diretrizes e visões que fundamentaram a campanha, apresentando revelações importantes para a entendimento da mesma.<sup>10</sup>

---

9 BRUNO, Regina. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e *habitus* de classe. **Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, 2022, p. 2.

10 SINDAG. **Comunicação e Agronegócio**: Roberto Schmidt – Dir. Plan. Marketing Globo. Canela: YouTube, 2017. 1 vídeo (49 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=twUHRsX0rj8&t=2550s> . Acesso em: 13 ago. 2022.

## 1. OFENSIVA NEOLIBERAL E O NOVO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DE CAPITAL PRIMÁRIO-EXPORTADOR NO BRASIL

Partindo do pressuposto basilar da teoria marxista, de que o capitalismo é um sistema de relações sociais que está em constante processo de universalização de suas características fundamentais, é central para o entendimento das particularidades do seu desenvolvimento histórico e da sua expansão em situações concretas compreendê-lo como uma totalidade contraditória, composta por camadas que se integram e determinam mutuamente. A adoção desta noção exige dos pesquisadores que se utilizam do método materialista histórico e dialético a necessidade de mover-se por diferentes categorias e por distintos níveis de abstração. Atuando desta forma, propicia-se a determinação das *tendências* de movimento do sistema capitalista, bem como a apreensão de suas particularidades e singularidades em específicas conjunturas. Assim, a análise das formas de produção, circulação, acumulação e apropriação do valor em experiências históricas concretas exige medidas de investigação que partam de uma perspectiva *totalizante*, que demandam a capacidade de manipulação de um conjunto de mediações que deem conta do entendimento do movimento histórico em suas generalidades, particularidades e singularidades, com rigor.

Com base nessa perspectiva, compreender a trajetória de desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil no tempo presente, com suas variadas nuances e derivações, requer debater o movimento histórico a partir de algumas observações fundamentais. O Brasil deve ser compreendido não por meio de uma perspectiva isolada, como um sistema imune às influências externas. Deve ser visto, ao contrário, como elemento central da América Latina, bem como uma peça relevante no conjunto do sistema mundial. Em outras palavras, nesta Tese ressalta-se a importância de realizar-se uma análise que parta da perspectiva de que o Brasil é um ator que tem seus destinos definidos de forma integrada com seus vizinhos de fronteira e de formação histórica. Debater o processo histórico brasileiro, portanto, é também apreender as influências e tendências daquilo que molda o continente latino-americano, respeitando, evidentemente, as particularidades de cada formação econômico-social da região.<sup>11</sup> Essa ponderação inicial é condição essencial para uma apreensão rigorosa da formação social brasileira e de suas características específicas.

---

<sup>11</sup> Formação econômico-social é uma noção que especifica a constituição do capitalismo em determinadas unidades político-econômicas em espaços territoriais delimitados. Essas unidades expressam a contradição da unidade na diversidade do capitalismo: um processo histórico de vocação universal que se estabelece em Estados nacionais com suas particularidades, gerando manifestações particulares de suas características gerais.

A formação econômico-social brasileira é parte integrante de um conjunto de países que tiveram e têm o seu desenvolvimento determinado, em grande medida, pelo capitalismo enquanto sistema mundial hierarquicamente diferenciado, vinculado atualmente a uma divisão internacional do trabalho da fase imperialista do sistema do capital. Sua dinâmica de desenvolvimento está profundamente atrelada a tais relações. Em que pese os não menos importantes condicionantes e necessidades internas de cada formação econômico-social, e antes mesmo de debater as peculiaridades da expressão histórica do capitalismo no Brasil contemporâneo, é preciso compreender com precisão de que forma se estruturam os atuais padrões de acumulação de capital na periferia do sistema capitalista. As particularidades da acumulação de capital no país no período analisado nesta Tese, a composição das frações de classe e as disputas pela hegemonia burguesa na condução do processo de produção e de reprodução do capital subordinam-se a uma análise sob esses parâmetros. Em um primeiro momento, portanto, para além das singularidades das dinâmicas internas de cada país, faz-se necessário entender a estruturação de um padrão de reprodução do capital dominante na América Latina nas últimas décadas, também determinado pela totalidade da organização do sistema capitalista contemporâneo.

O atual processo dominante de reprodução do capital na América Latina teve sua estruturação na segunda metade do século XX, baseando-se no contexto de expansão dos movimentos de financeirização da economia mundial e de avanço das relações estruturadas pelo neoliberalismo. Neoliberalismo que não pode ser considerado como apenas um conjunto de políticas adotadas em cada país em determinadas conjunturas ou como o manejo de instrumentos de políticas econômicas localizadas. Ao contrário, neoliberalismo deve ser entendido como a tecitura da própria reprodução capitalista, a forma pela qual o capital se reproduz no tempo presente desde as décadas de 1970 e 1980, mais uma etapa do capitalismo em sua fase imperialista. É necessário, portanto, um entendimento conjunto dos movimentos de desenvolvimento do capitalismo – desenvolvimento no sentido de processualidade histórica, não da dicotomia entre avanço e atraso – em nível global nas últimas décadas, em busca de compreender como se dão a partir do centro e como são dialeticamente incorporados pela periferia.

Seguindo a proposição de autores como Jaime Osório e Adrián Sotelo, influenciados pelas formulações originais de Ruy Mauro Marini,<sup>12</sup> no campo da Teoria Marxista da Dependência (TMD),<sup>13</sup> nesta Tese defende-se a perspectiva de que se opera no Brasil, na passagem do século XX

---

12 MARINI, Ruy Mauro. Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile. **Cuadernos CIDAMO**, Cidade do México, n.7, p. 1-31, 1982.

13 A Teoria Marxista da Dependência (TMD) é a vertente marxista das Teorias da Dependência, que buscavam discutir o problema do subdesenvolvimento latino-americano, especialmente a partir da década de 1960. Naquele período,

para o século XXI, uma dinâmica específica de produção e de reprodução do capital, determinada por movimentos globais do capital na etapa neoliberal do sistema capitalista. Esta proposição compreende que, na esteira da profunda crise do modelo de diversificação industrial para o mercado interno, ocorrida a partir dos anos 1970, expandiu-se no país, nas últimas décadas, uma outra forma de acumulação. Abandonando uma acumulação que tinha como *eixo* a diversificação manufatureira e o aumento do consumo interno, o centro dinâmico da acumulação de capital passa a ser um padrão exportador, no qual predomina um caráter de especialização produtiva primário-exportadora. Neste entendimento, sustenta-se que, em detrimento de experiências mais ou menos autônomas de diversificação econômica e de expansão industrial desenvolvidas em países do continente ao longo do século XX, como Brasil, Argentina e México, ocorreu a retomada, em novas condições, de um modelo de reprodução de capital que não é inédito na história das formações econômico-sociais da América Latina: um padrão de acumulação lastreado majoritariamente na exportação de produtos da cadeia agrícola, agroindustrial e extrativista mineral.

Neste momento, é importante salientar algumas ressalvas. Primeiro, afirmar o estabelecimento de um novo padrão de reprodução do capital primário-exportador não significa declarar que esse padrão se dissocia das diversas formas contemporâneas e dominantes de existência do capital, como os capitais financeiros e fictícios. O capital deve ser compreendido em sua totalidade, como uma unidade contraditória, que se expressa em diversas formas (agrário, industrial, comercial, financeiro). Segundo, afirmar a atualização de um padrão de reprodução de capital lastreado na produção primária, deslocando os setores dinâmicos de acumulação do setor industrial para o setor primário, não significa anunciar que há uma *reversão* nas relações sociais de produção do país e um retorno a estágios anteriores da acumulação.

---

ganharam notoriedade as variadas concepções sobre os dilemas do capitalismo dependente, como as perspectivas do desenvolvimentismo cepalino, representado por figuras como Celso Furtado e Raul Prebisch, e as visões weberianas, inspiradas nas proposições de Fernando Henrique Cardoso e Faletto. A TMD caracteriza-se por apresentar um enfoque distinto das demais teorias. Em primeiro lugar, realiza uma apropriação criativa e original das bases conceituais clássicas de Marx (Teoria do Valor) e de Lênin (teorias do Imperialismo), aportando as particularidades do desenvolvimento capitalista na América Latina. Intelectuais como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos realizarão uma produção teórica relevante tanto para o pensamento crítico quanto para o desenvolvimento do marxismo na América Latina, refletindo sobre o capitalismo dependente e as teorias da modernização em voga, além de produzirem interpretações originais sobre a estratégia política dos partidos comunistas da região. Não ficando restrita aos formuladores originais, a TMD constitui-se nas décadas posteriores como uma corrente importante no pensamento crítico na América Latina, representado por figuras como Jaime Osorio, Orlando Caputo e Adrián Sotelo Valencia. Em tempos recentes, os aportes da TMD vêm sendo resgatados e ampliados no Brasil, a partir das contribuições de Mathias Luce, Carla Ferreira, Maíra Bichir, Marisa Amaral, entre outros. Intelectuais que desdobrarão as categorias originais da TMD, como a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo, adicionando problemáticas não abordadas originalmente, na busca por respostas para os desafios contemporâneos do capitalismo dependente no Brasil e na América latina.

A predominância da produção primária voltada para o mercado mundial como eixo da acumulação de capital no Brasil, notadamente a partir da década de 2000, não deve levar à conclusão de que sobrevivem apenas os setores ligados diretamente à produção primária, com a desestruturação completa dos outros setores produtivos. Ao contrário, afirmar a prevalência do setor primário como eixo da acumulação capitalista é compreender a ocorrência de uma reconfiguração do conjunto da economia, que passa a ter como centro gravitacional o setor primário exportador. Esse setor, em sua cadeia de insumos, infraestrutura, logística, comercialização, financiamentos, passa a ser o catalisador do desenvolvimento dos outros elementos que compõe a economia nacional.

Neste momento inicial não se está elaborando um juízo positivo ou negativo sobre a conformação do eixo primário-exportador, que apresentará externalidades para os diversos setores produtivos, para as empresas, para a sociedade e para o conjunto da economia. Neste momento apenas se está indicando o que deriva do estabelecimento do setor primário-exportador como padrão da reprodução de capital no Brasil.

Como será observado nos debates realizados nesta Tese, a conformação do novo padrão primário-exportador está intimamente associada às formas financeirizadas do capital, sobretudo vinculado às atividades em torno da terra. Nas variadas possibilidades de extração de renda, nos últimos anos verifica-se o reforço do monopólio da posse da terra, acentuando a histórica centralidade da concentração fundiária na dinâmica capitalista do país. Nas últimas décadas a terra tornou-se um importante ativo financeiro, um espaço privilegiado de valorização de capitais com origens em diversos ramos, destinado também a transformação capitais fictícios em capitais reais. Observa-se o avanço de massas de capitais transnacionais na aquisição de terras para produção ou especulação, a ascendente expropriação de territórios indígenas, de comunidades tradicionais e de pequenas propriedades, a expansão das grandes propriedades fundiárias sobre reservas florestais e áreas não destinadas, especialmente na Amazônia Legal. Fatos que trazem consequências profundas

Processo semelhante de expansão da financeirização e da especulação pode ser observado no comportamento das *commodities* (mercadorias agrícolas com preços definidos em bolsas internacionais de mercados futuros) abundantemente produzidas e exportadas pelo Brasil nos últimos anos. Grãos, carnes, minérios e seus derivados são como fichas que circulam no cassino do mercado mundial. E o *agronegócio* é o setor dinâmico de articulação dos múltiplos capitais ligados à produção primária com aquelas formas financeiras de acumulação e reprodução de capital, como poderá ser observado no capítulo 3.

Como destacado, o novo padrão de reprodução de capital dominante no Brasil contemporâneo não se estabeleceu de forma isolada em relação às influências e às necessidades do sistema mundial. Devido às características de universalização das relações sociais do sistema do capital, a constituição desse padrão de especialização produtiva está intimamente ligada ao desenvolvimento da fase neoliberal e de expansão das formas de financeirização do capitalismo contemporâneo. O contexto histórico dessas transformações foi a crise capitalista do fim dos anos 1960, que derivou em profundas mudanças tecnológicas, além da realização de uma nova divisão internacional do trabalho e de uma reorganização da economia mundial, em um processo histórico denominado de mundialização.<sup>14</sup> Hegemônica nas décadas mais recentes, a fase neoliberal da expansão capitalista tem características próprias, as quais são discutidas em detalhes nas próximas etapas deste capítulo.

Neste momento de introdução ao presente capítulo, faz-se necessária uma última observação sobre os caminhos de investigação adotados. É um problema teórico e metodológico fundamental de uma pesquisa assentada na Teoria Marxista da Dependência desvendar os elementos que tornam possíveis que as mudanças nos centros do imperialismo influenciem em mudanças nas economias dependentes. Bem como entender de que forma as mudanças nas economias dependentes repercutem no centro do sistema. A observação da complexidade desta dialética tem por objetivo evitar mecanicismos que empobreceriam as possíveis conclusões. Por exemplo, supor que bastaria conhecer os movimentos das economias imperialistas para entender automaticamente o conjunto do sistema mundial capitalista e as determinações diretas sobre a periferia do sistema. E, em sentido oposto, restringir o estudo à dinâmica das economias dependentes e tomá-las como absolutamente autônomas aos movimentos gerais do capital em escala mundial. Portanto, pretende-se ressaltar com esta advertência que a busca por tendências e aspectos gerais do movimento histórico aqui analisado não pressupõe a ausência de percepção das particularidades; assim como nem a compreensão das especificidades levam à inferência de que não operam determinações gerais.

Tendo esses pontos em vista, este capítulo será apresentado na seguinte ordenação. Primeiramente, são realizadas considerações sobre a fase atual do sistema capitalista, momento de constituição das relações neoliberais como forma de reprodução do capital na atualidade. São apresentadas as características do capitalismo na fase de predominância dos processos de financeirização e de expansão da presença de capitais fictícios, especialmente a partir da década de 1970. Em seguida, o

---

14 OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 103.



capítulo segue para o debate da categoria *padrão de reprodução de capital*, buscando apreender as contribuições – e os limites – dessa categoria para o entendimento das regularidades do movimento do capital nas experiências históricas concretas. Parte-se de um panorama sobre o processo de acumulação de capital na América Latina, destacando as contribuições desta categoria para a compreensão das disputas tanto entre as classes fundamentais quanto entre as frações da classe dominante nas experiências históricas concretas.

Por fim, o capítulo é concluído com o debate sobre o padrão específico de acumulação capitalista operado no Brasil nas primeiras décadas do século XXI: um padrão baseado na especialização produtiva, com a predominância de atividades primárias agropecuárias voltadas para a negociação no mercado internacional. Nesta parte final, é apresentada uma análise sobre as consequências da expansão da economia primário-exportadora, processo que resulta na regressão industrial e na *reprimarização* da economia brasileira. Tal processo, comumente denominado de “desindustrialização”, ganhou o debate público nos últimos anos e baseia parte das reflexões sobre os impasses da economia brasileira contemporânea. Para localizar o surgimento dessa problemática no debate público, foi realizada uma pesquisa em jornais de grande circulação e com relevância nas discussões econômicas e políticas, como a Folha de São Paulo e o Valor Econômico.

A observação das manifestações históricas concretas da especialização primário-exportadora tem como objetivo auxiliar na categorização de uma *tendência* para as décadas neoliberais, sem a pretensão de homogeneizar o comportamento da acumulação no país, desconsiderando as particularidades e as multiplicidades das tensões entre os capitais. A apreensão das determinações do novo padrão auxilia na demonstração da primazia alcançada pelos setores primário-exportadores, que se manifesta tanto nos processos produtivos quanto na determinação das políticas econômicas no período analisado. Na atual etapa histórica, esses setores, organizados em torno do amplo conceito de *agronegócio*, categoria analisada no capítulo 3, operam uma atividade primário-exportadora em uma nova chave. Contemporaneamente, estes capitais estão profundamente imbricados com os processos de financeirização e as modalidades de capital fictício, estabelecendo conexões com o mercado mundial em escalas superiores às antigas economias exportadoras do período colonial e da primeira metade do século XX, que por consequência derivam em dinâmicas renovadas de reprodução de capital e apropriação da terra.

Apesar dos discursos que destacam a solidez do volume das exportações primárias a partir da década de 2000 – com a expressiva participação dos setores do agronegócio no PIB, autoafirmados como fundamentais na estrutura brasileira – o que se observa da primazia do padrão de

especialização produtiva primário-exportador é o reforço de um modelo de desenvolvimento dependente. Modelo que tem por consequência a acentuação dos processos de subdesenvolvimento e de superexploração da força de trabalho e da natureza, acarretando uma continuada deterioração das condições de trabalho e da vida dos trabalhadores. A economia com um eixo de reprodução primário-exportadora, lastreada principalmente na exportação de grãos (soja e milho, principalmente) e proteínas animais, tende a preterir as necessidades da maioria da população aos interesses dos setores de comércio exterior, centralizados por monopólios internos e externos.

Em sintonia com os objetivos gerais desta Tese, portanto, o percurso de reflexão descrito pretende colaborar para identificar as consequências políticas, econômicas e sociais do processo histórico de profundas transformações nas relações sociais de produção e de reprodução do capitalismo contemporâneo. A partir desse contexto, propõe-se identificar como se expressam as formas de dominação do Estado pretendidas pelas frações da burguesia brasileira, associadas às atividades agroindustriais. Em outras palavras, busca-se entender como o predomínio das atividades agroexportadoras, com a expansão da produção de *commodities* agrícolas dos anos 2000 em diante, consolidam a hegemonia das frações das classes dominantes associadas ao agronegócio no bloco de poder. Frações que buscarão, por meio de suas entidades de classe, grupos de pressão e demais espaços privilegiados para a elaboração de políticas, consolidar e expandir sua dominação.

### **1.1 O neoliberalismo: a forma dominante de reprodução do capital da etapa contemporânea do imperialismo**

Muitas análises assinalam que o capitalismo teria entrado em uma nova fase a partir dos anos 1970 e 1980, decorrente de mudanças substanciais nas formas de organização e funcionamento do sistema, distintas da fase anterior, iniciada no pós Segunda Guerra.<sup>15</sup> Tais mudanças teriam sido derivadas de uma crise estrutural pela qual o capitalismo passou naquele período, abrindo uma temporada de sucessivas crises financeiras e recessões. Processo originado no centro do sistema, especialmente nos Estados Unidos e na Europa ocidental, e seguido pela periferia, esse tempo de recorrentes crises teve como um dos efeitos mais profundos a diminuição da rentabilidade do capital e a queda das taxas de lucros, eixos centrais do processo de acumulação capitalista. Como forma de superar essa queda, foram adotadas medidas que transformaram profundamente o conjunto do sistema.

---

15 Cf. CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

A partir desse contexto, também amparado pelo avanço das tecnologias de comunicação e pela difusão dos sistemas de informatização, que passam a entrelaçar robustos sistemas de processamento de dados, aponta-se para a predominância da acumulação de capital em suas formas financeirizadas, expandindo o capital portador de juros e o capital fictício, categorias detalhadas adiante. Esse movimento deu início a um processo de financeirização do sistema mundial, com a extensão da acumulação por meio de capitais bancários, ações, títulos da dívida pública e derivativos, indicando a entrada do capitalismo em uma nova fase de sua etapa imperialista.

Além da expansão da financeirização, agrega-se a este processo a adoção de medidas que terão impactos estruturais, como: a desvinculação do dólar ao padrão-ouro e a transformação da moeda estadunidense na referência de todo sistema financeiro; as transformações técnicas e de organização, que contribuirão para uma alta produtividade do capital e elevação da taxa de lucro, índices em queda e motivadores das crises na década de 1970.<sup>16</sup> Outro fator importante para a expansão da financeirização e da hegemonia do neoliberalismo foi a crise do bloco socialista a partir dos anos 1980, que culminou com sua desagregação completa no início da década seguinte. Este processo impactará sobremaneira a aplicação e adoção das medidas neoliberais ao redor do globo e pela totalidade do sistema capitalista, como pode ser observado pelo protagonismo assumido pelos organismos financeiros internacionais nas economias em crise, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, neste período cristalizam-se paradigmas de ingerências nas políticas econômicas de Estados soberanos, caso do “Consenso de Washington”<sup>17</sup>. Portanto, não é possível falar de avanço do neoliberalismo sem compreender a centralidade das lutas de classes nos movimentos de expansão ou de recuo desta nova etapa, sendo a derrubada da União Soviética e de seu bloco de influência representativa deste movimento de ofensiva.

A partir da adoção de medidas que alteraram profundamente as relações capitalistas nos anos 1970, observa-se já na década de 1980 uma reversão na tendência de queda na taxa de lucro e uma

---

16 DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. op. cit., 2003, p. 23.

17 O Consenso de Washington pode ser definido como um consenso por parte dos países centrais da natureza da crise na América Latina e do conjunto de reformas que devem ser realizadas pelos países para superá-la. De acordo com esta abordagem, a causa da crise latino-americana residia no tamanho excessivo do Estado e na incapacidade de controle do déficit público. O conceito teve origem no trabalho do economista John Williamson, que apontou dez “recomendações” de caráter liberalizante: 1) disciplina fiscal; 2) mudança dos gastos públicos, priorizando educação, saúde e infraestrutura; 3) reforma fiscal; 4) determinação das taxas de juros pelo mercado; 5) manutenção de taxas de câmbio competitivas; 6) abertura comercial; 7) investimentos externo direto sem restrição; 8) privatização das empresas públicas; 9) desregulamentação de mercado e 10) garantia aos direitos de propriedade. Cf. WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 12, n. 1 (45), p. 43-49, jan/mar, 1992.

recuperação na acumulação.<sup>18</sup> Sendo assim, cabe indagar os motivos que levaram a essa virada, além dos efeitos dessas mudanças para o sistema mundial como um todo. Entender essas transformações é essencial para compreender como se estabeleceu essa nova fase do capitalismo na etapa imperialista, a forma neoliberal de reprodução do capital. Para tanto, é preciso evidenciar alguns pontos importantes. Primeiro, faz-se necessário definir o entendimento da categoria neoliberalismo. Em seguida, observar quais as características dessa nova etapa, distinta de apenas uma onda conjuntural e representativa de transformações estruturais no sistema capitalista. Por fim, observar os efeitos da etapa neoliberal para além dos países centrais, dos quais originam-se as políticas aplicadas, buscando determinar os efeitos do neoliberalismo para os países dependentes e periféricos. Em última instância, pretende-se destacar como essas determinações da nova fase do imperialismo exerceram influência na conformação de um novo padrão de reprodução de capital no Brasil, como é proposto nesta Tese.

Inicialmente, é importante definir o neoliberalismo a partir de uma perspectiva diferente do habitual. O neoliberalismo deve ser compreendido para além de um conjunto de políticas implementadas por determinados governos, um agregado de políticas econômicas aplicadas pontualmente e com o intuito de resolver, de maneira circunstancial, a queda da rentabilidade do capital. Ao contrário, o neoliberalismo, precisa ser apreendido como a forma de reprodução do capital na etapa atual do capitalismo, com particularidades que estruturam a acumulação a partir dos anos 1970. São marcos dessa nova etapa, que constituem os mecanismos da tecitura da reprodução capitalista daquela década em diante, a expansão da financeirização e dos capitais fictícios, a sucessão de crises e ajustes permanentes, além de uma nova fase de hegemonia das finanças,<sup>19</sup> especialmente das frações do capital financeiro dominante nos Estados Unidos.<sup>20</sup>

A conformação histórica do neoliberalismo remonta a sucessivos acontecimentos no plano internacional, que, por meio de diversos golpes e crises, iniciam o desmonte do “compromisso

---

18 Neste período, a rentabilidade do capital aumentou devido à medidas de controle dos salários e do custo do trabalho, além do aumento da produtividade do capital, o que proporcionou uma drenagem da renda para as camadas altas. DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003, p. 23-25.

19 As décadas finais dos séculos XIX e XX têm por semelhança a sucessão de períodos de diminuição da rentabilidade do capital e de redução do crescimento por períodos de restabelecimento dessas taxas. Segundo Duménil e Lévy, ambos períodos tiveram a fase de recuperação determinada pela expansão de mecanismos monetários e financeiros e de estímulo às rendas financeiras, tornando-se períodos de hegemonia das finanças. Assim, os setores centralizadores de capitais monetários e financeiros fortaleceram-se e passaram a fixar as regras do jogo econômico, tornando-se determinantes para a definição das políticas macroeconômicas, de renda e de emprego. DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003, p.31.

20 MONTORO, Xabier Arrizabaló. **Capitalismo y Economía Mundial**. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014, p. 374.

keynesiano”<sup>21</sup> nos países centrais, arquitetura construída no pós Segunda Guerra. Em 1971, os Estados Unidos rompem de forma unilateral o acordo de conversibilidade (padrão dólar-ouro) firmado nos acordos de Bretton Woods. Na metade da década, na esteira da primeira crise do petróleo (1973), ocorre um aumento generalizado das taxas de juros, asfixiando os países devedores. Em 1979, com a nomeação de Paul Volcker para a presidência do *Federal Reserve*, o Banco Central dos EUA, ocorre um redirecionamento da economia por meio da liberação das taxas de juros, dificultando ainda mais os países devedores, como o Brasil. Por fim, o conjunto dessas desregulações estariam na base do Consenso de Washington, que se tornaria o receituário de medidas neoliberais adotadas já nos anos 1980 e expandidas na década de 1990.<sup>22</sup>

O período após a década de 1970, época de avanço acentuado das relações neoliberais, define-se por uma orientação que tem como eixos o aumento da exploração para recuperar a taxa de lucro e a formação de fluxos de renda para setores das classes dominantes. O que se buscou de forma incessante nessa nova etapa foi dar respostas às crescentes dificuldades de valorização que desembocaram na grave crise do período anterior, além de recompor as rendas e os patrimônios das classes dominantes, reduzidas anteriormente. Observa-se nesta etapa a aplicação de medidas de ajuste que se caracterizarão não pela transitoriedade ou pela adoção em circunstâncias específicas, mas por serem um “ajuste permanente”.<sup>23</sup> Em relação ao aumento da exploração, serão buscadas medidas que visem, por exemplo, o constante rebaixamento do valor da força de trabalho, com sucessivos ataques aos direitos dos trabalhadores e desregulações nos mercados de trabalho, objetivando a recomposição das condições que permitam a valorização do capital.

Em vez de se caracterizar como um momento de estabilidade, dada a recuperação da rentabilidade do capital e o restabelecimento da tendência da taxa de lucro na década de 1980, esse novo momento será marcado pela normalidade da sucessão das crises. Crises alimentadas, em parte, pelo aumento dos fluxos de renda para as classes dominantes, um dos objetivos deste momento neoliberal. O crescimento desse fluxo se deu por meio da adoção de medidas básicas dos ajustes

---

21 Arranjo de caráter preventivo estruturado pelas classes dominantes dos países centrais diante do cenário do pós Segunda Guerra, momento de intensificação da luta de classes e de construção do socialismo real. Diante da força dos movimentos operários nos países centrais, além dos impactos das lutas na periferia do sistema (os processos de descolonização em África e Ásia, bem como as revoluções socialistas na China, na península da Coreia e em Cuba), estabelece-se uma série de concessões aos trabalhadores, com o intuito de acomodar as contradições entre capital e trabalho. Na Europa ocidental e nos Estados Unidos, é estruturado o *Welfare State*. Já na periferia do sistema, esse compromisso tem base em outros acordos, com a forte coerção da classe operária e camponeses, expressados, no limite, na implantação de regimes ditatoriais na América Latina, sobretudo ao longo das décadas de 1960 e 1970.

22 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, p. 193.

23 MONTORO, Xabier Arrizabalo. **Capitalismo y Economía Mundial**. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014, p. 370.

neoliberais, como o aumento da taxa real de juros e a distribuição de dividendos.<sup>24</sup> Contudo, tais medidas promovem algumas contradições. O rebaixamento do valor da força de trabalho, em geral, levará à recuperação das taxas de lucros, mas se formará um modelo desfavorável à acumulação e ao crescimento, já que o aumento das taxas de juros não incentivam os investimentos produtivos, ínfimos em comparação com os montantes destinados ao pagamento de dividendos para credores e acionistas.<sup>25</sup> Esta é uma situação que se prolongará nas décadas seguintes, com a queda tendencial das taxas de crescimento do PIB global, com a ampliação da concentração da renda nas camadas mais elevadas das classes dominantes e com a sucessão de crises, que levam à repetição de mais ajustes.<sup>26</sup> Desta forma, a profundidade e o prolongamento das crises, demandando ajustes incessantes em vista da reposição as taxas de lucros, apontam para a consideração das medidas neoliberais não como um fenômeno cíclico ou conjuntural. O que se observa é o ajuste permanente tornar-se o *sentido* das políticas praticadas em quase todos os países a partir da década de 1980.

Ainda que os diversos governos apresentem os ajustes como política conjuntural ou excepcional, como condição temporária e necessária para o crescimento, a persistência das políticas de ajuste mostra um caráter permanente. Provoca-se a situação contraditória de um ajuste, por definição algo excepcional e transitório, uma adaptação que busca dar resolução a alguma circunstância pontual, permanecer no tempo indefinidamente. Apesar dos discursos oficiais, não são adotadas como medidas transitórias, mas são políticas que estão na agenda dos setores centrais do grande capital internacional há mais de trinta anos, como: as exigências de redução dos gastos sociais por parte dos Estados; a redução ou a extinção de políticas de seguridade trabalhista e previdenciária; a limitação de direitos de forma generalizada; e a liberdade comercial e financeira sem a regulamentação estatal. Isto pode ser observado nas determinações de organismos que centralizam e impõem tais políticas, como o Banco Mundial (“Ajuste fiscal e progresso social não são contraditórios”<sup>27</sup>) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).<sup>28</sup> Apela-se às circunstâncias

24 Entre os anos 1970 e 1990, nos EUA, as empresas não financeiras distribuíram volumes de dividendos que passaram de 30% para mais de 80% dos lucros. Já as taxas de juros, que giravam na ordem de 2,5% na década de 1960, elevaram-se para 5% após os ajustes promovidos em 1979 pelo *Federal Reserve* (Fed). DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005, p. 90.

25 DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005, p. 92.

26 De acordo com o Banco Mundial, entre as décadas de 1961 e 1970, o crescimento do PIB global avançou a uma taxa média de 5,4% ao ano. Nas décadas seguintes, essa tendência refluí, chegando à média de 2,2% ao ano, entre 2011 e 2020. Disponível em: [https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2020&most\\_recent\\_value\\_desc=true&start=1961&view=chart](https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2020&most_recent_value_desc=true&start=1961&view=chart) Acesso em: 17 mar 2022.

27 GRUPO BANCO MUNDIAL. Retomando o caminho para a inclusão, o crescimento e a sustentabilidade: relatório Nº:101431-BR. **Brasil – Diagnóstico sistemático de país.** Maio, 2016, p. 23.

28 Um breve levantamento de notícias em veículos brasileiros da imprensa empresarial, como Valor Econômico e Exame, apontam a recorrência do discurso do FMI da imprescindibilidade do ajuste fiscal como condição para o

excepcionais e de máxima gravidade para impor a repetição da mesma política, de forma permanente.

As contrarreformas neoliberais, que na América Latina vão expressar-se de forma radical e generalizada entre as décadas de 1980 e 1990, têm as seguintes características como núcleo central: a realização radical de privatizações de empresas e serviços públicos; a desregulamentação das relações que mediam os conflitos entre o capital e o trabalho; a abertura comercial e financeira irrestrita, sem controle estatal.<sup>29</sup> Essas medidas são o centro das reformas que visaram abrir espaço para a retomada da rentabilidade da acumulação capitalista. Entretanto, é importante ressaltar que o ritmo da aplicação das medidas de expropriação de direitos coletivos será definido pela intensidade dos conflitos sociais e pela dinâmica das lutas entre as classes, traço inerente à reprodução capitalista. Não é por acaso que as medidas pioneiras de implementação das práticas neoliberais se darão sob ditaduras abertas das classes dominantes locais, como no Chile e na Argentina. Para um ataque ao conjunto de direitos sociais das classes trabalhadoras e um desmonte de patrimônios nacionais em níveis tão elevados, a implantação da nova ordem econômica e social sob o terrorismo de Estado não será uma opção, mas uma necessidade para a imposição das soluções neoliberais, uma verdadeira “doutrina do choque”<sup>30</sup>. No Chile, após o golpe de Estado contra o governo reformista de Salvador Allende e da Unidade Popular (UP), em 1973, em apenas seis meses desmantelou-se por completo o sistema previdenciário do país. A alta intensidade de ataque e desmonte de direitos não ficou restrita aquele país, também aplicada no Uruguai (1975) e na Argentina (1976), tornando os países do Cone Sul os primeiros grandes laboratórios da prática radical das medidas de desregulamentação exigidas pelas frações do grande capital financeiro na etapa neoliberal.

### ***1.1.1 A financeirização e os capitais portadores de juros e fictícios***

Seguindo as hipóteses desta Tese, para entender como se manifesta o padrão de reprodução do capital de especialização primário-exportadora do início do século XXI, é preciso compreender o

---

crescimento. As manchetes destacadas a seguir referem-se à primeira metade da década de 2010 e evidenciam o reforço no consenso da necessidade inexorável da aplicação de ajustes fiscais. FMI recomenda ajuste fiscal de 6% nos países ricos. **Valor Econômico**. 15 mar. 2010; FMI vê ajuste fiscal entre forças dominantes da economia. **Estado de São Paulo**. 14 set. 2011; Brasil precisa de ajuste fiscal mesmo com baixo crescimento, diz FMI. **Valor Econômico**. 01 maio 2015; FMI: Retomada do Brasil depende de ajuste fiscal, mas mais reformas são necessárias. **BBC**. 12 maio 2015; FMI avalia que Brasil deve acelerar ajuste para recuperar credibilidade econômica. **Folha de São Paulo**. 10 abr. 2019.

29 MONTORO, Xabier Arrizabalo. **Capitalismo y Economía Mundial**. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014, p. 388.

30 Cf. KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

processo de financeirização, uma das características principais da reprodução do capital na fase neoliberal. A definição da financeirização dos processos de acumulação de capital passou a integrar um dos campos de discussão mais profícuos dos debates marxistas a partir dos anos 1990, podendo ser abordada de acordo com os apontamentos de diversos autores.

De forma embrionária, François Chesnais foi um dos pioneiros a tratar do tema, ao publicar na França, em 1994, *A mundialização do capital*, obra na qual dedicou um capítulo a essa discussão.<sup>31</sup> Chesnais foi daqueles que mais se debruçou sobre os complexos caminhos que envolvem a definição da financeirização, tendo sempre a prudência de realizar uma investigação baseada nas transformações concretas do capitalismo contemporâneo. Inicialmente, utilizou-se da “Teoria da Regulação”, afirmando que o capitalismo estaria em uma fase na qual predominaria um regime de acumulação com a primazia da valorização financeira. Em trabalhos posteriores, Chesnais direcionou sua análise para o conceito marxista de capital portador de juros.<sup>32</sup>

Segundo Leda Paulani, Chesnais conseguiu em seus últimos trabalhos sintetizar uma definição para a financeirização.<sup>33</sup> A partir das considerações do pensador francês, Paulani indica que a financeirização está relacionada à disseminação de forma profunda no sistema capitalista como um todo das particularidades do capital portador de juros, conforme elaborado por Marx no Livro III de *O Capital*. Em um contexto de crise de acumulação, o capital portador de juros incorpora-se de forma orgânica nas formas de reprodução da vida social. Além disso, esta manifestação do capital na contemporaneidade está intimamente relacionada com altos graus de concentração e de centralização no processo de acumulação. Em momentos de crise, como o atual, a expansão dos processos de centralização de capitais, constituindo grandes massas de capitais produtivos, ocorre em paralelo ao crescimento dos mercados financeiros. Este processo contínuo resulta em reforçar a financeirização na medida em que proporciona um crescimento superior das riquezas financeiras e fictícias em relação ao crescimento da “riqueza real”.<sup>34</sup>

Além de Chesnais, outros autores apresentam aportes importantes sobre o processo de financeirização do capitalismo. De acordo com Lapavitsas, a financeirização representa uma transformação estrutural e sistêmica das economias capitalistas maduras.<sup>35</sup> Uma mudança da

---

31 CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

32 CHESNAIS, François. O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

33 \_\_\_\_\_. **Finance capital today**. Leiden, Boston: Brill (Historical Materialism Book series), 2016.

34 FIX, Mariana; PAULANI, Leda Maria. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S.L.], v. 39, n. 4, p. 638-657, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572019-2954>. Acesso em: 13 ago 2022.

35 LAPAVITSAS, Costas. Theorising Financialisation. **Work, Employment & Society**, v. 25, n. 4, p. 611-626, 2011.



economia, que é direcionada para o setor financeiro. Mais precisamente, trata-se de uma mudança de rumo que gera uma autonomia do setor frente aos demais. Além de ser entendida como uma autonomização do próprio setor financeiro, a financeirização é reconhecida por Duménil e Lévy como a predominância econômica do setor financeiro – especialmente dos bancos – frente aos demais setores.<sup>36</sup> Por outro lado, Callinicos, apresenta uma definição particular do processo: “financeirização significa a maior autonomia do setor financeiro, a proliferação de instituições e instrumentos financeiros, bem como a integração de uma ampla gama de agentes econômicos nos mercados financeiros”.<sup>37</sup>

De acordo com as perspectivas apresentadas, verifica-se que a financeirização não significa apenas uma simbiose entre o setor financeiro e o capital industrial e comercial, mas, o que é mais expressivo, como apontado por Chesnais, representa um aumento desproporcional da esfera financeira diante das demais. O predomínio da lógica financeira e especulativa sobre a da produção resvala em uma concorrência mais acirrada entre os capitais, com uma contradição mais profunda entre a produção e a apropriação do valor. A valorização financeira, ao assumir prioridade em relação à produção – ainda que dependa e não se autonomize por completo dela – acarreta uma fragilidade estrutural ao sistema mundial.<sup>38</sup>

Sem a pretensão de esgotar o tema, alguns apontamentos fazem-se necessários para uma abordagem geral do processo de financeirização do capitalismo contemporâneo. Uma das grandes complicações da compreensão da financeirização reside na dificuldade de se conceituar os capitais portadores de juros e os capitais fictícios. São termos que exigem um debate profundo, que para os propósitos deste capítulo podem ser apreendidos pela síntese realizada por Leda Paulani.

O capital portador de juros e o capital fictício são categorias exploradas por Marx no Livro III de *O Capital*. Em linhas gerais, segundo Paulani, as especificidades do capital portador de juros é ser um capital que se transforma em uma mercadoria, impondo a conversão de massas de dinheiro em capital. Por conta do processo de circulação, é colocada à venda a capacidade do capital de conceber a produção de um valor excedente, transformando-se assim o capital em capital portador de juros.

---

36 DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

37 CALLINICOS, Alex. **Bonfire of illusions**. Cambridge: Polity Press, 2010, p.34.

38 AMARAL, Marisa; FILHO, Niemeyer Almeida; RAPOSO, Bruna Ferraz. Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. **Anais**. Niterói: 2018. p. 1-25, p. 22.

Esta metamorfose do capital em mercadoria, na qual o juro é o seu preço, coloca o capital em um circuito particular, diferente da esfera de circulação das outras mercadorias. Lançado na circulação, o capital portador de juros integra um movimento de circulação de “mercadorias especiais”. Tais mercadorias têm a característica de terem como valor de uso a capacidade de produzir valor, no caso, o juro. No circuito das mercadorias especiais são transacionados os “ativos”, diferentemente do circuito de mercadorias ordinárias, no qual o que se compra e vende são valores de uso voltados para as necessidades humanas, como roupas, móveis, livros etc.

Na esfera de circulação das mercadorias especiais, essas mercadorias circulam como ativos reais e financeiros. Os capitais reais, comumente denominados de capitais fixos (máquinas, equipamentos, instalações), possuem como valores de uso os efetivos produtos do trabalho concreto. Contudo, dentro dos capitais fixos também se encontra outro objeto de transação, a terra, que não é reproduzível e nem tem como valor de uso o produto do trabalho concreto. A terra é base para toda produção, seja pela reprodução material e extração direta, bem como elemento básico, o espaço físico de qualquer produção. Tanto os capitais fixos “tradicionais” quanto a terra são ativos reais e circulam como capital. Os ativos fixos tradicionais são capital pois sua utilização gera um valor excedente, que aparece como lucro. Já a terra é capital pois entrega para o seu proprietário a possibilidade de apropriar-se de um excedente que aparece como renda da terra. O debate sobre as particularidades da renda da terra é retomado no capítulo 2.

Por fim, o capital fictício seria derivado da centralização de grandes massas de capitais nas mãos de poucos proprietários. O fato de ser denominado como fictício não significa que não tenha implicações reais na vida social, exigindo a contínua valorização a partir da expropriação de mais-valia. De acordo com Paulani, a peculiaridade do capital fictício seria a de representar uma expectativa de valorização futura dos direitos sobre determinadas propriedades, expressadas em títulos ou ações. Como assevera Paulani,

Marx chama de capital fictício tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como tal. Trata-se, em geral, de títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura no caso das ações, de renda de juros a partir de valorização futura, no caso de títulos de dívida privados, e de recursos oriundos de tributação futura, no caso de títulos públicos. Em todos esses casos, a valorização verdadeira dessa riqueza fictícia depende da efetivação de processos de valorização produtiva e extração de mais valia, em outras palavras, da contínua

produção de excedente e da alocação de parte desse excedente para valorizar o capital fictício.<sup>39</sup>

A partir das proposições sobre a financeirização, os capitais portadores de juros e os fictícios, será buscado observar as implicações desses processos na conformação do “agronegócio”, setor que manifesta a simbiose das frações financeirizadas do capital com os setores ligados aos capitais da agropecuária e da agroindústria. Forma dominante da agricultura capitalista na contemporaneidade, o “agronegócio” ganha importância por apresentar a confluência dos capitais que, de variadas formas, extraem valor da terra. O setor caracteriza-se pela autonomia e integração de diversos agentes no mercado financeiro, conforme a definição de Callinicos apresentada anteriormente.

Realizada a exposição dos elementos centrais que determinam a reprodução capitalista na fase neoliberal, passa-se para um outro nível de análise. A seguir, é empreendida a exposição da categoria *padrão de reprodução de capital*. Elaborada nos marcos da Teoria Marxista da Dependência, busca-se identificar as contribuições dessa categoria para a identificação dos padrões de reprodução da acumulação capitalista contemporânea em processos históricos específicos. Assim, em um nível mais concreto de análise, os aportes dessa categoria serão utilizados adiante no auxílio à compreensão do capitalismo contemporâneo na formação econômico-social brasileira.

## 1.2 A categoria Padrão de Reprodução de Capital

A categoria padrão de reprodução de capital tem como objetivo auxiliar na compreensão das formas concretas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços territoriais determinados. Ao contrário de outras abordagens sistêmicas de análise dos movimentos do capital no tempo e no espaço, como a economia política do sistema-mundo e a escola regulacionista francesa, a categoria padrão de reprodução de capital adota como proposta teórica central a teoria do valor de Marx. A categoria é uma construção teórica com contornos mais acabados dados por Jaime Osório, elaborada a partir das análises prévias realizadas por Ruy Mauro Marini, no âmbito das formulações da Teoria Marxista da Dependência.<sup>40</sup>

Na análise dos ciclos do capital (produção e circulação) e dos processos de reprodução em contextos históricos concretos, a abordagem da categoria padrão de reprodução de capital dá centralidade à luta de classes, identificando-a como elemento fundamental das investigações.

39 PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n.66, p-25-39, 2009. p.28.

40 FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 9.

Combinando os aportes sobre os ciclos do capital e os esquemas de reprodução elaborados por Marx, a categoria estabelece mediações entre os níveis mais gerais de análise – como o modo de produção capitalista – e os níveis mais concretos de observação – como os problemas da economia e da vida dos trabalhadores nas formações econômico-sociais da periferia do sistema capitalista. Assim, a categoria padrão de reprodução de capital fornece uma relevante ferramenta analítica que possibilita transitar entre camadas distintas, combinando o exame das leis tendenciais que condicionam o capitalismo dependente e as observações das particularidades dos países subordinados nas relações imperialistas. A contribuição principal desta categoria, portanto, é a possibilidade de articulação entre a análise dos padrões de movimento do capital e o exame dos padrões manifestados em uma formação econômico-social concreta.<sup>41</sup>

A adoção da categoria padrão de reprodução do capital corresponde a realizar uma leitura dos esquemas de reprodução e do estudo dos ciclos do capital em Marx, coadunando com a observação da trajetória de desenvolvimento do capitalismo latino-americano, destacando as suas especificidades e os padrões históricos de reprodução. De acordo com Jaime Osório, a utilização da categoria permite, por exemplo, distinguir os padrões que se manifestaram historicamente no continente latino-americano, entremeados por períodos de transição e transcorridos nas seguintes formas dominantes: o padrão agromineiro exportador, de meados do século XIX às décadas iniciais do século XX; o padrão industrial e suas subfases (substituição de importações e diversificação industrial), processo efetuado em parte dos países do continente, entre os anos 1930 e 1970; e o novo padrão de especialização produtiva, da década de 1980 ao presente momento.<sup>42</sup> Esse novo padrão de especialização produtiva decorre da crise capitalista inaugurada nos anos 1960-1970, bem como da expansão da financeirização e do estabelecimento do neoliberalismo, como será visto adiante.

Ao estruturar a categoria padrão de reprodução de capital, Osório vai ressaltar a importância da observação dos movimentos do capital entrelaçado com as especificidades políticas, econômicas e sociais das conjunturas históricas. Ao proceder desta forma, favorecer-se-ia a determinação dos *eixos* de desenvolvimento estabelecidos em épocas específicas. Parte-se do pressuposto de que as relações que estruturam a reprodução de capital não podem ser entendidas como um processo único e linear, que se reproduzem automaticamente e uniformemente em todos os espaços geográficos e

---

41 FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 17.

42 OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime, **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 78.

em qualquer época. O movimento de produção e reprodução do capital assume formas diversas de acordo com as particularidades dos diferentes processos históricos, sendo condicionado tanto pelas dinâmicas do sistema mundial e da divisão internacional do trabalho quanto pelas dinâmicas internas de cada país, que reorganizam a produção conforme os eixos de acumulação estabelecidos em cada etapa do desenvolvimento capitalista.

A relevância de especificar a existência de padrões de acumulação de capital é fundamental historicamente a trajetória da produção e da reprodução do capital em cada contexto, traçando diferenças entre os padrões estabelecidos no passado e os que se tornaram hegemônicos em tempos posteriores. De acordo com a proposta de Osório, fornecer “chão histórico” para os mecanismos de reprodução de capital, sem tomá-los como derivações naturais e automáticas dos processos produtivos, permite evidenciar as circunstâncias que possibilitam a constituição, o auge e o declínio dos padrões, assim como demarcar as transições entre eles. Em última instância, historicizar os mecanismos de desenvolvimento do capital favorece a compreensão de como determinados padrões tornam-se dominantes, enquanto outros se esgotam conforme as circunstâncias de cada época.<sup>43</sup>

A metodologia de historicização dos padrões de reprodução do capital proposta por Osório, assume duas dimensões de análise, importantes para a compreensão de como se constituem, ascendem e declinam os variados padrões em específicos períodos históricos. O primeiro aspecto desta forma de pesquisa, deve elucidar as razões que geram a necessidade do capital de se valorizar assumindo, em momentos particulares, materializações em valores de uso específicos. As materializações específicas em cada tempo são responsáveis por gerar formas capitalistas diversas, tanto em relação aos processos produtivos desses valores de uso quanto em relação aos variados mercados e políticas estatais que daí decorrem.

No ciclo de valorização, o capital passa por múltiplos processos de transformação, assumindo variadas formas: dinheiro, mercadorias, capital produtivo, capital-mercadoria.<sup>44</sup> Ainda que o capital se metamorfoseie conforme a dinâmica de setores produtivos diferentes, alguns setores, ao longo do tempo, são responsáveis por atraírem maiores investimentos, na medida em que se organizam como *eixos* da acumulação e da reprodução do capital. No decorrer do processo histórico de expansão do sistema capitalista, o capital privilegiou diferentes setores ou ramos produtivos como responsáveis

---

43 OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 40-41.

44 No livro II de *O Capital*, Marx denomina este processo dos ciclos do capital como “a metamorfose do capital”. Cf. MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

pela expansão de seu processo de valorização. Isto ocorreu tanto pelo favorecimento de certos ramos para investimento quanto pela utilização de tecnologias e meios de produção particulares.

A segunda dimensão da contribuição da historicização da reprodução do capital na determinação das *tendências* e dos *eixos* que se tornam padrões de reprodução, refere-se à análise da trajetória dos padrões estabelecidos. Ao se concentrar na observação dos processos de origem, ascensão, auge e declínio dos diferentes padrões constituídos historicamente, detalhando as particularidades das forças políticas, sociais e econômicas, favorece-se o entendimento das razões para a emergência e o amadurecimento de novos padrões que suplantam os antigos. Como afirmado por Osório,

Historicizar a reprodução do capital implica compreender as condições que tornam possível o ascenso e o auge de um padrão, assim como seu declínio e crise, ao mesmo tempo em que se consideram os momentos de transição, nos quais um antigo padrão não termina de desaparecer ou constituir-se em padrão subordinado e outro novo não termina de amadurecer ou converter-se em padrão dominante.<sup>45</sup>

Da dimensão de análise que ressalta a historicidade dos padrões decorre a compreensão fundamental de que todo padrão de reprodução de capital, em determinada época, não se manifesta por inércia, mas tem interligados projetos econômicos e políticos de classe. Os eixos de acumulação que se tornam o padrão de reprodução em períodos distintos não são processos indeterminados, que se transformam por esgotamentos e limites naturais. São também a concretização de projetos de classe de específicos setores da burguesia, que se impõem pela correlação de forças e pelo resultado das disputas, em busca de condições que favoreçam a predominância dos interesses de seus capitais. No mesmo sentido, os antigos padrões que se subordinam e perdem espaço como os eixos da reprodução também são condicionados pelos resultados das disputas por projetos de distintas frações das classes do capital.

Desta forma, a relevância da dupla dimensão da análise histórica dos padrões de reprodução do capital está em fornecer subsídios para a compreensão da dinâmica dominante nas esferas política e econômica em tempos específicos, evidenciando o ritmo e o terreno no qual se desenvolvem os conflitos entre as classes e as frações da classe dominante. Como ressaltado anteriormente, a categoria definida por Marini e Osório tem por vetor posicionar a luta de classes como elemento fundamental no entendimento dos processos de acumulação e de reprodução de capital.

---

45 OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 41.

Para os objetivos desta Tese, os aportes da categoria *padrão de reprodução de capital* são relevantes para a compreensão da configuração histórica das dinâmicas econômicas e políticas derivadas do novo padrão de especialização produtiva primário-exportador no Brasil, que se manifesta por meio da consolidação do modelo de agronegócio, entre os anos finais do século XX e as primeiras décadas do século XXI. Ao ter como método a historicização dos processos de reprodução do capital, estabelecendo a confluência entre os processos econômicos e as disputas políticas e sociais, a categoria é fundamental para a compreensão da construção de hegemonia do poder político das frações da burguesia associadas ao agronegócio nas últimas décadas.

No próximo tópico, detalha-se um entendimento explicitado anteriormente, o de que por trás de todo padrão de reprodução de capital que se torna dominante há a necessária imbricação de projetos políticos e econômicos de distintas frações de classe. Será buscado demonstrar os mecanismos e os instrumentos que as frações que participam do bloco de poder utilizam para configurar os padrões de reprodução dominantes. Como será exposto, a efetivação dos padrões se dão por meio da implementação de medidas de política econômica, instrumentos que têm por objetivo materializar os projetos das frações de classe.

### ***1.2.1 Padrão de reprodução de capital e políticas econômicas: a imbricação entre política e economia para a consolidação de um novo padrão***

A reprodução da acumulação capitalista não ocorre por inércia, repetindo-se de forma automática e idêntica em qualquer época e espaço territorial, com uma regularidade imune às influências das condições políticas e sociais impostas pelo tempo no qual se reproduz. O movimento contínuo do capital ocorre sob bases concretas, determinando e sendo determinado pelas relações reais de seu tempo. Contudo, mesmo que o ciclo do capital tenha como base as interações entre camadas contraditórias e complementares, nas esferas da produção e da circulação do capital estabelecem-se regularidades e repetições. Reiteraões que atuam como *tendências*, não como leis imutáveis e de aplicação automática. Neste sentido, para que a reprodução do capital torne-se um padrão que condense um conjunto de regularidades do movimento do capital em dado tempo histórico e em espaços geográficos definidos – e que seja possível sua apreensão analiticamente – é necessário que haja a capacidade de reprodução de alguns mecanismos com certa constância.

As frações da classe dominante, no objetivo de concretizar as repetições que mantenham os fluxos das taxas de lucros, manejam mecanismos fundamentais, os instrumentos de políticas econômicas.

Essas políticas se caracterizam pela manipulação de múltiplos instrumentos (monetário, fiscal, níveis de investimentos, taxas de juros) com o fim de alcançar e manter ganhos econômicos específicos. Contudo, para manejarem as ferramentas técnicas e instrumentos legais que garantam a regularidade do capital e de suas taxas de lucros, é necessário que as frações de classe e os setores do capital possuam um requisito imprescindível: o poder político, a capacidade concreta para implementar medidas que atendem aos seus interesses. Como reiterado, a reprodução do capital não ocorre fora do mundo real e das relações sociais concretas. Para garantir os interesses imediatos das distintas frações burguesas, é preciso capacidade de impor pautas e consolidar mecanismos que sustentem e privilegiem a reprodução e a acumulação. A garantia de regularidade das condições para a acumulação no capitalismo é dada pelo Estado. Portanto, em uma perspectiva concreta de realização de demandas econômicas e políticas, “fora o poder, tudo é ilusão”<sup>46</sup>.

A caracterização do Estado na teoria marxista é um tema amplo e com múltiplas acepções. De Marx a Lenin, passando por Gramsci e Poulantzas, há uma longa tradição de debates acerca das características do Estado na sociedade burguesa.<sup>47</sup> Sem aprofundar esta discussão central nas categorias marxistas, é preciso demarcar algumas acepções adotadas nesta Tese sobre o poder estatal. Na visão proposta neste trabalho, seguindo as sínteses realizadas por Jaime Osório, o caráter específico do Estado – não apenas, mas *essencialmente* – é ser o espaço de exercício do poder político e da dominação de classes. O Estado, por excelência, condensa as redes e as relações de força na sociedade burguesa. Relações essas que permitem que sejam produzidas e reproduzidas as relações fundamentais de exploração e de dominação. Ao sintetizar interesses particulares, o Estado expressa o poder de determinados grupos, o poder das classes dominantes sobre as classes dominadas. Mesmo sem o aprofundamento das características do exercício do poder estatal (coerção, dominação, consenso, hegemonia), não se pode perder de vista que o Estado capitalista é sempre um Estado de classe.

---

46 Frase atribuída a Lenin, no contexto da Guerra Civil russa.

47 Sem esgotar a ampla gama de trabalhos relacionados ao complexo entendimento do Estado na tradição marxista, essas concepções não podem ser tomadas como uma unidade indistinta, devendo ser compreendidas como um conjunto de acepções desenvolvidas a partir das elaborações “clássicas” de Marx e Engels. Elaborações iniciais ampliadas ao longo do tempo por outros pensadores, configurando um conjunto complexo de definições sobre o poder estatal. Desta forma, do “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Boitempo: São Paulo, 2014, p. 42), passando pela “organização especial da força, é a organização da violência para a repressão de uma classe qualquer” (LENIN, Vladimir. O Estado e a Revolução. In: **Obras Escolhidas em três tomos** – Tomo 2. Lisboa: Edições Avante!; Moscou: Editora Progresso, 1978, p. 238.), as elaborações sobre o Estado na tradição marxista contam também com as contribuições ampliadas por intelectuais como Antonio Gramsci, vislumbrando o Estado “em sentido orgânico e mais amplo”, o Estado entendido “em sentido integral”, relacionado a ideia de unidade-distinção entre Estado e sociedade civil (LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 261.).



Entretanto, há uma característica peculiar do Estado burguês, que é funcionar, de acordo com Jaime Osório, como uma espécie de “comunidade ilusória”.<sup>48</sup> Esta ideia identifica a seguinte característica do Estado na sociabilidade capitalista, a de apresentar-se como uma instituição representante dos interesses de toda a sociedade, velando e ocultando o seu caráter de classe. De acordo com Osório, isso é possível devido à ruptura aparente entre os processos políticos e econômicos, no qual se engendra um mecanismo em que o Estado aparece como um pacto entre indivíduos e não uma relação de dominação de uma classe sobre outra, um espaço de disputa entre aqueles que o controlam. Assim, compreende-se neste trabalho que Estado e política não são esferas independentes e autônomas. São dimensões de uma unidade diferenciada. O capital, por ser simultaneamente exploração e dominação, tem no Estado o ponto central da imbricação entre economia e política. Esta noção leva à constatação da necessidade de se evitar avaliações “politicistas”, nas quais haveria uma autonomia e predominância da esfera política em relação às outras dimensões das relações sociais.

Assim, o Estado, instância que condensa a coerção e o poder político na sociedade burguesa, é o espaço privilegiado de ação política do conjunto da burguesia e das suas frações em vista de consolidar suas pautas. Ações que se concretizam por meio da construção de políticas econômicas que as sejam favoráveis. Para ser eficaz em seus propósitos de manter a regularidade da reprodução e da constância do fluxo das taxas de lucros, o poder estatal deve ter a capacidade de executar medidas para influir em diferentes frentes do campo econômico: na produção, na distribuição, no comércio exterior etc. De acordo com Osório, esta dinâmica revela que em toda política econômica há elementos básicos a estruturá-la: um Estado centralizador das decisões; mecanismos que possibilitem a execução das decisões; destinatários das decisões; e os propósitos das decisões.<sup>49</sup>

Por meio desta compreensão do Estado como espaço fundamental da imbricação entre economia e política, compreende-se que as medidas adotadas na construção de políticas econômicas, ainda que aparentem ser decisões meramente técnicas e burocráticas de alocação de recursos, são a expressão de forças que transcendem o campo econômico. Na verdade, as regulamentações econômicas são instrumentos *necessariamente* políticos, que se desenvolvem pela ação de forças sociais que concentram poder e têm a capacidade de tomar medidas para implementá-las. Ressalta-se, novamente, a relevância do Estado como a esfera fundamental para a implementação de medidas

---

48 OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 22.

49 OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 70.

que favoreçam padrões de reprodução do capital. Assim, joga-se luz sobre um fator essencial que não pode ser ignorado: política e economia são esferas que não podem ser isoladas uma da outra, são dimensões interligadas, que se determinam mutuamente.

Retomando a ideia das políticas econômicas como instrumentos para a concretização de padrões de reprodução do capital, para que sejam favoráveis às necessidades dos setores dos capitais dominantes as medidas implementadas pelas políticas devem abranger o capital em todo o seu ciclo (produção, circulação e reprodução). Desse modo, as frações dominantes atuam de forma a prevalecer seus interesses no aparato do Estado, para que este tenha a capacidade de implementar políticas econômicas que beneficiem a reprodução do capital. Como elaborado anteriormente, essa ideia ressalta o fato da política econômica operada pelo Estado ser uma expressão da imbricação profunda entre os interesses das esferas econômicas e políticas.

Por outro lado, para abordar concretamente os mecanismos de política econômica, identificando os instrumentos implementados em determinadas conjunturas, é preciso ir além da compreensão da ação política da burguesia como um bloco de interesses homogêneos e ausente de tensões e contradições. Para compreender as políticas econômicas, é preciso demarcar os anseios das frações (financeiras, bancárias, industriais, agrícolas, comerciais) e dos setores (grande, médio ou pequeno) do capital envolvidos nas disputas pela determinação das políticas favoráveis ao padrão de reprodução. A diferenciação dos interesses é importante pois nenhuma política econômica é capaz de resolver as necessidades de reprodução de cada uma das frações burguesas e da classe dominante em conjunto.

No campo das disputas políticas no nível do Estado, é de supor que os setores mais favorecidos serão aqueles com maior participação no bloco de poder. Aqueles com maior capacidade de impor seus projetos conseguem fazer valer os seus interesses e necessidades particulares na aplicação de políticas econômicas. Assim, é importante especificar quem detêm o poder e como o exerce, mais do que dar foco à *forma* de exercício do poder político. É preciso se debruçar sobre os projetos, as articulações entre as frações de classe e as alianças no bloco de poder para determinar como se estabelecem as políticas econômicas favoráveis a determinados projetos e padrões de reprodução de capital.

A compreensão das tensões e disputas entre as frações da burguesia pelas definições das políticas econômicas favoráveis às demandas das várias frações, indica a necessidade de determinar o problema da hegemonia e da constituição dos blocos de poder, tarefas apresentadas nas etapas posteriores desta Tese. Conforme o escopo desta pesquisa, busca-se evidenciar a atuação das

frações burguesas associadas ao agronegócio no sentido de prevalecer seus interesses no Estado nas últimas décadas. Organizadas em entidades de classe produtoras de políticas e de quadros para atuação estatal, também mobilizadas em influentes bancadas parlamentares, as frações agroindustriais disputam a implementação de políticas econômicas. Por diversos meios, seja estruturando *lobbys* dentro do Estado, ou então construindo consensos favoráveis ao setor diante da sociedade civil, as frações do agronegócio buscam garantir as políticas econômicas viáveis para seus projetos. Além de contribuir no fortalecimento dos setores em disputa, esta atuação contribui para reforçar o padrão de reprodução do capital primário-exportador, dominante no período em análise. Essas estratégias e suas consequências serão aprofundadas nos capítulos posteriores.

Reforçando a noção de que a efetivação das políticas econômicas é dada pelo movimento articulado entre as esferas da política e da economia, observe-se o seguinte. Em relação à esfera econômica, os diferentes padrões de reprodução do capital requerem políticas econômicas distintas (seja privilegiando a industrialização em determinada conjuntura, seja estimulando os setores primários em outros períodos). No que tange à dimensão política, os setores dos capitais que se tornam eixos do padrão de reprodução de capital tendem a utilizar maiores cotas de poder estatal para aplicar políticas econômicas adequadas às necessidades de reprodução de seus capitais. Por exemplo, em uma economia com eixo de reprodução concentrado na produção primário-exportadora, as diretrizes das políticas cambiais tenderão a privilegiar uma apreciação correspondente aos interesses dos setores exportadores, ao invés do enfoque em estímulos ao aquecimento do mercado interno ou à políticas de desenvolvimento industrial autônomo. Porém, para que as políticas sejam correspondentes às necessidades dos setores eixos da reprodução, as frações interessadas necessitam de representação expressiva nas estruturas do poder político do Estado, seja com a presença em estruturas legislativas, ministeriais e/ou nas demais esferas da administração estatal. Desta forma, o que permitirá a consecução de políticas econômicas favoráveis às frações condutoras do eixo da acumulação capitalista é a capacidade de se fazer presente nas esferas de poder político.

Na observação das experiências históricas, é possível verificar as diferentes diretrizes das políticas econômicas, aplicadas em função dos padrões de reprodução do capital dominantes em cada época. De acordo com Osório, esse movimento pode ser observado no processo de expansão do padrão de industrialização, realizado em países como Brasil, Argentina e México, entre as décadas de 1940 e 1970, período de implantação das indústrias de base e de bens de consumo naqueles países. O processo, largamente financiado por capitais transnacionais, requeria, ressalvadas as particularidades de cada formação econômico-social, políticas econômicas que buscassem resolver

gargalos da reprodução de capital sob um novo padrão industrial, distinto do período anterior, de predominância agrária e de substituição de importações. Neste contexto, pode-se observar a efetivação de políticas econômicas relativas ao padrão de reprodução lastreado na expansão da industrialização: o protecionismo em relação à importação; a intervenção massiva do Estado em investimentos; a criação de bancos de desenvolvimento com créditos e taxas de juros favoráveis para as empresas; políticas de incorporação de segmentos dos trabalhadores para ampliar o mercado interno; um Estado que aplica políticas sociais que ampliam a demanda, como salário-mínimo, aposentadorias, benefícios sociais etc.<sup>50</sup>

Por outro lado, os instrumentos adotados nas políticas econômicas naqueles mesmos países a partir dos anos 1980 são profundamente distintos das medidas aplicadas nas décadas anteriores. Nesta década, as políticas econômicas são influenciadas pelo choque mundial nos juros dos financiamentos externos.<sup>51</sup> Base da expansão industrial no período anterior, a mudança brusca nas fontes de financiamento para os países periféricos surgiu como uma das consequências da reestruturação produtiva em curso nos países centrais desde o início dos anos 1970, processo que culminou com o estabelecimento da etapa neoliberal, como visto nas seções anteriores.

Se entre as décadas de 1940 e 1970 ensaiou-se processos de industrialização relativamente autônomos em alguns países latino-americanos e estimulou-se a formação de (incipientes) mercados internos, observou-se no período posterior a reversão nas medidas relacionadas à reprodução do padrão industrial. Assim, a partir dos anos 1980 e prologado ao longo dos 1990, os diversos governos da região, em boa parte recém-saídos de violentos regimes ditatoriais, levam a frente medidas como: a redução do papel dos assalariados no consumo; a acentuação na concentração de renda; o fim de políticas protecionistas à produção industrial; e destinação de partes significativas da produção para o mercado mundial, aplicando medidas que estimularam as exportações primárias.<sup>52</sup>

Nas sucessivas crises de balanços comerciais do período, o setor primário-exportador será escalado para gerar saldos comerciais favoráveis, o que terá por consequência a paulatina afirmação do setor primário a como o eixo dinâmico da acumulação de capital em países que passam a privilegiar o

---

50 OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 73.

51 O choque dos juros e as mudanças nas políticas de financiamento no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 são analisados com detalhes nos capítulos 3 e 4, quando são discutidos os mecanismos de financiamento estatal da atividade agropecuária, uma das bases do modelo de agronegócio, em implementação naquele período.

52 OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 73.

setor. A adoção das políticas econômicas que revertem o padrão de industrialização representam o início de um processo estendido pelas décadas posteriores. Desse movimento, estabelece-se um novo padrão de reprodução de capital, centrado na especialização primário-exportadora. Assim, em economias como a do Brasil manifestam-se a regressão industrial e a expansão da primarização das exportações.

É preciso destacar que as mudanças nas políticas econômicas não ocorrem sem causar choques, no plano político, entre as forças sociais envolvidas. As dinâmicas das lutas entre as classes, especialmente dentro da classe dominante, como é objeto desta Tese, são fundamentais para compreender as transformações nas políticas econômicas e nos padrões de reprodução de capital. Como destacado na introdução desta seção, a historicização e o papel da luta de classes nos processos políticos e econômicos são centrais para as análises da categoria *padrão de reprodução de capital*. Portanto, a alternância entre os padrões de reprodução e as transformações nas políticas econômicas implicam mudanças nas posições relativas das classes e das frações. O que vai, invariavelmente, se expressar através de mudanças no âmbito do Estado, com disputas cada vez mais intensas por hegemonia e por exercício do poder político.

Realizada a abordagem dos aportes teóricos da categoria *padrão de reprodução de capital*, destacando a importância da observação das relações de determinação e de sobredeterminação entre as esferas políticas e econômicas, no ponto seguinte deste capítulo segue-se para uma esfera de análise mais concreta. Após o destaque das características gerais da categoria e da indicação da possibilidade de contribuição para a compreensão da organização produtiva estruturada no Brasil em períodos recentes, será observado como se estabeleceu e quais as particularidades do padrão de reprodução de capital no país nas primeiras décadas do século XXI. Neste período, ocorre o estabelecimento de um padrão de reprodução de capital baseado na especialização produtiva, notadamente a especialização primário-exportadora. Será buscado, portanto, observar como se estruturou no país um padrão baseado principalmente na produção e exportação de grãos, carnes e minérios, além de destacar as implicações das disputas políticas naquele período para a constituição deste novo padrão de reprodução de capital. Julga-se aqui que o entendimento da formação deste padrão, dominante nas últimas décadas, é fundamental para as dinâmicas da luta de classes no Brasil contemporâneo e o atual conjunto de forças que compõem o bloco de poder no país.

### 1.3 O padrão de reprodução de capital na contemporaneidade brasileira: o padrão primário-exportador de especialização produtiva

Em 2018, o Brasil consolidou-se como o maior exportador de soja do mundo, alcançando a participação de 56% das exportações globais do grão. As negociações com o mercado externo totalizaram US\$ 60 bilhões, ante US\$ 35 bilhões, em 2008. O produto foi o principal gênero de exportação do país naquele ano. Na soma de todos os produtos agrícolas, o Brasil encontrava-se na terceira posição no ranking de exportações da Organização Mundial do Comércio (OMC), movimentando US\$ 93 bilhões, ficando atrás apenas do conjunto dos países da União Europeia e dos Estados Unidos.<sup>53</sup> Em 2015, o grupo JBS, monopólio de frigoríficos de processamento de carnes, de origem brasileira, obteve o terceiro maior faturamento entre as empresas agroalimentares no mundo. No ano seguinte, a JBS encontrava-se na primeira posição entre as empresas processadoras de carnes no planeta.<sup>54</sup>

A expansão mais recente de exportações de matérias-primas e alimentos não é um ponto fora da curva nas últimas décadas. Observando a série histórica das exportações de produtos primários da agropecuária é possível identificar um crescimento acentuado nos últimos anos. Entre 2002 e 2010, por exemplo, a participação dos produtos primários no valor das exportações brasileiras saltou de 25,2% para 38,5%.<sup>55</sup> E demonstrando a força desta tendência de crescimento, em 2021 a pauta primária correspondeu a 67% do valor total exportado pelo país.<sup>56</sup>

Quando são observados os dados referentes à propriedade fundiária e a ocupação da força de trabalho dos Censos Agropecuários do IBGE, o cenário de expansão da monopolização não é diferente. Em 2006, as propriedades rurais com 100 hectares ou mais concentravam 59,2% da receita bruta da produção agropecuária nacional. Em 2017, estas propriedades concentravam 69,7% da receita. A área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários aumentou de 333,7 milhões

---

53 MOREIRA, Assis. Soja ganhou espaço nas exportações agrícolas globais no ano passado. **Valor Econômico**. São Paulo, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/coluna/soja-ganhou-espaco-nas-exportacoes-agricolas-globais-no-ano-passado.ghtml>. Acesso em: 06 out. 2019.

54 Dados compilados em: GLASS, Verena; SANTOS, Maureen. **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

55 GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 31, p. 5-30, fev. 2012.

56 LAMUCCI, Sérgio. Commodities avançam na pauta exportadora. **Valor Econômico**. São Paulo, 17 maio 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/commodities-avancam-na-pauta-exportadora.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2022.

de hectares, em 2006, para 351,3 milhões em 2017. No Censo de 2006, 83,2% dos estabelecimentos rurais eram compostos por pequenas propriedades familiares. Nos dados de 2017, esse número reduziu para 77%, indicando o aumento da concentração fundiária em grande propriedades. Nesse mesmo intervalo, o número de trabalhadores ocupados na agricultura familiar encolheu, passando de 12,3 milhões para 10,1 milhões.<sup>57</sup>

Cabe indagar quais as condições que possibilitaram o crescimento da concentração da propriedade da terra e da expansão da exportação de produtos primários, avaliando tanto os condicionantes internos quanto as determinações externas que favoreceram a tendência de primarização da economia brasileira nas primeiras décadas do século XXI. Para além da simples identificação da dinâmica dos dados, apontando aumentos ou decréscimos conjunturais nos valores das exportações e das dimensões quantitativas da propriedade da terra, o importante é ressaltar que o processo de expansão das exportações das *commodities* agrícolas e do latifúndio tem implicações profundas na estrutura do país. Esse processo não afeta apenas a cadeia produtiva agroindustrial, mas se dá em paralelo a um conjunto de efeitos socioeconômicos observados no período abordado: o aumento da superexploração da força de trabalho, o declínio de salários, o aumento da pauperização da vida dos trabalhadores, a centralização da propriedade fundiária, a expropriação de direitos coletivos sobre o uso da terra e das águas, a expansão da produção agrícola sobre reservas florestais e territórios de povos originários, além da degradação acelerada do meio ambiente.

Um dos argumentos desta Tese é que o aumento acentuado das exportações primárias implica transformações para além da estrutura produtiva. São gerados efeitos que afetam dramaticamente as condições de vida das maiorias do país e acentuam a histórica desigualdade da formação econômico-social brasileira. Em última instância, o que se pretende enfatizar é que decorre da reprimarização da economia brasileira a reprodução, em novas bases, da condição dependente e subordinada do capitalismo brasileiro. Desta forma, a conformação no Brasil de um padrão de reprodução de capital de especialização primária voltado para o mercado mundial reforça o papel do país na divisão internacional do trabalho, subordinando-o à transferência de valores para os centros imperialistas. Bem como amplia as relações de dominação interna e a estrutura de classes, com o aumento da concentração do poder político por parte das classes “dominantes dominadas”,<sup>58</sup> não importando os custos sociais e ambientais decorrentes dessa relação assimétrica.

---

57 Dados compilados pelo Censo Agropecuário do IBGE, referente aos anos de 2006 e 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

58 Categoria elaborada por Vânia Bambirra, que aponta que as burguesias dos países latino-americanos são articuladas e úteis à reprodução do capital conforme as necessidades das classes dominantes dos centros imperialistas, ainda que tenham autonomia relativa a essas em determinadas conjunturas de crises. Cf. BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2015.

Os enormes volumes de exportação de produtos primários observados no Brasil nas primeiras décadas do século XXI são resultados de um processo profundo de reestruturação produtiva global. Um primeiro fator relacionado às transformações globais na produção pode ser encontrado nas profundas mudanças tecnológicas e nas relações de trabalho nos países centrais. Neste conjunto de transformações, coube aos países latino-americanos um papel específico e subordinado no rearranjo da produção global. Processo desenvolvido não apenas no país, como também nos vizinhos da América Latina. Se observada, por exemplo, a produção da soja na Argentina e no Paraguai, grandes produtores e exportadores do grão assim como o Brasil, destacam-se aspectos semelhantes entre os países, como a expansão do volume de produção e das áreas ocupadas, bem como os efeitos sociais de concentração da terra e da degradação ambiental.<sup>59</sup> Para além de uma simples opção das classes dominantes locais, que buscariam privilegiar vantagens naturais, o processo ocorrido na região, e no Brasil, em particular, teve influência de um movimento mais amplo de estruturação de uma cadeia global, na qual à região coube a função de fornecedora de produtos primários ao mercado mundial.

Um dos fatores que favoreceu esta situação foi a expansão da participação da China no comércio internacional, principalmente a partir da década de 2000, momento em que o país asiático converte-se no principal parque industrial do planeta e demandante de matérias-primas em volumes expressivos, tornando-se um dos maiores parceiros comerciais dos países periféricos nos anos seguintes. Entre 2001 e 2012, o total de exportações do Brasil para a China passou de 4% para 21%, em uma pauta concentrada em itens primários, como soja, carnes, açúcar e celulose.<sup>60</sup> No mesmo período, as negociações com a União Europeia reduziram de 39% para 24%. Em 2009, a China transformou-se no principal parceiro comercial do Brasil, superando os EUA,<sup>61</sup> situação que permanece até os anos atuais.<sup>62</sup> Em relação ao peso das negociações com o agronegócio brasileiro, os valores totais das exportações do setor para a China mais que triplicaram entre 2009 e 2019, passando de US\$ 8,9 bilhões para US\$ 31 bilhões.<sup>63</sup>

---

59 Cf. ARANDA, Dario. **Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur**: monocultivos, resistencias y propuestas de los pueblos. Buenos Aires: Acción por la Biodiversidad, 2020.

60 OLIVEIRA, Eliane. Dependência do Brasil em relação aos chineses quintuplicou. **O Globo**. Rio de Janeiro, 14 out. 2012. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020121014>. Acesso em: 13 ago. 2022.

61 MÁXIMO, Wellton. China torna-se principal parceiro comercial do Brasil após revisão das exportações. **Agência Brasil**. Brasília, 14 jan. 2010. Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-01-14/china-torna-se-principal-parceiro-comercial-do-brasil-apos-revisao-de-exportacoes>. Acesso em: 13 ago. 2022.

62 **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**. China é o maior parceiro comercial do Brasil no mundo. Brasília, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/11/china-e-maior-parceiro-comercial-do-brasil-no-mundo>. Acesso em: 13 ago. 2022.

63 LOPES, Fernando. Fiesp alerta para a concentração de exportações. **Valor Econômico**. São Paulo, 21 out. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/10/21/fiesp-alerta-para-a-concentracao-das-exportacoes.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2022.



A partir dessas considerações fundamentais, a busca pela percepção da lógica interna de reprodução de capital no Brasil das últimas décadas, com o estabelecimento de um *padrão de reprodução de capital* de especialização primário-exportadora, deve levar em consideração o fato da região estar integrada ao movimento geral do sistema capitalista, sem existir de forma isolada, como ressaltado na introdução deste capítulo. Dessa forma, o fato da região reconstituir-se em núcleos primário-exportadores – reafirmando uma condição que não é inédita mas estruturada historicamente – implica a necessidade de captar os efeitos do atual processo mundial de acumulação de capital, com suas diversas divisões internacionais do trabalho, buscando compreender como esses movimentos se articulam com as particularidades da região.

No curso das diversas divisões internacionais do trabalho que o sistema mundial estabeleceu ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo, coube a América Latina um papel fundamental. Da época colonial até a atual etapa do padrão de especialização produtiva primário-exportador, a região desempenhou a função principal de ser um espaço produtor de alimentos, de matérias-primas e de metais. De acordo com Osório, desde os processos de independência política em relação às metrópoles europeias, no início do século XIX, sucederam-se no continente três *padrões de reprodução de capital*.<sup>64</sup> Assim, do século XIX ao início do século XX, observou-se o padrão agromineiro exportador, com a região constituindo-se como fornecedora de produtos como café, borracha e algodão; de 1930-1970, um período que se configura como uma “janela” na trajetória marcadamente primária das formações econômico-sociais da região, com a conformação de um padrão de industrialização, desenvolvido de formas mais ou menos autônomas em cada país; e atualmente o padrão de especialização produtiva primário-exportador, de meados da década de 1980 até os dias atuais.

Evidentemente, é preciso considerar que os padrões de reprodução do capital não se sucedem de forma automática, ocorrendo períodos de transição entre eles. Segundo Jaime Osório, os períodos de transição são “momentos em que um padrão não termina de se subordinar e em que o padrão que emerge ainda não domina com clareza”.<sup>65</sup> Sem desconsiderar os aspectos de outros setores da economia e as especificidades de cada formação econômico-social, os períodos de transição configuram-se como interregnos entre os *padrões-eixo*, os padrões dinamizadores do processo de reprodução do capital em seu conjunto. Assim, na experiência concreta do continente latino-americano, o período de transição do padrão agromineiro exportador para o padrão industrial esteve

---

64 OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 78.

65 Ibidem.

articulado com diversos eventos, como a crise do mercado mundial, no período que se estende da Primeira Guerra Mundial, passando pela Crise de 1929, até a Segunda Guerra Mundial. As condições internacionais exigiram dos capitais locais a geração de uma forma de reprodução de capital em busca de retomar a acumulação em padrões satisfatórios para as classes dominantes, movimento que disparou um ciclo de industrialização.

No Brasil, no período histórico referido, ocorreu o processo de substituição de importações e de expansão da industrialização, especialmente a partir da década de 1930.<sup>66</sup> Este momento será fundamental no avanço da acumulação e no estabelecimento da produção capitalista brasileira em outros patamares, com a introdução de indústrias de bens de produção, substituindo a agroexportação como eixo dinâmico da economia nacional. Por meio da ação do Estado, reconfigura-se o eixo dinâmico da economia para o polo urbano-industrial, ajuste que alteraria sensivelmente a estrutura produtiva e de classes no país. Mediante uma nova composição no bloco de poder, forjou-se em um novo arranjo, unindo os interesses das frações industriais e das antigas elites agrárias, culminando nas décadas seguintes com a conformação de um padrão lastreado na industrialização.<sup>67</sup>

Na seção inicial deste capítulo, na caracterização do patamar neoliberal da acumulação capitalista, argumentou-se que o conjunto dos países da América Latina passaram por grandes transformações políticas e econômicas na segunda metade do século XX. Como afirmado, essas mudanças surgiram na esteira da crise iniciada nos países centrais em fins da década de 1960, alterações derivadas da queda nas taxas de lucros naqueles países, gerando uma nova divisão internacional do trabalho e a adoção de renovadas estratégias de acumulação. Esse processo, denominado de *mundialização*, expressou-se no avanço das formas financeirizadas e fictícias de capital e na reestruturação das relações de trabalho, além da aplicação de medidas neoliberais na condução das políticas econômicas e na reconfiguração dos Estados nacionais.

Diante desse contexto, encerrou-se a industrialização como o eixo dinâmico da reprodução capitalista nos países latino-americanos que tiveram a oportunidade de criar experiências relativamente autônomas de desenvolvimento industrial, como Brasil, Argentina e México. Em uma

---

66 MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 15-42.

67 O estabelecimento de um eixo de desenvolvimento capitalista baseado na industrialização e na urbanização não significou a suplantação das profundas relações sociais de produção apoiadas na estrutura agrária latifundista, que permaneceram praticamente intocadas no processo de expansão industrial levado a cabo a partir da década de 1930. Ao contrário, a estrutura fundiária brasileira naquela conjuntura – concentradora de terras, com baixa produtividade e reduzida composição orgânica de capital – será importantíssima para o processo de industrialização, ao fornecer enormes contingentes para a força de trabalho urbana e auxiliar na manutenção dos salários em níveis rebaixados. Cf. OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

nova ordem, que teve como cenário o acúmulo de eventos que geraram crises sucessivas (destacando-se: o fim do padrão dólar-ouro; o choque dos juros, que levaram à explosão das dívidas nos países periféricos e à inviabilização dos processos de industrialização, largamente financiados externamente; a derrubada do bloco socialista, que abriu uma nova fronteira de expansão de capitais; a expansão das medidas condensadas no “Consenso de Washington” e nos organismos multilaterais, como o FMI), iniciam-se ciclos de acumulação baseados em um novo padrão de reprodução de capital. Na passagem da década de 1980 para 1990, configura-se como *padrão-eixo* nos países latino-americanos uma nova especialização produtiva agroexportadora.

De acordo com Jaime Osório,<sup>68</sup> o novo padrão exportador de especialização produtiva apresenta características que o distingue de forma substancial do padrão primário exportador anterior, de fins do século XIX e início do século XX. Diferentemente do padrão agromineiro, os produtos exportados atualmente não se restringem às mercadorias básicas, mas incluem produtos com grau de elaboração mais elevado. Por outro lado, as semelhanças com o antigo padrão podem ser observadas no peso dado aos bens básicos no total das exportações dos países submetidos ao novo padrão. Como será analisado adiante, em meados da década de 2000 ocorrerá uma reversão na curva de exportações brasileiras, que passa a ter os produtos básicos como principal pauta para o comércio exterior, revertendo a tendência de décadas anteriores, de predominância dos produtos manufaturados e semimanufaturados, quando do predomínio do padrão de reprodução industrial.

Mesmo com a filiação desta pesquisa ao modelo teórico elaborado por Osório, faz-se necessária a ressalva de evitar a generalização dos efeitos derivados dos históricos padrões de reprodução do capital na América Latina. Afirmar a relevância da formação de um novo padrão de reprodução de capital não significa depreender transformações iguais e automáticas em todos os países do continente. Apesar dos laços comuns das economias da região (o passado colonial; o caráter de países dependentes e subordinados na trajetória de desenvolvimento capitalista; a localização na zona de influência direta dos EUA), ressalta-se a importância do rigor com as particularidades de cada contexto histórico das diferentes formações econômico-sociais do continente.

Nesta Tese, utiliza-se os elementos da categoria *padrão de reprodução de capital de especialização produtiva* exclusivamente para a análise das transformações na estrutura produtiva e nas relações de classe no caso brasileiro. Evita-se, portanto, realizar extrapolações diretas dos resultados das análises sobre o país para o resto do continente, por mais que o Brasil seja um dos principais atores

---

68 OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 103.

da região e as transformações operadas aqui gerem efeitos nos países vizinhos, dado o peso brasileiro na economia mundial, a extensão territorial continental e o tamanho de sua população. Compreende-se, portanto, que da análise da experiência brasileira a partir das orientações da categoria *padrão de reprodução de capital de especialização produtiva* há a possibilidade de identificar *tendências* sobre o comportamento das demais economias da América Latina, não transposições automáticas de condições e resultados.

Realizada a ressalva, cabe detalhar as particularidades do padrão de reprodução de capital exportador de especialização produtiva, dominante no início do século XXI. O padrão tem como fundamento as seguintes características:<sup>69</sup> a retomada de produções seletivas (especialmente a de bens primários e/ou secundários); o processo de realocação de segmentos produtivos; a adoção de novas formas de organização da produção; aumento da flexibilidade do trabalho e intensificação da precarização; estruturação de economias voltadas para a exportação; reduções e segmentações acentuadas no mercado interno; acirramento dos antagonismos sociais; aumento da exploração e da superexploração da força de trabalho; e a deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

Apresentadas as características desse novo padrão de reprodução de capital, cabe identificar as particularidades deste padrão de reprodução na experiência histórica das últimas décadas. Além disso, e de acordo com as hipóteses desta pesquisa, relacionar o estabelecimento desse novo padrão no contexto de reestruturação produtiva da economia brasileira com o avanço das frações burguesas ligadas ao agronegócio no processo de recomposição da supremacia burguesa no início do século XXI. Assim, ao observar-se a ação política destes grupos no contexto abordado, será buscado fornecer subsídios para compreender o atual patamar das lutas de classes no país.

O que se observa na contemporaneidade é um complexo movimento de articulação entre capitais de diversas esferas e origens com a produção do agronegócio. Destaca-se neste movimento uma imbricação entre os capitais ligados à produção agropecuária e aos setores de sua órbita, como o mercado de terras, a agroindústria e os serviços, com as formas financeirizadas do capital. Esta integração é um fator fundamental para a compreensão do desenvolvimento do novo padrão de acumulação. A terra, por exemplo, em suas variadas possibilidades de extração de valor, tornou-se um importante ativo financeiro e especulativo nas últimas décadas, sendo um espaço privilegiado para transformação de capitais fictícios em capital real.<sup>70</sup>

69 OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 104.

70 Guilherme Delgado desenvolve em suas pesquisas uma análise detalhada da “estratégia de capital financeiro” realizada pelo agronegócio brasileiro nas últimas décadas. Este processo será evidenciado em debate específico sobre a

O estabelecimento do novo padrão de exportador de especialização produtiva marcou o fim do padrão industrial como o eixo dinamizador da acumulação capitalista no Brasil. O modelo de industrialização aplicado não transcorreu de forma linear, ocorrendo em etapas distintas: internalizada e relativamente autônoma, com a implantação de indústrias de bens de produção, das primeiras décadas do século XX até os anos 1940; integração ao capital estrangeiro e expansão das indústrias de bens de consumo, a partir dos anos 1950 até meados de 1970. Na década de 1980, com o choque da reestruturação da produção originada nos países centrais, tal modelo entra em crise aguda. No novo padrão exportador do tempo presente, o que se observa é a perda relativa de peso do setor industrial na economia em comparação com os períodos anteriores, gerando um consequente reposicionamento deste setor no conjunto da economia, agora subsidiário às exportações. O novo padrão tem por consequência o fim da industrialização como experiência relativamente autônoma e como o centro dinâmico da reprodução do capital. O que permaneceu desse setor foi integrado e subsumido ao novo projeto exportador.

Observa-se, nas últimas décadas, a intensa reprimarização do conjunto da economia brasileira, movimento que alguns autores denominam como um processo de desindustrialização ou de regressão industrial.<sup>71</sup> No final da década de 1990 e início dos anos 2000, período de ascensão dos preços das *commodities* no mercado mundial, ocorreu uma alteração na curva das exportações brasileiras, com a queda da participação de produtos manufaturados e uma acentuada elevação nas exportações primárias, revertendo uma tendência em curso desde a década de 1960.<sup>72</sup> É possível observar no Gráfico 1 a alteração na curva das exportações brasileiras nas primeiras décadas do século XXI, com os produtos básicos assumindo o protagonismo das exportações, em detrimento dos produtos semimanufaturados e manufaturados.<sup>73</sup>

---

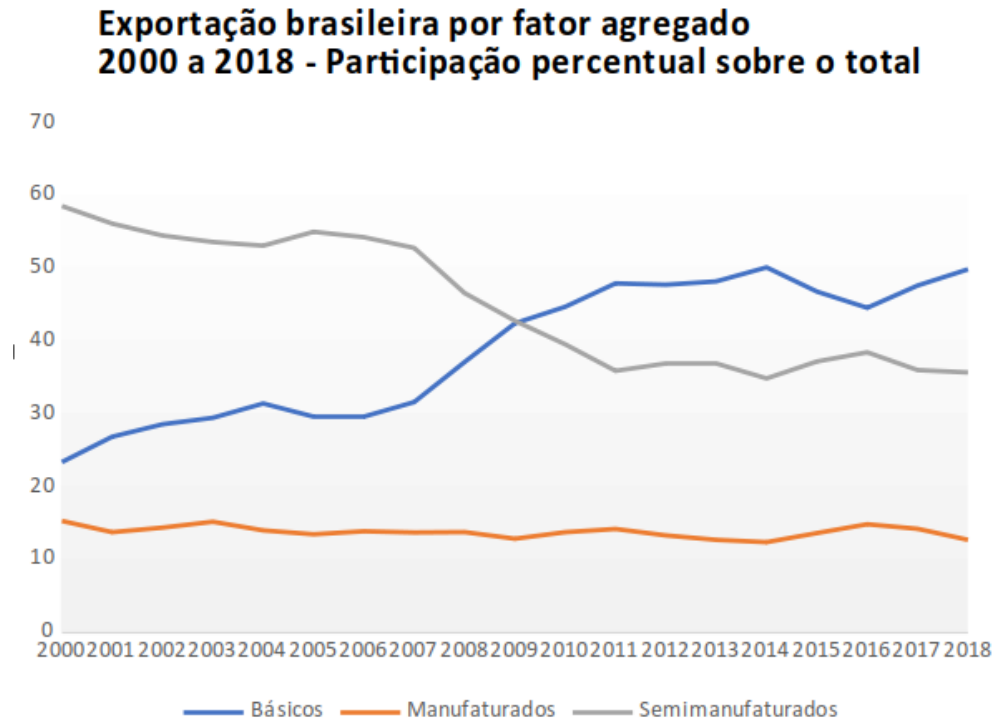
estruturação do agronegócio no Brasil, nos capítulos 3 e 4. Cf. DELGADO, Guilherme. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

71 GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 31, p. 5-30, fev. 2012

72 DELGADO, Guilherme. Especialização primária como limite do desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**, v.1, n. 2, pp. 111-125, jan/abr e maio/ago 2010.

73 Série histórica das exportações por fator agregado disponível em <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano> . Acesso em: 28 ago. 2019.

Gráfico 1



Em relação à estruturação do novo padrão de reprodução de especialização produtiva, a realocação dos segmentos produtivos aparece como uma das mais significativas características a serem destacadas no contexto brasileiro contemporâneo. Cabe neste ponto do capítulo uma abordagem mais detalhada sobre tal fenômeno, buscando caracterizar a passagem do padrão de industrialização dominante no período anterior para o padrão primário-exportador vigente nas últimas décadas. Busca-se com isso apresentar uma das hipóteses desta Tese, que identifica a ocorrência de uma profunda reconfiguração da estrutura produtiva brasileira na passagem do século XX para o XXI, que culmina com a primazia dos setores primário-exportadores, capitaneados pelo modelo de agronegócio.

#### 1.4 Desindustrialização ou reprimarização?

Há um profícuo debate entre economistas de correntes distintas que apontam para um processo contínuo de *desindustrialização* da economia nacional nas últimas décadas.<sup>74</sup> Para estes autores, o parque industrial nacional, de crescimento expressivo entre as décadas de 1930 e 1970, estaria em um movimento ininterrupto de regressão, iniciado nos anos 1980 e prolongado pelas décadas

74 Cf. ESPÓSITO, Maurício. Os limites do debate teórico da desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional. *Revista Econômica*, v. 19, n. 1, p. 131-158, jun. 2017.

seguintes. O setor, estabelecido nos marcos de uma industrialização com forte participação estatal e que parecia encaminhar o desenvolvimento capitalista brasileiro para patamares semelhantes aos dos países centrais, passaria por um processo contínuo de regressão. Assim, estaria em franco declínio o papel da indústria como o setor dinamizador do conjunto da economia nacional, reduzindo a participação industrial tanto no emprego total quanto no valor adicionado ao PIB, sendo substituído pelos setores primários e de serviços.

Após a crise dos anos 1980, a denominada “década perdida” para o crescimento econômico, a regressão no patamar industrial intensificou-se com a abertura comercial e as demais medidas liberalizantes do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), sendo acelerada durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que aprofundou a reconfiguração neoliberal da estrutura produtiva brasileira. O processo de regressão industrial prosseguiu nos governos posteriores (Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, entre 2003 e 2016), período no qual o país consolidou-se como uma das principais plataformas exportadoras de *commodities* agrícolas do mundo, especialmente entre meados da década de 2000 e da década de 2010.

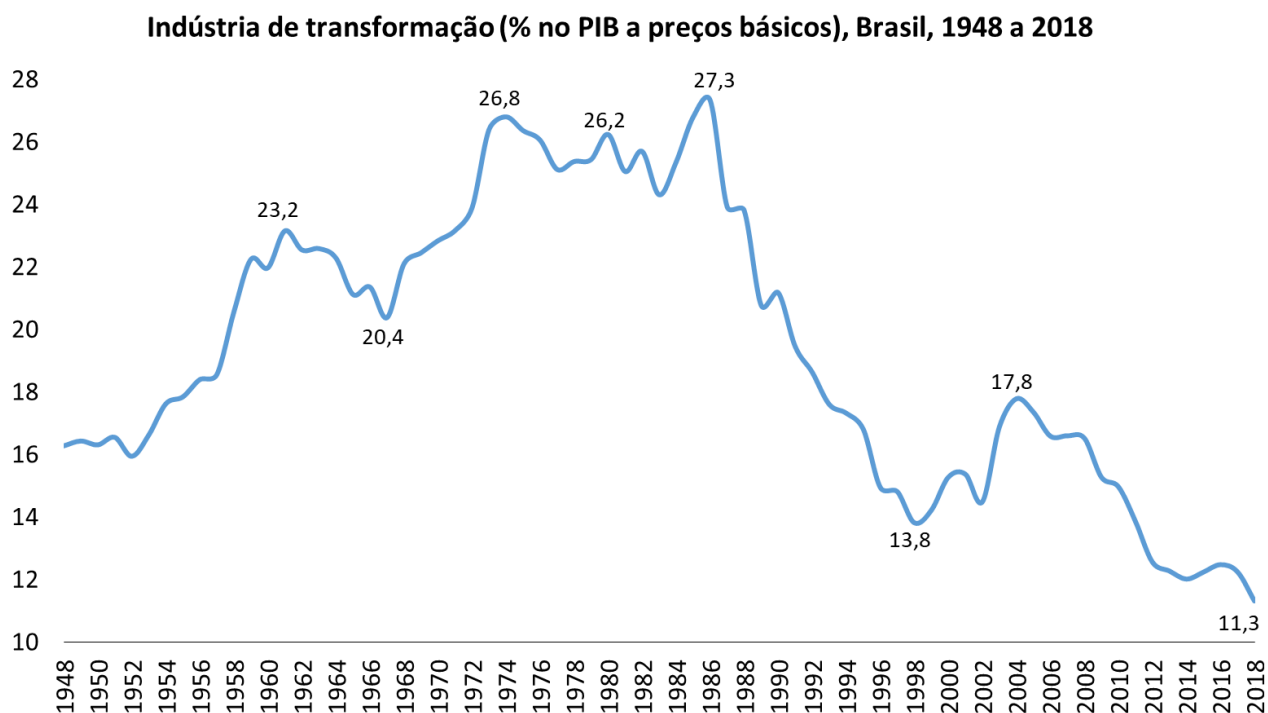
No debate acadêmico dominante, apresentam-se distintas teorias econômicas para explicar o processo de desindustrialização, realizadas tanto por segmentos vinculados à ortodoxia neoclássica e quanto por aqueles ligados à heterodoxia. Em linhas gerais, economistas de vertente ortodoxa, como Edmar Bacha, Samuel Pessôa e Sérgio Lazzarini,<sup>75</sup> indicam a ocorrência da desindustrialização baseando-se no declínio continuado da participação do setor industrial no PIB. No Gráfico 2, é possível observar os índices da indústria de transformação no PIB entre 1948 e 2018,<sup>76</sup> indicando uma visão geral dos movimentos do padrão de industrialização no período.

---

75 Cf. BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de. **O futuro da indústria no Brasil**: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

76 INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Panorama do retrocesso industrial de longo prazo. **Análise IEDI**, mar. 2019. Disponível em: [https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise\\_iedi\\_20190326\\_industria.html](https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20190326_industria.html) . Acesso em: 01 abr. 2022. Gráfico elaborado a partir dos dados do IBGE sistematizados em MORCEIRO, Paulo. Influência metodológica na desindustrialização brasileira e correções na composição setorial do PIB. **TD NEREUS 02-2019**, São Paulo, NEREUS-USP.

Gráfico 2



No período em tela, a despeito do forte crescimento entre meados das décadas de 1950 e 1980, observa-se a redução da participação do setor industrial no produto brasileiro. Entre 1985, ápice do setor manufatureiro na série histórica iniciada em 1948, e 2004, a participação do setor industrial no PIB reduziu de 27,3% para 17,8%. Neste período, é notável a tendência de queda, com a curva apresentando um momento de recuperação apenas por um breve período, entre 1998 e 2004. Quando delimita-se a série para as duas primeiras décadas dos anos 2000, momento de expansão e de consolidação da agroexportação como carro-chefe do PIB brasileiro, a curva da participação industrial retoma a tendência de queda. Entre 2004 e 2018, observa-se a redução da indústria de transformação no produto de 17,8% para 11,3%.

Outro ponto a ser destacado é a participação da indústria brasileira no total das exportações mundiais, que também apresentou redução notável no período.<sup>77</sup> Até o ano de 2014, o Brasil encontrava-se entre os dez maiores produtores industriais, mesmo com a queda constante referida anteriormente. Já em 2020, o país estava na 14<sup>a</sup> posição neste comparativo, em uma tendência aparentemente sem reversão no curto prazo, confirmando as previsões dos economistas partidários da interpretação da desindustrialização resultante da redução na participação do setor no produto interno do país.

<sup>77</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Desempenho da indústria no mundo**. Ano 5, nº 1, Dez 2021.



Apesar de identificarem a perda de importância da indústria de transformação no conjunto da economia, a regressão industrial não significaria necessariamente uma questão impeditiva para o desenvolvimento e para o acúmulo de capitais, de acordo com os partidários da linha de pensamento econômico ortodoxa. Edmar Bacha, um dos formuladores do Plano Real, em 2012<sup>78</sup> identificava que a paulatina perda de participação da indústria no PIB entre a década de 1980 e 2004 não seria um processo preocupante, já que reconhecia um “excesso de indústria” no Brasil em comparação com outros países. Assim como Bacha, Samuel Pessôa e Regis Bonelli, vozes relevantes no consenso liberal, também afirmavam que havia uma “participação exagerada” da indústria no PIB até meados dos anos 1990.<sup>79</sup> Outros economistas, como Mansueto de Almeida, vão referir-se à participação expressiva da indústria no PIB como uma “doença soviética”,<sup>80</sup> em analogia e contraposição à tese da “doença holandesa”, a armadilha que um país pode cair devido ao acesso à abundantes recursos naturais.

Tanto Pessôa quanto Bacha apontam que a correção na participação industrial excessiva iniciou-se com a abertura comercial da década de 1990 e com a expansão da exportação primária. Conforme Bacha, a particularidade da regressão industrial, principalmente a partir de 2005, é ser derivada da massiva entrada de capitais provinda da exportação de *commodities*. Portanto, a desindustrialização seria um “efeito colateral dessa bonança”, combinada à alta tributação do setor, ao protecionismo na importação de insumos e à taxaço da entrada de bens de capital.<sup>81</sup> Ademais, a mudança no perfil da pauta de exportações, com a redução da participação industrial e o aumento da exportação de produtos derivados da agropecuária e da mineração, teria o efeito positivo de gerar um crescimento intersetorial, já que a produção primária contemporânea utiliza-se de conhecimentos e técnicas mais intensivas.<sup>82</sup>

Ao contrário dos formuladores ortodoxos, os economistas de linha heterodoxa partem da consideração da centralidade da indústria para o desenvolvimento econômico. O setor industrial seria o responsável pelo crescimento de longo prazo das economias capitalistas, ao permitir a produção em escala, sendo o departamento que interliga as cadeias produtivas dos demais setores,

---

78 Entrevista de Edmar Bacha para o jornal Folha de São Paulo. Ver: CARNEIRO, Mariana. Proteger indústria e ajudar setores é política míope. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 jul. 2012. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19203&anchor=5800816&pd=52f8f8fd7184a11abf48c5326de8e557>> Acesso em: 29 abr. 2022.

79 PATU, Gustavo. Estudo contesta encolhimento da indústria no Brasil. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 abr. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19094&anchor=5772893&pd=192709d3be63056f043886fd51c47e2f> Acesso em: 04 maio 2022.

80 ALMEIDA, Mansueto. O problema da indústria. **Valor Econômico**. São Paulo, 20 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-problema-da-industria.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

81 CARNEIRO, Mariana. op. cit., 2012.

82 PATU, Gustavo. op. cit., 2012.

além de ser o difusor de inovações técnicas, gerar empregos de melhor qualidade e maior remuneração para os trabalhadores. No debate brasileiro, economistas como André Nassif, José Luis Oreiro, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Gonzaga Belluzzo, Wilson Cano, entre outros, entendem que a desindustrialização é um fenômeno observável tanto pela queda persistente da participação do setor industrial no valor adicionado quanto pela diminuição do emprego industrial em relação ao total.<sup>83</sup> Em linhas gerais, o que levaria a ocorrência desses processos seriam fatores os seguintes fatores: a adoção das políticas neoliberais de agressiva abertura comercial, que promovem a entrada e saída sem controle de capitais, levando à sobrevalorização cambial; e o privilégio da exploração econômica de recursos naturais, que geraria o fenômeno da “doença holandesa”.

De acordo com estes economistas, ao analisarem o papel do câmbio na regressão industrial da primeira metade do século XXI, observa-se que a taxa efetiva real de câmbio na economia brasileira valorizou-se 37,32%, entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2012. Enquanto isso, a participação da indústria no PIB regrediu de 18,01% para 14,59% no mesmo período. José Luis Oreiro, em 2012, afirmava que a sobrevalorização do câmbio, derivada de específica política econômica do governo de ocasião, seria suficiente para comprovar a ocorrência de um processo de desindustrialização.<sup>84</sup>

Ainda que seja possível localizar recentes divergências teóricas acerca do processo de redução da industrialização, o debate sobre a existência de uma progressiva regressão da capacidade industrial brasileira nem sempre esteve colocado na ordem do dia dos debates econômicos. A partir de uma conjuntura específica, as discussões sobre a pertinência de se identificar um processo de desindustrialização no Brasil ganharam dimensões públicas, para além de um debate restrito aos círculos acadêmicos. Esses debates coincidem com o momento de expansão primário-exportadora do Brasil e os questionamentos sobre os rumos das políticas industriais do Estado brasileiro. Nos primeiros anos do governo de Dilma Rousseff, especialmente entre 2011 e 2012, ganhou corpo um debate público sobre a ocorrência de um processo de desindustrialização da economia brasileira, mobilizando acadêmicos, economistas, empresários, jornalistas e figuras de campos políticos distintos. Debateu-se desde a extensão e a gravidade do fenômeno até a pertinência ou não da aplicação desta categoria para a realidade brasileira.

---

83 Cf. AZEVEDO, André; FEIJÓ, Carmem; CORONEL, Daniel (org.). **A desindustrialização brasileira**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2013. CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil. Texto para discussão. IE/UNICAMP**. Campinas, SP, n. 200, jan. 2012. OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem Aparecida. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2. 2010.

84 OREIRO, José Luiz. **Câmbio valorizado decorre de uma decisão do governo. Valor Econômico**. São Paulo, 02 maio 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/coluna/cambio-valorizado-decorre-de-uma-decisao-do-governo.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

Para demonstrar como as controvérsias sobre a desindustrialização desenvolveram-se na arena pública, influenciando nos rumos das políticas econômicas do período e tornando-se um elemento importante para a caracterização do processo de conformação do padrão de reprodução de capital de especialização primário-exportadora, esta pesquisa realizou levantamentos em dois dos principais veículos da mídia empresarial brasileira, os jornais *Folha de São Paulo* e *Valor Econômico*.<sup>85</sup> O motivo da escolha pela *Folha* deve-se ao fato de ser o jornal de maior circulação no país naquele momento, tendo a capacidade de concentrar e influir no debate político. Já a escolha pelo *Valor*, justifica-se por ser o jornal do principal grupo empresarial de comunicação do país (Grupo Globo), dedicado prioritariamente ao debate econômico e um dos principais porta-vozes de frações da elite empresarial nacional. Foi realizado em ambos jornais o levantamento do termo “desindustrialização” - tanto em manchetes quanto no corpo dos textos –, quantificando sua ocorrência, além da avaliação do conteúdo dos debates apresentados pelos jornais, destacando os principais temas relacionados ao tema da regressão industrial no Brasil.

#### ***1.4.1 A desindustrialização na imprensa brasileira: o debate econômico entre 2011 e 2012***

A partir das análises no acervo selecionado, é possível afirmar que os debates e controvérsias sobre o processo de desindustrialização nem sempre estiveram presentes no debate público sobre as políticas econômicas. Entre 1980 e abril de 2022, o jornal *Folha de São Paulo* apresentou 264 registros da expressão *desindustrialização* em suas páginas, seja no título das manchetes, sendo tema principal dos debates, seja como assunto secundário em outras matérias, nacionais e internacionais. Entretanto, a frequência da utilização da expressão e a recorrência das discussões em torno da temática da regressão industrial aparecem no debate público apenas em um período delimitado. As discussões avolumaram-se na esfera pública no contexto de implementação dos programas de incentivo à indústria do primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014). Entre 2011 e 2012, momento de elaboração do programa Brasil Maior e de efetivação de políticas de desoneração para as indústrias, a frequência na utilização da expressão *desindustrialização* e o tema da regressão do padrão de industrialização da economia brasileira ganharam destaque nas

---

<sup>85</sup> A pesquisa nos jornais foram realizadas nos acervos disponibilizados virtualmente pelas empresas. Para a *Folha*, que tem a totalidade das edições diárias digitalizadas, realizou-se o levantamento do termo *desindustrialização* desde a primeira edição do jornal, em maio de 1921, até as edições do mês de abril de 2022. No momento de realização desta pesquisa, o jornal *Valor Econômico* disponibilizava as edições diárias do jornal apenas a partir do ano de 2011. Para este jornal, portanto, foi realizado o levantamento da ocorrência do termo *desindustrialização* a partir de janeiro de 2011 até abril de 2022. Os acervos podem ser acessados em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> e <https://valor.globo.com/>

discussões sobre as políticas macroeconômicas. Por exemplo, somente no ano de 2012, o jornal *Valor Econômico* apresentou 195 entradas para o termo *desindustrialização* em seu noticiário.

O primeiro registro da palavra pode ser verificado em uma edição de 1946 da *Folha*<sup>86</sup>, mas em uma referência que não dizia respeito ao contexto brasileiro. Até 1979, a expressão não será utilizada novamente pelo jornal. Naquele ano, foram verificadas duas entradas. Em 23 de setembro, a seção dedicada às notícias internacionais sobre economia não apenas introduz o termo *desindustrialização* no debate econômico, que teria sido utilizada pela primeira vez por Roberto Campos (economista liberal, Ministro do Planejamento no governo Castelo Branco [1964-1967] e, naquele momento, embaixador do Brasil na Inglaterra). A seção também apresenta uma definição da revista inglesa *The Economist* para o conceito:

O embaixador Roberto Campos em sua entrevista de quinta-feira última introduziu um novo termo no economês tupiniquim: desindustrialização. A palavra é importada dos países industrializados e pode ser vista na página 34 da revista inglesa *The Economist*, edição de 21 de setembro. Serve para exprimir a redução do número de indústrias de um país, o que pode ser medido também pelo número de pessoas trabalhando nas indústrias ao longo do tempo.<sup>87</sup>

Nos anos 1980, a expressão terá uma ocorrência maior nas páginas da *Folha*. Entre dezembro de 1982 e novembro de 1983, a expressão aparecerá 7 vezes. A primeira utilização naquela década deu-se em artigo de Luiz Carlos Bresser-Pereira,<sup>88</sup> economista que viria a ser Ministro da Fazenda em 1987, durante o governo de José Sarney (1985-1990). No artigo, Bresser-Pereira apresenta argumentação contrária ao receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI), que em troca de empréstimos ao Brasil, previa uma série de medidas de controle do déficit público que poderiam levar o país a uma recessão e “a desindustrialização do Brasil – sua argentinização”. Apesar de aparecer nos jornais ao longo de quase um ano, a expressão retornará à *Folha* somente em 1985 e apenas outras 6 vezes até o final da década.

Os anos 1990 também não registram muitas entradas para o termo *desindustrialização*. Entre o início do governo Collor (1990-1992) e a implementação do Plano Real (01 julho de 1994), os

86 Precisamos de um plano de desindustrialização para a Alemanha. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 jun. 1946. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=36169&anchor=5064293&pd=c7089c0ad79d7b5358436450c28e2519> Acesso em: 04 maio 2022.

87 MARTINS, Elcio. Desindustrialização. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 set. 1979. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=7077&anchor=4263665&pd=fd3bb48ed044ae12be84eae7b848a065> Acesso em: 04 maio 2022.

88 BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Ineficiência da recessão e acordo com o FMI. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 dez. 1982. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=8248&anchor=4213420&pd=c649c9a559398c487892a112fafa5ef7> Acesso em: 04 maio 2022.

jornais apresentam apenas 8 registros. Em 30 de março de 1990, no contexto da abertura comercial e da imposição de medidas neoliberais de Collor, matéria da *Folha* apontava o risco da desindustrialização por conta da dolarização da economia, levando o Brasil a fragilizar sua economia tal qual a Argentina.<sup>89</sup> Note-se que o processo econômico do país vizinho será uma referência negativa recorrente neste período. Em novembro de 1993, artigo da economista Maria da Conceição Tavares na *Folha* indicava que as reformas neoliberais levaram ao agravamento da desindustrialização na Argentina.<sup>90</sup> Já em julho de 1994, imediatamente após o lançamento do Plano Real, matéria da *Folha* apontava que a desindustrialização aos moldes da regressão industrial argentina poderia ocorrer no Brasil caso o Real fracassasse.<sup>91</sup> Até 1999, contudo, o jornal apresenta registros da expressão somente mais 4 vezes.

Na década de 2000, o termo segue utilizado de forma discreta, com o registro de apenas 3 entradas até o ano de 2008: em setembro de 2000, em um balanço das reformas neoliberais aceleradas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002);<sup>92</sup> em julho de 2001, em uma citação de Ciro Gomes, então pré-candidato à Presidência nas eleições de 2002;<sup>93</sup> e em uma citação de um leitor do jornal na sessão dedicada aos leitores da *Folha*.<sup>94</sup> É importante destacar que não há na *Folha* o uso do termo *desindustrialização* ao longo de todo o primeiro mandato e quase todo o segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Somente em 2009, penúltimo ano de governo de Lula, a expressão reaparecerá nos jornais, com 4 entradas registradas naquele ano. Nestas referências, observa-se a introdução de uma argumentação que será recorrente nos debates sobre a desindustrialização na década posterior, tanto na *Folha* quanto no *Valor*: o papel do câmbio na regressão do patamar industrial do país.<sup>95</sup>

89 Economistas alertam para o risco de desconfiança causar dolarização. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 mar. 1990. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=10918&anchor=4091807&pd=dc281c33eca3d9fcd0cbe846daeab3> Acesso em: 04 maio 2022.

90 TAVARES, Maria da Conceição. Futuro da Argentina é a volta ao passado. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 nov. 1993. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12235&anchor=4836892&pd=12ebb037c94470b9b634be80548cf6d7> Acesso em: 04 maio 2022.

91 SCHWARTZ, Gilson. Plano da Argentina foi mais audacioso. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 jul. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12473&anchor=4834998&pd=1852d24d3a927bb7c67b5ad606c1b15f> Acesso em: 04 maio 2022.

92 ANTUNES, Ricardo. A plumagem e a carne. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 01 set. 2000. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=14725&anchor=707955&pd=8e72abdcde09418a8b122ab47f450020> Acesso em: 04 maio 2022.

93 Ciro e Serra trocam críticas pesadas em clima de campanha. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 jul. 2001. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=15045&anchor=149908&pd=2674402891485d669c0f114c0a050062> Acesso em: 04 maio 2022.

94 Painel do leitor. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 nov. 2002. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=15524&anchor=25278&pd=28144c5d22c74864cee1b3eedbce3c85> Acesso em: 04 maio 2022.

95 SCHWARTZMAN, Alexandre. Uma tese com substâncias. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 ago. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=17999&anchor=5839604&pd=22da408c094adbc06eddb0cb5317ca81> Acesso em: 04 maio 2022; NAKANO,

Os governos Lula, especialmente o segundo mandato, foram marcados por taxas elevadas de crescimento econômico, especialmente se comparadas às taxas atingidas pelo país da década de 1980 até então. Em 2007, por exemplo, registrou-se o crescimento de 6,1% no produto, enquanto em 2010, último ano de governo, ocorreu um acréscimo de 7,5%.<sup>96</sup> Estes números são resultados da conjunção de diversos fatores conjunturais daquele período. Destaca-se daquele cenário o aumento da demanda internacional por produtos agrícolas e minerais, especialmente da China, fenômeno que gerou o chamado *boom das commodities*, movimento que elevou os preços destas mercadorias e potencializou a produção exportadora nacional.

As condições para a expansão produtiva do setor agropecuário, tanto em termos de produtividade quanto de áreas utilizadas, não foram geradas de forma espontânea na segunda metade da década de 2000. Desde o final da década de 1990, o setor primário-exportador recebia uma atenção especial por parte das políticas econômicas do governo federal, sendo elencado como um dos atores principais na geração de divisas para o país. No período, foram viabilizadas políticas públicas e meios de financiamento estatal, estabelecendo um “pacto de economia política” do setor agropecuário e agroindustrial com o Estado, nos termos de Guilherme Delgado.<sup>97</sup>

O fator externo da demanda chinesa, gerador de um expressivo aumento nas divisas, permitiu por parte do governo Lula a execução de medidas como: a adoção de políticas distributivas que aumentaram a renda dos extratos mais pobres da sociedade brasileira, como o Programa Bolsa Família; a intensificação das políticas de valorização salarial, que recuperaram o poder de compra do salário-mínimo e dinamizaram o mercado interno;<sup>98</sup> o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007), que visava priorizar investimentos em infraestrutura, sobretudo em saneamento, ferrovias, aeroportos, rodovias e hidrovias; as políticas de habitação popular, com o Programa Minha Casa, Minha Vida (2009).

Muito distante de não apresentar contradições, os governos Lula foram atravessados pelas tensões inerentes à conciliação dos interesses das frações das classes dominantes e a adoção de medidas que

---

Yoshiaki. Regressão industrial e câmbio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18101&anchor=5829704&pd=ea3d338cd63fd0590ac80d250aa2ec64> Acesso em: 04 maio 2022.

96 Dados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-pib](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-pib) Acesso em: 04 maio 2022.

97 Cf. DELGADO, Guilherme. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

98 Cf. SANTOS, Mahatma Ramos. Interações socioestatais no caso da política de valorização do salário-mínimo (2003-2011). **Mosaico**, v. 13, n. 20, p. 449-471, 2021.



buscam soluções para as “questões sociais”, como a erradicação da extrema pobreza.<sup>99</sup> Assim, mesmo em um governo de centro-esquerda determinadas frações da burguesia brasileira consolidam sua hegemonia no bloco de poder, levando a um reposicionamento das frações desse bloco, com a primazia das frações associadas ao agronegócio, um dos objetivos a serem demonstrados nesta Tese. O governo Lula, ao mesmo tempo em que estabelece a prioridade no combate à fome, insere no Ministério da Agricultura a liderança da principal entidade de classe do agronegócio naquele período, o empresário Roberto Rodrigues, da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Ministro entre 2003 e 2006.

Um exemplo dessas contradições envolvendo o campo, pode ser observada na ausência de prioridade na realização da reforma agrária, bandeira histórica dos movimentos que apoiaram as eleições de Lula. Elaborado no primeiro mandato de Lula (2003-2006), o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) previa o assentamento de 520 mil famílias sem-terra. Entretanto, assentou-se no período em torno de 220 mil de famílias.<sup>100</sup> Por outro lado, no mesmo período ocorreu um aumento na concentração da propriedade da terra nas mãos de empresários, fato verificado pela expansão do número de grandes propriedades fundiárias (de 1000 hectares e mais) em relação ao total de propriedades no país. Conforme os Censos Agropecuários do IBGE elaborados entre 2006 e 2017, as grandes propriedades passam de 45% para 47,6% da concentração da área total de hectares agricultáveis ocupados.

O conjunto de tensões manejadas pelos governos Lula permitem a categorização daquele governo como de caráter social-liberal.<sup>101</sup> Isto é, governos que operam políticas sociais focalizadas conjugando a ação estatal com a de organizações privadas, mas sem recuar na aplicação de políticas econômicas neoliberais (privatizações, reformas na previdência social, geração de superavit primários, aumento da concentração fundiária etc.). Se naquele período não se realizou um avanço das classes dominantes por meio de uma ofensiva aberta de expropriação acelerada de direitos e deterioração das condições de vida da classe trabalhadora – tal como observado nos governos Collor e FHC e no período após os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), ao longo dos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) - verificou-se naquele

---

99 Cf. BOITO JR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/São Paulo: Editora Unesp, 2018.

100 Para a crítica aos números de assentados aquém da meta, ver a entrevista do professor Ariovaldo Umbelino ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). RAMOS, Vanessa. Política agrária do governo Lula valorizou agronegócio. **Página do MST**. 07 jan. 2011. Disponível em: <https://mst.org.br/2011/01/07/politica-agraria-do-governo-lula-valorizou-o-agronegocio/> Acesso em: 04 maio 2022.

101 Para um debate mais detalhado e uma definição estendida da categoria, cf. CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

período, por outro lado, uma consolidação gradativa da supremacia burguesa na condução do Estado, ao contrário do que se esperaria de um governo reformista e de origem popular.

Como afirmado anteriormente, a reconfiguração da economia brasileira, que culmina com a primazia das frações associadas ao agronegócio, conforme pretende-se demonstrar neste trabalho, ocorre ao longo daqueles governos de caráter social-liberal. O avanço das frações dominantes, culminando com a hegemonia das frações ligadas ao novo padrão de reprodução de capital de especialização primário-exportadora do período, introduzem políticas que expandem o poder político e econômico daquelas frações: aumento da concentração fundiária, financiamentos estatais para a produção cada vez mais volumosos, anistias fiscais e flexibilização da legislação ambiental. Nos capítulos 5, 6 e 7 são apresentados exemplos do avanço das frações dominantes e a constituição da hegemonia ao longo daqueles governos, como a legislação de isenção fiscal à exportação primária (Lei Kandir), o afrouxamento dos limites para a expansão da fronteira agrícola (Código Florestal de 2012) e a campanha pela disputa do consenso diante da sociedade (campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”).

Dilma Rousseff (2011-2016), sucessora de Lula, buscou em seu primeiro mandato dar continuidade às reformas de baixa intensidade dos governos anteriores, mas em condições diferentes de seu antecessor. Atravessando um cenário econômico mundial menos amistoso e sob os efeitos da grande crise iniciada em 2008 – recessão nos EUA gerada pela crise generalizada nos ativos financeiros das instituições bancárias daquele país, especialmente após a quebra de um dos seus maiores bancos de investimento, o Lehman Brothers – será buscado pelo novo governo a adoção de medidas anticíclicas. Diante da fraca expansão econômica em 2011, em patamares abaixo do ano anterior, foram criadas políticas para estimular o crescimento industrial, em um corte abertamente desenvolvimentista. Vislumbrou-se na expansão do setor industrial o motor para o crescimento do conjunto da economia nacional. Nesta tentativa, criam-se políticas industriais robustas, como o programa Brasil Maior e o segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

O Plano Brasil Maior, lançado em agosto de 2011 e previsto até 2014, buscou aprofundar as políticas industriais dos governos Lula – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE (2003-2007) e Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (2008-2010) –, dando centralidade ao Estado na condução do processo, colocando-o como indutor e fomentador do desenvolvimento e da retomada da industrialização.<sup>102</sup> Diante de um cenário de fragilidade da economia mundial, com os países centrais enfrentando dificuldades com as contas públicas e com

---

102 Cf. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano Brasil Maior**: 2011/2014. Brasília, 2011.



os setores produtivos, com reduzida demanda daqueles mercados, buscou-se um programa de estímulos em larga escala que possibilitasse uma competitividade maior da indústria nacional diante de seus concorrentes.

Com o mote “Inovar para competir. Competir para crescer”, o Brasil Maior previa ações estruturadas para privilegiar setores considerados estratégicos pelo governo, em busca de robustecer a indústria nacional. Foram definidos como estratégicos os seguintes setores: Sistemas da Mecânica, Eletroeletrônica e Saúde (Petróleo e Gás, Naval, Complexo da Saúde, Automotivo, Aeronáutico, Defesa, Bens de Capital); Sistemas Intensivos em Escala (Químico, Mineração, Metalúrgica, Celulose); Sistemas Intensivos em Trabalho (Têxtil, Móveis, Construção Civil); Sistemas da Agroindústria; Comércio, Logística e Serviços Pessoais. O plano estabeleceu 35 medidas iniciais, em especial as de caráter sistêmico. Destacam-se: desoneração dos investimentos e das exportações; ampliação e simplificação do financiamento ao investimento e às exportações; aumento de recursos para inovação; fortalecimento da defesa comercial; criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas; e regulamentação da lei de compras governamentais para estimular a produção e a inovação no país.

Ao longo dos anos de 2011 e 2012, sob os efeitos do Plano Brasil Maior e da adoção de políticas de desonerações para setores da indústria de transformação, tanto a *Folha de São Paulo* quanto o *Valor Econômico*, passam a registrar entradas com frequências regulares para o termo *desindustrialização*. Em 2011, a *Folha* registrou 21 entradas e o *Valor* 75. Em 2012, 57 registros na *Folha* e 195 no *Valor*. O termo propagou-se nas páginas dos jornais, ganhando destaque na argumentação dos mais variados personagens: de economistas de linhas teóricas distintas (Luiz Gonzaga Belluzzo,<sup>103</sup> Edmar Bacha, Bresser-Pereira<sup>104</sup>), passando por artigos de políticos de espectros distintos do campo político (casos de Marina Silva e Aécio Neves – cada um com duas entradas na *Folha*)<sup>105</sup> e grandes empresários detentores de colunas fixas nos jornais (Benjamin Steinbruch, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, entre março e abril de 2012, publicou

---

103 BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Os desafios da (re)industrialização. **Valor Econômico**. São Paulo, 03 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/os-desafios-da-re-industrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

104 BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desprotecionismo e desindustrialização. **Valor Econômico**. São Paulo, 29 mar. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/desprotecionismo-e-desindustrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

105 Incoerência (**Folha de São Paulo**. Edição 30.238, 16 jan. 2012), Crescimento? (**Folha de São Paulo**. Edição 30.294, 12 mar. 2012), Disperso e insuficiente (**Folha de São Paulo**. Edição 30.319, 06 abr. 2012). Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 04 maio 2022.

quatro artigos destacando o processo de desindustrialização do país)<sup>106</sup>, além de comentários na seção dedicada à opinião dos leitores dos jornais.

Nestes espaços são apresentadas razões variadas para as causas da regressão industrial brasileira nas últimas décadas. Na análise do conjunto de entradas nos jornais, destacam-se os seguintes temas: a) o papel do câmbio (a desvalorização ou a valorização cambial como elementos das políticas industriais); b) a responsabilidade dos custos (o chamado “Custo Brasil”, a reclamação dos setores empresariais à carga tributária e aos custos da força de trabalho como fatores que entravam os investimentos industriais); c) a timidez das políticas adotadas pelo governo Dilma (ainda que estas reclamações se deem em um contexto da adoção de um grande programa governamental e reiteradas desonerações); d) os históricos problemas de investimentos em infraestrutura e formação da força de trabalho, que perpetuariam os altos custos e a baixa produtividade do setor;<sup>107</sup> e) o desequilíbrio provocado pelas importações da China;<sup>108</sup> f) a desproporção entre os investimentos em indústrias de baixa e de alta tecnologia, que sinalizariam a perda de importância da indústria como centro dinâmico de desenvolvimento.<sup>109</sup>

Do aumento da frequência das manchetes e artigos observados no período, deve-se destacar o movimento identificado entre fevereiro e abril de 2012, quando a expressão *desindustrialização* passa a ter inserções quase diárias e por mais de uma vez em uma mesma edição dos jornais. Entre esses meses, é possível observar a formação de uma unidade de ação contra a desindustrialização entre instituições aparentemente antagônicas, como as centrais sindicais (Força Sindical e Central Única dos Trabalhadores – CUT) e as entidades patronais e de grandes empresários (Federação das Indústrias de São Paulo – Fiesp, Confederação Nacional da Indústria – CNI e Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq). Foram organizados encontros e protestos de rua para pressionar o governo Dilma a aplicar mais políticas industriais, cobrando medidas que atendessem todas as demandas do setor industrial.

---

106 Buscar a eficiência (**Folha de São Paulo**. Edição 30.253, 31 jan. 2012), Legítima defesa (**Folha de São Paulo**. Edição 30.295, 13 mar. 2012), Enquanto é tempo (**Folha de São Paulo**. Edição 30.309, 27 mar. 2012), Obesidade (**Folha de São Paulo**. Edição 30.323, 10 abr. 2012). Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 04 maio 2022.

107 LOZARDO, Ernesto. Ambiguidade marca trajetória da indústria brasileira. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19064&anchor=5750052&pd=b29da694a92f43e836994776c7a6ee71> Acesso em: 04 maio 2022.

108 WATANABE, Marta. Importação em alta desestrutura setor têxtil. **Valor Econômico**. São Paulo, 15 fev. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/02/15/importacao-em-alta-desestruturacao-setor-textil.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

109 BRITO, Agnaldo. Balança de alta tecnologia piora no país. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 ago. 2010. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18395&anchor=5760885&pd=734bb4cd831b897ea37171b0fcf66466> Acesso em: 04 maio 2022.

O atendimento das demandas do setor industrial, somadas às pressões realizadas por sindicalistas e entidades empresariais da indústria, é entendida por economistas como Laura Carvalho como uma rendição do governo Dilma à “agenda Fiesp”, que teria como consequências nos anos posteriores a desaceleração da economia e a deterioração do apoio ao governo.<sup>110</sup> A agenda da entidade, outrora influente e decisiva na definição das políticas econômicas, sobretudo quando da predominância do padrão de reprodução de capital industrial, entre os anos 1940 e 1970,<sup>111</sup> não surtiu os efeitos esperados. A “agenda Fiesp” incluía as seguintes pautas: a redução de juros, o corte de gastos e investimentos públicos, a desvalorização cambial, políticas amplas de desonerações tributárias, redução nas tarifas de energia e ampliação do crédito via BNDES.

A unidade de ação entre sindicalistas e empresários, além da adoção momentânea da agenda conjuntural dos setores industriais, dá indícios do estremecimento do pacto de classes estabelecidos nos governos anteriores. O cientista político André Singer defendeu a tese de que a conjunção de “ativismo estatal” e de adoção de pautas de setores do empresariado por parte do governo Dilma, teria resultado na alienação do apoio de camadas de empresários que sustentaram parte do pacto de classes nos governos anteriores.<sup>112</sup> Na imagem criada por Singer, o governo Dilma, na busca por acelerar políticas desenvolvimentistas, “cutucou muitas onças com varas curtas”. A noção sinalizaria a incapacidade do governo de lidar com a reação dos setores empresariais descontentes com as políticas econômicas adotadas e de reagir à ofensiva aberta a partir do estremecimento dos pactos, seja por meio da construção de uma aliança interclassista, seja pela mobilização da classe trabalhadora.

Em 27 de fevereiro de 2012, o *Valor* relata o primeiro acordo entre sindicalistas e empresários, noticiando a definição de manifestações conjuntas da Força Sindical e da Fiesp contra a desindustrialização. “Vamos levar centenas de sindicalistas e empresários que estão preocupados com a desindustrialização”, afirmavam as lideranças.<sup>113</sup> No início de março, a *Folha* noticia a adesão de novas entidades empresariais (CNI e Abimaq) ao movimento,<sup>114</sup> que seguiu organizado

---

110 CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018, p. 58-59.

111 Para um debate sobre as origens da Fiesp e as disputas por hegemonia na classe dominante brasileira envolvendo a entidade, sobretudo entre os anos 1980 e 1990, décadas de crise do padrão de reprodução de capital industrial, cf. BIANCHI, Alvaro. **Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

112 SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, n. 102, p. 39-67, jul 2015.

113 GIFFONI, Carlos. Centrais e empresários marcam manifestações contra desindustrialização. **Valor Econômico**. São Paulo, 27 fev. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/02/27/centrais-e-empresarios-marcam-manifestacoes-contradesindustrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

114 MAGALHÃES, Vera. Mais-valia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19065&anchor=5750160&pd=ff7fde9c723522ae8e33712c47ae4a72> Acesso em: 04 maio 2022.

ao longo do mês, negociando as pautas das entidades e das centrais sindicais com governadores da oposição, parlamentares e ministros do governo. No *Valor*, em 19 e 27 de março de 2012, respectivamente: “Indústria e trabalhadores preparam 'manifestação dos 100 mil' em SP”;<sup>115</sup> “Alckmin e Kassab discutem desindustrialização com empresários e Força”;<sup>116</sup> “Centrais se reúnem com Marco Maia para discutir desindustrialização”;<sup>117</sup> “Gerdau reforça discurso de ato contra a desindustrialização”<sup>118</sup>. Entre as pautas comuns, as centrais sindicais e os empresários questionam o câmbio valorizado, os juros altos e a carga tributária, fatores que entravariam a competitividade da indústria brasileira e contribuiriam para a regressão industrial do país. Para solucionar estas questões, exigiam do governo a adoção de reformas tributárias, investimentos em infraestrutura e barreiras contra a importação. A pressão pública destes grupos chegou ao ápice no início de abril, quando foram realizados atos de rua mesmo após o governo anunciar um pacote de R\$ 60,4 bilhões em estímulos à indústria.<sup>119</sup>

“Estão trabalhando nos efeitos e não na causa do problema”, afirmou Paulo Skaf, presidente da Fiesp. Para ele, o foco de ação do governo deve ser o *real valorizado*, *os juros elevados*, *o alto preço da energia elétrica* e a guerra fiscal travada entre estados, que beneficia produtos importados.<sup>120</sup>

A fala da liderança patronal evidencia que as ações implementadas pelo governo seriam insuficientes para impedir a desindustrialização. Para que as políticas industriais fossem efetivas, seria necessária a adoção integral das demandas da “agenda Fiesp”. As consequências políticas e econômicas da adoção destas pautas fogem ao escopo neste momento. Contudo, quanto mais o governo cedeu, mais as entidades pressionaram. Tanto que as manifestações exigindo mais benefícios para o setor industrial espalharam-se para estados além de São Paulo, que por ter a maior

115 GIFFONI, Carlos. Indústria e trabalhadores preparam 'manifestação dos 100 mil' em SP. **Valor Econômico**. São Paulo, 19 mar. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/03/19/industria-e-trabalhadores-preparam-manifestacao-dos-100-mil-em-sp.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

116 Idem. Alckmin e Kassab discutem desindustrialização com empresários e Força. **Valor Econômico**. São Paulo, 19 mar. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/03/19/alckmin-e-kassab-discutem-desindustrializacao-com-empresarios-e-forca.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

117 Idem. Centrais se reúnem com Marco Maia para discutir desindustrialização. **Valor Econômico**. São Paulo, 27 mar. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/03/27/centrais-se-reunem-com-marco-maia-para-discutir-desindustrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

118 BUENO, Sérgio Ruck. Gerdau reforça discurso de ato contra a desindustrialização. **Valor Econômico**. São Paulo, 27 mar. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/03/27/gerdau-reforca-discurso-de-ato-contr-a-desindustrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

119 GIFFONI, Carlos. Um dia após pacote, indústria pede novas medidas em ato em São Paulo. **Valor Econômico**. São Paulo, 04 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/04/04/um-dia-apos-pacote-industria-pede-novas-medidas-em-ato-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 04 maio 2022.

120 Grifos nossos. CARNEIRO, Mariana. Protesto em SP vira palanque contra o pacote. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 abr. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19090&anchor=5771149&pd=f7f11b27480593e8062666917d97c846> Acesso em: 04 maio 2022.

concentração industrial do país centralizou o movimento em um primeiro momento. Empresários e sindicalistas mobilizaram-se em Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande Sul, como indica a reportagem do *Valor*, em 12 de abril de 2012.

A Abimaq foi quem idealizou o movimento “Grito de Alerta – Em defesa da produção e do emprego e contra a desindustrialização”, que conta com o apoio de entidades empresariais e centrais sindicais. No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, empresários e trabalhadores já foram para as ruas em atos e eventos conjuntos.<sup>121</sup>

Entre meados de abril e maio de 2012, o tema da desindustrialização seguia tão em evidência no debate público sobre as políticas econômicas que o *Valor* apresentou uma série de artigos de economistas de diferentes linhas, questionando a existência ou não de um processo de regressão industrial. Esta série de artigos sintetiza os principais argumentos expostos no período e que fizeram o tema da desindustrialização naturalizar-se no debate público – cada vez mais público e influenciando nos rumos políticas econômicas daquele momento. Os artigos apontam para a consolidação do uso do termo *desindustrialização* no debate econômico a partir de então.

De forma geral, a argumentação para a existência ou inexistência de um processo de industrialização na série de artigos do *Valor* têm uma linha de interseção. Ambas posições apontam para o papel do câmbio na economia brasileira. Os economistas ortodoxos, que refutam a relevância da desindustrialização, afirmam que identificar o câmbio como responsável pelo processo seria uma falácia. Ao contrário, o excesso de indústrias, a burocracia, os custos de produção e a carga tributária seriam os fatores determinantes para a perda de importância do setor industrial na economia brasileira contemporânea. Apontam ainda que o debate da desindustrialização seria uma agenda corporativista, exclusiva da Fiesp. O maior espaço dedicado aos defensores da inexistência de um processo de desindustrialização (7 entre 12 artigos da série), além da reverberação do discurso em grande parte das colunas e matérias diárias, aponta para a possibilidade dessa posição ser uma linha editorial do veículo.

Para Mansueto de Almeida, um dos que negam a tese da desindustrialização, a regressão do número de indústrias não seria um problema, posto que havia um excesso de indústrias no país.<sup>122</sup> Já Naercio Menezes Filho, aponta a não ocorrência de uma regressão industrial visto que os empregos

---

121 SOUZA, Marcos de Moura. Em Minas, empresários e trabalhadores se juntam em defesa da indústria. **Valor Econômico**. São Paulo, 12 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/04/12/em-minas-empresarios-e-trabalhadores-se-juntam-em-defesa-da-industria-1.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

122 ALMEIDA, Mansueto. O problema da indústria. **Valor Econômico**. São Paulo, 20 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-problema-da-industria.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

no setor mantiveram-se estáveis no período. Ao contrário, o problema da indústria brasileira relaciona-se à baixa produtividade, derivada dos históricos gargalos da infraestrutura, da educação e da burocracia estatal. Para resolver estes problemas seria preciso reduzir os custos tributários.<sup>123</sup> Também negando a desindustrialização, o brasilianista Riordan Roett aponta os custos de produção e o peso da previdência como responsáveis pela pouca competitividade da indústria brasileira. E mais, afirma que o debate da desindustrialização é um debate pautado pela Fiesp:

“Não compro o argumento da Fiesp sobre desindustrialização. Há pessoas realmente preocupadas, sobretudo em São Paulo. Talvez pelas razões erradas. O jeito de lidar com isso é ter uma mão de obra mais bem-educada para trabalhar em indústrias sofisticadas e complementar a agricultura e as matérias-primas. A questão educacional no Brasil é terrível.”<sup>124</sup>

Alexandre Schwartzman, outro economista a negar a existência da desindustrialização, faz elogios à exportação primária, objetando a reprimarização da economia como fato prejudicial ao desenvolvimento econômico brasileiro. Para o articulista, a manufatura perdeu importância no total do produto do país por conta da queda dos preços relativos do setor em comparação com o setor primário.<sup>125</sup> Por fim, Samuel Pessôa afirmou que a estratégia elaborada pelo governo Dilma para salvar a indústria estava equivocada. Pessôa reverbera o argumento de que a desindustrialização é um “discurso de federações de empresários contra os juros altos e o câmbio valorizado”.<sup>126</sup> O grande problema da indústria brasileira, portanto, seria o problema estrutural de perda de competitividade do setor.

Por outro lado, os argumentos de economistas que reconhecem a existência de um processo de desindustrialização apresentam posições diferentes na série elaborada pelo *Valor*. André Nassif reconhece a perda de participação da indústria no conjunto da economia, mas argumenta que as alterações no câmbio não são suficientes para resolver os problemas da regressão industrial brasileira. Ao contrário, seria preciso mudanças na política macroeconômica.<sup>127</sup> José Luis Oreiro

123 FILHO, Naercio Menezes. Desindustrialização? **Valor Econômico**. São Paulo, 27 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2012/04/27/desindustrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

124 Riordan Roett, brasilianista vinculado à Universidade John Hopkins. RIBEIRO, Alex. O Brasil tem sido sortido com presidentes. **Valor Econômico**. São Paulo, 02 maio 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/coluna/brasil-tem-sido-sortido-com-presidentes.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

125 SCHWARTSMAN, Alexandre. Datafobia. **Valor Econômico**. São Paulo, 03 maio 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/datafobia.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

126 MARTINS, Arícia. Para economistas, estratégia para salvar indústria está equivocada. **Valor Econômico**. São Paulo, 08 maio 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/05/08/para-economistas-estrategia-para-salvar-industria-esta-equivocada.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

127 NASSIF, André. Contradições do ativismo keynesiano brasileiro. **Valor Econômico**. São Paulo, 20 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/contradicoes-do-ativismo-keynesiano-brasileiro.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.



rebate a ortodoxia dos artigos veiculados anteriormente, defendendo a industrialização como motor do desenvolvimento, as medidas industriais do governo Dilma e apoiando mudanças no câmbio, compreendidas como possibilidades para reverter a decadência da indústria no produto.<sup>128</sup> Em artigo posterior, Oreiro rebate mais uma vez as posições ortodoxas apresentadas no jornal, destacando o papel do câmbio apreciado na acelerada desindustrialização do país.<sup>129</sup>

Por fim, cabe destacar os argumentos apresentados no artigo de Alexandre de Freitas Barbosa, no qual apresenta uma visão alternativa aos principais argumentos do debate dominante entre neoliberais e heterodoxos: a baixa produtividade e a reduzida competitividade da indústria para os primeiros e a desindustrialização como fato indiscutível e irreversível para os últimos. O pesquisador aponta que o debate sobre a transformação no papel da indústria de transformação é um tema relevante, mas a forma como o problema é conduzido desloca a questão, colocando uma “cortina de fumaça” e ocultando os problemas de fundo, não explorados no debate dominante. Para Barbosa, a crise na industrialização brasileira estaria relacionada a uma transição estrutural na economia do país, mais do que em medidas pontuais das políticas industriais. Sugere então a hipótese de que o problema residiria na incapacidade do Estado de realizar uma nova relação entre a indústria de transformação e a dinâmica econômica mundial, na qual ocorreria uma reestruturação relacionada à ascensão chinesa no circuito mundial.

No atual contexto, a indústria não precisa mais correr à frente do PIB, como acontecia durante a industrialização. Mas ela deve ser remodelada a partir de uma nova orquestração entre Estado, setor privado nacional e capital transnacional, que defina as suas frentes de expansão. Trata-se de decidir "a indústria que queremos e podemos ter", mantendo um núcleo duro capaz de gerar encadeamentos produtivos e de incorporar progresso técnico; e que possa se aproveitar do dinamismo dos setores de serviços, infraestrutura, construção civil e agrícola, expandindo o seu potencial de acumulação e da economia como um todo.<sup>130</sup>

Ao deslocar o entendimento das transformações na indústria para questões estruturais do tempo em que ocorre, a hipótese de Barbosa encaminha uma compreensão da regressão industrial próxima daquela que reputa às transformações profundas no padrão de reprodução de capital no país,

---

128 OREIRO, José Luis. Desindustrialização e a ortodoxia. **Valor Econômico**. São Paulo, 26 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/desindustrializacao-e-a-ortodoxia.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

129 Idem. Câmbio valorizado decorre de uma decisão do governo. **Valor Econômico**. São Paulo, 02 maio 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/coluna/cambio-valorizado-decorre-de-uma-decisao-do-governo.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

130 BARBOSA, Alexandre de Freitas. A cortina de fumaça da “desindustrialização”. **Valor Econômico**. São Paulo, 24 maio 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-cortina-de-fumaca-da-desindustrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

conforme explicitado nos debates anteriores no presente capítulo. Contudo, a hipótese apresentada por Barbosa no artigo anterior é insuficiente para dar conta dos fundamentos do processo de desindustrialização. Ao contrário, entende-se nesta Tese que o patamar industrial brasileiro regride nas últimas décadas por conta de questões estruturais de outro tipo, não apenas “curtos-circuitos” na orquestração entre Estado e os setores privados. No tópico seguinte, busca-se desenvolver este ponto das determinações estruturais da regressão industrial brasileira, relacionando-as à configuração do novo padrão de reprodução de capital primário-exportador.

#### ***1.4.2 Uma outra interpretação para a desindustrialização: reprimarização e reposicionamento da indústria na economia brasileira***

A partir das observações realizadas acima, é preciso encaminhar a análise da situação da produção industrial em sentido diferente das argumentações postas pelas correntes do pensamento econômico que predominaram no debate público no início da década de 2010. Entende-se a necessidade de ir além da simples investigação dos dados conjunturais sobre as variações no produto ou as taxas de ocupação do setor para compreender os fundamentos das transformações na economia brasileira nas últimas décadas. Não que as observações dos números do PIB, do valor adicionado, da participação na produção mundial e as consequências das políticas macroeconômicas não sejam relevantes para o entendimento da dinâmica de perda da importância do setor de transformação em comparação com o passado. Período histórico pretérito, como já afirmado, de estabelecimento de uma industrialização expressiva, colocando o setor industrial em uma posição de destaque no conjunto da economia brasileira e na economia mundial.

Contudo, apenas a observação da dinâmica dos números não explica o *sentido* das transformações ocorridas na indústria de transformação brasileira nas últimas décadas. As questões mais apropriada a averiguar seriam: o setor industrial direciona-se para uma perda de relevância absoluta, entrando em um caminho de diminuição rumo ao desaparecimento, como depreende-se das perspectivas dominantes no debate econômico? Ou, ao contrário, a contração representaria uma redução relativa e subordinada a um processo estruturante mais profundo, que estabeleceria um papel diferente para a produção industrial?

Um primeiro encaminhamento possível para explicar as mudanças nas últimas décadas é perceber a manutenção da participação importante do setor industrial mesmo diante da expansão agroexportadora e da queda relativa da indústria de transformação, seja no total do produto interno



ou no conjunto das exportações. Como indicado anteriormente, em 2014 o Brasil encontrava-se entre os dez maiores países industrializados do mundo. Ademais, é importante destacar que a produção industrial imbrica-se com o setor primário de forma significativa.

Ainda que os carros-chefes das exportações nacionais desde meados da década de 2000 sejam produtos agrícolas com baixo valor agregado, como grãos (soja e milho, principalmente) e proteínas animais, a produção da agropecuária e da agroindústria, sob o modelo dominante de agronegócio, tem como pressuposto a integração das cadeias produtivas de setores diversos. Mesmo com a prevalência de indústrias com baixo valor agregado na produção agroindustrial, como frigoríficos processadores de carnes, a produção do setor agroexportador é dependente de componentes industriais variados, de baixa e alta complexidade: setor metalmeccânico de produção e montagem de caminhões e tratores; indústria química de fertilizantes e agrotóxicos; biotecnologia de geração de sementes; plantas industriais de abate e beneficiamento de proteínas animais; a expansão da chamada “agricultura 4.0”,<sup>131</sup> dependente de sistemas de informações de alta tecnologia, sistemas de georreferenciamento, utilização de veículos não tripulados, como *drones* etc.

Tendo em conta a interação entre a indústria e a agroexportação, uma segunda condição impõe-se para o entendimento do recuo da indústria e a consequente substituição como o setor dinâmico da reprodução capitalista no país. É necessário abordar as mudanças transcorridas nas últimas décadas a partir de uma ótica de *recomposição* do conjunto do setor industrial brasileiro em relação ao resto do sistema produtivo do país. Mais do que uma “marcha à ré” no desenvolvimento capitalista, uma regressão que levaria o país de forma incontornável do patamar industrial urbano para um “fazendão” neocolonial, o que ocorre é um processo profundo de recomposição nas determinações estruturais da reprodução capitalista.

Desta forma, para compreender as transformações no patamar industrial a partir da lógica da recomposição – que se expressa na redução dos números do setor em relação ao conjunto da economia – é preciso ter em vista o movimento que ocorre de forma concomitante e imbricado na formação econômico-social brasileira: a condição estrutural de desenvolvimento econômico de um país dependente, que se realiza de forma subordinada e com limites de expansão. Esta é, talvez, seja uma questão incontornável para a determinação das transformações ocorridas no país nas últimas décadas.

---

131 Cf. FILHO, Lauro Veiga. O campo mais digital. **Valor Inovação Brasil 2020 – Valor Econômico**. São Paulo, ano 6, n. 6, p. 90 – 92, set. 2020; Idem. O desafio de conectar as áreas remotas. **Especial Inovação – Valor Econômico**. São Paulo, p. 80 – 82, nov. 2020; TIAGO, Ediane. Falta ligar o pequeno e médio produtor: com ganhos na casa dos trilhões, a agricultura 4.0 avança entre os grandes, mas o salto produtivo virá quando alcançar os menores. **Valor Setorial Agronegócio**. São Paulo, p. 34 – 36, jul. 2020.

Como elucidado pelos teóricos da dependência referenciados nesta Tese (Marini, Bamberger, Theotônio), a dependência não é uma *opção* das elites políticas e econômicas, mas a forma concreta de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Sem entender a condição subordinada do Brasil no conjunto do sistema mundial e na divisão internacional do trabalho<sup>132</sup> – condição que determina as formas de reprodução de capital, em um movimento dialeticamente determinado por fatores internos e externos, originada a partir da forma histórica de estabelecimento e expansão da reprodução capitalista no Brasil a partir do século XIX – não é possível entender o que está nas bases do recuo da produção industrial das últimas décadas, aqui identificada como uma *recomposição*. Para além de fatores conjunturais, como a apreciação ou defasagem cambial, as políticas governamentais para a indústria mais ou menos abrangentes, o que deve ser evidenciado nas análises é a condição estrutural, de formação, de fundamento da reprodução, que impactam os padrões de reprodução de capital, notadamente o padrão de industrialização. Assim, entende-se que não é possível perder de vista que as questões conjunturais subordinam-se às questões estruturais constantes.

Para entender o movimento de recomposição da indústria no Brasil identificando o problema por uma ótica distinta, reforça-se aqui a necessidade de se ter em vista as ferramentas da categoria *padrão de reprodução de capital*. Ao se ter em conta o método estabelecido pela categoria, conforme exposto nas seções anteriores deste capítulo (a observação da interação das políticas econômicas determinadas pelas forças políticas e econômicas locais, atreladas às demandas e transformações no sistema mundial, sem negligenciar as dinâmicas impostas pelas lutas entre as classes e suas frações em seus contextos históricos), é possível observar a recomposição industrial por uma lógica diversa. Uma ótica que busca nas formas concretas da reprodução de capital e das relações sociais de produção, as motivações para o estabelecimento de um novo setor dinâmico de acumulação capitalista, para além da localização do problema em simples gargalos conjunturais ou manejos equivocados de políticas econômicas.

Partindo dessa perspectiva, o recuo relativo da produção industrial nas últimas décadas representa um *reposicionamento* desse ramo perante um novo setor dinâmico de reprodução que se impõe. A regressão industrial não se dá por opções equivocadas das políticas econômicas (ainda que elas moldem camadas da realidade concreta). Mais do que um simples processo de extinção do parque industrial brasileiro determinado por “opções de desenvolvimento” ou “deficiências que levariam à baixa produtividade”, sendo paulatinamente substituído pelas exportações de produtos básicos,

---

132 MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência (1973). In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs). **Ruy Mauro Marini** – Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 134.

foram outros os condicionantes e os resultados desse reposicionamento. Em certa medida, foram influenciados pela estrutural condição dependente do país. Desta forma, o forte estímulo ao setor primário exportador, iniciado na passagem da década de 1990 para 2000 e consolidado na década seguinte, com a conseqüente subordinação da indústria ao novo vetor da economia, são resultados *também* condicionados pela posição dependente e subordinada da economia brasileira. Tal situação interfere de forma decisiva na composição dos diversos setores da economia nacional, gerando, como se tem buscado demonstrar, não a mera desindustrialização, a pulverização das indústrias, mas a recomposição do patamar industrial no conjunto da economia, tornando-o subsidiário do *eixo* primário-exportador.

Na passagem do século XX para o XXI, as circunstâncias que condicionariam a acumulação capitalista no país ligavam-se às transformações globais ocorridas nas cadeias produtivas, influenciadas naquele período pelos seguintes fatores: o vultuoso crescimento chinês; a expansão das condições de reprodução neoliberais no centro do sistema mundial, com a ampliação dos processos de financeirização; a reconfiguração da produção industrial nos países centrais; o avanço das novas tecnologias de comunicação e de produção. Por sua condição dependente, a reprodução do capital no Brasil passa a girar de acordo com a interação dessas transformações globais com as necessidades internas das classes dominantes-dominadas, alteradas por conta dessas condições globais.

Portanto, dada a condição dependente do país e tendo em vista o imperativo das transformações na economia mundial naquele momento, ocorrerá a mudança do *eixo* dinâmico interno da acumulação, que terá por conseqüência a redução relativa do setor industrial e a recomposição da indústria brasileira. Neste novo cenário de competição global, no qual se alteram as necessidades do conjunto da burguesia brasileira de manterem sua lucratividade, a estrutura produtiva será reposicionada a favor dos setores que possibilitem a manutenção das condições competitivas das classes dominantes internas. Nas disputas entre as frações da burguesia brasileira, em conflitos condicionados pelas transformações nas cadeias produtivas mundiais, os setores agroexportadores impõem-se no bloco de poder. Em uma dinâmica que será observada em detalhes nos capítulos posteriores, os setores ligados à cadeia do agronegócio instalam-se nas estruturas políticas e governamentais, estruturando uma cadeia ampla de interesses, abarcando do mercado de terras às legislações favoráveis ao setor, passando por um intrincado sistema de financiamento estatal e construção de *lobbys* favoráveis. Assim, a combinação dos movimentos internos e externos determinam o reposicionamento do setor industrial, antes privilegiado, para um papel *subsidiário* dos setores de especialização produtiva

primário exportadora, dado o fato do setor agroexportador favorecer taxas de lucros mais viáveis neste novo concerto das disputas mundiais e do patamar da reprodução global do capitalismo.

Evidentemente, a passagem de um setor outrora privilegiado para subsidiário não se dará sem conflitos. E é exatamente a investigação deste ponto um dos principais objetivos a serem demonstrados nesta Tese: determinar a ação política das frações agroexportadoras em prol de viabilizar as necessidades de reprodução dos setores primários. Como poderá ser visto adiante, a organização das frações burguesas associadas ao agronegócio em entidades de classe e blocos parlamentares possibilitam enfrentar os desafios estabelecidos pela nova dinâmica de acumulação. Assim, os descontentamentos dos setores industriais tradicionais, tão intensos nos anos 2011 e 2012, conforme pode ser observado no acervo jornalístico analisado anteriormente, com acusações de extinção do setor diante da falta de políticas industriais que possibilitassem enfrentar a concorrência chinesa ou superar a baixa produtividade, são inócuos diante da fragilidade política e econômica do setor. Fragilidades aguçadas diante das necessidades do novo eixo dinâmico de reprodução e da fragilidade política do setor perante grupos que se organizam em prol da hegemonia no bloco de poder.

Em outras palavras, configura-se nas últimas décadas uma *reprimarização* da economia brasileira, na qual o conjunto da reprodução capitalista no país passa a ter como *eixo* a produção primário-exportadora, especificamente agropecuária e agroindustrial, atividades englobadas sob o signo do agronegócio. A desindustrialização, portanto, seria um fenômeno relativo e subordinado a essa *reprimarização*, que recompõe a participação da indústria em relação ao agregado da economia nacional.

De fato, é inegável a diminuição do parque industrial, o fechamento de fábricas, deslocamentos das plantas fabris entre as regiões do país (ao exemplo da descentralização da indústria automobilística do ABC paulista para outras regiões de São Paulo e para outros estados)<sup>133</sup>. Contudo, esses movimentos não significam o desaparecimento do setor industrial e a simples conversão de plantas industriais em pastos ou plantações, como uma apreensão mecânica do processo poderia levar a acreditar. Como afirmado anteriormente, e como será detalhado no capítulo 3, o modelo de produção dominante na agricultura capitalista contemporânea é profundamente atrelado às diversas cadeias industriais, de serviços e de circulação.

---

133 OLMOS, Marli. ABC decaí e vira símbolo da desindustrialização no país. **Valor Econômico**. São Paulo, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/coluna/abc-decai-e-vira-simbolo-da-desindustrializacao-no-pais.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

Afirmar a ocorrência do processo histórico de restabelecimento da predominância da produção primária voltada para a exportação não significa atestar um retrocesso, uma marcha à ré no desenvolvimento capitalista. O sentido dessa afirmação corresponde a indicar que reprodução e a acumulação de capital em seu conjunto passam a ter como *eixo* de reprodução o setor primário, mas sob bases distintas da agroexportação de épocas históricas anteriores. No tempo presente, envolve de forma mais complexa os capitais agrários, comerciais, industriais, bancários e financeiros. Em relação à indústria, observa-se que na fase de reprimarização, mesmo com a verificação da queda da participação do setor no conjunto do produto interno, o Brasil segue com um parque industrial expressivo, permanecendo entre os países mais industrializados, variando nos últimos anos sua posição entre os 15 primeiros, como apontado acima.

Antes de finalizar esta seção, é preciso realizar uma última ressalva. A dependência não é um entrave para o desenvolvimento capitalista, ao contrário do que afirmam os críticos que entendem a Teoria Marxista da Dependência como uma teoria da estagnação, compreendendo-a como uma apologia à impossibilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil visto o enfoque dado pelos teóricos às relações de subordinação no sistema mundial. Ao contrário de barrar o desenvolvimento capitalista, a afirmação da persistência das relações de dependência reforçam que esta é a própria forma de desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema: uma processualidade histórica subordinada, insuficiente para as necessidades das classes trabalhadoras e do país, superexplorador da força de trabalho e da natureza. Portanto, enfatizar a centralidade da dependência como chave interpretativa para a mudança de um padrão de acumulação industrial para um padrão de especialização primária, significa encarar os limites que a condição dependente impõe à sociedade brasileira, afirmando a necessidade de outro tipo de forma de produção e reprodução social da vida.

Após a avaliação do processo de regressão industrial e a afirmação da recomposição da indústria, tornada um setor subsidiário da produção primária, apresenta-se a seguinte observação: a exportação como caráter distintivo do novo padrão de reprodução de capital estabelecido nas últimas décadas. Com esta explanação, encerra-se a abordagem da categoria *padrão de reprodução de capital de especialização primária*, inserindo-a na dinâmica da específica forma de produção primária que se torna dominante na passagem do século XX para o XXI, a produção do agronegócio.

### 1.5 A exportação primária como caráter distintivo do novo padrão de reprodução de capital

O peso do mercado exterior de mercadorias primárias (agrícolas e minerais) no produto interno do Brasil e do conjunto de países da América Latina é um traço indelével das décadas de conformação do novo padrão de reprodução de capital de especialização produtiva. Dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) demonstram que entre a década de 1980, no início da crise do padrão industrial, e o ano de 2008, o valor das exportações totais do continente passou de cerca de US\$ 76 bilhões para quase US\$ 1 trilhão, sendo as exportações primárias a fatia que mais cresceu se tomados os dados dos últimos anos.<sup>134</sup> No Brasil, o peso da produção agroindustrial acentuou-se a cada ano na composição do Produto Interno Bruto (PIB), observada a série histórica de 1996 a 2017, elaborada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em conjunto com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Esalq/USP. De acordo com o índice denominado de “PIB do Agro”, o setor correspondeu a 24,6%, em média, do conjunto do produto interno do país.<sup>135</sup> Desde 2009, conforme observado no Gráfico 1 (p. 61), os produtos básicos representam a principal pauta de exportações do país.

Quando o caráter exportador é indicado como a marca distintiva do novo padrão de reprodução do capital de especialização produtiva, o que se está querendo afirmar? Com esta afirmação se objetiva reforçar que os principais mercados para a reprodução do capital estão fora dos países de origem da produção primária. A inserção na circulação mundial é o fator fundamental para a viabilidade do novo padrão de reprodução de capital, com a produção de um país dependente imbricada às necessidades de países centrais. Assim, o estabelecimento de um eixo de produção primário não ocorre sem a necessária contraparte externa, que sustenta a inserção e a realização dessa produção na circulação mundial. A compreensão do caráter exportador como essencial ao padrão de especialização primário-exportador remete a uma das bases originais da caracterização da dependência elaborada nos marcos da Teoria Marxista da Dependência, a *cisão nas fases do ciclo do capital*.<sup>136</sup>

134 OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 106-107.

135 O “PIB do Agro”, indicador da produção das cadeias agropecuárias e agroindustriais normalmente utilizado na mídia empresarial como referência para indicar o peso do agronegócio na economia brasileira, não deve ser tomado como um dado absoluto. Elaborado por entidades do empresariado do agronegócio, em parceria com instituições públicas de pesquisa, é um índice que precisa ser relativizado, dadas as discrepâncias metodológicas em relação aos dados de instituições estatais como o IBGE, que se utilizam de referências distintas para determinar a participação das cadeias primárias na composição do PIB. Os dados da série histórica estão compilados no *site* do CEPEA da Esalq/USP. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx> Acesso em: 08 Abr 2022.

136 Cf. MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime (orgs). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São

Este divórcio, que é reproduzido sob novas bases no atual padrão de especialização, aponta a tendência de valorização do capital fora do espaço de produção das formações econômico-sociais subordinadas, dependendo pouco do mercado interno para a realização do processo de valorização, tal como ocorre nos países centrais. Tal distorção proporciona uma separação da estrutura de produção das necessidades de consumo das massas, além de determinar a transferência de valor para o exterior. De acordo com Marini, “o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior”<sup>137</sup> é resultado dos limites da circulação nas economias dependentes, que são condicionadas pela transferência de valor para o exterior e pela distorção da renda interna, levando a circulação nestas economias em direção ao mercado mundial em busca da realização das mercadorias.

A afirmação da existência de um divórcio entre as esferas da produção e da circulação nas economias dependentes não significa defender a ocorrência de uma separação inconciliável no conjunto do ciclo do capital, uma esfera realizando-se independente da outra. Este movimento seria impossível dada a unidade do processo de produção do valor, em que ambas esferas fazem parte de uma unidade contraditória indivisível (a não ser em níveis elevados de abstração teórica). Além disso, sustentar a existência de uma cisão particular às economias dependentes não significa alegar que a dinâmica de reprodução interna nestes países é determinada automaticamente por imposições externas, desconsiderando-se as particularidades de cada formação. Ao contrário, ressaltar a dependência e suas condicionantes como marcas essenciais das economias periféricas evidenciam o fato de comporem um sistema mundial contraditoriamente integrado, no qual as determinações da economia global são determinantes em *última instância* das dinâmicas das economias dependentes.

Como assevera Vânia Bambirra, a dependência é uma “situação condicionante do desenvolvimento das sociedades latino-americanas”.<sup>138</sup> Contudo, a condição dependente é também determinada pelas tendências internas das economias dependentes. Sendo assim, a conjunção dessas causalidades, as tensões entre as tendências internas e os condicionantes externos, conformam a “situação condicionante que determina os *limites* e *possibilidades* do desenvolvimento capitalista”,<sup>139</sup> a base do significado de dependência. Entender esses apontamentos, das disputas de força entre as condicionantes internas e externas, é crucial para a apreensão do sentido do padrão de reprodução de capital de especialização primário-exportador.

---

Paulo: Boitempo, 2012, p. 21-35.

137 Ibidem, p. 35.

138 BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2015, p. 40.

139 LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias** – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 89.

A categoria *padrão de reprodução do capital de especialização produtiva*, tal como proposta por Jaime Osório e defendida como ferramenta analítica neste trabalho, auxilia na compreensão das tendências de desenvolvimento do dependente capitalismo brasileiro contemporâneo. A relevância da categoria está no fato de ressaltar a *reprimarização* e a regressão industrial como particularidades da estrutura produtiva do país, conforme a abordagem demonstrada na seção anterior. Ademais, é importante ressaltar que estes processos compõem as formas contemporâneas de existência do capitalismo brasileiro.

O reforço de processos primários de produção e o deslocamento das indústrias para uma função subsidiária dos setores exportadores, não sendo mais a industrialização o eixo dinâmico da economia nacional, não representam uma reversão aos padrões historicamente constituídos na experiência concreta do país. Tampouco o novo patamar constitui-se em um impasse para a transição entre o passado e o futuro do Brasil. Em sentido diverso, o reforço da condição primário-exportadora é a expressão atualizada do capitalismo dependente brasileiro, reproduzido contemporaneamente sob novas bases. O processo de recomposição da estrutura produtiva não deve ser identificado como a expressão de uma reversão em direção ao passado, como expressada por concepções que caracterizam a reconfiguração neoliberal do capitalismo brasileiro como uma “reversão neocolonial”.<sup>140</sup>

Esta compreensão, conforme Plínio de Arruda Sampaio Junior, entende que o fim do padrão de industrialização estabelecido no Brasil em meados do século XX e o avanço dos processos de globalização da economia comprometem as bases do Estado nacional, interrompendo a “construção da nação” e a sociedade brasileira como “projeto civilizatório”<sup>141</sup>. Tal caracterização entende que os padrões de reprodução impostos pelos centros do capitalismo na etapa neoliberal aprofundam os históricos entraves nas condições do desenvolvimento nacional, levando, no limite, à perda da soberania do país. Tendo como base as elaborações de Caio Prado Júnior sobre a necessidade da revolução brasileira, a caracterização de Florestan Fernandes sobre a autocracia burguesa e a compreensão de Celso Furtado dos riscos para a integridade do sistema econômico nacional diante de “forças externas”, não restaria à sociedade brasileira romper com as relações responsáveis pela dependência e o subdesenvolvimento para a manutenção do seu “projeto civilizatório”. As tarefas, de acordo com esta concepção, seriam livrar o Brasil de três grandes problemas: o caráter

---

140 Cf. SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, Guillermo. **Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 143-155.

141 Ibidem, p. 153.



dependente do sistema econômico; a natureza desigual do regime de classes; e o fardo da cultura colonialista.<sup>142</sup>

Mostra-se coerente a compreensão de que as profundas transformações nos centros imperialistas no momento de estabelecimento da predominância das relações neoliberais, a partir das crises dos anos 1970, promovem alterações de longa duração na estrutura produtiva brasileira, intensificando as históricas mazelas nacionais. Como elaborado acima, a recomposição da indústria nacional e a regressão de sua relevância como eixo dinamizador a partir da década de 1980, especialmente se comparado ao período de desenvolvimento relativamente autônomo de décadas anteriores, seria um dos efeitos das mudanças geradas pela nova etapa do capitalismo, denominada de “globalização” por Sampaio Junior. Contudo, as proposições que têm a compreensão de uma reversão na trajetória de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que levariam, no limite, à perda de soberania nacional, não captam as particularidades da forma atual de reprodução do capital no país. Além disso, deixam escapar os fundamentos da dependência que reproduzem o capitalismo brasileiro. Ressalte-se também a importância da crítica a essas teorias, pois uma caracterização imprecisa da realidade brasileira implica erros táticos e estratégicos para a superação da condição dependente do país, que só poder ser superada com a superação do próprio capitalismo.

Em primeiro lugar, o reforço primário-exportador das últimas décadas, largamente lastreado no modelo de agronegócio, consequência destacada da reconfiguração da estrutura produtiva brasileira, dá-se em bases diferentes da condição primária do passado colonial e das primeiras décadas da República. A baixa composição técnica, a reduzida produtividade e a pequena variedade de produtos agrícolas para exportação, além das diferenças de composição e pautas da classe dominante agrária,<sup>143</sup> entre outros fatores, foram realidades de um outro patamar da exportação primária brasileira.

Como será detalhado nos próximos capítulos, o processo de reprimarização da economia brasileira nas primeiras décadas do século XXI acompanha as formas mais avançadas da reprodução capitalista em seu tempo, associando-se profundamente aos processos de financeirização da economia. A produção agropecuária e agroindustrial, imbrica-se aos fundamentos da reprodução contemporânea do capitalismo da fase neoliberal, alterando as condições de monopolização do setor, as formas de financiamento da produção, o papel do mercado de terras na territorialização de

---

142 SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, Guillermo. **Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 154.

143 Sobre a composição da classe dominante rural, suas pautas e associações nas primeiras décadas da República, cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

capitais transnacionais, a associação de grandes massas de capitais de diversos setores (agrícolas, industriais, bancários, financeiros e comerciais), as técnicas produtivas etc. Sendo assim, o conjunto dos elementos que compõe a larga rede envolvida na produção agroexportadora não se desenvolve no tempo presente sob os mesmos mecanismos do passado.

As condições do patamar contemporâneo de reprodução de capital primário-exportador levam ao segundo ponto de crítica. A concepção de “reversão neocolonial”, supõe a ocorrência de uma regressão no processo histórico, um retorno a condições passadas resultantes em bloqueios do desenvolvimento capitalista. Esta compreensão perpassaria tanto a dialética entre “atraso” e “moderno” do capitalismo brasileiro quanto a expressão concreta da reprodução capitalista do país na contemporaneidade, representada no reforço – não na cópia – da histórica condição da formação econômico-social, o Brasil estruturado principalmente como plataforma primário-exportadora.

A crítica aqui realizada, da impossibilidade de retorno a condições pretéritas, não apresenta uma contradição inconciliável com a proposta defendida nesta Tese de reforço do histórico papel da dependência. Afinal, a condição de dependência, que em última instância leva o país a especializar-se na produção primário-exportadora, é uma condição estruturante da expressão do capitalismo na formação econômico-social brasileira. Desta forma, a reprimarização da economia e o reforço das mazelas brasileiras nas últimas décadas não significam uma reprodução do passado colonial. O que supostamente seria um resquício do passado, atualizado pelas condições da “globalização” e do risco da perda de soberania, é a expressão concreta da existência do capitalismo dependente brasileiro no presente, a essência de sua manifestação e reprodução, gerando efeitos para a formação econômico-social hoje.

Assim, ressalta-se a compreensão, já fartamente apontada neste trabalho, de que a condição dependente é a forma de existência das relações sociais de produção capitalistas no Brasil, é o fundamento de sua formação histórica, desde suas origens a sua expressão no país atualmente. A dependência, o conjunto de determinações que sobredeterminam a forma de ser do capitalismo brasileiro (inserção subordinada no mercado mundial, transferência de valor, como intercâmbio desigual, cisão no ciclo do capital, superexploração da força de trabalho), não é uma condição temporária ou conjuntural. As etapas de desenvolvimento da reprodução capitalista que se sucederam historicamente no Brasil (padrão de reprodução agromineiro, padrão de industrialização, padrão de especialização produtiva primário-exportador) estão unidas pelo fio que conduz a formação capitalista brasileira, as relações de dependência. Desta forma, a sucessão de fases, com momentos de expansão industrial, com momentos de regressão, ora de expansão primária, ora de

regressão, respondem à lógica histórica de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sem que isso signifique uma reversão a patamares anteriores.

Por fim, deve-se ressaltar que mais desenvolvimento, ainda que em bases diferentes, significa mais desenvolvimento do capitalismo. O desenvolvimento capitalista deve ser compreendido como o aumento da complexidade das relações de produção e de reprodução do capital. O desenvolvimento capitalista supõe novos elementos em sua reprodução sempre que agrega novas formas de existir a sua totalidade. Na imagem proposta por Ruy Mauro Marini, ao indicar que à industrialização da América Latina correspondeu uma nova divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento capitalista acrescenta um “novo anel na espiral” em cada uma de suas etapas históricas.<sup>144</sup>

O comportamento do capitalismo contemporâneo, em sua etapa neoliberal, deve ser entendido a partir da necessidade do capital de se expandir para deter a tendência da queda da taxa de lucro. Desta forma, serão elaborados mecanismos específicos para este momento, como a reestruturação das condições de produção, a adoção de novas bases tecnológicas, a reconfiguração das relações de trabalho, a expansão da financeirização, a expansão de massas de capitais sobre direitos individuais e coletivos, sociais e de uso da terra, etc. Desta forma, adentra-se em uma nova fase do processo de concentração de capitais, como abordado no início deste capítulo, com a expansão capitalista agudizando todas as mazelas inerentes a sua existência. Portanto, afirmar uma reversão desconsideraria o fato do desenvolvimento do capitalismo conformar novos elos em sua expansão, gerando formas cada vez mais complexas e desafiadoras aqueles que entendem a necessidade de sua superação.

Partindo desta compreensão dos desdobramentos do desenvolvimento das relações capitalistas e seguindo as elaborações originais de Marisa Amaral sobre a configuração atual do imperialismo e da dependência,<sup>145</sup> é possível afirmar o seguinte. Em países como o Brasil se configura uma nova forma histórica da dependência, ao contrário de uma simples reversão nas condições capitalistas de reprodução. Tome-se como exemplo o padrão de reprodução primário-exportador do passado (agromineiro exportador, do século XIX e início do XX) em comparação com o novo padrão de especialização produtiva primário-exportador do século XXI (dinamizado pelo modelo de agronegócio). Entre ambos é possível perceber semelhanças que se concentram na forma, notadamente no peso das exportações primárias para o conjunto da economia. Porém, a

---

144 MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência* (1973). In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs). **Ruy Mauro Marini – Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 166.

145 AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. 161 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

correspondência deve ser apreendida sem desconsiderar as particularidades do capitalismo em sua forma dominante de reprodução na contemporaneidade. Isto é, para entender o os padrões de reprodução do capital nas formações econômico-sociais dos países dependentes faz-se necessário identificar o papel dos processos dominantes na atualidade, como a financeirização e a expansão dos capitais fictícios. Isto porque tais particularidades geram consequências para o funcionamento do atual padrão exportador que se impõe na realidade brasileira. Como afirma Jaime Osório,

O peso do capital financeiro especulativo e sua “volatilidade” deve ser um elemento a ser considerado nas atuais condições de reprodução do capital, porque introduz um elemento relativamente novo mas de enorme significação em tal processo, considerado tanto em termos “locais” como do sistema mundial.<sup>146</sup>

Assim, para entender as consequências da adoção de um padrão de especialização primário-exportador nas últimas décadas, especialmente a configuração de um *eixo* de reprodução de capital lastreado na extração de valor a partir das atividades produtivas vinculadas à terra e aos recursos naturais sob o modelo de agronegócio, é preciso ter em vista as particularidades da reprodução capitalista em geral na atual fase do capitalismo. Portanto, é preciso destacar os processos de financeirização e como esta característica fundamental da reprodução capitalista influencia na geração e na apropriação do valor na contemporaneidade. Como será possível observar nos próximos capítulos, as peculiaridades atuais do sistema capitalista manifestam-se intimamente na produção agroindustrial exportadora lastreada no agronegócio, um modelo produtivo imbricado às formas financeirizadas do capital. Assim, o acento à produção e exportação primária impõe nas últimas décadas condições atualizadas de dependência, ao contrário de simples reversões.

Conclusões do primeiro capítulo:

Buscou-se apresentar neste capítulo a importância da determinação das formas contemporâneas de realização da acumulação capitalista globalmente para subsidiar as análises do patamar da reprodução de capital no Brasil das últimas décadas. Tanto em uma dimensão geral, observando os mecanismos dominantes de produção e de reprodução de capital no sistema mundial, em sua totalidade, quanto definindo as particularidades de sua expressão no Brasil. Conforme exposto, o neoliberalismo, a forma dominante de reprodução do capital na atual fase do imperialismo e mais do que simples opções de políticas econômicas, influi diretamente na estruturação de um novo

<sup>146</sup> OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 49.

padrão de reprodução de capital para o capitalismo dependente brasileiro. Aqui, o capitalismo em sua fase neoliberal expressa-se no avanço significativo do caráter primário-exportador, que sob a hegemonia do modelo de agronegócio, aprofundam o papel do país na produção e na exportação de produtos primários. Os efeitos desse novo padrão manifestam-se em múltiplas dimensões, como a composição da estrutura produtiva do país, com a recomposição da produção industrial ao eixo primário, às disputas políticas por hegemonia entre as frações das classes dominantes, além dos reflexos sociais e ambientais, como a degradação ambiental e a concentração fundiária.

Conforme os objetivos desta Tese, o esforço de pesquisa concentra-se em entender como o novo padrão de reprodução de capital de especialização produtiva primário-exportador influenciou na configuração das disputas por hegemonia no bloco de poder, bem como determinar os reflexos desse novo eixo dinamizador da reprodução capitalista afeta a ação política das frações associadas ao agronegócio da burguesia brasileira. Seguindo uma das hipóteses centrais deste trabalho, busca-se demonstrar que as frações ligadas ao padrão de capital dominante nas primeiras décadas do século XXI assumem a primazia do bloco de poder, recompondo a situação de supremacia burguesa no Brasil. Expôs-se até o momento apenas o patamar da acumulação capitalista no país no período abordado. Adiante, será elucidado como ocorre a atuação das frações empresariais ligados ao agronegócio nas disputas políticas pela supremacia burguesa e pelo domínio do Estado nesse contexto. Assim, será buscado demonstrar como o projeto político e econômico englobado pelo conceito de agronegócio foi tocado pelos grupos que o compõem e disputam o Estado.

Nesse sentido, nos próximos capítulos são realizadas análises dedicadas ao conceito de agronegócio e sua expressão no Brasil, apresentando as particularidades do setor, bem como sua relação com o novo padrão primário-exportador e as formas financeirizadas de reprodução do capital. Compreende-se que é fundamental entender a dinâmica de reprodução deste setor e as relações sociais derivadas, determinando as particularidades da produção primário-exportadora no Brasil, indicando as relações sociais, as forças produtivas, a dinâmica das disputas pela terra, as relações entre a classe e o Estado, a configuração dos quadros dirigentes, entre outros fatores. Entende-se que com esta trajetória de exposição possibilita-se demonstrar as demandas econômicas que se expressam na ação política da fração agroindustrial, que buscam a construção de consensos e hegemonia em prol do agronegócio como dominante.

## 2. FUNDAMENTOS DA AGRICULTURA CAPITALISTA: A RENDA DA TERRA E AS EXPROPRIAÇÕES FUNDIÁRIAS

Para compreender a reconfiguração da classe dominante brasileira no contexto da recomposição econômica neoliberal das últimas décadas, verificando a hegemonia das frações burguesas associadas ao agronegócio, é preciso antes evidenciar alguns pontos. Inicialmente, faz-se necessário observar o desenvolvimento histórico das relações sociais de produção dos setores relacionados à agricultura capitalista. Em seguida, elucidar as ligações da agricultura contemporânea com o atual padrão de reprodução de capital predominante no Brasil, de especialização primário-exportadora, categoria desenvolvida no capítulo anterior. Portanto, em vista de explicar a ascensão das frações associadas ao agronegócio, deve-se evidenciar primeiramente os fundamentos econômicos e sociais que determinam o modelo dominante da agricultura capitalista contemporânea. Esse caminho de exposição justifica-se pela compreensão de que as particularidades das relações econômicas e sociais de determinado período determinam,<sup>147</sup> em última instância, as formas e os tipos de exercício do poder político e econômico daquelas frações burguesas na atualidade.

Conceito elaborado em meados do século XX, o agronegócio deve ser abordado para além da autoimagem construída por seus agentes. Fruto de um projeto político e econômico específico, originado historicamente nos EUA e reelaborado no Brasil conforme os interesses locais, os grupos empresariais do setor têm se esforçado em construir a aparência de que constituíssem como primordiais para o país as produções agropecuárias e agroindustriais. Assim, o agronegócio seria o setor representante do que há de mais moderno e eficiente na economia brasileira. O empresariado do setor, em um esforço de demonstrar sua centralidade, por meio de um conjunto de ações políticas e disputas pelo consenso, apresenta a imagem de que o agronegócio seria tudo: o ramo mais dinâmico da economia nacional, com participação expressiva no PIB brasileiro; o setor mais importante das exportações do país, responsável pelos principais saldos positivos na balança comercial; a esfera de representação da “vocação do país” de ser o celeiro do mundo, encarregado de alimentar as populações do Brasil e do mundo.

Entretanto, o termo *agronegócio* da forma como é autorreferenciado pelo empresariado ligado às atividades do setor, não constitui por si só uma categoria explicativa de determinadas relações econômicas e sociais. Abordar o conceito a partir de alguns elementos, como o “PIB do Agronegócio” (a contagem das transações monetárias e das somas dos resultados anuais da produção agropecuária, agroindustrial e dos serviços associados ao conjunto do setor, debatido no

---

<sup>147</sup>Determinação compreendida como processo de apreensão do concreto, ressaltando que não basta se limitar em descrever a aparência, mas buscar os fundamentos, os porquês do concreto existir da forma que existe e das particularidades das formas que se reproduz.

capítulo anterior) ou descrever o conjunto de atividades realizadas “antes, dentro e fora da porteira”, é insuficiente para explicar o fenômeno em seus fundamentos. Pensando nesses limites, é preciso buscar a essência das relações econômicas e sociais expressadas no modelo de agronegócio sem separá-las das conexões com o papel da agricultura no capitalismo. Afinal, o *agribusiness*, expressão original cunhada nos EUA, seria um modelo particular de expressão da agricultura capitalista em um determinado tempo histórico.

Em uma primeira abordagem do agronegócio brasileiro, com o intuito de introduzir e delimitar o fenômeno, é possível afirmar que o modelo dominante da agricultura capitalista contemporânea responde às seguintes características: produção de *commodities* para exportação (no caso brasileiro, principalmente as proteínas animais e grãos, notadamente a soja e o milho); predominância de grandes propriedades fundiárias monocultoras; integração entre as cadeias agrícolas, industriais, comerciais, de serviços e financeiras no assim chamado Complexo Agroindustrial (“antes e depois da porteira”)<sup>148</sup>; uso intensivo de sementes e agrotóxicos monopolizados por transnacionais; ocupação constante de novas terras, tanto para a produção quanto para a especulação; farta utilização de créditos públicos; forte articulação e disputas entre os grupos empresariais do setor, com a organização de instrumentos de pressão política, articulação de demandas unificadas e produção de quadros técnicos e políticos, como as entidades associativas e frentes parlamentares.

A partir das duas primeiras décadas dos anos 2000, precisamente no período de expansão e de consolidação da produção primária como vetor da economia nacional e principal pauta exportadora do país, intensas ações de propaganda e *marketing*, como a campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” (analisada em detalhes no capítulo 7), e investimentos na indústria cultural buscam consolidar discursos positivos para o agronegócio. Em busca da construção de um consenso favorável, o setor autorreferencia-se tanto como um estilo de vida do “novo homem do campo” (distante da imagem do antigo Jeca Tatu<sup>149</sup>, que agora não se envergonha de ostentar sua riqueza, que se doa para o país) quanto como o gerador de empregos, alimentos e de desenvolvimento (a

---

148 Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI) é uma das caracterizações do empresariado do agronegócio para identificar o complexo econômico formado para além das atividades agropecuárias e da agroindústria. Neste conceito, inclui-se o comércio, o transporte, a armazenagem e o financiamento das atividades pertencentes ao complexo. Baseado nas definições adotadas por Davis e Goldberg, fundadores do conceito de *agribusiness*, o conceito de CAI divide as atividades em: Núcleo do CAI (a agricultura propriamente dita), as atividades “antes da porteira” (atividades produtoras de insumos e máquinas para a agropecuária) e as atividades “depois da porteira” (a agroindústria e serviços, como comércio e transporte). A trajetória destes e de outros conceitos relacionados ao agronegócio são retomados adiante. Ver: NUNES, Eduardo Pereira. **Complexo Agroindustrial Brasileiro**. Caracterização e dimensionamento. Brasília: Associação Brasileira de Agribusiness – Abag, 2001, p. 33.

149 Personagem literário do escritor Monteiro Lobato (1882-1948), comumente associado à imagem do trabalhador rural preguiçoso, pobre e ignorante.

despeito da devastação ambiental verificada em décadas recentes,<sup>150</sup> derivada, entre outros fatores, da expansão da fronteira produtiva do agronegócio ou do uso intensivo de agrotóxicos).<sup>151</sup>

Seguindo as hipóteses desta Tese, busca-se evidenciar que a expansão do modelo de agronegócio – impulsionado a partir dos anos 1970, na esteira da “modernização conservadora” da agricultura, e predominante no tempo presente – está distante de atender as demandas de desenvolvimento autônomo do país e de responder às necessidades das maiorias da população brasileira. A dominância do modelo de agronegócio, ao contrário do discurso de modernidade e de desenvolvimento difundido pelo empresariado do setor, amplia o papel do Brasil como espaço privilegiado para a produção e exportação primária, reforçando assim a subordinação do país à divisão internacional do trabalho e intensificando a estrutura brutalmente desigual do capitalismo brasileiro.

A supremacia do modelo de agronegócio manifesta-se de diversas formas. Socialmente, este padrão de produção agropecuário e da agroindústria reforça, entre demais fatores, as principais mazelas no campo brasileiro. Intensifica, por exemplo, a concentração fundiária, traço fundamental do processo histórico brasileiro. O agronegócio também influencia diretamente os conflitos no campo, ampliando a desigualdade no acesso à terra ao promover constantes despossessões, além de ser diretamente responsável pela degradação do meio ambiente. Politicamente, a expansão e a consolidação do agronegócio como modelo predominante da produção agroexportadora expressa-se no forte poder de pressão das frações da burguesia associadas ao setor, representadas pelas múltiplas entidades de classe e demais grupos de interesse, como a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Para além do conceito apresentado por seus agentes – uma construção ideológica com objetivos econômicos e políticos distintos, que se relaciona diretamente com as disputas por hegemonia das frações burguesas associadas ao setor agroexportador, como será visto posteriormente – é preciso, tratar as relações sociais de produção do modelo de agronegócio como um patamar específico do

---

150 Entre 2000 e 2018, os biomas terrestres brasileiros perderam 500 mil km<sup>2</sup> de cobertura. A Amazônia e o cerrado foram as áreas mais afetadas. Essas áreas concentram parte expressiva das atividades do agronegócio e da expansão da fronteira agrícola. (IBGE. **Contas de ecossistemas: o uso da terra nos biomas brasileiros: 2000-2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020).

151 O Brasil tornou-se um dos maiores consumidores de agrotóxicos no mundo. Entre 2006 e 2017, a comercialização de agrotóxicos evoluiu de 204,1 mil toneladas para 541,8 mil toneladas. Se em 2005 eram aplicados 3,2 kg/ha de agrotóxicos, em 2014 elevou-se para 6,7 kg/ha. Entre 2005 e 2019, o país ampliou de 90 para 474 o registro de novos agrotóxicos, muitos deles proibidos em diversos países devido aos enormes prejuízos para a saúde de trabalhadores e consumidores, além de prejudiciais ao meio ambiente (ALVES, Fábio; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre. **O crescimento do uso de agrotóxicos: uma análise descritiva dos resultados do Censo Agropecuário 2017**. Brasília: Ipea, 2020 (Nota Técnica nº 65).



desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Uma das particularidades da atividade agroindustrial contemporânea, detalhada adiante, é ser um espaço de confluência do capital em suas diversas formas de existência. A forma dominante da agricultura capitalista no tempo presente, portanto, deve ser vista não apenas como resultante das transformações técnicas nas atividades primárias, mas, sobretudo, como uma expressão do processo geral de produção e reprodução do capital na fase imperialista e neoliberal do capitalismo.

Para tratar das rendas e da produção no setor primário-exportador contemporâneo, por exemplo, é preciso destacar as relações de imbricação profunda entre a terra e os diversos capitais no atual patamar de financeirização da economia mundial. Nos últimos tempos, o mercado de terras tem sido espaço privilegiado para a valorização de capitais financeiros, conforme defendido por Guilherme Delgado, ao apontar as “estratégias de capital financeiro para a agricultura”,<sup>152</sup> categoria aprofundada nos capítulos 3 e 4. Além das práticas seculares de grilagem de terras, cresceram nas últimas décadas mecanismos atualizados de apropriação em modalidades associadas aos processos de financeirização e da estrangeirização da posse da terra. É o caso das práticas de concentração do *land grabbing*, que conta com a expressiva participação de fundos de pensões internacionais envolvidos na compra de terras nos países periféricos, tema abordado no capítulo 6.

Outra manifestação da financeirização nas atividades primárias pode ser observada na intensa mercantilização dos produtos agrícolas, que são considerados mais do que alimentos para as populações ou matérias-primas para as indústrias. No tempo histórico marcado pela financeirização, os alimentos são ativos negociados nas bolsas de valores, com seus preços e produções orientados pelas oscilações do mercado internacional e pelas necessidades de valorização de diversos capitais. Portanto, observa-se na dinâmica do mercado de terras e de produtos agrícolas a busca de bancos, empresas transnacionais e fundos globais de investimento pela maior rentabilidade possível para imensas massas de capitais investidas em atividades aparentemente desconectadas de suas atividades fins.

Esta imbricação de variados capitais e da expansão da financeirização na economia agrícola aponta para uma nova complexificação das relações entre a atividade primária e o conjunto da economia capitalista brasileira. A agroindústria exportadora nesta nova etapa não se restringe a mero apêndice da produção industrial, como no esquema clássico do desenvolvimento capitalista. Já não era assim nem na primeira metade do século XX, como se o setor somente suprisse as necessidades de consumo interno das massas urbanas, auxiliando a acumulação urbano-industrial ao segurar os

---

152 DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

custos da alimentação e de matérias-primas. Ao contrário, o atual patamar de financeirização da economia global, atuando em conjunto com múltiplos capitais na produção primária, atualiza, conforme a elaboração de Francisco de Oliveira, a “integração dialética”<sup>153</sup> entre a agricultura e os demais setores capitalistas.

A imbricação entre a agricultura financeirizada e os demais ramos da reprodução capitalista revela, em primeiro lugar, o reforço de uma noção elementar: a inexistência de uma separação rígida entre os diversos capitais, como se cada capital ficasse restrito aos setores próprios de produção ou de circulação. Ao contrário, como já afirmado, é preciso entender o capitalismo como uma totalidade composta por camadas por vezes contraditórias, mas interligadas. Sendo assim, o que se apresenta na integração dos múltiplos capitais aos circuitos da produção primário-exportadora contemporânea é a revelação da atividade primária como um espaço privilegiado para a valorização do capital no estágio atual da reprodução capitalista. O mercado de terras e de *commodities*, por exemplo, cujos preços foram valorizados de forma expressiva nas primeiras décadas dos anos 2000, servirão como vetores para capitais de distintas origens.

Nas relações de produção da economia primária brasileira, em suas dimensões internas e externas, observa-se transformações destacadas, com as novas relações financeirizadas atualizando o papel da economia primário-exportadora. Se antes era a produção agroexportadora o principal setor a financiar a aquisição de bens de capitais, permitindo a expansão da industrialização, agora a expansão da economia primário-exportadora tem por finalidade gerar saldos para a balança comercial, permitindo aos governos equilibrarem suas contas.

A partir destas considerações de estabelecimento de um patamar específico de agricultura capitalista contemporânea, intimamente associada aos capitais em suas diversas formas de manifestação, o que se objetiva realizar neste capítulo é um recuo teórico e histórico: para compreender o patamar da agricultura capitalista nas últimas décadas, sob o epíteto de agronegócio, bem como os desdobramentos políticos derivados, a disputa pelo consenso por parte das frações burguesas do setor e as transformações no conjunto da economia brasileira na passagem do século XX para o

---

153 Francisco de Oliveira, ao analisar a passagem da economia de base agrário-exportadora para a urbano-industrial no Brasil da primeira metade do século XX, destaca o papel das soluções para o “problema agrário” na viabilização do processo de acumulação da empresa capitalista industrial. O fluxo constante de mão de obra, a oferta elástica de terras, aliadas às ações de infraestrutura do Estado, representaram um ponto fundamental para a expansão capitalista naquele período. Naquela etapa da expansão capitalista no país, a conciliação entre o crescimento industrial e agrícola teve como resultado tanto a manutenção dos padrões de acumulação do setor agropecuário quanto permitiu o crescimento industrial e dos serviços. Assim, a agricultura cumpriu um papel central na expansão do sistema, fornecendo mão de obra e mercadorias agrícolas ao mesmo tempo que permitia o processo de acumulação global da economia. Já o crescimento da indústria redefinia as estruturas da produção agropecuária ao introduzir novas relações de produção no campo. Portanto, para além de um isolamento dos setores, havia relações estruturais entre ambos, em uma integração que definiu a lógica da expansão capitalista naquele período. Cf. OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p. 20-25.

XXI, faz-se necessário abordar aspectos básicos das relações econômicas, políticas e sociais lastreadas nas atividades que tem a terra como base. Especificamente, trata-se de ir aos *fundamentos* das relações sociais de produção dos ramos primários. Destaca-se, assim, a importância de retomar o conjunto das elaborações teóricas sobre as formas clássicas bem como as mais recentes análises sobre a *renda da terra*. Será recuperado, desta forma, tanto os apontamentos clássicos da teoria marxista sobre as bases das formas de produção e de reprodução do capital fundamentadas na renda da terra, como as elaborações sobre a renda fundiária em Marx no Livro III d'O Capital, assim como as contribuições de Amin, Vergapoulos e outros, quanto em contribuições contemporâneas sobre as “estratégias de capital financeiro na agricultura”, categoria elaborada por Guilherme Delgado e central para esta Tese.

Procedendo desta forma, apreendendo os mecanismos gerais de captura da renda da terra no capitalismo, acredita-se ser possível assimilar as particularidades e desdobramentos derivados das relações econômico-sociais da agroexportação brasileira contemporânea. Assim, facilita-se o entendimento de determinados aspectos que serão tratados posteriormente, como: a) as formas contemporâneas de captura da renda da terra no modelo de agronegócio, com manifestações como a especulação com o mercado de terras em contextos de instabilidade econômica e de reestruturação produtiva; b) as estratégias de capital financeiro na agricultura, disseminadas nas últimas décadas; c) os mecanismos de apropriação contemporânea da terra, com a sintonia entre formas seculares e contemporânea de expropriação da terra, como a grilagem e o *land grabbing*; d) a dinâmica contemporânea da questão agrária no Brasil, com seus desdobramentos sobre a concentração fundiária, a devastação ambiental, a luta pela terra e pela reforma agrária.

Partindo destas observações, neste capítulo serão tratados, em primeiro lugar, as relações entre a concentração fundiária e a renda da terra. Parte-se de um exemplo concreto, a atual situação de concentração fundiária brasileira, aumentada nas últimas décadas, notadamente no período de expansão e consolidação do modelo de agronegócio. Com essa exemplificação, adentra-se no primeiro fundamento que justifica tal concentração, a captura da renda da terra. Em seguida, prossegue-se para breves apontamentos do debate clássico na teoria marxista sobre a renda da terra, ressaltando a compreensão de que esta modalidade de apropriação do excedente econômico deve sempre ter a perspectiva da totalidade do capital em geral. Ou seja, não é possível dissociar as capturas realizadas no campo do processo geral de produção e reprodução do capital. Explicada a renda da terra, passa-se para a perspectiva da necessidade perene de expropriação por parte da expansão do sistema capitalista, abordando o debate sobre as expropriações primárias e secundárias, também integrando-as a um movimento da totalidade capitalista.

Após a realização deste recuo histórico e teórico, fundamentando a centralidade das rendas da terra e da agricultura no processo de reprodução capitalista, acredito que seja possível embasar o capítulo 3, momento no qual são abordadas diretamente as peculiaridades do modelo de agronegócio, destacando a sua historicidade, suas modalidades particulares de expressão como modalidade de agricultura capitalista e sua expressão política, social e econômica no Brasil.

## **2.1 Concentração fundiária e a renda da terra: a essência da manifestação capitalista na agricultura**

Os números referentes à dinâmica fundiária no Brasil nas duas últimas décadas evidenciam que a grande propriedade da terra mantém sua histórica centralidade no tempo presente. É o que se observa a partir dos dados apresentados nos Censos Agropecuários, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstram a expansão no período compreendido por esta pesquisa. O Censo Agropecuário consolida um conjunto de dados quantitativos, registrando as seguintes informações: números relativos às produções agrícolas e pecuárias; características dos estabelecimentos produtivos; dados de utilização da terra; total de máquinas, equipamentos e insumos empregados; ocupação da força de trabalho no campo, além de demais variáveis. As análises apresentadas a seguir baseiam-se nas informações dos Censos de 2006 e 2017, que apresentam um panorama da concentração da propriedade da terra nas primeiras décadas do século XXI, período de impactantes transformações na produção primária brasileira.<sup>154</sup>

Pelos dados do Censo Agropecuário de 2017,<sup>155</sup> dos 5.073.324 de estabelecimentos agropecuários registrados,<sup>156</sup> que ocupam 351.289.816 de hectares, apenas 51.203 estabelecimentos (de 1000 ha e mais) concentram 47,6% (167.227.511 ha) das terras utilizadas para a produção agropecuária. No

---

154 Ainda que estas sejam as bases de dados mais abrangentes e confiáveis sobre o campo, cabe registrar que não estão isentas de problemas. O lapso entre a coleta e a divulgação dos dados é uma das questões enfrentadas. O Censo de 2006 teve seus dados divulgados apenas em 2010. Já os resultados do Censo de 2017, foi apresentado somente em 2019. Outro problema está na periodicidade da coleta, ultrapassando o tempo de 10 anos entre uma pesquisa e outra, conformando uma séria histórica irregular (1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017). Esta irregularidade na formação das bases estatísticas sobre a situação do campo alinha-se aos apontamentos do pesquisador Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que afirma que o Estado brasileiro tem pouco ou quase nenhum controle sobre o território do país. (Cf. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os limites do novo Censo Agropecuário. **Correio da Cidadania**. 10 fev. 2010. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/meio-ambiente/4312-10-02-2010-os-limites-do-novo-censo-agropecuario> Acesso em: 01 jul. 2021).

155 IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

156 O Censo Agropecuário do IBGE considera um estabelecimento agropecuário “toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, independentemente do seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção), seja para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).” (Censo, p. 14).

Censo anterior, de 2006,<sup>157</sup> as grandes propriedades concentravam-se em 45% das terras (150.143.096 ha concentrados em 47.578 estabelecimentos com mais de 1000 ha). Os números da centralização das terras, que se já se encontravam em patamares elevados, apresentaram aumento de 2,6% no período, números que podem ser observados abaixo.

**Tabela 1 – Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área – Brasil - 2006/2017<sup>158</sup>**

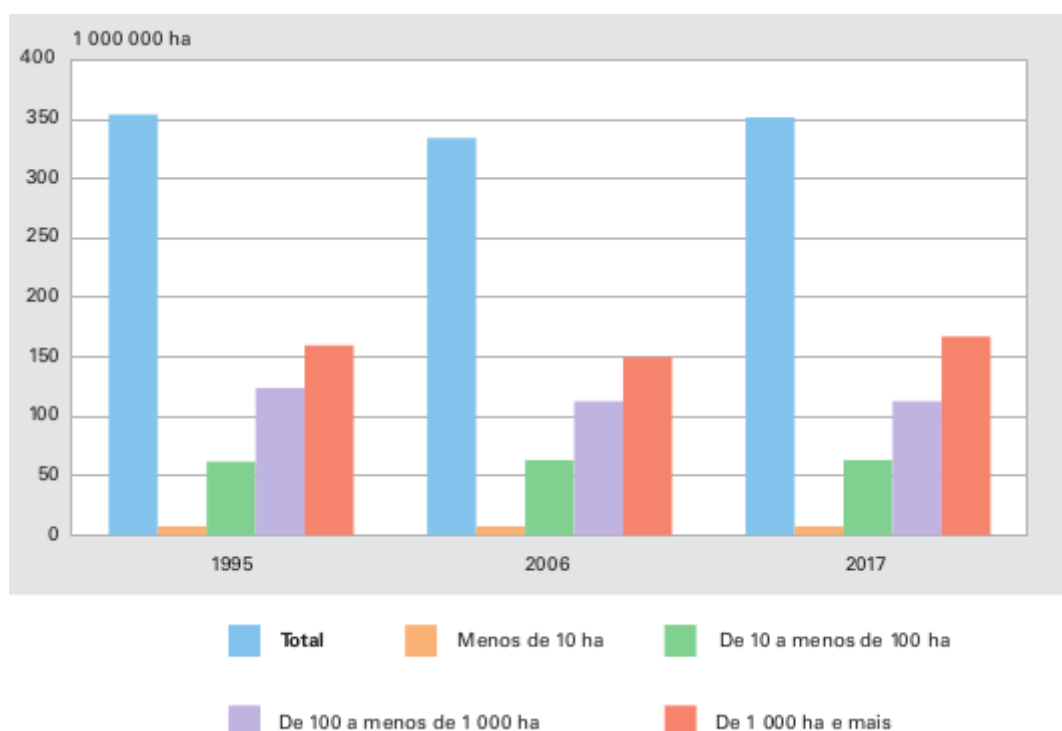
Grupos de área	Censos Agropecuários				Em termos
	2006		2017		
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	
<b>Total</b>	<b>5 175 636</b>	<b>333 680 037</b>	<b>5 073 324</b>	<b>351 289 816</b>	
Menos de 10 ha	2 477 151	7 798 777	2 543 681	7 993 969	
De 10 a menos de 100 ha	1 971 600	62 893 979	1 980 684	63 810 646	
De 100 a menos de 1 000 ha	424 288	112 844 186	420 719	112 257 692	
De 1 000 ha e mais	47 578	150 143 096	51 203	167 227 511	
Produtor sem área	255 019	..	77 037	..	

comparativos, a disparidade da distribuição das terras agricultadas fica patente quando são observados os dados referentes aos pequenos proprietários, donos de propriedades com até 10 hectares. Estes, que representam o maior número de estabelecimentos agropecuários, 2.543.681, ocupam somente 2,3% da área total (7.993.969 ha). O Gráfico 3 destaca a persistência da presença das grandes propriedades (de 1000 ha ou mais) como as principais ocupantes das áreas dos estabelecimentos agrícolas. Mesmo com o menor número de estabelecimentos comparadas ao total de pequenas propriedades, as grandes propriedades concentram a maior fatia das terras utilizadas na produção agropecuária brasileira.

157 IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

158 IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019, p. 66.

**Gráfico 3 – Distribuição das áreas dos estabelecimentos agropecuários, segundo os grupos de área – Brasil - 1995/2017<sup>159</sup>**



Os dados dos Censos Agropecuários não especificam a divisão das produções predominantes em cada grupo de estabelecimentos conforme a extensão das propriedades agrícolas. Contudo, é possível realizar alguns apontamentos a partir dos dados apresentados. O Censo de 2017 indica que as grandes propriedades rurais conduziram a expansão do setor agropecuário no país entre 2006 e 2017, especialmente nas áreas de fronteiras como o Pará, com a pecuária, e Mato Grosso, onde houve forte expansão da produção de grãos. De acordo com o Censo 2017, as atividades econômicas preponderantes nos estabelecimentos agropecuários brasileiros são voltadas principalmente para a “Produção de lavouras temporárias” (cana-de-açúcar, soja, milho, algodão) e para a “Pecuária e criação de outros animais”.<sup>160</sup> Tendo em vista que estas atividades têm como fim a produção de *commodities*, mercadorias cultivadas em grandes propriedades com o objetivo de maximizar seus investimentos, supõe-se que haja uma relação entre as grandes propriedades e a produção dessas mercadorias primárias. A soja, o milho e o algodão para exportação, por exemplo, são cultivadas em lavouras de grandes dimensões, com o uso intenso de mecanização, do plantio à colheita. Em relação à pecuária, produzida em grande parte de forma extensiva, há a ocupação de grandes áreas para as pastagens.

<sup>159</sup> IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. p. 66.

<sup>160</sup> Ibidem, p. 80.

O aumento da demanda internacional por produtos primários ocorrido no início da década de 2000, derivado especialmente da demanda chinesa por grãos e proteínas animais, o chamado *boom das commodities*, foi um fenômeno que ocorreu em paralelo à expansão da centralização fundiária. Tal fenômeno também significou a elevação do preço dos alimentos no mercado internacional. A necessidade de crescimento da produção para atender ao comércio internacional e a elevação dos preços dos produtos agropecuários são fatores que devem ser considerado na observação da expansão das áreas agricultadas e das propriedades.

Entre 2000 e 2013, o preço da tonelada da soja passou de US\$ 211,83 para US\$ 538,42. A oferta do grão brasileiro saltou de 32,34 milhões para 81,50 milhões de toneladas naquele período. No mesmo intervalo, a cotação da carne bovina foi duplicada, passando de US\$ 1,93 para US\$ 4,07, um aumento que também impactou o abate, atividade expandida em 101%. Considerando a produção total de mercadorias agropecuárias exportadas, entre 2000 e 2015 houve uma elevação de 107,98%. Parte considerável desse aumento deveu-se à expansão da produção da soja e do milho, que cresceram 197,6% e 100,22%, respectivamente. Por outro lado, indicando uma dinâmica de priorização do comércio internacional em detrimento das necessidades alimentares do país, o volume produzido de feijão teve um aumento bastante inferior, de apenas 22,84%.<sup>161</sup>

Contudo, mesmo que a demanda internacional dos últimos anos seja uma variável importante na dinâmica fundiária, um fator exógeno não determina isoladamente o aumento da concentração da propriedade da terra, conforme indicam os números dos últimos Censos Agropecuários. Fatores internos, referentes tanto às necessidades inerentes ao modelo de agronegócio – modelo produtivo imbricado à especulação fundiária e à financeirização da terra, como será detalhado adiante<sup>162</sup> – quanto à histórica dinâmica da ocupação da terra no Brasil – com a habitual expropriação de terras públicas e de povos camponeses e tradicionais como padrão histórico de ocupação do território, além do latifúndio como expressão do poder político e econômico de determinadas frações da classe dominante –, podem ser determinantes para o a recorrência da expansão da concentração fundiária. Assim, a consolidação de um modelo produtivo assentado na expansão da apropriação privada do solo, constituído ao longo das últimas décadas do século XX e consolidado nas primeiras décadas do século XXI, que resultam tanto na devastação ambiental quanto na expropriação coletiva dos

---

161 FLEXOR, George; LEITE, Sérgio. Mercado de terra, *commodities boom* e *land grabbing* no Brasil. In: FLEXOR, Georges, MALUF, Renato (orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017, p. 25-26.

162 Este caminho será percorrido a partir das contribuições de Guilherme Delgado, que relaciona o capital financeiro e o mercado de terras como essencial no entendimento da construção do modelo de agronegócio. Delgado também investiga as relações entre a especulação financeira e os mercados de terra e *commodities*, temas explorados nos capítulos posteriores. Cf. DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

direitos de utilização e ocupação da terra, em associação com o papel da propriedade da terra no país, podem explicar a permanência da centralização da propriedade fundiária como característica fundamental da formação econômico-social brasileira.

Portanto, a partir da perspectiva do agronegócio como um fator diretamente relacionado com as formas de ocupação da terra no país nas últimas décadas, é preciso compreender os fundamentos econômicos e políticos que estão por trás da expansão da concentração fundiária sinalizada pelos Censos Agropecuários. A seguir, realiza-se o esforço de apresentar os mecanismos de captura da renda da terra no sistema capitalista, em vista de depreender a lógica do crescimento da centralização da propriedade fundiária nos últimos anos. A partir da elucidação destes elementos, busca-se dar destaque tanto às formas tradicionais de apropriação (a grilagem) quanto às formas contemporâneas (*land grabbing*) de posse das terras, enquadrando as modalidades particulares de apropriação fundiária no quadro geral das desposseções perenes inerentes ao modo de produção capitalista.

## **2.2. A renda da terra em Marx e nos clássicos da teoria marxista**

O monopólio da terra é um fato no processo histórico da formação econômico-social brasileira. Das capitâneas hereditárias e do sistema sesmarial, passando pela centralização promovida pela Lei de Terras (1850), às tímidas tentativas de reformas agrárias no século XX, chegando aos contemporâneos latifúndios agroexportadores, o monopólio da posse da terra atravessa o conjunto dos elementos que compõem a economia brasileira e a dinâmica da reprodução capitalista no Brasil. A questão imposta neste momento está em investigar os fundamentos econômicos e políticos que propiciam a persistência da centralização fundiária. Ou seja, elucidar os mecanismos que possibilitam aos setores da classe dominante brasileira a manterem o monopólio da terra.

Tomando por base estas considerações, parte-se do pressuposto de analisar a renda associada a este monopólio, em expansão constante conforme os dados dos Censos Agropecuários mais recentes. Assim, busca-se detalhar os mecanismos econômicos que sustentam a incessante expansão da fronteira agrícola, a aquisição constante de terras por capitais transnacionais ou a persistência do roubo de terras públicas promovido pela grilagem. Por outro lado, é importante observar que reduzir a explicação da renda da terra a sua dimensão econômica seria incorrer em um erro comum, ocultando a realidade de desigualdades sociais e espaciais no acesso à terra em um período de intensa monopolização do capital. Portanto, será buscado demonstrar a seguir uma integração das duas dimensões de análise, compreendendo ambas esferas como camadas de um processo global.



Aqui, parte-se do pressuposto de reafirmar que a renda da terra é uma categoria “fundamental para compreendermos o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, bem como a classe que vive da renda fundiária – os proprietários de terra”<sup>163</sup> Desta forma, entender a renda da terra, sem dissociar as dimensões políticas, sociais e econômicas do fenômeno, permite reconhecer a centralidade das formas de apropriação privada da terra nas relações de produção contemporâneas. Como informado por Cario e Buzanelo,

o entendimento da renda da terra requer de antemão o reconhecimento da importância da propriedade privada, da inserção cada vez mais acentuada da tecnologia nas relações de produção contemporânea, e ainda, acima de tudo, do conhecimento da lei do valor enquanto lei geral da acumulação capitalista. Requer também a compreensão da forma com que cada vez mais o capital subordina a renda da terra a seu interesse.<sup>164</sup>

A concentração fundiária, assentada por meio de mecanismos políticos e econômicos que sustentam sua perenidade na história brasileira, relaciona-se diretamente com a captura da renda da terra. Ariovaldo Umbelino de Oliveira argumenta que a concentração da propriedade da terra é operada em um processo de concentração do capital e da riqueza por meio da união da figura do capitalista e do proprietário em uma mesma pessoa.<sup>165</sup> No caso específico do desenvolvimento capitalista brasileiro, esta fusão, associada à ampliação e reprodução dos mecanismos de centralização da terra, garante a permanência do latifúndio sem corresponder a um entrave para a expansão capitalista. Ao contrário de ser um impedimento para o desenvolvimento, a aliança de classe entre capitalistas expressa-se na centralização da propriedade. Segundo Oliveira:

O capital estrategicamente articula estas questões no campo, recria-se e define como se dão no espaço geográfico as relações sociais. Entende-se, portanto, que através da produção/reprodução do capital, da geração da mais-valia e da reprodução do trabalho humano ocorre a transformação do território. No campo brasileiro esse movimento capitalista possibilitou a industrialização da agricultura permitindo a apropriação da renda da terra.<sup>166</sup>

---

163 ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In: SILVA, Edima Aranha; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 103-134.

164 CARIO, Silvio Antonio Ferraz; BUZANELO, Edemar J. Notas sobre a teoria marxista da renda da terra. **Revista de Ciências Humanas**, Editora da UFSC, v. 5, n. 8, p. 32-47, 1986, p.32.

165 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 126

166 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI**. O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p.15.

Portanto, para entender as razões da perene expansão da centralização fundiária no período recente de predominância do modelo de agronegócio, é preciso antes compreender o papel da captura das rendas da terra na dinâmica geral da acumulação capitalista. Para tal investigação, é inescapável partir das considerações de Marx e de suas definições basilares nas seções finais do Livro III de *O Capital*, no qual debate a renda da terra.<sup>167</sup>

Vários são os estudos da tradição marxista sobre o desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo. Marx, como afirmado anteriormente, foi o seu principal precursor, ao realizar a exposição das leis fundamentais da agricultura sob o capitalismo. A partir do desenvolvimento das teses de Ricardo em relação à renda diferencial e divergindo deste em temas fundamentais como a renda absoluta, Marx elabora a teoria da renda da terra no já referenciado volume final de *O Capital*. Outros pensadores com produção intelectual fundamentada no pensamento de Marx, como Kautsky e Lenin, também se ocuparam do problema da terra. Kautsky, tendo por base as elaborações marxianas, desenvolve sua teoria do desenvolvimento do capitalismo na agricultura dando destaque ao seu processo de industrialização e de como o capital se apodera da agricultura.<sup>168</sup> Contudo, reserva pouco espaço para os problemas teóricos sobre a renda da terra. Lenin também não trata de modo sistemático a problemática da renda da terra, apesar dos diversos trabalhos sobre a questão agrária, que vão desde a situação da agricultura na Rússia,<sup>169</sup> até a “via farmer”, para explicar o desenvolvimento agrário nos Estados Unidos.<sup>170</sup>

Primeiramente, é importante destacar que os estudos de Marx relacionados às leis econômicas da agricultura concentram-se em explicar a renda da terra no sistema capitalista, enquadrando-a no âmbito da lógica da forma-mercadoria,<sup>171</sup> não se aprofundando na investigação de outras modalidades, como as camponesas. Destas relações, outros autores se ocuparam, como as elaborações clássicas realizadas por Chayanov.<sup>172</sup> Como nesta parte da Tese aborda-se a captura da renda da terra com o intuito de compreender as dinâmicas da forma dominante de agricultura

---

167 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

168 KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Flama, s/d.

169 LENIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o desenvolvimento do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

170 \_\_\_\_\_. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura dos Estados Unidos. In: STEDILE, João Pedro (org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo** – Volume I. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

171 Seguindo a compreensão marxista para a mercadoria, esta é entendida como um valor de uso que tem valor de troca realizável. Ou seja, que pode ser convertido em dinheiro na medida em que obtêm equivalentes em outras mercadorias. Não são produtos que têm a função de serem meios de subsistência diretos para quem os produz, mas produtos que só se transformam em valores de uso dada a sua transmutação em valor de troca, em dinheiro.

172 CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

capitalista na atualidade, o modelo de agronegócio, serão sobre os apontamentos de Marx sobre a propriedade da terra que se iniciará essa trajetória.

Marx, tomando por base os estudos anteriores de Adam Smith e Davi Ricardo, analisa na Seção VI do Livro III de O Capital a expressão das leis fundamentais do capitalismo na agricultura. Para Marx, a renda da terra é uma parte do mais-valor apropriado pelos capitalistas. Após estudar as leis fundamentais do capitalismo nos livros antecedentes, determinando as lógicas de produção e de circulação do capital, além das formas de acumulação e de centralização, Marx adiciona nesta Seção mais um elemento em sua fundamentação sobre o sistema capitalista, investigando a acumulação derivada da terra. Nesse sentido, a propriedade fundiária é compreendida como uma “forma histórica específica”, influenciada pelo capital e pelo modo de produção capitalista, onde a propriedade privada aparece como a forma mais vantajosa para o modelo, pressuposto histórico do modo de produção. Ademais, da mesma maneira que o modo de produção capitalista fundamenta-se na espoliação dos trabalhadores, na agricultura não é diferente. Nas atividades agrícolas, os trabalhadores rurais também são expropriados e subordinam-se a um capitalista.<sup>173</sup>

Neste processo originário de sujeição dos trabalhadores rurais a um capitalista, é possível destacar os movimentos de subordinação da renda da terra ao capital, que ocorrem em dois momentos históricos distintos ao longo do processo de expansão do capitalismo na agricultura. No primeiro, há a apropriação formal, com o trabalhador ainda como controlador do processo de trabalho e a exploração sendo possível por meio do aumento da jornada de trabalho (mais-valor absoluto). No segundo momento, de apropriação real, que se dá na etapa de industrialização do capitalismo, o controle dos processos escapa ao trabalhador, sendo transferido para máquinas, com a exploração pela produção de mais-valor relativo. Por meio destes movimentos, a renda pré-capitalista transforma-se em renda capitalizada da terra. Como assevera Umbelino de Oliveira,

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá, sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital.<sup>174</sup>

---

173 MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 675.

174 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, p.40.

A teoria marxiana sobre a renda fundiária lastreia-se no entendimento do monopólio privado de determinados indivíduos sobre “porções definidas do globo terrestre”.<sup>175</sup> Na análise da renda da terra em Marx, mais importante que a propriedade em si do solo, a posse da terra física, é o fato da terra tornar-se uma propriedade, o “solo-mercadoria”. Além disso, destaca-se outra situação. O produto da agricultura capitalista, gerado a partir da propriedade privada da terra, é determinado pela busca de realização do valor, também no contexto da relação entre capital e trabalho. Conforme explica Kostas Vergapoulos:

Se o estudo de toda a agricultura só pode começar pelo solo, é claro que não se trata do solo físico mas do solo-mercadoria, particular ao capitalismo. É preciso que se diga, ainda, que é o capitalismo que implica no caráter “perverso” do solo-mercadoria.

Crescendo o peso da renda, o capitalismo assume a agricultura como um todo, nela instalando um dispositivo que lhe permite recuperar o máximo de sobretrabalho camponês. O processo de instalação desse dispositivo revela processos análogos aos que conhecemos na história sob o nome de “acumulação primitiva”.<sup>176</sup>

É importante ressaltar a particularidade do monopólio da terra na produção capitalista. Em primeiro lugar, a raridade do solo é um fator essencial para a compreensão. O solo tem como substância a característica de não ser um bem reproduzível. Assim, tendo esta peculiaridade como base, “a propriedade fundiária introduz-se para estabelecer seu próprio monopólio, que consiste no *aproveitamento exclusivo* do monopólio da terra.”, como aponta Vergapoulos.<sup>177</sup>

Ainda de acordo com o pensador grego, o monopólio da terra e sua raridade devem ser observados conforme as particularidades que o seu desenvolvimento assume sob as condições próprias do modo de produção capitalista. Sendo assim, a propriedade privada da terra não deve ser compreendida como um predicado natural, mas o resultado das relações sociais no próprio desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, que faz da exclusividade fundiária um produto social e um bem econômico.<sup>178</sup> A propriedade da terra deve ser entendida como decorrente da transformação

175 MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 676.

176 AMIN, Samir; VERGAPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 45.

177 Ibidem, p. 57.

178 A terra por si só, como um bem natural, não tem valor, não provém do trabalho humano, apesar de possuir a capacidade de aumentar a produtividade do trabalho. Desta forma, ao pensar a precificação da terra, é preciso pensar em uma transação em que o que é negociado não é o solo físico, mas o solo-mercadoria. Tal mercadoria é personificada em um título de propriedade que concede o direito à posse da terra. Portanto, não é a terra que tem valor por si só, mas o título de propriedade conferido pelo Estado capitalista. Sendo assim, o preço da terra, já que a terra não tem valor, é determinado pela taxa média de lucro, o potencial agrícola que ela tem. Em outras palavras, o preço da terra relaciona-se com a expectativa de lucro que pode ser auferido dela.

de um bem da natureza em mercadoria a partir do desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas, como assevera Vergapoulos:

A propriedade fundiária moderna é a *personificação* da terra no MPC [modo de produção capitalista], como a propriedade industrial capitalista é a personificação do capital. Não há nada de naturalista em tudo isso. Há, ao contrário, um processo segundo o qual as coisas se convertem em relações sociais (...)<sup>179</sup>

A perspectiva de que o título de propriedade confere o direito de utilização da terra, o monopólio sobre um bem natural irreproduzível, apresenta questões que precisam ser detalhadas. Primeiramente, é preciso pensar que o simples fato do capitalista ser proprietário da terra permite ao detentor do título obter uma renda extraída da terra. A isso, Marx estabelecerá a definição de *renda absoluta*, a renda cobrada pela posse do título de propriedade da terra, estabelecendo uma renda mínima que virá da produção no solo ou do seu arrendamento. De acordo com essa lógica, o proprietário produzirá se conseguir uma renda mínima, caso contrário será vantajoso o arrendamento para terceiros. Outra característica da renda absoluta é que mesmo a pior terra, a propriedade de pior qualidade, paga alguma renda.

Além da renda mínima, outros fatores influem na percepção de rendas da terra. Uma particularidade da atividade agrária para os outros ramos capitalistas é a renda fundiária ser influenciada por condições da natureza, como a qualidade do solo, a incidência de sol ou a disponibilidade de água. Portanto, podem estabelecer diferenciais nas rendas elementos como a localização geográfica, a fertilidade do solo, o clima e demais fatores. Desta forma, as rendas diferenciais não são disponíveis igualmente para todos os proprietários fundiários, variando conforme a disponibilidade ou não dos elementos anteriores. A renda diferencial, que contém em si a renda mínima/absoluta, deve ser entendida como o *a mais* que se recebe de renda devido à determinada característica da terra.

No processo de exposição desta modalidade de renda da terra, Marx estabelece dois tipos de rendas diferenciais, influenciadas por condições distintas. A Renda Diferencial I relaciona-se com alguns dos elementos identificados anteriormente, como a localização ou a fertilidade da terra, levando em conta propriedades de mesmas dimensões e com os mesmos aportes de capital. Já a Renda Diferencial II é uma categoria que envolve um volume diferente de capital investido para o aumento de produtividade, além das condições de localização e de fertilidade dos solos.

Os dois tipos de renda diferencial estão conectados, posto que uma porção maior de capital é aplicada em solos com maiores fertilidades. Dado o caráter intensivo da agricultura capitalista, os

---

179 AMIN; VERGAPOULOS, op. cit., 1977, p. 58.

investimentos de capital concentram-se nos melhores solos por conta da lógica capitalista de direcionar os investimentos para instrumentos que ampliem o retorno de tais aportes. Ratificando a lógica de privilegiar os aportes de capital em locais que propiciem maior retorno, Marx afirma: “O solo de qualidade superior é escolhido por oferecer as melhores perspectivas de o capital nele empregado ser rentável, porquanto tal solo contém a maior parte dos elementos naturais da fertilidade, e trata-se apenas de aproveitá-los.”<sup>180</sup>

Na complexa tentativa de categorização da renda da terra não é possível se restringir somente ao caráter natural dessa renda, como se os rendimentos brotasse tal qual uma mercadoria agrícola. Se fosse este o caso, a renda da terra seria um traço de qualquer formação econômico-social em qualquer período histórico. Ao contrário, os diferenciais de renda apropriados por meio de um tipo específico de posse da terra – a renda auferida por meio da posse do título de propriedade (legal ou ilegal, como será detalhado posteriormente na análise sobre o fenômeno da grilagem) - precisam ser encarados em uma perspectiva da particularidade histórica da agricultura capitalista. Em outras palavras, é necessário abordar a renda da terra integrando as peculiaridades que engendram os usos e as transformações próprias ao modo de produção capitalista naquilo que há de mais natural e irreproduzível pelo ser humano, o solo. Portanto, não basta apenas historicizar a renda da terra, enquadrando-a na temporalidade capitalista, faz-se necessário inseri-la no conjunto de camadas que compõem a totalidade capitalista.

Com base nesta perspectiva de integração da renda da terra, mostram-se relevantes as considerações de Sérgio Leite, ao salientar a necessidade de abordá-la como um elemento conectado ao movimento global da acumulação capitalista.<sup>181</sup> Segundo Leite, é preciso enquadrar a renda da terra conforme os movimentos *reais* das relações sociais de produção que se vinculam tanto à terra quanto ao movimento geral do capital. Nesta ótica, a renda da terra não se dissocia do desenvolvimento geral da acumulação capitalista, não se apresenta como um corpo estranho da dinâmica do capital. Tal perspectiva também conflui com a noção pontuada no início desta seção, da impossibilidade de apreender os elementos da renda da terra abordando somente os aspectos econômicos, como.

Sérgio Leite ressalta que a análise da renda da terra deve apreender a dialética do movimento do capital como um todo. A renda da terra não se manifesta deslocada da totalidade do processo de produção capitalista. Desta forma, a renda da terra não pode ser concebida de forma fragmentada, como a simples união de partes diferentes: renda absoluta mais renda diferencial, sendo a renda da

---

180 MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 743.

181 LEITE, Sérgio. **Valor e renda da terra**: o movimento do capital no campo. São Paulo: Editora Polis, 1981.

terra o resultado da soma de componentes isolados. Conforme assevera Leite, “toda a renda da terra, seja a renda diferencial, seja a renda absoluta são determinadas em um mesmo movimento do processo produtivo capitalista que fixa o lucro suplementar resultante das relações entre o capital e o monopólio da terra”<sup>182</sup>

Na análise formal da renda terra, de acordo com Leite, faz sentido repor à renda diferencial (a renda advinda da comparação entre terras qualitativamente distintas) os efeitos da renda absoluta (a renda advinda mesmo da pior terra). Sendo assim, é possível *formalmente* determinar a renda diferencial adicionando a renda absoluta. Contudo, no movimento *real* do capital, a simples adição de um *a mais* na renda diferencial não dá conta dos movimentos reais. Operando nesta lógica, Leite ressalta a compreensão de que o movimento de influi no movimento da outra, especialmente em relação à determinação dos preços de produção.<sup>183</sup>

A recolocação do problema da renda diferencial deve ser feita em conjunto com a inclusão da renda absoluta, ambas comportando-se de acordo com o conjunto da produção do capital. Sendo assim, Leite propõe reformular a compreensão da renda da terra em seu conjunto, destacando uma compreensão fundamental: não descolar o movimento no campo do movimento geral da acumulação capitalista, como se fosse possível dissociar as dinâmicas dos diversos ramos produtivos do modo de produção capitalista. Ao contrário de isolados, os setores industriais, agrários, comerciais e financeiros estão unidos pela dinâmica do capital em seu conjunto. O entendimento desta unidade de elementos diversos que compõem a totalidade do processo produtivo capitalista é fundamental para a apreensão das características do modelo de agronegócio, além de favorecer a compreensão da centralidade da moderna agroexportação na atual reprodução capitalista brasileira.

Seja absoluta ou diferencial, é necessário compreender que as formas particulares de renda da terra, importantes para o entendimento das modalidades de manifestação do capital no campo, especialmente na abstração analítica, não devem ser desconectadas da compreensão da renda geral da terra. E esta, por seu turno, também não pode ser descolada do movimento geral do capital. É

---

182 LEITE, Sérgio. **Valor e renda da terra**: o movimento do capital no campo. São Paulo: Editora Polis, 1981, p. 55.

183 Por exemplo, a determinação dos preços de produção e de mercado. O preço de produção é determinado pelo custo de produção (capital constante + capital variável) mais a taxa geral de lucro. Já o preço de mercado é determinado pelo preço de produção mais a renda absoluta. Entretanto, essa formalidade, essa simplificação de  $P + r$  não dá conta de aplicações distintas de capital, posto que na formalidade o capital e suas distintas aplicações ocorrem tudo o mais constante. Por outro lado, ao considerar-se o movimento real e as aplicações distintas de capital de acordo com as necessidades de cada tipo de terra, percebem-se alterações significativas nos preços de produção e de mercado. Ao aplicar capital de forma diferente de acordo com a terra, alteram-se os preços de produção, já que se altera o custo de produção (alterado por mais ou menos capital – constante e/ou variável – de acordo com terra). O preço de mercado ( $P + r$ ) será alterado pois a renda absoluta não é uma simples adição constante e determinada. Ela vai se comportar de acordo com as necessidades concretas da terra. (LEITE, op. cit., 1981, p. 20-42)

preciso ter me conta que a produção e reprodução do capital no campo é parte da produção e reprodução geral do capital.

Note-se que o destaque dado a essas questões (*preços e relações com oferta e demanda de produtos agrícolas*) não implica em considerar nenhuma predominância do comércio ou do mercado – entendido no sentido estrito de equilíbrio entre oferta e demanda – sobre a órbita da produção. Na verdade elas constataam a inserção da produção de bens agrícolas no conjunto da produção capitalista, isto é, a subordinação dessa produção ao movimento geral do capital e a afirmação do capital aplicado em atividades agrícolas como parcela do capital total.<sup>184</sup>

Realizada as observações sobre as rendas diferenciais e absolutas, retoma-se o caminho que busca compreender a centralidade do monopólio da terra a partir de sua relação com a renda da terra. Indubitavelmente, o monopólio é a expressão de um forte poder político no modo de produção capitalista, particularmente na formação econômico-social brasileira. Porém, interessa neste momento dimensionar tal poder para além de sua face política. Existem determinações econômicas que também fundamentam a persistência da concentração fundiária, como buscou-se demonstrar tanto por meio da apresentação da categoria renda da terra, quanto pelos dados da concentração da terra no Brasil atual. Pelas características observadas da renda da terra, da possibilidade de aferição de rendas extraordinárias pela simples posse da propriedade da terra, a existência do monopólio permite às frações capitalistas que o detém uma vantagem considerável nas disputas entre as demais frações da classe dominante.

A propriedade privada da terra é o elemento sem o qual não há produção na agricultura capitalista. Ao ter a exclusividade sobre a terra, o capitalista agrário detém a exclusividade sobre algo escasso e raro que gera matérias-primas e mercadorias necessárias para o conjunto do processo de produção capitalista. A renda absoluta, conforme visto, expressa-se na diferença entre valor e preço de produção, impedindo a distribuição igualitária das taxas de lucro. Logo, impedindo que o preço de mercado das mercadorias agrícolas se dê conforme os preços de produção, como nos outros setores da produção capitalista. De acordo com Leite, a partir das delimitações de Marx, esse monopólio é a chave para que as mercadorias da terra sejam vendidas ao seu valor e não aos preços de produção, como nos outros setores da economia capitalista.<sup>185</sup> Sendo assim, na competição burguesa pela massa de lucros, os detentores do monopólio da terra têm uma vantagem relativa em relação aos outros setores ao aferirem lucros extraordinários advindos da sua produção.

184 LEITE, Sérgio. **Valor e renda da terra**: o movimento do capital no campo. São Paulo: Editora Polis, 1981, p. 29.

185 Ibidem, p. 37.



Contudo, ao examinar o papel da propriedade privada da terra na produção da agricultura capitalista a partir da perspectiva de que “a relação entre o capital e o monopólio capitalista da terra gera necessariamente uma renda”,<sup>186</sup> é preciso considerações prévias. Deve-se considerar que este processo se dá em função de condições sociais que guiam o conjunto da produção capitalista. Este é um movimento que pressupõe como condição necessária para sua existência a contínua reprodução da separação dos trabalhadores dos meios de produção, bem como a consequente apropriação destes meios por outra classe, que se apropria do mais-valor produzido pela classe trabalhadora no processo de produção capitalista. Portanto, compreender a permanência da centralidade da apropriação da terra na agricultura capitalista implica entender os seus mecanismos particulares, como as rendas diferenciais e absolutas derivadas das condições e da posse da terra. Porém, é necessário, principalmente, observar a da renda em suas relações com a propriedade da terra, ambas envolvidas na totalidade capitalista e no movimento intrínseco de apropriação do valor. Desta forma, os lucros diferenciais advindos da terra devem ser abordados por uma ótica que os enquadrem no movimento geral das condições sociais de reprodução capitalista. Como assevera Leite:

A existência do lucro suplementar não pode ser debitada às diferenças naturais da terra. Esse é o sentido verdadeiro da constante lembrança de Marx sobre o fato de que a terra não gera valor algum. Esse lucro suplementar deriva das condições sociais da produção capitalista, da necessidade da apropriação privada dos meios de produção – no caso, a terra – e dos resultados dessa produção.<sup>187</sup>

Portanto, tendo em vista as considerações anteriores, que demarcam a importância de observar a renda da terra e os lucros extraordinários como elementos associados à propriedade privada da terra, faz-se necessário aprofundar outra característica da terra no modo de produção capitalista. É preciso compreender o movimento perene de expropriações fundiárias observadas na contemporaneidade, conforme os dados referentes à continuidade da expansão da centralização fundiária no Brasil no tempo presente, observados no início deste capítulo. Assim, para compreender o sentido dessas expropriações é preciso partir das considerações acerca das funções das despossessões originárias até os dias de hoje. Procedendo desta forma, será possível, adiante, quando identificados os fundamentos do agronegócio, entender o sentido das manifestações contemporâneas dessas expropriações permanentes, identificadas atualmente em fenômenos como a grilagem e o *land grabbing*, analisados no capítulo 6.

---

<sup>186</sup> LEITE, Sérgio. **Valor e renda da terra**: o movimento do capital no campo. São Paulo: Editora Polis, 1981, p. 46.

<sup>187</sup>Ibidem, p. 48.

### 2.3 Expropriações como fundamento da expansão capitalista

Conforme indicado no início deste capítulo, os dados dos Censos Agropecuários sobre a concentração fundiária no Brasil trazem a percepção da permanência das grandes propriedades como elemento de destaque da realidade da agropecuária brasileira. De acordo com as informações das áreas e dos números de estabelecimentos agropecuários, a centralização da terra ampliou-se no intervalo dos dois Censos realizados no século XXI. No período compreendido pelo recenseamento no campo brasileiro, com as informações coletadas ao longo das duas primeiras décadas dos anos 2000 e divulgados nos anos de 2006 e 2017, o país passou pela experiência dos governos de centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores.

Apesar de serem governos do campo democrático-popular, com recorte de conciliação de classes de caráter social-liberal, destacou-se no período o crescimento da desigualdade no acesso à terra, como pode ser verificado pela ampliação das áreas agricultáveis ocupadas por grandes propriedades. Ainda que sem aprofundar as razões e as peculiaridades daquele período neste momento, é preciso pontuar dois fatos relevantes que estão interligados. Em primeiro lugar, ao longo daqueles anos consolidou-se o modelo de agronegócio como forma dominante de produção agropecuária e agroindustrial no campo brasileiro, fenômeno expressado pela expressiva ampliação da produção e da exportação de mercadorias primárias derivadas da agroindústria. Por outro lado, destaca-se naqueles governos a presença na coalizão governamental estruturada naquele momento de importantes setores do empresariado do agronegócio, fato que pode ser observado pela presença em posições importantes daqueles governos de membros representativos do agronegócio, como o empresário Roberto Rodrigues (Ministro da Agricultura do primeiro governo Lula) e da Senadora Kátia Abreu (ex-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA).

Ainda que estes eventos políticos tenham sido relevantes naquela conjuntura histórica, é preciso interpretar o crescimento da concentração fundiária inserindo-a em um contexto ampliado da dinâmica do capitalismo. A intensificação da concentração da terra nas últimas décadas deve ser abordada não apenas como uma evidência da relevância da grande propriedade para a acumulação de capital no país ou como resultado direto das ações políticas desenvolvidas no período. A expansão da centralização da propriedade necessita ser enquadrada na ótica da contínua expansão do conjunto das relações capitalistas, que *pressupõe* sempre sucessivas expropriações. No campo, essas expropriações expressam-se tanto nas despossessões de propriedades coletivas quanto na contínua destituição da propriedade da terra e de direitos coletivos sobre os territórios por parte das massas agrárias e camponesas. Tais expropriações continuadas realizadas de formas sempre agressivas e prejudiciais ao meio ambiente e aos trabalhadores do campo, como será visto no

capítulo 6 quando são detalhados instrumentos como a grilagem de terras. Antes disso, é necessário apresentar as bases teóricas que identificam na perenidade das expropriações os fundamentos da contínua expansão e reprodução capitalista, apresentando os mecanismos que favorecem a continuidade desses movimentos de roubo de direitos sobre a posse e o uso da terra. Se na seção anterior a permanência do monopólio da terra foi apresentado a partir dos mecanismos econômicos da renda da terra, agora a centralização fundiária é abordada pela lógica da perenidade das desposseções como elemento central da reprodução capitalista.

O debate sobre as expropriações como *pressupostos* da expansão capitalista não é novo. Remonta à argumentação original de Marx no Capítulo 24 do Livro I de O Capital, momento em que o pensador aborda o ato originário do capitalismo, a *assim chamada acumulação primitiva*<sup>188</sup>. Conforme Marx, existiu um ponto de partida para o modo de produção capitalista, uma acumulação prévia, o “processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção”<sup>189</sup>. Nessa abordagem, a acumulação primitiva deve ser compreendida como um processo com duas faces da mesma moeda. Primeiramente, a separação dos meios de produção gerou uma massa de trabalhadores disponíveis para venderem sua força de trabalho. Em paralelo, a expansão do capitalismo teve como outra face o colonialismo, as conquistas imperiais, o roubo, a pilhagem e a escravização. A expansão do modo de produção capitalista, portanto, envolveu uma dimensão essencialmente violenta que não pode ser ocultada.

A elaboração da categoria sobre a acumulação originária, desse modo, teve por objetivo demarcar tanto o caráter violento do processo quanto ressaltar a persistência desse movimento na história do capitalismo. Marx indica que a violência extraeconômica direta continuará a ser empregada na reprodução do sistema, mas de forma excepcional.<sup>190</sup> No “curso usual das coisas” da produção capitalista seguirá a dependência do trabalhador ao capital sem a necessidade de uma intervenção externa.<sup>191</sup> O processo que ocorre quando a produção capitalista já está estabelecida, com a atuação regular do circuito das relações contratuais entre capital e força de trabalho, é que a expropriação não se encerra. Ela passa a se reproduzir em uma escala diferente, no ritmo do desenvolvimento das múltiplas formas de concentração do capital e da propriedade. Dessa forma, a expropriação violenta da origem tem sua lógica reproduzida, agora como uma expropriação constante, que passa a ser premissa para a acumulação de capital.

---

188 MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785-833.

189 Ibidem, p. 786.

190 MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 808-809.

191 Ibidem, p. 809.

Em sentido diverso da proposta original de Marx, autores como Harvey,<sup>192</sup> na esteira das elaborações de Rosa Luxemburgo,<sup>193</sup> vão interpretar a expropriação como uma *externalidade*, como um processo que se estabelece em espaços e temporalidades distintas no processo de acumulação. Harvey pontua que a “acumulação via espoliação”<sup>194</sup> será um recurso utilizado quando a reprodução ampliada não se der em uma base sustentável. A acumulação de capital exigirá, portanto, territórios externos que possam prover recursos, matérias-primas e mercados. Assim, se daria um “capitalismo de rapina”,<sup>195</sup> um capitalismo que necessita de um *lado de fora* não capitalista para sua expansão, retomando práticas agressivas da acumulação primitiva.

A perspectiva que entende que o capitalismo necessita de um lado de fora não capitalista para seu desenvolvimento apresenta o problema de não apreender a dinâmica interna da expansão capitalista, que tem no agravamento das condições de sua base social um processo perene. Como ressaltado por Marx, a centralização e a concentração do capital demandam violências contínuas contra os trabalhadores. A expropriação não deve ser vista com uma dinâmica distinta, sem ser parte intrínseca ao processo de acumulação.

Seguindo a perspectiva de Virgínia Fontes, que adota o entendimento das expropriações como o “lado oculto da concentração”<sup>196</sup>, a expropriação deve ser compreendida como um processo *permanente* de separação dos trabalhadores e a sua cisão dos recursos sociais de produção. A perenidade destas expropriações é a condição fundamental para subordinar o conjunto da existência social ao capital. Ao contrário de limitar-se aos processos originários de acumulação primitiva, como algo prévio e anterior ao estabelecimento pleno do capitalismo, as expropriações são um processo *constante* de constituição e alargamento da base social capitalista, sempre apoiada na pilhagem, no roubo e na especulação. Esse alargamento, ao contrário de estabilizar-se com as relações contratuais entre capital e trabalho, generaliza-se com a ininterrupta expansão capitalista.<sup>197</sup>

Fontes demarca que as expropriações diferenciam-se entre expropriações primárias e secundárias.<sup>198</sup> As primárias, originais, são aquelas relacionadas à perda por parte das massas camponesas e agrárias da propriedade direta dos meios de produção, especialmente a terra. Esta modalidade permanece e se aprofunda, acompanhada das secundárias, que se referem aos mecanismos contemporâneos de expropriação da fase atual do imperialismo, que se expressam tanto nas

192 HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

193 LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

194 HARVEY, op. cit., 2005, p. 121 e seguintes.

195 Ibidem, p. 114.

196 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, Editora UFRJ, 2010, p. 39.

197 Ibidem, p. 45.

198 Ibidem, p. 44 e seguintes.

privatizações de bens e serviços públicos quanto no avanço sobre os direitos dos trabalhadores. A face mais grave das expropriações secundárias é incidir sobre todas as dimensões da vida: direitos em relação às terras comuns, a apropriação privada da natureza e da vida biológica, o conhecimento humano. As múltiplas formas contemporâneas de expropriação, portanto, aliadas ao processo de expropriação primária, demonstram que a existência e a reprodução do capital necessitam lançar permanentemente a população em condições limites de existência e de disponibilidade para o mercado.<sup>199</sup>

Dessa forma, o salto na escala da concentração fundiária no Brasil nas últimas décadas (como informado pelos Censos Agropecuários) e o movimento constante de ampliação das fronteiras agrícolas, fenômenos indissociáveis da expansão da agricultura capitalista nos marcos do modelo de agronegócio, como será visto no capítulo 3, ao explicitar-se as características do modelo, exprimem a validade da compreensão sobre as expropriações como um movimento incessante na reprodução capitalista.

Tendo em vista a conjugação entre as expropriações primárias e secundárias, adiante serão ressaltadas as formas contemporâneas de expropriação da terra e de direitos, aliadas à observação dos instrumentos tradicionais de apropriação quase sempre ilegal da terra. Será destacado, por exemplo, como grandes capitais transnacionais amplificam a estrangeirização dos territórios e a destruição dos biomas brasileiros, em uma ação que ocorre por meio da simbiose entre mecanismos financeiros e tradicionais de apropriação da terra. Nesse sentido, serão analisados fenômenos como o *land grabbing* e a grilagem, que atuam em conjunto na despossessão de direitos das comunidades agrárias sobre os meios de produção e o meio ambiente. Mecanismos imbricados ao processo de financeirização da terra, elemento importante nas expropriações fundiárias realizadas na atual etapa de reprodução capitalista, fenômeno que altera a dinâmica do mercado de terras e reforça a estratégia de capital financeiro das frações burguesas ligadas à agroindústria.

Concluída a trajetória deste capítulo, que buscou ressaltar as características gerais da agricultura no modo de produção capitalista, destacando a renda da terra e as expropriações permanentes como mecanismos centrais da manifestação do capital no campo, é necessário agora avançar em outra direção. No próximo capítulo, detalha-se a dinâmica da expansão capitalista no campo brasileiro nas últimas décadas, sobretudo a partir da expansão da industrialização da agricultura no país, desde a segunda metade do século XX. Ao abordar o processo de “modernização conservadora” da

---

199 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, Editora UFRJ, 2010, p. 47.

agricultura, processo histórico marcante do desenvolvimento capitalista no Brasil, fundamenta-se as bases para a apreensão do modelo de agronegócio, forma dominante na agricultura capitalista no atual padrão de reprodução de capital no país.

### 3. AGRONEGÓCIO: CONCEITO, EXPANSÃO E RECEPÇÃO NO BRASIL

Entender as dimensões do poder político e econômico da fração agroexportadora da burguesia brasileira no tempo presente, exige observar o modelo produtivo dominante na economia agrícola nas últimas décadas, base material do poder desta fração. Popularizado nos últimos anos, o termo *agronegócio* carrega em si uma multiplicidade de sentidos para além dos discursos propagandeados por seus agentes. Em um estudo crítico sobre este setor da economia brasileira, é necessário, em primeiro lugar, definir o que é o agronegócio partindo da dimensão mais aparente, o seu nome. Tão importante quanto o prefixo “agro”, é o sufixo da expressão que a demarca como uma atividade produtiva com fins bem definidos: a produção dominante na agricultura brasileira, lastreada na grande propriedade, na integração de cadeias produtivas, na utilização massiva de créditos públicos, na produção de grãos e proteínas animais – sobretudo para a exportação – é antes de tudo um *negócio*.

Pode parecer redundante afirmar que um ramo produtivo no modo de produção capitalista contemporâneo seja conduzido por uma lógica empresarial, Entretanto, como será demonstrado adiante, é notória a tentativa do empresariado associado ao setor de descolar a dimensão de *negócio* da produção agroexportadora. Ao realizar esta operação, objetiva-se transmitir para a sociedade a noção de que a produção agropecuária moderna é o ramo econômico que representa os interesses do conjunto da sociedade e não apenas de uma fração da classe dominante brasileira. Além disso, busca-se encobrir os efeitos políticos, econômicos e sociais concretos da predominância da atividade primária destinada à exportação como o principal vetor do padrão de reprodução de capital do país. Assim, são ressaltadas as vantagens da produção do agronegócio (os recordes na produção de grãos e proteínas animais, o suposto fornecimento de alimentos para a população, a geração de emprego e renda) ao passo em que se oculta a expansão da concentração fundiária, a despossessão de massas de trabalhadores da posse da terra, a degradação ambiental, a produção alimentar apartada das necessidades do país, a concentração da renda, a espoliação de camponeses e povos tradicionais.

O agronegócio, como qualquer outro ramo capitalista, é um setor com demandas e interesses particulares fundamentados na busca incessante pela reprodução das taxas de lucro dos diversos grupos empresariais ligados ao setor. Sejam aqueles ligados diretamente à produção de mercadorias agropecuárias, sejam os diversos membros que formam a cadeia de comercialização e financiamento da produção, a valorização do valor é o objetivo central dessas frações. Nas últimas décadas, o fenômeno que busca ocultar o caráter empresarial e gerar uma imagem que confunda as

fronteiras entre os interesses de uma fração da classe dominante do conjunto do país pode ser observado na campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”, cujo *slogan* (“Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”) popularizou-se e ganhou o senso comum, tornando-se quase um sinônimo para a identificação do agronegócio na atualidade. Por meio de ações de *marketing* deste tipo, o setor esforça-se em afirmar uma imagem da atividade agroindustrial para além da produção direta no campo, além de encobrir as mazelas associadas ao modelo produtivo. Sobretudo, pretende transmitir para a sociedade a imagem de um setor com tamanho peso político e econômico que carrega consigo os interesses do conjunto do país.

A busca pela construção de uma imagem da produção rural como a “vocação do país” não é uma novidade discursiva do empresariado do agronegócio. A “ideologia do ruralismo”, analisada por Sônia Regina de Mendonça, está na raiz do discurso produzido por parte do patronato rural, que remonta à prática política dos setores agrários na passagem do século XIX para o XX no Brasil.<sup>200</sup> A palavra de ordem do ruralismo republicano naquele período, construída em um contexto de transformações desencadeadas pelo início do processo de industrialização do capitalismo brasileiro, consistia na defesa da “vocação eminentemente agrícola do país”. Como será buscado observar na análise dos investimentos do agronegócio no financiamento de campanhas em prol da massificação de um discurso calcado na centralidade da produção agroexportadora para o país, o objetivo dos setores associados ao empresariado do agronegócio é mais do que a reafirmação de uma clássica narrativa das elites agrárias brasileiras. Ao afirmar-se contemporaneamente como a “indústria-riqueza do Brasil”, produzir-se-ia mais do que um discurso de triunfo. Buscar-se-ia, prioritariamente, legitimar e dar lastro às demandas políticas e econômicas que sustentem o poder das frações da burguesia associadas ao agronegócio no contexto de reestruturação produtiva neoliberal.

Em uma perspectiva semelhante à de Sônia Regina em relação à definição das origens das narrativas triunfantes das frações dominantes associadas à produção agroindustrial, Maria Luisa Mendonça especifica as características de certa ideologia elaborada a partir da introdução e da expansão da noção de agronegócio no Brasil.<sup>201</sup> Tal ideologia, surgida nos EUA, consistia em ser uma “moldura ideológica” para justificar a intensificação da industrialização da agricultura, em um contexto de crise estrutural da acumulação de capital, a partir de meados do século XX. No Brasil, esta ideologia se manifesta associando o discurso da vocação agrícola com a noção de linearidade

---

200 MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

201 MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: A construção do conceito de Agronegócio**. 2013. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.



do desenvolvimento capitalista. De acordo com a autora, a associação entre os discursos concilia as ideologias desenvolvimentistas e neoliberais, justificando perante o Estado e a sociedade civil<sup>202</sup> a importância do setor para o conjunto país. Assim, legitimam-se os subsídios estatais, as políticas econômicas voltadas para o setor e a expansão de créditos públicos a partir de um discurso baseado no fato de o setor ser, segundo os próprios membros, crucial para o desenvolvimento do país no novo contexto da reprodução capitalista no país.

Os discursos das frações burguesas associadas à produção agroexportadora serão recorrentemente atualizados ao longo das décadas conforme as condições brasileiras, permanecendo como ideário da classe dominante ligada ao campo e às atividades rurais. A ideia de valorizar o Brasil como espaço destinado à produção agrícola, vanguarda contemporânea da reprodução de capital e de avanços tecnológicos, proporcionada por uma renovada aliança entre o tradicional e o moderno, são afirmações acionadas pelas elites agroexportadoras. É o que poderá ser observado quando for abordada no capítulo 7 as circunstâncias da campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”, ápice da afirmação do discurso de triunfo das frações agroexportadoras.

Conforme indicado, a análise detalhada da campanha de *marketing* será abordada em profundidade no capítulo 7. Contudo, é possível realizar alguns apontamentos iniciais para embasar o que se objetiva demonstrar no presente capítulo. Por meio da análise desta campanha, é possível verificar alguns elementos que demonstram a atualização do discurso da “vocação agrícola do país”, conforme objetivado pela ideologia do empresariado do agronegócio. Na série de filmes publicitários veiculados pela campanha, o agronegócio apresenta-se como produtor não apenas de alimentos, como identificado pelo senso comum sobre as atividades no campo. Ao contrário, o agronegócio seria também responsável pela produção de roupas, insumos para a indústria

202 Adota-se neste trabalho a categoria de sociedade civil como elaboradas por Gramsci, a partir das contribuições de Marx, Engels e Lenin. Para o revolucionário italiano, a sociedade civil é inseparável da noção de totalidade, da luta entre as classes sociais. Assim, Gramsci se afasta da origem liberal do termo, quando a sociedade civil era contraposta ao Estado, e procura definir um conceito que dê conta dos fundamentos da “produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado” (FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, Editora UFRJ, 2010, p. 133). A sociedade civil é a esfera da atividade política por excelência, o lugar em que atuam as organizações denominadas privadas (partidos, sindicatos e entidades de todo o tipo), que têm o objetivo de transformar o modo de pensar dos seres humanos. Portanto, o ponto central do conceito gramsciano de sociedade civil relaciona-se com a produção coletiva de visões de mundo, da consciência social, adequadas aos interesses do mundo burguês. É importante destacar que não há no pensamento de Gramsci a oposição entre sociedade civil e Estado. Ao contrário, sociedade civil é o duplo espaço de lutas de classes, “através de organizações nas quais se formulam e moldam vontades e a partir das quais as formas de dominação se irradiam como práticas e como convencimento” (FONTES, op. cit., 2010, p. 136). Gramsci, portanto, caracteriza a sociedade civil como elemento que articula a dominação direta (a produção) e a direção geral do conjunto da vida social (Estado). Assim, amplia a própria noção de Estado, para além do âmbito da coerção e da violência. Contudo, é importante frisar que, ao incluir uma dimensão da produção de consenso, papel dos aparelhos privados de hegemonia, Gramsci não desarticula consenso e coerção. Ambos se encontram estreitamente relacionadas. Desta forma, a importância da ampliação do conceito Estado e o entendimento do papel da constituição de redes de associatividade auxiliam na compreensão da consolidação do capitalismo na sua fase monopolista. Cf. LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 732.

automobilística, remédios e demais mercadorias, estando presente de forma arraigada no cotidiano de todos os brasileiros, ainda que estes não identifiquem a presença. Pela propaganda, o “Agro é tudo”, menos um negócio.

No tempo presente, segundo os membros do setor, o agronegócio precisa ser visto como vanguarda tecnológica (“Agro é tech”), não mais a expressão de uma produção lenta e “atrasada”. Nos filmes, são apresentados elementos que identificam o avanço tecnológico como característica intrínseca ao modelo de agronegócio, conforme a ideologia do empresariado: a mecanização da produção com a utilização de tratores, colheitadeiras e semeadeiras capazes de manipular grandes dimensões de terra de uma só vez, a utilização de veículos não-tripulados controlados por computadores, sem a necessidade de trabalhadores e o mapeamento da produção via satélite.

Ainda de acordo com a propaganda, o agronegócio também seria popular (“Agro é pop”). Nas últimas décadas, o setor desenvolveu mecanismos de *soft power* e de construção de consensos positivos na sociedade, por meio de: financiamento de produções da indústria cultural, como expressado pelo sucesso da música sertaneja, das mais populares do país; veiculação de propagandas e ações de *marketing* em horários nobres da televisão, como na campanha “Agro é tudo” ou em campanhas da indústria automobilística e mesmo de bancos.

Esta introdução tem o objetivo de demarcar o fato de o sentido de *agronegócio* ultrapassar uma simples descrição técnica de um setor produtivo. Criado para identificar o processo de união entre agricultura e indústria, o conceito passou por transformações que acompanharam as reconfigurações da agricultura capitalista, no século XX. Primeiramente, o termo deve ser compreendido como um construto político-ideológico empregado pelo empresariado rural, em busca de gerar uma identidade e uma unidade para a multiplicidade de agentes e demandas envolvidas no sistema agroindustrial, trajetória analisada na continuidade deste capítulo.

Nesta Tese, para além da caracterização ideológica ou da simples descrição técnica, compreende-se a noção de agronegócio conforme sintetizada por Guilherme Delgado.<sup>203</sup> Segundo Delgado, para a realidade brasileira, a categoria agronegócio representa uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, o latifúndio. Essa associação efetua uma estratégia econômica de capital financeiro, buscando o lucro e a renda da terra, em conjunto com políticas de Estado para o setor. Tal compreensão sobre o agronegócio relaciona-se de forma contundente com a especificidade da forma de reprodução capitalista na atual fase neoliberal, na

---

203 DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

qual ocorre a imbricação dos grandes capitais agroindustriais com os processos de financeirização e de capital fictício.

Neste capítulo, será apresentada a trajetória da origem do conceito de agronegócio e a sua transposição para a realidade brasileira. Busca-se destacar que na origem do conceito é indissociável para a sua definição o patamar das lutas de classes do período em que as novas concepções para a agricultura capitalista foram gestadas. Realizando este movimento, destaca-se a importância de um elemento indicado na metodologia da categoria de Padrão de Reprodução de Capital, a busca por apreender os movimentos das definições das políticas econômicas sem perder de vista o contexto histórico fundamental, especialmente relacionados ao estágio das lutas entre as classes em disputa local e global. Em paralelo, será buscado apresentar os mecanismos econômicos da atividade agroindustrial construída a partir da década de 1960.

### **3.1. Origem do conceito de agronegócio**

O conceito de agronegócio surgiu com o objetivo de descolar os setores produtivos ligados à agricultura de uma definição que enquadre-os apenas como o setor primário da economia. O termo aparece para designar uma etapa específica de transformação da agricultura, elevando-a a uma posição de destaque quando vista a partir da sua relação com a indústria. A expressão tem origem na tradução da palavra inglesa *agribusiness*, criada por John Davis e Ray Goldberg, docentes da Escola de Negócios da Universidade de Harvard. É importante salientar que o termo tem origem em uma escola de negócios, não em uma instituição de agronomia ou qualquer órgão ligado ao desenvolvimento de técnicas produtivas voltadas ao campo, fator que destaca, conforme afirmado na introdução deste capítulo, o caráter de *negócio* intrínseco ao conceito.

Exposto ao público pela primeira vez em 1955, o conceito de *agribusiness* identificaria o processo de fusão entre a agricultura e a indústria, dada a imbricação de diversas atividades agrícolas para além da produção de alimentos. Para Davis, a agricultura, a indústria e os setores de comercialização nos Estados Unidos naquele período eram percebidos como entidades autônomas e não eram tomadas em conjunto. Para mudar esta compreensão fragmentada dos setores, foi proposto um padrão cooperativo entre negócios e agricultura, que o neologismo *agribusiness* aglutinaria em torno de si. Segundo a definição de Davis, o conceito englobaria a soma de todas as operações envolvidas na produção e na distribuição de alimentos e demais mercadorias agrícolas. Assim, atividades como armazenamento e processamento, bem como os insumos industriais

utilizados (tratores, caminhões, combustível, fertilizantes, rações, pesticidas, entre outros), junto com os produtores rurais, fariam parte de uma mesma cadeia produtiva.<sup>204</sup>

Além dos produtores rurais e dos setores produtivos ligados à agricultura, comporia o *agribusiness* os grandes proprietários de terras, industriais, entidades empresariais, institutos de pesquisa e o próprio governo. De acordo com Caio Pompeia, após a definição do termo e buscando a adesão aos pleitos dos múltiplos setores que o integram, Davis inaugura uma tática de legitimação para o conceito que consistia em ressaltar a importância do *agribusiness* para a economia nacional. Tal método será replicado pelo agronegócio brasileiro contemporâneo, conforme poderá ser observado adiante.

Em paralelo à origem do conceito, recorreu-se ao apoio estatístico para justificar o *agribusiness* como o responsável pela maior fatia do PIB dos EUA. Segundo Pompeia, os setores empresariais interessados na expansão do conceito afirmavam sem bases metodológicas que o *agribusiness* seria responsável por 40% do produto naquele período.<sup>205</sup> Esta tática tinha por objetivo demonstrar a relevância do setor no conjunto da economia nacional por meio da inflação dos resultados, unificando os números dos diversos setores da grande cadeia produtiva ligada ao *agribusiness*. Assim, dados da produção direta na terra, as atividades essencialmente relacionadas à agricultura e denominadas como “dentro da porteira”, são englobados aos números referentes às atividades consideradas “antes e depois da porteira”, como transporte, comércio, produção de insumos industriais, beneficiamento e armazenamento.<sup>206</sup>

A tática de legitimação por meio da vinculação dos resultados do conjunto da cadeia produtiva da agricultura e da indústria como a principal fatia do PIB, também é comum na trajetória de expansão do conceito no Brasil. A reprodução do método estadunidense no país remonta às ações de Ivan Wedekin, assessor da Agrocere, uma das empresas que impulsionarão o conceito de agronegócio no país, como será visto adiante. Em finais da década de 1980, Wedekin, reproduzindo o procedimento original de Davis, enfatizava que o *agribusiness* corresponderia a uma fatia considerável do PIB brasileiro. Em debate promovido pela *Folha de São Paulo*, em 1988, Wedekin afirmava que “o *agribusiness* é o maior negócio do país e representa 35% do PIB”.<sup>207</sup> No ano

---

204 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 47-48.

205 Ibidem, p. 48.

206 As expressões utilizadas na definição das diversas atividades produtivas da cadeia agroindustrial - “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “depois da porteira” – são recorrentemente acionadas pelas entidades representativas do agronegócio brasileiro. É o que pode ser observado em publicação da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag, que na época da publicação ainda utilizava o termo original, *agribusiness*), na qual busca caracterizar o conceito de “complexo agroindustrial brasileiro” para o empresariado do agronegócio. Cf. NUNES, Eduardo Pereira. **Complexo agroindustrial brasileiro**. Caracterização e dimensionamento. Brasília: Associação Brasileira de Agribusiness, 2001, p. 31.

posterior, o então gerente-geral de Estudos Econômicos da empresa produtora de milho híbrido, afirmava que a participação do *agribusiness* no Brasil era de um terço do PIB.<sup>208</sup>

Ao utilizar-se da noção da renda gerada pelo conjunto dos setores que compunham o *agribusiness*, ao contrário de destacar a produção da agricultura isoladamente, buscava-se alcançar uma legitimidade para as demandas dos setores envolvidos direta e indiretamente com a economia agrícola perante a opinião pública e o governo. Realizando este movimento, obter-se-ia maiores condições de pleitear junto ao Estado as demandas do empresariado organizado em torno do agronegócio. Ao afirmarem-se como um setor gigante na economia nacional, além de conseguirem melhores condições de barganha, transfere-se para toda a população – ainda que somente no discurso – os benefícios advindos do *agribusiness*, como se os interesses do setor fossem de todo o país. Assim, opera-se um movimento de construção de consensos positivos para o setor perante a sociedade. A afirmação de que o que é bom para o agronegócio é bom para o país será um argumento recorrente nas publicidades da campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”, como poderá ser conferido no capítulo 7.

Nos últimos anos, a tática de associar a cadeia do agronegócio à principal parcela do PIB brasileiro pode ser identificada em um documento importante para as entidades empresariais do setor, voltado para a divulgação dos resultados das atividades agroexportadoras, o relatório “PIB do Agronegócio”. Este relatório é elaborado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), grupo vinculado a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, unidade da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), em conjunto com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), uma das principais entidades associativas do empresariado do agronegócio no país. Nestes relatórios mensais, são divulgados os cálculos da participação do agronegócio no conjunto do PIB brasileiro. Pelos dados do Cepea/CNA,<sup>209</sup> por exemplo, entre 1999 e 2021, o PIB do agronegócio representou uma média de 23,8% do total do PIB do Brasil, dado que referenda a argumentação empresarial de expressividade do agronegócio na economia nacional.

---

207 FAIRBANKS, Marcelo. Debate mostra agropecuária em transição. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 out. 1988. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10397&keyword=35%20CPIB&anchor=4171098&origem=busca&originURL=&pd=b118e07300d8a48d61dbbf5ca5500457> Acesso em: 04 ago 2022.

208 Falta de indexador para comercialização da safra. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 abr. 1989. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10580&keyword=PIB&anchor=4090011&origem=busca&originURL=&pd=f63643abe648f967f9b28dff5ff0f98d> Acesso em: 04 ago 2022.

209 Série histórica do PIB do agronegócio divulgada pelo Cepea. Disponível em: [https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Planilha\\_PIB\\_Cepea\\_Portugues\\_Site%20\(4\).xlsx](https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Planilha_PIB_Cepea_Portugues_Site%20(4).xlsx) . Acesso em: 04 ago. 2022.

É importante destacar que o Cepea/CNA utiliza uma metodologia própria para definir as parcelas correspondentes à cadeia agroindustrial no produto do país, ação distinta da realizada por órgãos estatais, como o IBGE. Nos dados divulgados pelo Centro, favorece-se a participação do setor no PIB ao englobar os resultados dos diversos ramos da cadeia agroindustrial, tal qual a tática de legitimação utilizada pelos precursores do *agribusiness* nos EUA. O movimento identificado na metodologia do Cepea/CNA reforça o objetivo das entidades empresariais em destacar a relevância do agronegócio no país por meio da acentuação da fatia correspondente no conjunto da economia nacional, podendo assim legitimar seus pleitos e demandas perante as políticas econômicas ou setoriais dos governos.

Para o Cepea/CNA, o agronegócio é entendido, para efeitos estatísticos, como composto por quatro segmentos: insumos para agropecuária, produção agropecuária básica, processamento e agrosserviços. Por esta metodologia, engloba-se no resultado final todas as atividades ligadas ao setor, além de considerar conjuntamente o volume e os preços reais. Como exposto pelas orientações metodológicas do Cepea/CNA:

O PIB do agronegócio brasileiro refere-se, portanto, à renda gerada de forma sistêmica na produção de insumos para a agropecuária, acrescida da renda gerada na produção primária e se estendendo por todas as demais atividades que processam e distribuem o produto ao destino final (consumo doméstico, exportação ou estoques).<sup>210</sup>

Por outro lado, a metodologia utilizada pelo IBGE para a definição do produto interno do setor rural considera somente a evolução das atividades denominadas “dentro da porteira”, as atividades de produção da agricultura e da pecuária.<sup>211</sup> Partindo desta consideração, podem ser observados resultados discrepantes para a definição do peso da produção rural no conjunto da economia se comparados os dados do Cepea/CNA com os números do IBGE. Como ilustração do processo deliberado de inflação da relevância da cadeia do agronegócio no produto nacional realizado pelos setores empresariais do setor, observe-se os resultados para o ano de 2020. De acordo com o relatório do Cepea/CNA, o PIB do agronegócio naquele ano (reforçando, com um método que abarca o conjunto de resultados para insumos, agropecuária, indústria e serviços) representou 26,4% do PIB brasileiro. Por outro lado, ao seguir a metodologia aplicada pelo IBGE, que considera para a definição do produto interno da produção rural somente os resultados da produção agropecuária, o produto do setor correspondeu apenas a 7% do produto, resultado bem inferior ao mais de ¼ do PIB

210 CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Metodologia – PIB do Agronegócio Brasileiro: Base e Evolução**. Piracicaba, 2017, p. 4

211 IBGE. Pesquisas agropecuárias/IBGE, Coordenação de Agropecuária. **Série Relatórios Metodológicos** – vol. 6. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

informado pelos dados do Cepea/CNA e frequentemente propagandeado pelo empresariado do agronegócio.

Para além da metodologia utilizada pelos institutos, convém a ressalva de que as contas que levam em consideração os resultados do PIB para determinar o patamar da produção primária exportadora na economia nacional também devem ser relativizadas. Ao considerar como determinante para a definição da relevância da complexa economia primária brasileira apenas os resultados de bens e serviços produzidos anualmente, as explicações baseadas no cálculo do PIB não demonstram variáveis importantes envolvidas na atividade produtiva. Ao destacar apenas as variações anuais do produto, ocultam-se, por exemplo, as diversas formas de subsídios e financiamentos públicos, bem como se ignoram as externalidades da atividade, como a degradação ambiental e a concentração fundiária. De acordo com a pesquisadora Maria Luisa Mendonça, o convencional cálculo do PIB desconsidera ainda a apropriação da mais-valia e do produto gerado pela força de trabalho transferida para monopólios privados.<sup>212</sup>

Retomando a trajetória de origem do conceito de agronegócio, Davis e Goldberg argumentam que o entendimento da agricultura como parte da indústria já teria existido no passado, quando os camponeses produziam, além de alimentos, seus próprios insumos, ferramentas e demais utensílios. A diferença das antigas modalidades de trabalho na terra para as fazendas modernas é que estas deixaram de ser autossuficientes, passando a depender de outras empresas para realizar as atividades de armazenamento, beneficiamento e circulação dos produtos. Assim, caracteriza-se a existência pretérita de uma interdependência entre os setores, mas sentia-se a ausência de um conceito que definisse a fusão entre indústria e agricultura, o que será resolvido pela definição do *agribusiness*.

Após as elucubrações iniciais, os intelectuais estadunidenses consolidam a definição do conceito de *agribusiness* em 1957, publicando *A concept of agribusiness* [Um conceito de *agribusiness*]. Neste trabalho, os autores detalham as mudanças históricas na agricultura, desenvolvem a perspectiva da integração intersetorial entre agricultura, indústria e serviços, além de buscarem calcular os valores do *agribusiness*. Conforme Pompeia, os autores desenvolvem um conceito central da ideia de *agribusiness*, a noção de “tripé primário do agronegócio”, que seria a união entre os setores de insumos e máquinas agrícolas, a produção agropecuária e o conjunto processamento-distribuição.<sup>213</sup>

---

212MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: A construção do conceito de Agronegócio**. 2013. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 53.

213 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 51.

Ao determinarem o “tripé primário do agronegócio”, os autores tinham como objetivo elucidar as relações entre as funções a *montante* e a *jusante*, determinando os diversos papéis da cadeia produtiva dentro e fora da fazenda. As funções a montante, as atividades “antes da porteira”, são aquelas relacionadas à produção de insumos (fertilizantes, agrotóxicos) e máquinas (tratores, colheitadeiras e demais equipamentos) para a agropecuária. Já as funções a jusante, ações realizadas “depois da porteira”, relacionam-se com o armazenamento, transporte, beneficiamento industrial e comercialização das mercadorias agropecuárias. As demandas dos agentes econômicos, portanto, seriam de natureza do *business*, do negócio como um todo a partir da compreensão da existência de um sistema interdependente, e não apenas da agricultura. Nesta perspectiva, cria-se a ideia da necessidade de políticas estatais para o conjunto do setor e não mais medidas setoriais, como financiamentos, incentivos fiscais, políticas de fomento à exportação etc.

O conceito de *agribusiness* não demoraria a aparecer em documentos do governo estadunidense, como o Anuário de Agricultura do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 1960.<sup>214</sup> Demonstrando adesão à noção de integração das cadeias produtivas elaborada por Davis e Goldberg, a direção da entidade exaltou a concepção de *agribusiness*, reforçando o entendimento de que o cultivo do solo é apenas um elo em uma grande cadeia que começa com empregos antes das fazendas e prolonga-se por diversos processos para além dos portões das propriedades fundiárias. Caberia, portanto, ampliar a perspectiva da agropecuária incluindo atividades de fornecimento de insumos, de processamento e de circulação das mercadorias, ampliando as correlações dos diversos segmentos que compunham o *agribusiness*.

### **3.2 A expansão do conceito de *agribusiness* no contexto das lutas de classes da Guerra Fria**

Uma característica determinante no processo de consolidação e de expansão do *agribusiness* é o fato de ocorrer em conjunto com as demandas da política externa dos Estados Unidos, a partir de meados dos anos 1960. No contexto da Guerra Fria, foram construídas políticas agrícolas que tiveram a questão da segurança alimentar como foco. A resolução deste problema foi elencada como um meio para evitar instabilidades políticas nas áreas de influência estadunidense. Portanto, é preciso considerar que a produção de alimentos também tornou-se uma questão geopolítica em um tempo marcado por disputas entre projetos de sociedade, envolvendo direta ou indiretamente todo o globo a partir dos conflitos entre EUA e União Soviética.

O fato do conceito de *agribusiness* ter sido gestado em uma associação da academia com o governo, como será detalhado adiante, indica a impossibilidade de desconectar a consolidação da ideia de

---

214 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 57.



*agribusiness* da dinâmica das lutas de classes do período em que foi criada. As mudanças na produção e na produtividade da agropecuária capitalista que adviriam da integração entre agricultura, indústria e serviços, proporcionada pela adoção dos métodos do *agribusiness*, dependeriam fundamentalmente das políticas públicas e aportes estatais. Tais transformações gerariam impactos na preservação da ordem capitalista em xeque no período, produzindo a ideia da necessidade de se produzir uma “Revolução Verde” para evitar revoluções vermelhas.

A consolidação do modelo de *agribusiness* nos EUA só foi possível de efetivar-se por meio do apoio estatal dado às corporações da agroindústria. Ainda que os ideólogos do *agribusiness* insistissem que a formação dos complexos agroindustriais poderiam trazer incrementos na eficiência técnica para o gerenciamento da produção e da distribuição de alimentos, sendo estas as principais contribuições da implementação do modelo de acordo com seus defensores, o *agribusiness* terá como base para expansão os aportes concedidos por meio de políticas estatais. O suporte estatal nos momentos de introdução e expansão do agronegócio será mais uma característica imprescindível do modelo reproduzida na experiência brasileira. No processo histórico do país, a importância do apoio estatal movimento pode ser verificada ao longo do processo de “modernização conservadora” da agricultura, transcorrido de meados da década de 1960 e ao longo dos anos 1970, bem como nos pactos de economia política estabelecidos entre os capitais associados ao agronegócio e o Estado brasileiro, a partir do final dos anos 1990, processos analisados adiante.

O presidente dos EUA, Lyndon Johnson (1963-1969), propôs a liderança do país na “guerra contra a fome”, em um contexto de aumento do consumo mundial de alimentos que não era acompanhado pelo aumento da produção. Para o presidente, seria necessário que os países na órbita de influência dos EUA modernizassem suas estruturas para a produção de alimentos em busca de evitar instabilidades políticas e econômicas derivadas da falta de comida. Ao invés do apoio na simples distribuição de gêneros alimentícios, a principal política do governo na questão da segurança alimentar deveria ser a de apoiar políticas internas de transformação da produção nos países suportados.

A mudança na estratégia dos EUA para as políticas agrícolas, em um novo contexto de forte apoio estatal, vai propiciar uma integração mais afinada entre academia, governo e empresas. Nesta nova conjuntura de estímulos governamentais, os grupos empresariais do *agribusiness* posicionam-se de forma a promover seus negócios. Deste novo cenário sobressairá um dos grandes objetivos da difusão da noção de *agribusiness* por parte das grandes empresas: manobrar políticas estatais em prol de interesses do setor, disputando os recursos públicos disponibilizados para as políticas

agrícolas, um processo reproduzido no caso brasileiro. As disputas por recursos estatais nos Estados Unidos naquele contexto de difusão da noção de *agribusiness* ocorrerão consoantes às novas diretrizes governamentais de segurança alimentar e de “guerra contra a fome”.

Na ocasião do lançamento da política de “guerra contra a fome”, em 1967, mostrava-se que o sucesso da campanha dependeria da atuação conjunta do Estado e das entidades privadas. A presidência dos Estados Unidos afirmava que os países em desenvolvimento que avançavam no combate à fome eram aqueles em que o empresariado ganhava destaque. Assim, tão importante quanto realizar assistências alimentares de envio de gêneros alimentícios, apoiar as grandes corporações no exterior era imprescindível. Neste cenário de criação de uma política externa estadunidense de combate à fome, as áreas de sementes, fertilizantes, processamento, supermercados e máquinas serão incentivadas a expandirem-se.<sup>215</sup>

A importância da política estatal dos EUA na expansão do *agribusiness*, aliada à capacidade de organização do empresariado para construir ações políticas concretas junto ao governo, pode ser observada na composição de um órgão público-privado, estabelecido com fins de organizar as empresas fora do país e propor reformas na administração federal em prol do setor. No final de 1967, foi criado o Conselho do *Agribusiness* (*Agribusiness Council*), com o intuito de ordenar as informações sobre países favoráveis aos investimentos agrícolas, além de possibilitar futuras negociações entre governos e empresas. Este conselho reunia grandes corporações de diversos ramos produtivos atuantes em setores para além da agropecuária, como ExxonMobil, Ralston Purina, IBM e United Brands.

No ano seguinte, em consonância com o que Caio Pompeia denomina de “pacto de economia política” entre Estado e empresariado,<sup>216</sup> são concebidas duas agências: a Equipe do *Agribusiness* (*Agribusiness Staff*), concebida com o objetivo de fornecer informações aos grupos empresariais, auxiliando-os nas relações com outros entes do governo e entidades internacionais; e o Comitê Consultivo da Indústria do *Agribusiness* (*Agribusiness Industry Advisory Committee*), criado para assessorar os departamentos de Agricultura e Comércio dos EUA nas missões de expansão do *agribusiness* no exterior.

Este último comitê tinha por característica impulsionar mais do que a simples exportação de *commodities*, traço que será a regra do agronegócio brasileiro nas décadas seguintes, marcado pela prevalência da exportação de produtos primários sem qualquer manufaturação, como a soja *in*

---

215 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 61-63.

216 A noção de “pacto de economia política” entre Estado e grupos empresariais do agronegócio é originalmente apresentada por Guilherme Delgado, em estudos relativos ao agronegócio brasileiro, como será detalhado posteriormente. POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 65.

*natura* e até mesmo gado vivo. Em consonância com o papel da economia dos EUA naquele período, país central da ordem imperialista, o órgão promovia políticas variadas de expansão externa de capitais. Neste sentido, foram impulsionadas políticas de exportação de capitais para investimentos, criação de plantas industriais, bem como de montagem de uma rede de distribuição e comercialização de produtos agropecuários. Na composição do Comitê Consultivo da Indústria do *Agribusiness*, assim como no Conselho do *Agribusiness*, destacam-se empresas que ultrapassam os limites das indústrias relacionadas à alimentação, sinalizando a imbricação dos interesses dos capitais de todas as origens no *agribusiness*, uma das características distintivas do modelo de agronegócio. Assim, com o aval do governo dos EUA, corporações como Heinz, United Fruit Company, Ralston Purina, Caterpillar e Chase Manhattan Bank associam-se em uma entidade promotora da expansão de capitais do *agribusiness*.

### 3.2.1 A “Revolução Verde”

As ações de incentivo ao *agribusiness* promovidas por órgãos do governo estadunidense e as interações entre Estado e empresariado no contexto geopolítico da Guerra Fria, promoveriam um tipo de revolução agrícola com forte viés de legitimação das demandas do *agribusiness* nos países que adotassem o modelo patrocinado pela política externa dos EUA. Forma-se no período o discurso da “Revolução Verde”, política que se baseava no aumento da produtividade da agricultura por meio da adoção de um pacote tecnológico composto por fertilizantes, sementes, agrotóxicos e maquinário. Em decorrência da adesão a este pacote, ganha legitimidade o movimento de associação entre as diversas cadeias que formam o *agribusiness*, como indústria, comércio e a própria agricultura. Tais setores beneficiaram-se da promoção de uma prática produtiva baseada na integração entre produtos e serviços dos diversos ramos envolvidos com a agricultura.

O discurso da “Revolução Verde” lastreava-se em propostas que envolviam transformações produtivas decorrentes de novas técnicas com possibilidade de serem aplicadas ao campo em qualquer situação. De acordo com Vandana Shiva,<sup>217</sup> o conceito surge a partir da noção da existência de uma presumida neutralidade científica, como se a forma de produção relacionada ao modelo de *agribusiness* fosse decorrente de desenvolvimentos tecnológicos universais e isentos de qualquer conteúdo político. A adoção destes métodos seria justificada pela padronização dos cultivos, a utilização de maquinário e insumos agroquímicos, além da intensificação na utilização da água. Para estimular a adesão ao pacote tecnológico que acompanha a “Revolução Verde”, gerar-se-ia a demanda para a utilização de fertilizantes, agrotóxicos e sementes originadas na indústria.

---

217 Cf. SHIVA, Vandana. **The Violence of the Green Revolution**. Goa, Índia: The Other India Press, 1991.

Para tanto, amplifica-se na opinião pública o temor da escassez de alimentos caso as medidas de qualificação da produção não fossem atendidas.

A expressão “Revolução Verde” veio a público com uma conotação marcada pelo contexto de disputas geopolíticas da Guerra Fria, em 8 de março de 1968. O termo foi utilizado por William Gaud, dirigente da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), quando buscava incentivar os Estados Unidos a direcionarem mais recursos para as políticas de produção agroindustrial nos países de sua órbita de influência, conforme as diretrizes da política de “guerra contra a fome”. Segundo Gaud: “Esses e outros desenvolvimentos no campo da agricultura contêm os ingredientes de uma nova revolução. Não é uma Revolução Vermelha como a dos soviéticos, nem é uma Revolução Branca como a do Xá do Irã. Eu chamo isso de Revolução Verde.” [Tradução própria]<sup>218</sup>

É possível depreender da fala de Gaud que a ideia de “Revolução Verde”, em sintonia com a expansão do *agribusiness*, são fatos relacionados ao patamar da luta de classes daquele momento histórico. Ao associar os interesses geopolíticos dos EUA na Guerra Fria à necessidade de estruturação de um novo modelo de produção capitalista na agricultura, Gaud sinaliza um fenômeno importante: a indissociabilidade da expansão do *agribusiness* ao momento histórico em que foi gerado. A partir dessas condições, é possível inferir que a ideia de agronegócio é, sobretudo, um projeto de classe. Por ser parte de um programa das frações das classes dominantes associadas ao agronegócio, a expansão do modelo será efetivada em consonância com os interesses particulares de tais grupos. Assim, não corresponderiam à realidade os discursos do empresariado do setor exaltando a existência de uma suposta universalidade de seus interesses com o conjunto da sociedade, como se a associação entre indústria, agricultura e comércio fosse a única responsável pela alimentação da população. Antes, tais discursos seriam formas de legitimar uma noção que, ao contrário de ser universal, é particular de uma fração de classe, própria dos membros da cadeia do *agribusiness*.

Outra correlação possível do discurso da “Revolução Verde” com o patamar das lutas de classes daquele período tem relação com as necessidades dos capitais imperialistas naquele contexto. Vale lembrar que o final da década de 1960 representa para o sistema mundial um período de transformações profundas na acumulação capitalista, influenciado pela crise estrutural capitalista que se abateria pelo sistema, na virada dos anos 1960 para os 1970. Como abordado no primeiro

---

218 “These and other developments in the field of agriculture contain the makings of a new revolution. It is not a violet Red Revolution like that of the Soviets, nor is it a White Revolution like that of the Shah of Iran. I call it the Green Revolution.” GAUD, William S. The Green Revolution: Accomplishments and Apprehensions. Disponível em: <https://www.agbioworld.org/biotech-info/topics/borlaug/borlaug-green.html> Acesso em: 04 ago. 2022.

capítulo desta Tese, as transformações ocorridas no padrão de acumulação naquele período, resultante na intensificação dos processos de financeirização, desembocaria nas reestruturações produtivas de corte neoliberal sucedidas nas décadas seguintes.

Neste contexto, as políticas estatais para a agroindústria, constituídas por meio das agências privadas e públicas, como visto anteriormente, propiciaram transformações produtivas não apenas na agropecuária. Geraram também um cenário favorável para a expansão de capitais por novas fronteiras de acumulação. Por meio das diretrizes das políticas do governo estadunidense de “guerra contra a fome” e de preocupações com a segurança alimentar, favoreceu-se a exportação de capitais para os países da zona de influência dos EUA. A expansão de tais políticas atendia aos interesses dos complexos empresariais da agroindústria, que passaram a atuar de forma mais expressiva nos países atendidos pelas políticas dos EUA, robustecendo os mercados para a exportação de insumos das indústrias a montante do complexo empresarial estadunidense. Como reforçado pelo presidente Lyndon Johnson no lançamento da política de guerra contra a fome, “nossos programas de ajuda têm um impacto favorável de longo prazo em nosso balanço de pagamentos por construírem novos mercados para nossas exportações”.<sup>219</sup> Evidencia-se, assim, a confluência de interesses dos setores do *agribusiness* com as políticas estatais do governo dos EUA.

Observando os acontecimentos anteriores, destaca-se uma particularidade fundamental do conceito de agronegócio ressaltada neste capítulo: a associação empresarial em prol da captura de recursos do Estado. Conforme Maria Luisa Mendonça, analisando o caso brasileiro, os complexos agroindustriais expandem-se não por serem naturalmente mais produtivos ou eficientes, mas por terem um apoio sistemático de políticas de Estado.<sup>220</sup> O modelo associativo do *agribusiness* favorece concentração de mercados e a formação de monopólios, gerando grupos com alto poder de influência e barganha, que se organizam para garantir o acesso aos recursos estatais, base da acumulação de capitais do setor. O discurso de eficiência e aumento da produtividade, premente à “Revolução Verde” e à ideologia do agronegócio contemporâneo, relaciona-se com a legitimação das necessidades estruturais do setor agroindustrial por recorrentes financiamentos e subvenções para o setor. Portanto, será imprescindível para a viabilidade das atividades produtivas do agronegócio a relação íntima como os poderes do Estado, característica que poderá ser observada

---

219 UNITED STATES GOVERNMENT. **President Johnson’s Special Message to the Congress: Food for Freedom**. 10 fev. 1966. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/special-message-the-congress-food-for-freedom>. Acesso em: 04 ago. 2022.

220 MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: A construção do conceito de Agronegócio**. 2013. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 96.

adiante, ao analisar-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instrumento de financiamento público e privado criado no Brasil na segunda metade do século XX.

Retomando a trajetória da expansão da noção de *agribusiness* e sua relação com as transformações geopolíticas do período em que o conceito foi gestado, ainda que as políticas agrícolas da “Revolução Verde” ganhem destaque no final dos anos 1960, algumas medidas já estavam em desenvolvimento na América Latina desde meados da década de 1940. Instituições como Fundação Rockefeller e Fundação Ford já patrocinavam em países como o México a utilização de pacotes tecnológicos e programas de incentivo à produção. O grupo Rockefeller criou, em 1961, um centro para monopolizar as pesquisas com sementes de milho e trigo, em busca de uma padronização necessária para o sucesso do pacote tecnológico ligado ao modelo de *agribusiness*. Com isso, criou-se a necessidade da utilização de sementes padronizadas em conjunto com o uso de insumos agroquímicos.<sup>221</sup>

Além da atuação de fundações como Ford e Rockefeller, associam-se à expansão mundial da “Revolução Verde” organismos internacionais como o Banco Mundial e grandes corporações empresariais, ressaltando a imbricação entre variadas fontes privadas e públicas de financiamento articuladas ao projeto. No Brasil, por exemplo, o processo de promoção da “Revolução Verde” será impulsionado por empresas transnacionais que farão parte do denominado Complexo Agroindustrial (CAI), como Bayer, Chevron, Esso, Monsanto e Shell.

Aspecto importante da difusão do conceito de “Revolução Verde” é a intensificação da transformação de bens naturais em meios de produção e mercadorias para a agricultura capitalista, estimulando a expansão de monoculturas e a especialização da produção agrícola. Este processo pode ser exemplificado com as mudanças no mercado de sementes híbridas, que, segundo Kloppenburg, funcionam como vetores de acumulação de capital no processo de propagação da “Revolução Verde” pelo mundo.<sup>222</sup> Nesta nova fase, as sementes patenteadas e controladas por grandes indústrias, tornam-se dependentes do emprego de insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, normalmente monopolizados pelas mesmas empresas produtoras das sementes ou por um grupo restrito de fabricantes. Assim, para a utilização de determinado insumo agrícola supostamente disponível na natureza, se estabelece a necessidade de uma cadeia de mercadorias industriais.

---

221 MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: A construção do conceito de Agronegócio**. 2013. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 100.

222 KLOPPENBURG, Jack Ralph. **First the seed: the political economy of plant biotechnology, 1492-2000**. Wisconsin, EUA: The University of Wisconsin Press, 2005.

O movimento de monopolização da produção na agroindústria remete ao intenso processo de fusões que as transnacionais do agronegócio passam ao longo da década de 1970, um período de centralização de capitais e de transformações globais no sistema imperialista que alteram os padrões dominantes de reprodução de capital, como ressaltado no primeiro capítulo. Kloppenburg afirma que muitas aquisições na cadeia industrial do *agribusiness* foram realizadas por empresas transnacionais petroquímicas e farmacêuticas com interesses no campo dos produtos agroquímicos. Assim, conglomerados envolvidos na comercialização da biotecnologia em diversos setores, como Monsanto, Pfizer, Upjohns, Ciba-Geigys e Shell, passarão a controlar o mercado mundial de sementes e demais mercadorias associadas à produção agropecuária.<sup>223</sup>

O processo de centralização do controle de sementes revela uma característica importante da difusão do modelo de *agribusiness*. Kloppenburg identifica na trajetória de desenvolvimento tecnológico da agricultura capitalista contemporânea o estabelecimento do direito de propriedade sobre um elemento básico da produção agrícola. Para o autor, os avanços nas técnicas produtivas estão essencialmente interligados a arranjos de economia política definidos pela dinâmica das lutas entre as classes.<sup>224</sup> Por essa perspectiva, os investimentos científicos bancados pelas transnacionais na agricultura contribuem para a generalização da forma mercadoria em elementos da natureza como as sementes, bem como nos demais insumos agrícolas, como rações e fertilizantes.

Outros efeitos da expansão das formas capitalistas contemporâneas na agricultura podem ser verificados no processo de consolidação do modelo de agronegócio, como a ampliação da divisão internacional do trabalho e a expropriação de conhecimentos e direitos sobre o uso de recursos naturais. Os bens disponibilizados pela natureza passam a ser privadamente apropriados por monopólios empresariais, em um processo de acumulação primitiva permanente sobre bens comuns.<sup>225</sup> Em síntese, Kloppenburg ressalta que a consolidação do modelo de agronegócio como o marco para a produção agrícola constitui novos parâmetros de reprodução e acumulação de capital na agricultura capitalista, transformando as bases produtivas ao redor da atividade:

O corolário desse processo foi a ascensão do agronegócio: empresas capitalistas produzindo insumos agrícolas com trabalho assalariado. O agricultor já não reproduz autonomamente a maior parte dos seus próprios meios de produção; essas

---

223 KLOPPENBURG, Jack Ralph. **First the seed**: the political economy of plant biotechnology, 1492-2000. Wisconsin, EUA: The University of Wisconsin Press, 2005, p. 39.

224 Ibidem, p. 10

225 A realização de expropriações como movimento permanente do processo de acumulação de capital é detalhado no capítulo 6, ao debater-se as expropriações fundiárias e de direitos sobre o uso dos recursos naturais, associadas à expansão do modelo de agronegócio no Brasil.

atividades foram transferidas da fazenda para um processo de produção capitalista que rende mais-valia que é realizada na forma de mercadoria.[Tradução própria]<sup>226</sup>

A difusão do pacote tecnológico da “Revolução Verde” e, por consequência, do *agribusiness* como paradigma para o modo de produção dominante na agricultura capitalista, tem por base um programa político de subvenção para grandes empresas atuarem na agricultura. Como indica Perelman, a indústria de fertilizantes estava entre as principais do mundo no início da segunda metade do século XX, apenas atrás das empresas produtoras de petróleo, aço e cimento. Na década de 1970, metade da exportação de fertilizantes dos EUA era destinada para países do Terceiro Mundo, alvos privilegiados dos programas de expansão das tecnologias da “Revolução Verde” patrocinados pelo governo estadunidense. De acordo com a declaração de John Mellor, economista-chefe da Usaid naquele momento, “no geral, a Revolução Verde é principalmente um esquema de fertilizantes”.<sup>227</sup> Tal ideia corrobora o entendimento de que a difusão das novas tecnologias inseridas na agroindústria associam-se a um movimento conjunto de expansão da monopolização realizada pelos complexos industriais do *agribusiness*.

No mesmo sentido de Perelman, Pompeia afirma que a associação entre o conceito de *agribusiness* e a formação conglomerados empresariais monopolistas surge quase simultaneamente à origem do termo.<sup>228</sup> De forma crítica ou positivada, estabeleceu-se na opinião pública dos EUA desde o princípio, prolongando-se nas décadas seguintes, a associação do conceito à atuação de grandes empresas. Ao associar a imagem do *agribusiness* ao empresariado monopolista, algumas marcas negativas uniam-se ao conceito: o prejuízo dos pequenos agricultores, a responsabilidade pela destruição de sistemas alimentares e padrões de consumo de países periféricos, a responsabilidade pela exacerbação das desigualdades sociais promovidas por um modelo concentrador da terra etc. Ainda de acordo com Pompeia, o tom crítico continua apresentando uma adesão importante naquele país. Em estudo de 2010 do *Institute of Food and Agricultural Sciences*, uma fala é significativa da compreensão da associação íntima entre agronegócio e grandes empresas: “Ao pensar em *agribusiness*, penso em Monsanto, Cargill, DuPont. Eu não penso em produtor. Penso em conglomerados que estão controlando nossa agricultura.”<sup>229</sup>

226 “The corollary to this process has been the rise of agribusiness: capitalist firms producing agricultural inputs with wage labor. No longer does the farmer autonomously reproduce most of his own means of production; these activities have moved off-farm into a capitalist production process yielding surplus value that is realized in the commodity-form.” KLOPPENBURG, op. cit., 2005, p. 10.

227 PERELMAN, Michael. **Farming for Profit in a Hungry World**. Allanheld, Osmun Publishers, Montclair, 1979, p. 169-171 apud MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: A construção do conceito de Agronegócio**. 2013. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 103.

228 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 68-79.

229 Ibidem, p. 72.



Por outro lado, também é possível identificar usos positivados do termo, especialmente quando utilizado por empresas, escolas de negócios e eventos internacionais, a partir da década de 1970. Contando com a influência fundamental da Escola de Negócios de Harvard, centro de origem do conceito, foram difundidos argumentos defendendo a importância do desenvolvimento tecnológico da “Revolução Verde”, que supostamente teria aumentado a qualidade e a quantidade dos alimentos, gerando questões que somente a agroindústria poderia resolver. Justifica-se a expansão do *agribusiness* como forma de atender as necessidades alimentares da crescente população mundial, visto que a adoção do modelo permitiria o crescimento da produção de *commodities* e a diminuição da desnutrição. No caso da introdução do agronegócio no Brasil, um argumento decisivo para a sua expansão foi a ideia da imprescindibilidade da aproximação dos diferentes segmentos produtivos para além de um diálogo intersetorial, criando alianças corporativas da totalidade da cadeia produtiva do *agribusiness* em vista da expansão da produção de alimentos para o país e para o mundo.

Ainda destacando a função importante da Escola de Negócios de Harvard como centro de difusão do *agribusiness*, tornar-se-ia referência mundial o evento voltado aos executivos do setor, o *Harvard Agribusiness Seminar* (Seminário do agronegócio de Harvard), criado em 1961. Voltado para empresários da agroindústria, distribuidores de produtos alimentícios, redes de supermercados, fabricantes de insumos e maquinário agrícola e demais membros do *agribusiness*, o evento funcionaria como um momento para a elaboração de inovações para a cadeia do agronegócio, tendo sempre em vista a perspectiva da totalidade da cadeia produtiva. Ao longo dos anos de existência do seminário, destaca-se a presença recorrente de grupos empresariais transnacionais com participação de destaque na cadeia global da agroindústria, como Cargill, Coca-Cola, Monsanto e Nestlé, além de órgãos mundiais como a FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations* – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e o Banco Mundial. As empresas brasileiras também marcarão presença no evento em períodos recentes, caso da JBS, um dos maiores conglomerados produtores de proteína animal do planeta nas primeiras décadas do século XXI.<sup>230</sup>

A dinâmica de introdução e de consolidação do conceito de *agribusiness* no Brasil será debatido no próximo ponto, mas neste momento cabe introduzir alguns elementos que vão orientar as análises, a título de reforçar a particularidade do modelo brasileiro de agronegócio. No longo processo de consolidação do agronegócio como modelo produtivo dominante da agricultura monopolista no

---

230 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 82-84.

país, identificam-se movimentos com nuances distintas da dinâmica estadunidense. Ainda que sob forte influência das diretrizes das instituições internacionais, dos debates acadêmicos e das políticas do governo dos EUA, responsáveis pela difusão dos conceitos e de políticas que transformam a agricultura capitalista, o agronegócio opera no Brasil com particularidades próprias ao processo histórico brasileiro. Refiro-me ao fato inescapável das singularidades da trajetória da formação econômico-social brasileira, as circunstâncias da estruturação do capitalismo dependente no país, que se deu sob condições próprias de um país periférico.

Na origem da formação econômico-social, a montagem de uma empresa colonial produtora de mercadorias primárias para exportação, a constituição de uma economia subordinada ao processo de expansão do capitalismo nos países centrais serão fatos que influenciam as determinações futuras. Estes fatos moldam profundamente a ideologia das classes dominantes agrárias, bem como sua prática política e econômica, gerando a arraigada compreensão, por exemplo, da vocação eminentemente agrícola do país. Como fundamenta Regina Bruno,<sup>231</sup> as concepções do “moderno” agronegócio que serão introduzidas no país a partir dos anos 1970, mesclam-se aos padrões de comportamento baseados em antigas concepções que reproduzem a histórica dominação patronal no campo, baseada na concentração da terra, nas constantes expropriações fundiárias e na íntima relação com as estruturas estatais em vista de garantir subsídios para as atividades produtivas no campo.

Assim, ao longo do processo de estabelecimento do modelo de agronegócio, será estruturada uma nova “retórica da legitimação” das frações burguesas associadas às atividades agroindustriais. A partir de uma ideologia própria ao moderno agronegócio, serão atualizadas as antigas concepções patronais em vista de reproduzir a dominação no campo e no Estado. Ao mesmo tempo em que os empresários da agroindústria buscarão mostrar-se preocupados com padrões de competitividade e rentabilidade, em uma tentativa de construir uma imagem liberal e progressista, acabarão por reciclar visões arraigadas, como as concepções sobre a propriedade fundiária. A sacralidade da propriedade da terra, entendida como um direito natural das classes dominantes, de acesso restrito e negada qualquer forma de divisão ou cumprimento de função social, será reforçada neste estágio de difusão do modelo de agronegócio. Conforme destaca Regina Bruno, “é precisamente em torno das noções terra-acumulação, terra-patrimônio, terra-objeto de especulação, terra-poder, terra-violência que os velhos e novos personagens se embaralham e se identificam mutuamente”<sup>232</sup>

---

231 Cf. BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária; UFRRJ, 1997.

232 Ibidem, p. XIII.

Em décadas recentes, notadamente na passagem para a segunda década dos anos 2000, ápice da expansão da atual configuração do agronegócio iniciada na década de 1980, o empresariado do setor esforça-se para mesclar a sua “marca” (*Agro*, sem o sufixo *negócio*) aos interesses do conjunto do país. Com esta operação, busca-se desvencilhar da imagem de um setor arcaico e “atrasado”, um setor voltado apenas para seus interesses particulares, ligado ao antigo produtor rural, presença marcante no imaginário social do país ao longo do século XX, com personagens emblemáticos nas produções literárias e audiovisuais. Campanhas como a já citada “Agro – indústria-riqueza do Brasil”, que será analisada no capítulo 7, iniciativas como o Programa Educacional Agronegócio na Escola<sup>233</sup> ou o forte investimento na indústria cultural, se estabelecem com o intuito de embaralhar a percepção da opinião pública de que os interesses que prevalecem são as demandas particulares do empresariado do agronegócio. Na festa da “riqueza do Brasil”, a maioria da sociedade é convidada apenas como espectadora. Este, e demais assuntos, são abordados a partir do tópico seguinte.

### 3.3. O conceito de agronegócio no Brasil

Em junho de 2016, ia ao ar na TV brasileira um filme publicitário, com menos de um minuto de duração, inaugurando uma ação de *marketing* importante para a imagem do agronegócio brasileiro. Intercalando cenários urbanos e do campo, alternando imagens de mercadorias alimentícias e outros produtos industrializados, o narrador apresentava uma nova campanha aos telespectadores da Rede Globo de Televisão, braço do maior conglomerado de comunicações do Brasil:

Tá na rua, tá no carro, tá no mapa, tá na cara, tá no copo, tá no móvel, tá no passo.  
Tá na mesa, tá na arte, tá na massa, tá na pele, tá no caldo, tá no papo, na escola, na feira. Tá na praia, tá na busca, tá lá fora, tá na moça, tá na moda, tá no pasto. Tá em tudo o que o Brasil faz. Tá em tudo o que o Brasil consome. Agro: a indústria-riqueza do Brasil. Tá na Globo.<sup>234</sup>

Nos meses e nos anos seguintes da estreia desta campanha, os telespectadores seriam apresentados diariamente a uma série de filmes curtos com temas variados em torno da atividade agroindustrial brasileira. As publicidades destacavam os padrões de excelência da agricultura brasileira em termos relativos à produtividade, sustentabilidade, relevância econômica e eficiência na produção e distribuição de alimentos para o país e o mundo. “Agricultura Familiar é Agro”, “Agro está presente

233 Cf. LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio**. 2014. 436 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

234 SINDAG. **Comunicação e Agronegócio**: Roberto Schmidt – Dir. Plan. Marketing Globo. Canela: YouTube, 2017. 1 vídeo (49 min), 29:56. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=twUHRsX0rj8&t=2550s> . Acesso em: 13 ago. 2022.

em todas as horas do dia”, “Da mesa às roupas: produtos do agronegócio possuem diferentes usos” são títulos promovidos periodicamente pela campanha.

Independente da identificação imediata dos objetivos dos agentes envolvidos na construção de uma campanha de grande alcance, depreende-se dos vídeos a construção de um imaginário positivo e favorável ao agronegócio brasileiro. Da soja às verduras, das carnes ao café, denota-se um esforço da propaganda em sedimentar no senso comum a percepção de que o agronegócio representa indistintamente a totalidade das atividades rurais do país. E não apenas as mercadorias derivadas das atividades rurais seriam o “Agro”. Conforme destacado ao longo das produções da campanha, remédios, roupas, móveis e todo tipo de mercadoria relaciona-se com a cadeia produtiva do agronegócio nacional. O “Agro é tudo”, como informa um dos principais *slogans* da campanha.

Em suma, de acordo com o discurso anunciado pela campanha, toda sociedade seria dependente das mercadorias produzidas por um vasto complexo agroindustrial. A campanha televisiva realiza uma forte investida em busca da construção de uma imagem do agronegócio como a modalidade unificadora da produção agrícola e industrial, a grande cadeia que realiza a integração de diversos setores da economia nacional. Independente de realizarem atividades em larga escala e em grandes propriedades, em pequenas produções familiares ou em grandes frigoríficos, não haveria particularidades históricas e econômicas que possam distinguir as atividades e modalidades de produção, muito menos a identificação dos setores empresariais envolvidos. As atividades do campo e da cidade estariam unificadas pelo signo do “Agro”.

Sem antecipar conclusões antes da análise dos filmes produzidos pela campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”, atividade realizada no capítulo 7, é preciso destacar que, em uma abordagem inicial, verifica-se nos vídeos um claro discurso de legitimação e exaltação do agronegócio. A partir dessa percepção inicial, os questionamentos posteriores orientam-se pela busca do que não é apresentado do agronegócio na campanha veiculada nacionalmente. Dessa forma, é tão ou mais relevante do que apenas destacar o que é mostrado buscar entender o que está além dos discursos abertamente laudatórios, com o intuito de cancelar um setor produtivo do conjunto da economia brasileira.

Na superfície da propaganda, o “Agro é tudo”. Porém, ficam ausentes das ações de *marketing* tanto as características do conceito de agronegócio apontadas na seção anterior quanto as peculiaridades que identificam a noção atualmente. Assim, não são destacadas a integração de cadeias produtivas complexas, o trânsito intenso de capitais transnacionais na produção e comercialização de mercadorias agropecuárias, o mercado de terras influenciado por especulações financeiras, os sistemas de créditos públicos e privados definidos por políticas econômicas estatais, a pressão

política exercida por entidades empresariais, a multiplicidade de associações representativas do agronegócio etc.

A observação do contexto de intensa industrialização da agricultura e de introdução do conceito de *agribusiness* no Brasil no final dos anos 1960, tarefa realizada a seguir, é fundamental para auxiliar na compreensão do patamar atingido pelo agronegócio na atualidade. Os fios condutores da análise dessa trajetória consistem, primeiramente, na identificação dos mecanismos econômicos e da conjuntura política que possibilitam o estabelecimento da noção de integração setorial entre agricultura e indústria. Em seguida, a investigação da construção da ideologia que permeia o setor contemporaneamente, buscando entender como os discursos empresariais abordam o termo “agronegócio”, tornando-o quase um sinônimo para as atividades agropecuárias e agroindustriais no tempo presente. No contexto de implementação no país, é primordial a compreensão de que essa categoria é um projeto de classe executado por determinadas frações da burguesia brasileira, notadamente aquelas de alguma forma associadas à cadeia de atividades do agronegócio.

Portanto, compreendendo a dimensão de classe intrínseca ao conceito de agronegócio, como destacado nas partes iniciais deste capítulo, objetiva-se demonstrar a busca por consolidar um modelo produtivo que assume a primazia no processo de reprodução capitalista brasileira no contexto de reestruturação produtiva e de especialização primário-exportadora das últimas décadas. Tais fatos explicariam as tentativas de construção de hegemonia pelo setor nas últimas décadas, que têm na campanha Agro sua expressão máxima.

### ***3.3.1 A introdução da noção de agribusiness: o contexto brasileiro no início da década de 1960***

A ideia de *agribusiness* surge no debate público brasileiro por meio de entidades associativas da agricultura patronal, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entre as décadas de 1950 e 1960.<sup>235</sup> Primeiramente, a noção de integração sistêmica foi mobilizada em vista de angariar maior apoio para os setores agropecuários, organizados em torno da SRB. Esta entidade, fundada em 1919, com vistas de disputar a hegemonia da representação das classes dominantes rurais com outra associação, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA),<sup>236</sup> reunia distintos segmentos do patronato rural, baseados principalmente no estado de São Paulo. Integrada por cafeicultores e agropecuaristas, além de empresas agroindustriais, esses setores eram vistos como prejudicados pelas políticas de favorecimento à indústria de bens duráveis do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que naquela época era

<sup>235</sup> POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 87.

<sup>236</sup> Para as disputas entre SNA e SRB pela hegemonia da representação do patronato rural nas primeiras décadas da República, cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

financiada pelo investimento direto de capitais estrangeiros. A SRB assumiria como uma de suas principais bandeiras a defesa da modernização da agricultura e a total industrialização do setor.<sup>237</sup>

Por parte da CNA, a mobilização da noção ocorreu durante o primeiro ano da ditadura empresarial-militar (1964-1985).<sup>238</sup> No contexto de repressão aos movimentos populares e de afirmação da hegemonia dos capitais monopolistas sobre os demais capitais, a ideia foi utilizada para ressaltar a agricultura como um setor que não se limitava às atividades “dentro da porteira”. A CNA, que havia sido reconhecida pelo primeiro governo da ditadura como a entidade que representava os interesses dos setores agropecuários, expôs a ideia de *agribusiness* no final de 1964. De acordo com a entidade, a noção criada em Harvard significava tanto os atos praticados na terra, como semear e colher, quanto obter máquinas, insumos e distribuir os produtos do campo.<sup>239</sup>

As ações das entidades deram os primeiros passos na mobilização da noção importada dos EUA, que vislumbrava a interdependência da agropecuária com as atividades industriais e de serviços, entendimento que havia mudado o panorama da produção agrícola naquele país, como visto anteriormente. Contudo, a promoção da noção de *agribusiness* por parte das associações empresariais não ficaria restrita a esses círculos, influenciando também os debates políticos e acadêmicos relativos à produção agropecuária. Portanto, é importante acompanhar as transformações nas discussões sobre a produção agrícola ocorridas naquele período de mudanças nas correlações de forças políticas e econômicas.

No complexo contexto dos anos 1960, de contradições econômicas e sociais aguçadas desde a década anterior, os impasses são resolvidos – a favor da classe dominante – com o Golpe de 1964. Entre as frações que se mobilizaram para o golpe, a burguesia agrária ocupou lugar de destaque, ao se posicionar contra as propostas de reforma agrária do governo João Goulart (1961-1964) e contra

---

237 MENDONÇA, Sonia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, 2009, p.134.

238 *Militar, civil-militar e empresarial-militar* são algumas caracterizações mobilizadas pela historiografia brasileira para identificar a natureza do regime imposto ao país após o Golpe de 1964. A opção por uma dessas adjetivações não se dá por um capricho teórico. Na verdade, demarca a opção metodológica para a apreensão e categorização do processo histórico da ditadura imposta ao Brasil entre 1964 e 1985. Nesta Tese, opta-se pelo título *empresarial-militar* por compreender que essa categorização apreende a natureza de classe do Golpe, perpetrado como um projeto de classe das frações da burguesia brasileira, realizada em conjunto com setores militares. Seguindo os caminhos de historiadores como René Dreifuss, é preciso demarcar que o regime instaurado significou um movimento de *contrarrevolução*, em vista de responder às necessidades do capital monopolista em específico contexto do desenvolvimento da reprodução capitalista no país. A opção aqui mobilizada se dá em vista de diferenciar-se das compreensões das correntes historiográficas que ressaltam o caráter militar daqueles governos, ou que não identificam corretamente os setores “civis” que sustentaram o regime. A mobilização do título “civil-militar” acaba por compartilhar a noção de que o conjunto da sociedade brasileira, indistintamente, teve responsabilidades por um regime ditatorial marcadamente imposto e operado de acordo com os interesses das classes dominantes. Para um debate das controvérsias historiográficas acerca da caracterização da ditadura brasileira, ver DE MELO, Demian Bezerra. Ditadura “Civil-Militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço plural**, v. 13, n. 27, 2012.

239 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 89.

os movimentos sociais organizados no campo, como as Ligas Camponesas, que tinha no lema “Reforma Agrária na lei ou na marra” seu mote de luta pela terra. Apesar da vitória do golpe e, por consequência, dos interesses do latifúndio, o processo que se instalou no meio rural a partir do governo Castelo Branco (1964-1967) não foi menos eivado de contradições para as classes dominantes agrárias.<sup>240</sup>

A promulgação do Estatuto da Terra, por exemplo, colocou as frações dominantes agrárias em posições contraditórias, ao promover, ainda que de forma tímida, algumas medidas reformistas. O Estatuto buscava, por meio de uma reforma fundiária, aumentar o mercado interno e constituir uma massa consumidora de produtos industriais. Por outro lado, o Estatuto também apresentava um caráter que visava consolidar a propriedade privada no campo, promovendo um aumento da produção e da produtividade. Para Sônia Regina de Mendonça, a particularidade do Estatuto da Terra estava no fato de conter tendências contraditórias, apresentando medidas de democratização da propriedade da terra, mas também soluções produtivistas, que vão prevalecer no contexto de “modernização conservadora”, nos anos 1970.<sup>241</sup> Desta forma, ao colocar em confronto posições divergentes, a variedade de princípios apresentadas pelo Estatuto dá a medida das disputas entre as frações dominantes naquele período: de um lado, as entidades patronais agrárias queixavam-se da distribuição de terras, considerada como direito inalienável destas classes, enquanto os intelectuais do governo militar entendiam a estrutura fundiária como obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

De acordo com Alberto Passos Guimarães, os obstáculos para a expansão capitalista no campo serão removidos no desenrolar do processo da chamada “modernização conservadora”.<sup>242</sup> Esta noção identifica a etapa histórica de formação dos complexos agroindustriais no Brasil, quando o sistema agrícola torna-se dependente dos insumos industriais e dos incentivos do Estado para a efetivação da produção. Contudo, apesar dos novos arranjos públicos e privados, a propriedade fundiária mantém-se concentrada, sem alterar as relações de poder das elites rurais monopolizadoras das terras.

Para compreender a relevância do processo de “modernização conservadora”, marco da expansão da industrialização da agricultura e da introdução da lógica de organização empresarial baseada na noção de agronegócio, é preciso evidenciar os projetos teóricos e políticos que orientam tal movimento. Os debates pela definição das medidas que transformam a economia agrária estavam

---

240 MENDONÇA, Sonia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, 2009, p. 40.

241 Ibidem, p. 42.

242 GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

imersas em uma profícuca disputa entre diversas concepções sobre o papel da estrutura agrária brasileira na resolução dos conflitos sociais e distributivos de meados do século XX.

### ***3.3.2 O debate historiográfico e econômico sobre a modernização da agricultura***

O contexto de introdução da noção de agronegócio no Brasil, em meados da década de 1960, precisa ser ampliado para além das ações de empresários e das entidades associativas da classe dominante agroindustrial. Estes personagens vão agir no sentido de promover o conceito, mas não serão os únicos agentes inseridos na dinâmica das disputas pela definição dos rumos da estrutura da agricultura brasileira. Para a demarcação do contexto em que o conceito foi apresentado como solução para as classes dominantes, é necessário observar dois debates apresentados naquele período: a “questão agrária” e a problemática “desenvolvimento e agricultura”. As discussões envolvendo estas duas dimensões do desenvolvimento do capitalismo monopolista brasileiro vão influenciar tanto as compreensões críticas do processo de modernização da agricultura quanto as definições das políticas estabelecidas pelo Estado brasileiro naquele período.

De acordo com Guilherme Delgado,<sup>243</sup> um primeiro passo necessário para compreender os desafios apresentados no período é interpretar a economia do setor rural de forma diversa da habitual, que identifica o setor rural como mero subsidiário ao longo do ciclo de industrialização brasileira, ocorrido entre as décadas de 1930 e 1980. Segundo Delgado, a tese da agricultura como acessória ao processo de industrialização foi legada por certa historiografia econômica e por determinados debates sobre Desenvolvimento Econômico no período. Ao contrário das teses que localizam a agricultura como subordinada às dinâmicas da industrialização, Delgado defende que o processo de expansão e modernização da agropecuária foi um movimento coetâneo à industrialização brasileira. O debate desenvolvido no pós 1930 e no pós-guerra teve a industrialização e a urbanização como protagonistas da história econômica e do pensamento econômico. Tanto as vertentes liberais, desenvolvimentistas e defensoras da existência de uma “questão agrária” a ser resolvida no país debateram o lugar do setor rural na economia e na sociedade, mas foram influenciadas pela industrialização que acontecia, de forma geral relegando as relações no campo a um plano secundário. A partir dos anos 1950, a reflexão sobre a economia rural sofre uma inflexão e estabelece-se em torno de dois eixos principais: a “questão agrária” e o tema “a industrialização e o papel da agricultura”. As mudanças nos rumos no debate, com o setor rural tornando-se central em determinadas vertentes do pensamento econômico, deveu-se à entrada do tema da Reforma Agrária

---

243 DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados* [online]. v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013>. Acesso em: 04 ago. 2022.



na cena política. A partir dessa mudança de perspectiva, passa-se a tratar a economia agrária sob a ótica do caráter do desenvolvimento e as necessidades de transformações nas estruturas do país.

As teses que fizeram referência à “questão agrária brasileira” foram inseridas de forma mais intensa no debate no início dos anos 1960. A temática da questão agrária abordava temas fundamentais para a compreensão do campo brasileiro, como a centralidade da desigualdade da estrutura fundiária e as dinâmicas das relações sociais no campo. Os debates sobre a “questão agrária” partiam de três grandes vertentes. A primeira, hegemônica por intelectuais associados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), principal agremiação da esquerda no Brasil até aquele período. Entre os pensadores que defenderam a linha do Partido estão Alberto Passos Guimarães,<sup>244</sup> Moisés Vinhas<sup>245</sup> e Nelson Werneck Sodré.<sup>246</sup> A segunda corrente também se ligava ao PCB, mas em linhas divergentes do posicionamento majoritário, representada por Caio Prado Júnior, que divergiu das interpretações da formação histórica do Brasil, da própria questão agrária e da concepção da revolução brasileira.<sup>247</sup> Outra corrente de pensamento foi a representada pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), em especial na figura de Celso Furtado. Em uma interseção entre os pensamentos marxistas e da Cepal, destacam-se também as contribuições de Ignácio Rangel.<sup>248</sup> Pela direita, o debate será feito por intelectuais como Delfim Netto e Roberto Campos, porém estes mais preocupados com o problema da industrialização do que com a resolução dos problemas estruturais no campo.

Em linhas gerais, a questão central de divergência entre as correntes progressistas e as que obterão sucesso nos governos da ditadura esteve em torno da definição das políticas que deveriam ser privilegiadas. Aparentemente semelhantes, mas qualitativamente distintas: as soluções relacionadas às políticas agrárias ou às políticas agrícolas. José Graziano da Silva estabelece uma distinção entre ambas.<sup>249</sup> A questão agrária relaciona-se às transformações nas relações de produção, enquanto a questão agrícola diz respeito aos aspectos da produção em si, em termos de mudanças nos níveis de produtividade e nas técnicas envolvidas. Na perspectiva das lutas entre as classes, os que advogam a prioridade da primeira sobre a segunda defendem as ações que coloquem o foco na situação das massas trabalhadoras do campo e na desigualdade da estrutura fundiária. Já os partidários da

---

244 De Alberto Passos Guimarães destacam-se: **Quatro Séculos de Latifúndio** (1963), **A questão agrária brasileira e A crise agrária** (1979).

245 De Moisés Vinhas destacam-se: **Operários e camponeses na revolução brasileira; Problemas agrário-camponeses do Brasil e A terra, homem, as reformas**.

246 De Nelson Werneck Sodré destacam-se: **Formação Histórica do Brasil, História da Literatura Brasileira, História da imprensa no Brasil, O que se deve ler para conhecer o Brasil, Memórias de um soldado**.

247 Entre os trabalhos principais de Caio Prado Jr. destacam-se: **A evolução política do Brasil** (1933), **Formação do Brasil contemporâneo** (1942), **História econômica do Brasil** (1945) e **A revolução brasileira** (1966).

248 De Ignácio Rangel, **Questão agrária brasileira** (1961) e **Questão agrária, industrialização e crise urbana**.

249 GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

questão agrícola, vão posicionar-se conforme os interesses dos grupos empresariais médios e grandes, que vislumbravam transformações em prol da modernização da agricultura.

Intelectuais como Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel destacarão aspectos distintos da perspectiva de esquerda para a crise agrária e para a realização da Reforma Agrária, reforma entendida como fundamental para a elevação do padrão de vida da população rural. De acordo com Caio Prado Júnior,<sup>250</sup> a concentração fundiária condenava as massas de trabalhadores da área rural à miséria, criando uma superoferta de mão de obra no campo, o que contribuía para a piora das condições de vida dos trabalhadores. Além disso, a concentração de terras era um entrave para o desenvolvimento econômico do país. Caio Prado Júnior vai propor como tática para as transformações na injusta estrutura no campo a combinação de duas vertentes de ação. Por um lado, estender a legislação social e trabalhista para os trabalhadores do campo e, em paralelo, modificar a estrutura da propriedade fundiária, altamente concentrada.

Em sentido parecido, mas com algumas diferenças, Ignácio Rangel vai abordar o problema da crise agrária na perspectiva da superprodução e da escassez agrícola, questões aliadas à superpopulação rural, como também indicava Caio Prado Júnior. Rangel vai inserir o debate em termos dos problemas de comércio exterior e do desemprego urbano. As soluções propostas por Rangel passavam pela necessidade de mudanças na estrutura agrária, tentando criar condições para a expansão tanto da produção secundária quanto da terciária, ambas associadas ao complexo rural. Com estas transformações, poderia ocorrer o incremento do comércio exterior e da procura urbana de mão de obra em vista de absorver o excedente de produção e o excesso de população rural.

As teses que propunham mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo, guardam semelhanças com as propostas elaboradas pela Cepal e por Celso Furtado, no âmbito do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965) do governo João Goulart. O Plano Trienal indicava a centralização fundiária como um impedimento para a exploração agrícola de forma racional, dificultando o desenvolvimento econômico nacional, que poderia ser derivado de uma mudança na histórica concentração da terra. Furtado deu destaque em suas avaliações à inflexibilidade da oferta de alimentos para atender à forte demanda urbana originada pelo desenvolvimento industrial, sendo a concentração fundiária responsável por gerar esse problema estrutural do setor agrícola brasileiro. Diante desta avaliação, estes seriam os motivos que justificariam intervenções em prol da mudança na concentração da terra e nas relações trabalhistas e sociais no campo.

---

250 Cf. PRADO JR., Caio. Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: VEIGA, José Eli da (org.). **A questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 2000, p. 15-85; Idem. A nova contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: VEIGA, op. cit., 2000, p. 86-126.

Delfim Netto, que se tornaria prócer da condução das políticas econômicas dos governos da ditadura, sendo Ministro da Fazenda (1967-1974) e da Agricultura (1979), vai atacar a tese da suposta rigidez da oferta agrícola defendida pela Cepal. O economista buscou revelar a “inconsistência” da questão agrária, a partir de estudos estatísticos desenvolvidos por economistas e econométricos da Universidade de São Paulo (USP).<sup>251</sup> Delfim vai apresentar a argumentação da resposta funcional da oferta agrícola às pressões da demanda, desmontando a tese cepalina de que a estrutura agrária concentrada não responderia às pressões da demanda, provocando pressão inflacionária e crises de abastecimento.

O argumento do grupo da USP negava a existência de uma questão agrária, já que desconsiderava a estrutura fundiária concentrada e as relações de trabalho rurais como problemas econômicos relevantes. De acordo com estes economistas, a estrutura agrária do país teria sido importante ao realizar as funções da agricultura no esquema clássico do desenvolvimento capitalista. De acordo com esta visão, defendia-se que a agricultura brasileira proporcionou a liberação de mão de obra para a industrialização, gerou mercado para os produtos industriais, garantiu expansão da exportação, além de financiar parte da capitalização da economia. Baseando-se no pensamento funcionalista estadunidense, a agricultura deveria cumprir estes papéis, além de suprir as matérias-primas para as indústrias, elevar as exportações agrícolas e transferir renda real para o setor urbano.

### ***3.3.3 A “modernização conservadora” (1965-1980): marco da constituição do agronegócio brasileiro***

No contexto de implementação de uma ditadura aberta da burguesia brasileira, o debate sobre “agricultura e desenvolvimento” girará em torno das proposições de modernização agrícola de Delfim Netto. As propostas que davam acento à “questão agrária”, destacando o papel da concentração fundiária como fundamento das desigualdades no campo, são derrotadas e postas de lado na definição das políticas econômicas voltadas para a economia rural. Será realizada uma modernização da agricultura, porém sem reformas estruturais no padrão de concentração fundiário. Ao não tocar na propriedade da terra, o que se verificou foi a realização de uma “modernização conservadora”, cujas diretrizes dominarão o debate agrário dos anos 1970 e 1980, sendo o pano de fundo da implantação do modelo de agronegócio no Brasil. De acordo com Guilherme Delgado, o período histórico compreendido entre 1965 e 1980 foi a “idade de ouro de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob

---

251 Cf. DELFIM NETTO, Antônio. **Problemas econômicos da agricultura brasileira**. São Paulo: FEA-USP, 1965.

forte mediação financeira do setor público”.<sup>252</sup> Além disso, o autor ressalta a importância de não deixar em um plano secundário a matriz agrária do processo de integração entre os setores.

Na formulação das políticas econômicas que orientariam o novo regime, foi lançado, em agosto de 1964, o Plano de Ação Econômica do Governo, o PAEG.<sup>253</sup> O Plano foi elaborado com o intuito de direcionar as políticas de combate à inflação, além de realizar reformas institucionais, como as tributárias e financeiras. O PAEG visava a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico por meio de políticas de investimento que pudessem absorver a crescente mão de obra, corrigir as desigualdades setoriais e regionais, estabilizar os preços e corrigir os deficit do balanço de pagamentos, normalizar as relações com os órgãos financeiros internacionais e conter a inflação.

Em relação ao setor agrícola, classificado como o “setor retardatário da economia”, o PAEG diagnosticava o atraso no desempenho da agricultura se comparado à indústria, identificava um grau de incorporação tecnológica rebaixado devido a uma fronteira agrícola em contínua expansão, vislumbrava a estagnação nas exportações agrícolas, além da recorrência de pressões inflacionárias oriundas do desenvolvimento da agricultura e da inadequação da estrutura agrária.

O cenário indicado pelo PAEG apresentava contradições com as formulações de Delfim Netto e do Grupo da USP. O diagnóstico do governo foi respondido por meio de uma crítica conservadora e fundamentada em argumentos técnicos.<sup>254</sup> De acordo com as análises desse grupo, o cenário era o seguinte: a) não havia pressão inflacionária oriunda da agricultura, visto que os preços agrícolas cresceram abaixo dos preços industriais; b) o produto agrícola crescia a taxas adequadas comparando-se com o desempenho do produto da indústria na trajetória pós-guerra; c) as exportações agrícolas ficariam estagnadas e sem diversificação de produtos, visto o peso do café e de suas políticas de valorização; d) a estrutura agrária não seria um problema para o crescimento, não havendo a necessidade de medidas distributivas, bastando apenas ações pontuais onde o sistema agrário não respondesse ao sistema de preços; e) a agricultura poderia se modernizar, mas ainda sim seguir cumprindo suas funções clássicas no desenvolvimento.

O Grupo da USP, em contraposição ao diagnóstico do PAEG, em um evidente sinal de disputas pelos rumos das políticas para a agricultura, sem a existência de um caminho unânime, vai estabelecer que a expansão do setor agrícola dependeria de alguns fatores. Entre os quais, a elevação do nível técnico da mão de obra, a expansão da mecanização, a utilização de novas

---

252 DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados* [online]. v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001, p. 164. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013>. Acesso em: 04 ago. 2022.

253 PAEG – **Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966**. Documentos EPEA – nº 1, Rio de Janeiro, 1964.

254 DELFIM NETTO, Antônio. **Problemas econômicos da agricultura brasileira**. São Paulo: FEA-USP, 1965, p. 279-298.

tecnologias aplicadas ao campo, com a massificação do uso de insumos agroquímicos, além do estabelecimento de uma estrutura agrária eficiente, que favorecesse o crescimento dos níveis de produtividade da agricultura.

Como afirmado, a interdição do debate público provocado pelo golpe militar altera os eixos do debate agrário no país. Deslocam-se as preocupações referentes às transformações nas relações de produção e à estrutura fundiária, as questões próprias da “questão agrária”, para a dimensão das políticas agrícolas, dando acento aos problemas relativos aos preços, relações de oferta e demanda, ocupação da força de trabalho, comércio exterior etc. Neste ambiente, as teses de Delfim Netto encontram terreno fértil para se expandir e tornarem-se políticas aplicadas pelo governo.

As teses da “modernização conservadora” ganham força a partir do momento em que Delfim Netto se torna Ministro da Fazenda, em 1967. Em seu mandato inicia-se a estruturação de um mecanismo central tanto para o processo de modernização da agricultura quanto para a expansão do modelo de agronegócio, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Após o governo de Castello Branco (1964-1967), este sistema seria a principal fonte de financiamento da produção agropecuária, que se uniria a um conjunto ampliado de medidas estatais para o impulsionamento da industrialização da agricultura e para a integração dos setores agrícolas, industriais, comerciais e financeiros. Das políticas econômicas geradas no período, destaca-se a liberalidade do crédito rural, a abundância de incentivos fiscais e o aporte direto de orçamento público em políticas de fomento da produção e da comercialização, como a Política de Garantia de Preços, o Programa de Apoio a Atividade Agropecuária (PROAGRO) e políticas de pesquisa e extensão rural.

Neste novo contexto, as questões do papel da agricultura no desenvolvimento econômico mudaram radicalmente em relação aos debates dos primeiros anos de industrialização. A visão do setor agrícola, tomado anteriormente como transferidor de recursos e renda para o setor industrial, não mais correspondia às necessidades de acúmulo de capital. A função da agricultura no novo patamar de desenvolvimento da economia incorporaria outras questões, especialmente relacionado ao aprofundamento da integração técnica entre agricultura e indústria, também ampliando a participação dos setores com o comércio exterior. Este processo seria subvencionado de forma expressiva por um conjunto de políticas agrícolas e comerciais.

Durante o governo Costa e Silva (1967-1969), foi lançado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que visava definir uma estratégia para o desenvolvimento econômico e social do país. Elaborado pelo ministro do Planejamento Hélio Beltrão e implementado por Delfim Netto, o PED estabelecia uma série de investimentos em áreas consideradas estratégicas pelo governo para o triênio 1968-1970. Em relação ao setor rural, o PED planejava a expansão do crédito

rural, o estímulo à utilização de máquinas e equipamentos, a modernização das condições para o transporte, armazenamento e comercialização da produção agroindustrial.<sup>255</sup>

As novas diretrizes agrícolas propostas pelo PED, que gerariam transformações profundas no setor agroindustrial, bem como no conjunto da economia brasileira, conectava-se a um movimento que também era influenciado por fatores externos. De acordo com Pompeia, o novo planejamento agrícola brasileiro convergia com as ambições do governo dos Estados Unidos no que se refere à política estadunidense de expansão do modelo de *agribusiness*. O alargamento das políticas de crédito, a criação de indústrias de insumos e maquinário agrícola e a expansão das condições para circulação das mercadorias agroindustriais do governo brasileiro alinhava-se com as proposições colocadas pelo presidente dos EUA, Lyndon Johnson, quando do encontro da Organização dos Estados Americanos (OEA), em abril de 1967.<sup>256</sup>

O processo de incorporação de novas funções para a agricultura mediado pelas novas políticas agrícolas e comerciais do governo, que objetivavam uma maior associação entre agricultura, indústria e comércio exterior, alinhada à expansão da noção de *agribusiness*, é caracterizado por Delgado como um momento de transformações que mudam decisivamente o panorama da produção agroindustrial, tornando cada vez mais indissociável as relações entre agricultura, indústria e comércio. Cada qual com suas particularidades, mas integradas em um processo unitário, Delgado assevera:

Denominei este processo de integração técnica-agricultura-indústria, caracterizado de um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de injeção, entre outros). De outro lado, ocorreu uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.)<sup>257</sup>

O processo de integração técnica entre agricultura e indústria recebe a adjetivação “conservadora” por conta do estabelecimento de um pacto político que previa a modernização sem excluir as oligarquias rurais ligadas ao latifúndio e ao capital comercial na montagem da nova arquitetura,

255 BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Programa Estratégico de Desenvolvimento – 1967**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1070> . Acesso em: 04 ago. 2022.

256 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 94.

257 DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados* [online]. v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001, p. 164. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013> . Acesso em: 04 ago. 2022.

sustentada pelo crédito bancário do SNCR. Os grupos tradicionais, organizados desde 1930 em institutos setoriais, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), ao contrário de se enfraquecerem, vão reforçar o seu poder político e econômico ao terem acesso a maiores recursos, dando continuidade às políticas setoriais de produção e de comércio, agora em associação com políticas agrícolas e comerciais ampliadas.

As novas diretrizes econômicas do período favoreceram a montagem de um sistema híbrido, pois ainda que envolvessem políticas agrícolas voltadas para a diminuição dos riscos produtivos e incentivo à integração técnica, manteve os antigos acordos regionais. Assim, ao serem implementadas políticas de crédito, garantias de preço e de comercialização, protegia-se as margens de lucros dos produtores que mudavam a base técnica, além de valorizar o patrimônio fundiário destes, que ampliavam as fronteiras agrícolas e utilizavam as novas terras para fins produtivos e especulativos.<sup>258</sup>

As transformações nas bases técnicas e a formação dos complexos agroindustriais, impulsionados em paralelo à expansão da noção de *agribusiness*, como será abordado adiante, são processos históricos interligados, mas que ocorrem de formas distintas e em tempos diferentes no campo brasileiro. A expansão da mecanização da agricultura, com o crescimento da frota de tratores, e a utilização de insumos químicos, como fertilizantes, já era uma realidade da produção agropecuária brasileira nas décadas de 1950 e 1960. Segundo os dados compilados por Delgado, a frota de tratores, que em 1950 era de 8.372 unidades, passou, na década de 1960, para 61.345.<sup>259</sup> Entretanto, somente na década de 1970, no contexto da “modernização conservadora”, ocorre a intensificação do consumo industrial por parte da agricultura, possibilitando, por exemplo, a triplicação da frota de tratores. Em 1970, era de 143.309 o número de tratores operando no campo brasileiro. Em 1975, o número de unidades atingiu 323.113. Esta expansão foi viabilizada pela implantação do setor produtor de bens de capital e de insumos para a indústria, ocorrido no mesmo período. Em paralelo, o processo de integração entre indústria e agricultura foi impulsionado com a estruturação dos complexos agroindustriais interligados, como propunha a noção de *agribusiness*. Assim, modernizaram-se as indústrias processadoras de gêneros rurais, integradas à produção agrícola, bem como a indústria de bens de capital e os serviços de comercialização para a agricultura.

As condições para a articulação agricultura-indústria foram dadas pela expansão do crédito rural e agroindustrial geradas pelo sistema montado segundo as novas diretrizes para as políticas agrícolas dos governos da ditadura. Conforme os dados levantado por Delgado, o crédito rural concedido em

---

258 DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 14.

259 Ibidem, p. 17.

1976, no momento de ápice de concessão, cresceu a um valor equivalente ao PIB da Agricultura daquele ano, na casa de US\$ 20 bilhões.<sup>260</sup>

O processo de modernização da agricultura e de mudança de base técnica, com a constituição dos complexos agroindustriais, não vai ocorrer de forma igualitária entre as regiões do país e os setores produtivos. Em um primeiro momento, as mudanças estiveram concentradas nas regiões Sul e Sudeste, expandindo-se para a região Centro-Oeste somente na década de 1980. O processo de “modernização conservadora” vai caracterizar-se por convergir modelos aparentemente distintos, como a agricultura tradicional e o sistema agroindustrial, em paralelo à expansão das fronteiras agrícolas. Uma das explicações para a aparente contradição pode ser encontrada nas disputas políticas entre as frações e a dinâmica de estabelecimento da ideia de *agribusiness*, introduzida de forma intensa na virada da década de 1960 e 1970. Como poderá ser observado, a desigualdade entre as regiões têm a ver com as articulações políticas estabelecidas para ampliação ou restrição do crédito agrícola, suscetíveis

Antes da explicitação da estruturação do sistema de crédito e o processo de integração de capital na agricultura, na perspectiva da montagem da “estratégia de capital financeiro na agricultura brasileira”, proposta metodológica de Guilherme Delgado para análise da consolidação do modelo de agronegócio, é necessário observar a trajetória de inserção da ideia de *agribusiness* no Brasil. Este foi um movimento que se deu em paralelo à montagem do SNCR e ao fortalecimento dos complexos agroindustriais, movimentos que influenciam a estruturação dos padrões de financiamento para a agricultura brasileira no contexto de “modernização conservadora” da agricultura e de expansão da financeirização do conjunto da economia brasileira. Movimentos que se consolidarão nas décadas seguintes.

### **3.3.4 Os pioneiros da ideia de agribusiness no Brasil**

Os incentivos das políticas comerciais e agrícolas brasileiras, baseadas nas propostas da “modernização conservadora” e aliadas às ações do governo dos EUA no âmbito da “guerra contra a fome”, terão como efeito o aumento da transferência de capitais e de unidades industriais estrangeiras para atuarem nas funções a montante e a jusante da agropecuária brasileira. Surge nesse cenário a mobilização mais frequente da noção de *agribusiness* e a introdução definitiva da ideia cenário nacional. A partir do final dos anos 1960, organizações dos Estados Unidos, como o

---

<sup>260</sup> DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 16-17.



*Agribusiness Council*, passam a divulgar a ideia de *agribusiness* no Brasil com maior intensidade, oferecendo assessoria técnica e identificando possíveis empreendimentos habilitados para receberem investimentos.<sup>261</sup>

A introdução do *Agribusiness Council* na esfera pública brasileira apoiava-se na narrativa da luta contra a fome e nas questões da segurança alimentar mundial. O instituto estadunidense estabeleceria parcerias com governos estaduais, caso de Minas Gerais, que, no início da década de 1970, ampliava a oferta de crédito aos empreendimentos agropecuários e estimulava aportes privados nos projetos desenvolvidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), atuante no norte do estado. Além de Minas, os governos do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte também procuram aproximar-se da organização público-privada estadunidense que se colocava como uma entidade especializada na noção sistêmica do *agribusiness*, fazendo pontes entre investidores e governos, realizando ações no sentido do estímulo à integração de diversos agentes na agricultura.

Apesar da influência de órgãos do governo dos Estados Unidos, a difusão da noção de *agribusiness* no Brasil não foi uma simples imposição de fora para dentro do país. A expansão da ideia contou com a ação decisiva de agentes internos, notadamente representantes do empresariado de alguma forma relacionados a governos e à agroindústria. O caso de Alysso Paolinelli é uma das situações que ilustra a imbricação entre os interesses públicos e privados na agricultura com vistas à disseminação de uma visão sistêmica para o setor.<sup>262</sup> Paolinelli, secretário de Agricultura de Minas Gerais entre 1971 e 1974 e ministro da Agricultura no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), estabeleceu conexões do Estado com as entidades estadunidenses promotoras do *agribusiness* ao longo de suas administrações. Como secretário do governo mineiro, Paolinelli, assessorado pelo *Agribusiness Council*, implantou um sistema interligado de política agrícola, integrando em um único órgão dezenas de entidades que atuavam de modo descentralizado. Além disso, o então secretário incentivou ações estratégicas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, esforços que seriam repetidos quando tornou-se ministro da Agricultura. Em sua passagem pelo ministério, firmou acordos com o governo e empresas dos EUA para de formação de quadros técnicos em vista de consolidar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).<sup>263</sup>

---

261 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 94-95.

262 Ibidem, p. 97-98.

263 A Embrapa, instituída pela Lei 5.851 de 1972, é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura. A empresa cumpriu um papel importante na integração entre agricultura e indústria, ao proporcionar pesquisas em inovação em suporte aos desenvolvimentos tecnológicos para o setor agrícola, desenvolvendo e disseminando modelos de agricultura e pecuária no Brasil.

Outro exemplo da associação decisiva de atores internos com agentes externos em vista da difusão do modelo de *agribusiness* e da promoção da integração de capitais estrangeiros na agricultura, pode ser observado na atuação do *International Basic Economy Corporation* (Ibec), agência vinculada a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), criada por Nelson Rockefeller.<sup>264</sup> Entre as empresas sob controle acionário do Ibec, grupo que tinha Ray Goldberg, um dos fundadores da ideia de *agribusiness*, como consultor e membro do conselho, estava a Agroceres. A empresa brasileira, fundada em 1945, foi criada para atuar no ramo de manipulação genética de sementes. A Agroceres tinha como sócio Antônio Secundino de São José, pai de Ney Bittencourt de Araújo, figura que se tornaria central na articulação e na consolidação do projeto de *agribusiness* no Brasil. A relevância de Bittencourt para o agronegócio brasileiro pode ser ilustrada pela forma como seria denominado futuramente, o “dínamo do *agribusiness*” brasileiro.<sup>265</sup>

O setor no qual a Agroceres estava inserida no Ibec era denominado de *Agribusiness Division*, posição que demonstra o destaque da empresa para o grupo. Ao assumir funções de direção na Agroceres no final dos anos 1960, Ney Bittencourt teve contato com a concepção intersetorial para a agricultura ao realizar constantes viagens para os EUA, a partir dos anos 1970. Nestas oportunidades, Bittencourt estabeleceu relações com universidades locais e empresas produtoras de sementes. Com as conexões estabelecidas, Bittencourt torna-se participante do seminário de *agribusiness* da Escola de Negócios de Harvard, em 1976, quando converte-se definitivamente em um defensor e propagador da noção de integração intersetorial para a agricultura.

A atuação de Ney Bittencourt de Araújo, tendo como base o estabelecimento de redes de relacionamento nos Estados Unidos, vai gerar dois movimentos importantes para os rumos do *agribusiness* brasileiro. Em um primeiro sentido, Ney atuou na diversificação dos ramos de operação da Agroceres, tendo em vista a intensa competição no mercado brasileiro de sementes com outros grupos transnacionais, caso da Cargill. No seminário de Harvard de 1976, Bittencourt estabeleceu negociações da Agroceres com a *Pig Improvement Company* (PIC), empresa especializada em mudanças genética de porcos. Com os acordos realizados com a PIC, a Agroceres passou a atuar também no campo da genética animal, além do vegetal. Estes acordos darão as bases

---

264 Nelson Aldrich Rockefeller pertencia a uma das famílias mais ricas do mundo naquele período. Neto de John D. Rockefeller, criador da petrolífera *Standard Oil*, foi vice-presidente dos EUA no governo de Gerald Ford (1974-1977). Para as relações de Rockefeller com a AIA e o estabelecimento do seu grupo no Brasil, cf. SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v. 20, n. 4, p. 1695-1711, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-597020130005000014>. Acesso em: 04 ago 2022.

265 GRYNSZPAN, Mário. Origens e conexões norte-americanas do *agribusiness* no Brasil. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 17, 2012, p. 140. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/987>. Acesso em: 29 set. 2022.

para outra movimentação de Ney. Fortalecido pela negociação com a PIC, que foi realizada de forma autônoma, sem o envolvimento do Ibec, em um movimento que ampliou as posições da Agroceres e de Bittencourt, o empresário iniciou uma articulação em vista da retomada do controle acionário da Agroceres, o que ocorreu em 1980.<sup>266</sup>

A popularização da noção de *agribusiness* no Brasil ocorreu na segunda metade da década de 1970, aparecendo com mais frequência nos debates públicos envolvendo a agricultura. O conceito foi impulsionado destacando duas acepções da ideia, ambas afastadas da caracterização original do termo.<sup>267</sup> De um lado, surgem argumentos com significações positivas, destacando as vantagens da abordagem sistêmica do *agribusiness*, da noção que destaca a importância das relações integradas entre a agricultura, a indústria e os serviços. O uso positivado do termo, exaltando a ideia de intersetorialidade, apareceu na academia pela primeira vez em 1974, na dissertação de Roque Lauschner. Em jornais e revistas do período, como *Veja* e *Jornal do Brasil*, o termo também foi enaltecido, sendo mobilizado para identificar as mudanças nas bases técnicas da agricultura e associar o termo às empresas agroindustriais.

Por outro lado, as acepções críticas ao conceito de *agribusiness* foram mobilizadas especialmente por intelectuais e jornalistas, que salientavam alguns pontos negativos do conceito. Entre outros aspectos, eram destacados como efeitos da adoção da ideia, a percepção de que se aumentava a dependência da agricultura em relação à indústria e a geração de efeitos sociais negativos decorrentes da expansão do modelo. Ademais, acentuavam o atrelamento do *agribusiness* a uma espécie de conceito favorável às multinacionais, grandes empresas exportadores e latifundiários, em oposição à situação de vida dos trabalhadores do campo.

Em paralelo às acepções críticas, surgiu uma nova caracterização para uma noção que é tomada como sinônimo de *agronegócio*, a ideia de Complexo Agroindustrial (CAI). Esta ideia, que aludia ao conjunto de unidades de produção e processamento de produtos agrícolas, especialmente a cana-de-açúcar, já era utilizada no Brasil décadas antes da chegada do conceito de *agribusiness*.<sup>268</sup> Alberto Passos Guimarães, em estudo crítico sobre o processo de integração técnica e produtiva da agroindústria que estava em curso na década de 1970, une ao conceito de CAI a visão de intersetorialidade, como proposta no conceito de *agribusiness*.<sup>269</sup> Passos menciona a “influência das

---

266 GRYNSZPAN, Mário. Origens e conexões norte-americanas do *agribusiness* no Brasil. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 17, 2012, p. 142. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/987>. Acesso em: 29 set. 2022.

267 POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021, p. 103-109.

268 Ibidem, p. 105.

269 GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial no Brasil. *Opinião*. Nov. 1976. Disponível em: [http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tes\\_apassosb.htm](http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tes_apassosb.htm). Acesso em: 04 ago. 2022.

indústrias, situadas nos dois polos do complexo agroindustrial”, que seriam aquelas a montante e a jusante da produção agrícola, que junto da agricultura comporiam o CAI.

O trabalho de Guimarães teve o mérito de identificar a tendência das transformações nas relações sociais de produção no campo por meio da captura da renda da terra por parte de setores industriais e financeiros. Guimarães, ao constatar a expansão do “agropoder”, distingue algumas consequências decorrentes do estabelecimento do CAI: a expansão da fronteira agrícola, a estrangeirização da agricultura, o aumento do preço da terra, o reforço dos latifúndios, a ampliação da dependência de instrumentos de crédito financiados pelo Estado e a renúncia a um projeto de reforma agrária.<sup>270</sup>

No estudo de Guimarães sobre a estruturação do CAI, é possível observar a miríade de conglomerados que atuavam no setor agroindustrial brasileiro naquele momento e que impunham as condições da transformação industrial na agricultura brasileira. Entre as empresas transnacionais que atuavam na agroindústria brasileira, estavam: Unilever, Nestlé, Ford Motor, Fiat, General Food, Ralston Purina, Coca-Cola, Pepsico, Phillip Morris, Massey-Ferguson, Kellong, entre outras.<sup>271</sup> Empresas de ramos industriais diversos e aparentemente apartadas da produção primária. Por conta da formação de monopólios, grupos estrangeiros como Basf, Bunge, Cargill e Rockefeller atuavam definindo tipos de cultivo e a política de preços das mercadorias agrícolas, além de contribuírem com a manutenção da desigual estrutura fundiária brasileira.

Posteriormente, em 1982, Passos Guimarães abandonará a ideia de *agribusiness* nas suas análises sobre o CAI, visto ser um crítico da forma como os CAI foram implementados, tendo gerado os efeitos negativos mencionados acima, como a dependência da agricultura à indústria e a manutenção de péssimas relações de trabalho e de concentração da terra no campo.<sup>272</sup>

Outra definição para o Complexo Agroindustrial foi a realizada por Geraldo Müller, que centrou suas análises também nas transformações da base técnica da agricultura, mas dando acento para o papel do mercado externo e do Estado na determinação da utilização de insumos industriais na produção rural brasileira.<sup>273</sup> De acordo com Müller, o setor agrícola assume relevância como mercado comprador de máquinas, equipamentos e demais tecnologias industriais, realizando uma “dupla dependência” da agricultura, tanto dos setores industriais quanto do mercado internacional.

Para Müller, a partir dos anos 1970, o Brasil apresentava a interdependência de setores agrícolas e industriais, o que seria a base da conformação do CAI. Segundo o autor, metade da produção de

---

270 GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 18.

271 Ibidem, p. 135.

272 GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial como etapa e via de desenvolvimento da agricultura. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 2, n. 3, 1982. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repos/index.php/journal/article/view/1965> . Acesso em: 30 ago. 2022.

273 MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

matérias-primas eram demandadas pelas indústrias e metade do insumos para a produção agrícola provinham das indústrias de máquinas e equipamentos. Estes insumos não provinham mais do “laboratório natural, mas da produção social”, que era comandada pelos capitais industriais e financeiros.<sup>274</sup>

A extensão dos capitais financeiros para a produção industrial e os setores agrícolas foi identificada por Müller como um processo no qual o Estado teve um papel fundamental, sendo o financiador de créditos subsidiados, incentivos fiscais e suporte às exportações. Segundo Müller,

(...) o Estado é o agente que possibilitou (no período de 1965-80) a conversão e que, efetivamente, converte o capital social total que opera na agricultura em capital em geral. É que o Estado erigiu-se como capitalista financeiro por excelência, facultando a existência de capitais agrícolas de alta composição orgânica.<sup>275</sup>

Ao centrar suas análises nas mudanças técnicas e na figura do Estado como viabilizador deste processo, Müller identificou a formação do CAI no Brasil como uma “conquista da ciência moderna”. Esta é uma visão que interpreta as transformações na agricultura capitalista como resultado do “progresso” e dos avanços tecnológicos. Ainda que identifique as ações dos capitais financeiros e industriais nas mudanças das bases produtivas, esta interpretação não capta as nuances derivadas da ampliação e consolidação de um modelo para a agricultura capitalista que se relaciona com o transformado patamar da acumulação e reprodução capitalista, de recorte financeirizado e neoliberal iniciado nos anos 1970.

Ao longo dos anos 1970, no processo da “modernização conservadora”, o conceito de CAI passaria a ser utilizado por intelectuais e economistas rurais como forma de análise das relações crescentes entre a agropecuária e os setores industriais e de serviços. A noção também foi empregada pelos governos da ditadura como expressão do sucesso das políticas de modernização, sustentadas pelos fartos créditos rurais concedidos pelos governos militares, como aludido acima quando referida a montagem do SNCR. De acordo com os governos, a expansão do crédito para a agropecuária nas funções a montante e a jusante garantiram a expansão do uso de máquinas e demais insumos, além de modernizar o armazenamento, a distribuição e o comércio do setor agroindustrial.

Neste momento, cabe destacar que na caracterização dos CAI é possível indicar entendimentos teórico-metodológicos divergentes, especialmente entre as propostas de Alberto Passos Guimarães, Geraldo Müller e de Guilherme Delgado. Por um lado, Passos Guimarães e Müller compreendiam

---

274 MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989, p. 37.

275 Ibidem, p. 56-57.

que a montagem dos CAI ocorria por meio principalmente da integração técnico-produtiva. Porém, Delgado avança de forma qualitativa em relação à compreensão da montagem desses complexos e, por conseguinte, da estruturação do próprio modelo de *agribusiness*. Delgado vai indicar que o ponto essencial para a formação dos CAI seria um movimento *posterior* à integração técnico-produtiva. O essencial, segundo Delgado, seria não apenas a mudança da base técnica da produção, mas a integração de capitais na agricultura, em particular o capital financeiro. O agronegócio brasileiro foi alavancado por um conjunto de medidas estatais.

Como será observado adiante, após a introdução da noção sistêmica e de integração setorial, a expansão do modelo de agronegócio proporcionará transformações profundas na atividade agropecuária e agroindustrial, com impactos importantes no mercado de terras e no crédito à produção. De acordo com Delgado, o fator crucial para a consolidação do modelo será o estabelecimento de “pactos de economia política”, efetivados pela ação conjunta dos operadores políticos e do empresariado da agropecuária brasileira. A consolidação do agronegócio influenciará decisivamente as dinâmicas do mercado de terras, dos preços das mercadorias agrícolas e dos sistemas de financiamento da produção, cada vez mais financeirizados e abertos para interesses de capitais de origens diversas.

As mudanças nas formas de financiamento da produção, somadas às mudanças na economia brasileira nos anos 1980 e 1990, observam-se modificações sensíveis na produção primário-exportadora no país. Alinhada à ideia de estabelecimento de um novo padrão de reprodução de capital a partir dos anos 1990, conforme abordado no primeiro capítulo, observa-se nas bases de conformação deste padrão as determinações produzidas pelo modelo de agronegócio. A associação do grande capital agroindustrial e financeiro com a grande propriedade fundiária, em um projeto de expansão agrícola e territorial favorável ao lucro e à renda da terra, será a forma de realização dominante da agricultura capitalista contemporânea. O modelo de agronegócio constitui-se como o vetor do novo padrão de reprodução de capital de especialização primário exportador em um contexto de financeirização da economia mundial.

#### 4. A ESTRATÉGIA DE CAPITAL FINANCEIRO DO AGRONEGÓCIO: CRÉDITO E FINANCEIRIZAÇÃO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

A concepção de *agribusiness*, introduzida no Brasil no final da década de 1960 e consolidada nas décadas seguintes, alterará o panorama do campo brasileiro de forma decisiva. O processo de consolidação da noção dependerá de conjunturas políticas e econômicas específicas que determinarão a sua predominância como forma hegemônica de realização da agricultura capitalista no tempo presente. Conforme visto anteriormente, o processo de “modernização conservadora” efetuado pelos governos da ditadura empresarial-militar forneceu as diretrizes para as alterações nas bases técnicas de produção, alicerçadas na concepção dos Complexos Agroindustriais em vista da integração da agricultura, indústria e serviços. Essas transformações serão possibilitadas pela constituição de um robusto sistema de crédito público para subsidiar a produção agropecuária e agroindustrial. A associação de medidas estatais em conjunto com a atuação de grupos empresariais gera as bases do modelo produtivo que se torna dominante na agricultura brasileira nas décadas seguintes.

As investigações de Guilherme Delgado sobre a “estratégia de capital financeiro para a agricultura”, formada a partir do que o autor denomina de “pacto de economia política” entre o Estado, o mercado de terras e o empresariado do agronegócio, orienta as concepções adotadas nesta Tese sobre a atual exportação primária brasileiro. Delgado, ao analisar os mecanismos que particularizam o agronegócio na trajetória da economia rural do país, identifica-o como uma associação contraditória entre grandes capitais com o monopólio da terra.

A “estratégia de capital financeiro para a agricultura” tem por base a imbricação de políticas estatais de crédito, a associação de capitais da indústria, da agricultura e dos serviços, além da ação política do empresariado do agronegócio, que se associam em busca de lucros, da captura da renda da terra e da geração de saldos positivos para a balança comercial. Entretanto, esta aliança gera um modelo de consequências sociais profundamente negativas para o país e para os trabalhadores. Entre outros fatores, o modelo de agronegócio baseado na financeirização da agricultura é uma forma produtiva que reforça a dependência (ao priorizar o comércio exterior de *commodities* agrícolas) e a concentração fundiária (que se dá por meio de expropriações e do aumento do preço das terras no processo de expansão da fronteira agrícola voltada para a produção e para a especulação).

Ao analisar a consolidação do agronegócio brasileiro, processo efetivado a partir da primeira década de 2000, Delgado sintetiza os mecanismos que estruturam as atividades agrárias realizadas com a predominância do modelo de agronegócio, avaliando as consequências econômicas e sociais da adoção deste padrão de produção:

“A realidade do agronegócio brasileiro é, na verdade, uma grande contradição, porque realiza a associação do grande capital agroindustrial e financeiro com a grande propriedade fundiária, perseguindo um projeto de expansão agrícola e territorial (lucro + renda da terra) de caráter fortemente excludente: dos índios, da reforma agrária, do emprego da força de trabalho não qualificada, do meio ambiente protegido (...). Macroeconomia à parte, o velho tripé – pata de boi, esteira do trator, rifle do jagunço – que pavimentaram a modernização conservadora do período militar poderá ser relançado nu e cru se, à sociedade se impuserem todos os ônus e à elite todos os bônus deste estranho negócio do agro. (2004, p. 1-2).”<sup>276</sup>

Para compreender a consolidação do modelo que está na base do atual padrão de reprodução de capital predominante, é preciso identificar os elementos que compõe o agronegócio, além de determinar as consequências da estruturação de tal modelo, que determina a situação do campo brasileiro na atualidade. Assim, será especificado o processo de financeirização da agricultura, elemento fundamental do modelo de agronegócio, que se manifesta em transformações profundas no mercado de terras e na centralidade dada aos instrumentos de crédito, principal meio para a viabilização da produção agroindustrial. A estruturação de um sistema público de crédito a partir da década de 1960, processo analisado a seguir, foi um dos motores da financeirização da agricultura e um dos pilares da expansão do modelo de agronegócio.

#### **4.1. Os sistemas de financiamento público e a financeirização da agricultura**

De acordo com as elaborações de Guilherme Delgado, as transformações conjunturais e estruturais na agricultura brasileira a partir dos anos 1960 tiveram como eixo de mudança o papel central do capital financeiro. O direcionamento da base técnica agrícola para a dependência de insumos industriais necessitou de específicas políticas de créditos estatais e medidas de comércio exterior. O estabelecimento do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi fundamental neste processo. Tal sistema baseava-se no financiamento subsidiado por bancos estatais, que foi a base da industrialização da agricultura. A estruturação e o posterior fortalecimento do complexo agroindustrial só foi possível por meio da intervenção estatal via fornecimento abundante de créditos, como identifica Delgado:

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), implantado a partir de 1965 com a Lei do Crédito Rural (lei nº 4829 de 5/11/65) é a base principal sobre a qual se apoia a modernização técnica da agricultura brasileira. Esse sistema, desde sua

---

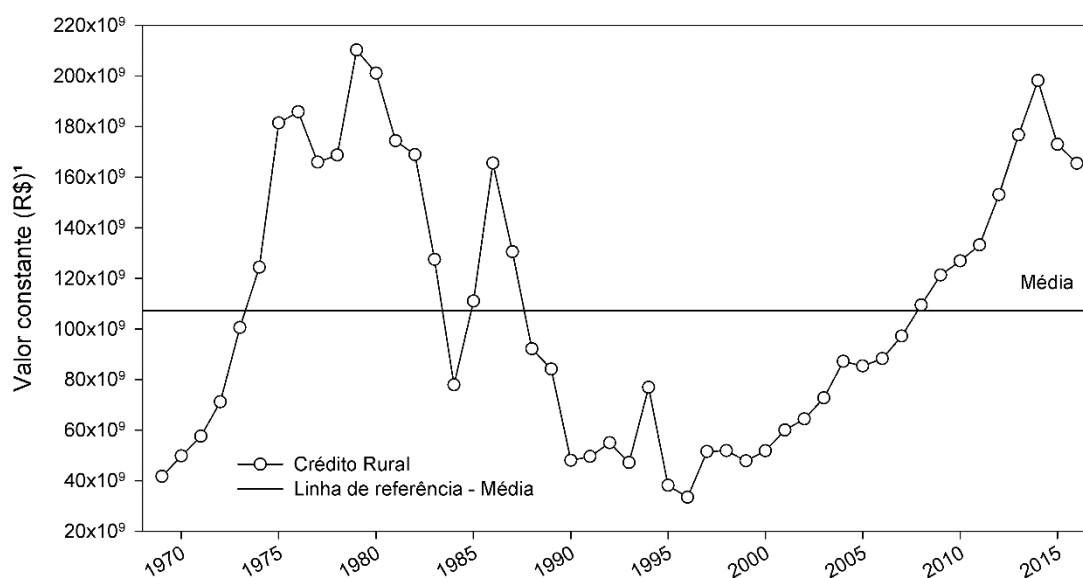
276 DELGADO, Guilherme. O agronegócio: realidade e fantasia rondando o país. Santa Maria: UFSM, 2004. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/enev/docs/agronegocio.pdf>. Acesso em: 13 Out 2022.



origem até o presente, tem funcionado com diferentes arranjos de engenharia financeira, que em última instância reciclam recursos financeiros públicos e privados para aplicação nas atividades do setor rural, designados normativamente. Essas aplicações estão sujeitas à redução significativa de juros e de outras condições favoráveis, relativamente às condições do crédito bancário geral.<sup>277</sup>

A citação anterior sintetiza o fundamento sobre o qual se constituiu o agronegócio no Brasil a partir de meados dos anos 1960. O modelo dominante da agricultura capitalista foi paulatinamente estruturado com base na concessão de créditos subsidiados e políticas de favorecimento comercial para *commodities* agrícolas, além da manutenção do monopólio da terra em poder de oligarquias rurais e do acesso dos setores exportadores à infraestrutura. Como pode ser observado a seguir, o volume de créditos concedidos a partir da criação do SNCR e da estruturação de financiamentos públicos e privados para a agroindústria dará o impulso que consolidará o processo de financeirização da agricultura.

Observando o volume de créditos rurais concedidos na longa duração de formação e consolidação do agronegócio, a partir dos dados compilados por Sousa *et al* para o período entre 1969 e 2016, é possível ter a dimensão da evolução da concessão de créditos destinados à produção rural brasileira ao longo do tempo, conforme apresentado no GRÁFICO 4.<sup>278</sup>



277 DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 102.

278 SOUSA, Silvio Braz de; JUNIOR, Laerte Guimarães Ferreira; MIZIARA, Fausto; MORAIS, Hugo Arruda de. Crédito Rural no Brasil: evolução e distribuição espacial (1969-2016). **CONFINS (PARIS)**, v. 1, p. 1-26, 2020, p. 4.

Além do volume de crédito ofertado, o comportamento das curvas de recursos relacionam-se com três grandes períodos nas últimas décadas. No primeiro período da série histórica, de 1969 a 1979, recorte temporal que interessa neste momento inicial de observação da montagem do SNCR, nota-se uma elevação acentuada da concessão de crédito rural, apresentando variações positivas de até 45,8% em 1975. De acordo com os dados de Souza *et al*, foi registrado o investimento de R\$ 129 bilhões (valores constantes referentes a dezembro/2016), um incremento total de 404% neste intervalo de tempo.<sup>279</sup> A vigorosa elevação dos créditos no período demonstra a concomitância da forte presença do financiamento com o período de expansão da industrialização da agricultura, capitaneado pelas políticas da “modernização conservadora” efetuadas entre meados da década de 1960 e final dos anos 1970.

Do comportamento do gráfico e dos dados de Sousa *et al* é possível depreender outras etapas do crédito rural, detalhadas em momento posterior. Entre 1980 e 1996, em uma segunda fase da concessão de crédito, percebe-se um comportamento oposto ao do período anterior, com uma retração na oferta de crédito na ordem de 87%. Em 1996, ano final desse segundo período, a disponibilidade de crédito atingiu valores de apenas R\$ 31 bilhões. Por fim, já em uma terceira etapa, de 1997 a 2014, reverte-se a tendência do momento anterior. Neste período é possível identificar uma elevação da utilização dos créditos, com um incremento de cerca de R\$ 137 bilhões, um crescimento de 284% no total ofertado desde 1997.<sup>280</sup>

Para compreender a dinâmica que possibilitou a montagem de um sistema de oferta massiva de crédito para a produção agrícola, uma das bases a partir das quais o agronegócio estruturará seu poder político e econômico, é necessário explicar a relevância do sistema de créditos para o desenvolvimento da agroindústria. Com esse intuito, Delgado detalha a lógica que opera os sistemas de crédito destinados à produção agropecuária em uma economia financeirizada, como pode ser constatado a seguir.<sup>281</sup>

O papel dos bancos é crucial para o desempenho da agricultura capitalista contemporânea. Demonstrando a centralidade do capital financeiro na produção agrícola, Delgado inicia sua exposição diferenciando as lógicas que comandam as agriculturas camponesa e capitalista no que tange aos seus processos de reprodução. Primeiramente, o pesquisador identifica na modalidade camponesa um processo de economia mercantil simples, governado pela troca do tipo *mercadoria – dinheiro – mercadoria*, com baixa necessidade de mercantilização de insumos, de produtos finais e

---

279 SOUSA, Silvio Braz de; JUNIOR, Laerte Guimarães Ferreira; MIZIARA, Fausto; MORAIS, Hugo Arruda de. Crédito Rural no Brasil: evolução e distribuição espacial (1969-2016). CONFINS (PARIS), v. 1, p. 1-26, 2020, p. 4.

280 Ibidem, p. 6.

281 DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 23-29.

do mercado de trabalho. Mesmo que inserida em uma economia capitalista avançada, a economia camponesa apresenta um intercâmbio mercantil simples, não havendo a necessidade primordial de inserção no sistema de crédito para a reprodução do circuito.

Já na agricultura capitalista, operada na lógica *dinheiro – mercadoria – dinheiro*, as necessidades por capitais de giro tendem a crescer conforme a modernização da agricultura avança e quanto mais mercantilizada ela for. Neste sentido, o papel dos bancos torna-se central, visto que em uma economia altamente dependente de instrumentos financeiros são os bancos que possuem o monopólio da mercadoria dinheiro.

Na economia capitalista financeirizada, patamar no qual se desenvolve o modelo de agronegócio, a economia rural torna-se um dos setores mais dependentes de créditos, característica exacerbada pelo fato das atividades de agricultura e pecuária serem desenvolvidas em processos que não são contínuos. A produção no campo tem a especificidade da descontinuidade, o que gera uma rotação mais lenta dos capitais empregados. Do preparo inicial do solo à colheita e venda, ocorrem interrupções e tempos de espera prolongados dentro do processo produtivo, o que imobiliza por maior tempo o capital de giro que financia as produções. Além disso, a produção agrícola também é influenciada pela descontinuidade entre os períodos possíveis para produção, visto que é dependente tanto das datas do calendário agrícola quanto das variações geográficas e de produtos.

Essas características de descontinuidade no tempo geram condições especiais para a circulação mercantil das mercadorias agrícolas. Daí a necessidade, em tempos de expansão da financeirização da agricultura, da intermediação de bolsas de mercadorias e comércio, como a Bolsa de Chicago, referência internacional para a definição dos preços negociados no setor e que transformam em *commodities* os produtos agrícolas. A dependência de um tempo paralelo de negociação decorre da disparidade entre os momentos de produção e de comercialização, que não são tão imediatos como no processo fabril. Além disso, as transações em “mercados futuros” tornam reversíveis as decisões dos atores econômicos envolvidos na mercantilização, conforme os interesses dos capitais investidos (que podem identificar tendências maiores ou menores de demanda) e das condições naturais para a produção (previsões positivas ou negativas para o clima, como ocorrência de secas, chuvas ou geadas).

No Brasil, na montagem da política bancária para o setor agrícola, definida pelo Estado por meio da introdução do SNCR no final dos anos 1960, o financiamento público teve um papel fundamental para a definição da produção no contexto da “modernização conservadora”. A articulação do Estado brasileiro em vista da criação de instrumentos de financiamento vai definir as estratégias das políticas de crédito para orientar a produção rural a curto prazo. Ou seja, as políticas públicas de

crédito influem diretamente tanto nos resultados obtidos nas safras quanto nas margens de lucro dos investidores.

A expansão do crédito financeirizado para a agricultura a partir da montagem do SNCR, trará consequências importantes não apenas para a produção agroindustrial, mas também para o mercado fundiário, da seguinte forma. A antecipação de capital do sistema bancário para os produtores gera um compromisso de dívida destes com os bancos, gerando um contrato que é sacramentado em títulos hipotecários sobre a produção futura. Neste momento inicial de contrato entre produtores e os bancos, observa-se, de forma embrionária, o envolvimento do mercado de crédito com o mercado de terras, visto que os títulos de propriedade são utilizados como garantia dos financiamentos. O preço atribuído aos títulos é fonte de antecipação de crédito para a produção, mas também influi na demanda monetária para a especulação.

Retornando à trajetória do sistema público de crédito rural no Brasil, com a expansão da industrialização da agricultura, amplificada pelas políticas de “modernização conservadora” da década de 1970, a necessidade de se utilizar fontes de financiamento aumentam na mesma proporção da modificação da base técnica de produção. Este movimento por mais créditos decorre da demanda pela aplicação de forma mais intensa de insumos e de meios de produção que não são naturais do meio agrícola, como máquinas e produtos agroquímicos. O avanço da produção decorrente da utilização de formas financeirizadas de financiamento resulta, desta forma, no aumento da conexão da atividade agropecuária com o sistema bancário, desenvolvendo uma imbricação cada vez maior entre ambos.

Tais movimentos de aproximação interferem, por consequência, no direcionamento da produção agrícola do país e nas decisões tomadas pelos produtores. Por exemplo, os parâmetros financeiros para o ano-safra, como preços mínimos, taxas de juros, seguro contra a quebra da produção, são definidos por bancos e pelo Estado *antes* da produção agrícola efetiva. Contudo, não apenas os parâmetros dos financiadores são definidos anteriormente à produção. A dependência dos critérios a serem estabelecidos pelo sistema financeiro e pelo Estado leva com que a expectativa de retorno dos investimentos dos produtores também seja equacionado em momento anterior à efetiva produção. Como o lucro bruto total esperado é o que move as decisões de produção no início do processo produtivo, a expectativa pelas definições dos preceitos que balizam os financiamentos também mexe nas decisões referentes aos níveis empregados de força de trabalho e de meios de produção, gerando consequências por toda cadeia envolvida no processo produtivo agrícola. Também não é possível esquecer que as compras governamentais dos produtos, as políticas para a exportação e a taxa de câmbio são fatores que influem nas decisões antecipadas dos produtores.

Este conjunto de fatores demonstra o peso do Estado e dos bancos no momento inicial de financeirização da agricultura, processo que se dá em paralelo tanto a expansão da ideia de *agribusiness* quanto às políticas de “modernização conservadora”, em meados dos anos 1960. A ação do Estado definindo formas públicas de financiamento, em associação com o sistema bancário, visava atuar no direcionamento da produção e em prol da garantia do retorno dos investimentos dos agentes envolvidos na produção e na circulação de mercadorias da agroindústria. Como explicita Delgado,

É inegável que a política monetária e financeira do Estado, e particularmente no caso brasileiro, compreende um enorme poder de determinação, simultaneamente, da produção e da demanda final. Em particular, as empresas integradas verticalmente na agricultura e na indústria, as cooperativas centrais de comercialização rural e os ramos agrícolas de alta integração com o comércio, desfrutam de condições privilegiadas de planejamento da produção, tendo, ao mesmo tempo, acesso privilegiado aos canais de financiamento do crédito rural em geral e do crédito favorecido para exportação. Ademais, o seu próprio poder de monopólio, combinado aos benefícios diferenciais da política agrícola conferem-lhes margens de lucratividade mais estáveis e generosas.<sup>282</sup>

Busca-se com a apresentação do esquema anterior demonstrar que o crescente domínio financeiro sobre a produção agrícola configura as condições de produção e de formação de renda no setor a partir de então. No caso brasileiro, este domínio foi dado pela atuação direta do Estado na definição das ações de crédito, a partir do momento em que se estabeleceu um mecanismo de financiamento público via sistema bancário. Portanto, nas conclusões de Delgado, a integração de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários como política governamental representou “uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura”.<sup>283</sup>

#### **4.2. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)**

A utilização do crédito rural no Brasil tem origem anterior ao sistema montado pela ditadura empresarial-militar em 1965. O expediente do financiamento estatal para a produção agrícola remonta a 1935, com a criação da Carteira de Crédito Rural e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil. Contudo, é o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) o marco na institucionalização do crédito rural estatal no país.

---

282 DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 29.

283 *Ibidem*, p. 29.

Instituído por meio da lei 4.829 de 1965, o SNCR foi criado com o objetivo de estimular os investimentos rurais, aplicar métodos racionais na produção visando o aumento da produtividade e fortalecer os pequenos e médios produtores rurais. Regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e controlado pelo Banco Central (BACEN), o SNCR foi formado com base em um conjunto de políticas monetárias que facilitaram a mobilização de recursos a serem aplicados no crédito rural, constituindo um padrão de financiamento para as políticas agrícolas. O fundamento de tais políticas voltadas para o setor agrícola, conforme Delgado, consistia na transferência e na subvenção da poupança pública direcionada para o crédito rural.<sup>284</sup>

Em vista de fortalecer as estruturas fomentadoras da produtividade e estimular o crescimento capitalista no setor, o crédito rural atuaria em conjunto com outras medidas. Entre elas, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que visava garantir uma remuneração mínima aos produtores rurais balizando a oferta de alimentos, ao incentivar ou desestimular a produção, além de garantir a regularidade do abastecimento. Outra medida foi o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), programa de proteção ao crédito do produtor rural em caso de quebra das safras devido à ocorrência de fenômenos naturais, como secas e pragas. Além disso, houve o investimento no desenvolvimento de Pesquisa e Extensão Rural, com a criação de institutos de fomento e pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Os créditos disponibilizados pelo SNCR tinham três grandes finalidades. Os recursos eram voltados para o *custeio*, com a finalidade de cobrir as despesas normais ou de mais períodos de produção; meios para o *investimento*, destinados às aplicações em bens e serviços; e aportes voltados para a *comercialização*, direcionados às fases posteriores da produção, como transporte, armazenamento ou capitalização de títulos.<sup>285</sup>

Entre as determinações das fontes de financiamento do SNCR, o sistema incorporou os antigos sistemas de financiamento, que eram baseados no Banco do Brasil, nos bancos regionais, nas sociedades de crédito, nas caixas econômicas, em cooperativas e demais fontes individuais. Os recursos poderiam provir de fontes ativas ou passivas de crédito, tendo como grande objetivo partilhar as responsabilidades de financiamento entre instituições financeiras públicas e privadas. No primeiro caso, as fontes ativas eram originadas de saldos dos depósitos à vista dos bancos comerciais e dos recursos dos Fundos administrados pelo BACEN. Já para as fontes passivas, decorriam da autorização dada aos bancos para expandirem o crédito sem contrapartida prévia de

---

284 DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 30.

285 RAMOS, Simone Yuri; MARTHA JÚNIOR, Geraldo Bueno. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2010, p. 18.

depósitos, lastreando-se nos pagamentos dos tomadores. Além disso, os bancos eram obrigados a aplicarem parte de seus recursos na concessão de créditos para a agropecuária. A Resolução 69/1967 do CMN determinava que 10% dos depósitos à vista dos bancos deveriam ser direcionados ao crédito rural.

Entre os bancos, o Banco do Brasil teve participação majoritária no SNCR. Entre 1965 e 1970, o banco estatal teve participação média de 57% no total de empréstimos rurais do sistema bancário. No período entre 1971 e 1980, a participação do banco aumentou, colaborando com mais de 72% dos empréstimos concedidos.<sup>286</sup> Apesar de ter como objetivo partilhar as responsabilidades, a participação dos bancos privados na concessão de créditos foi tímida nesta fase inicial, apresentando taxas decrescentes de financiamento. Em 1969, correspondia a 34,36%, chegando ao piso de 9% em 1988.<sup>287</sup> De acordo com Fürstenau, a prevalência de um banco estatal em relação aos privados no financiamento rural relaciona-se com a aversão dos entes privados em participar do financiamento de uma atividade de altos riscos como a produção agrícola, sujeita a quebras de safras devido às condições climáticas, e com um cenário macroeconômico de baixas taxas de juros, com reduzida rentabilidade.<sup>288</sup>

Mesmo que a lei que implantou o SNCR previsse o favorecimento aos pequenos e médios produtores, a estrutura e o mercado privilegiaram a adesão dos grandes produtores, os principais beneficiários das concessões de créditos. Delgado indica que entre 1969 e 1976, auge da “modernização conservadora”, o crescimento médio do crédito rural foi de 23,8%.<sup>289</sup> Em relação ao crédito destinado à comercialização, que se inseria na política governamental de garantia de preços mínimos, a prioridade era dada aos setores da indústria. Por exemplo, para a safra 1977-1978, a agroindústria e o comércio ficaram com 64,8% do crédito disponível, enquanto produtores individuais ficaram com apenas 13,3% do total. Para a safra seguinte (1978-1979), o cenário não se alterou, inclusive ampliando a prioridade para a agroindústria, que amealhou 72,7% do crédito disponibilizado. E na safra 1979-1980, o crédito para as indústrias e o comércio ficou em torno de 69,2%.<sup>290</sup> Conforme Delgado, a função do Estado com esta política de crédito, ao priorizar a grande agroindústria, era atuar na regulação das margens de lucro dos membros do Complexo Agroindustrial.

---

286 DA MATA, Milton. Crédito rural: caracterização do sistema e estimativa dos subsídios implícitos. **Revista Brasileira de Economia**, v. 36, n. 3, p. 215-245, 1982, p. 224.

287 LEITE, Sérgio. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, p. 129-163, abr. 2001, p. 136.

288 FÜRSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 139-154, 1987, p. 146.

289 DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Editoras – UNICAMP/Ícone, 1985, p. 46.

290 *Ibidem*, p. 87.

A junção entre o crédito rural, especialmente por intermédio do Banco do Brasil, e as instituições estatais e de pesquisa, como a Embrapa, modificaram profundamente a realidade do campo brasileiro, privilegiando a integração intersetorial de agricultura, indústria e serviços, a expansão das fronteiras agrícolas e a concentração de rendas e de terras. Além disso, verificou-se uma lógica de liberação dos recursos privilegiando a concentração espacial, principalmente no Sul e Sudeste do país, áreas de concentração das fronteiras agrícolas consolidadas e das principais indústrias da cadeia agroindustrial.<sup>291</sup>

A região Sudeste foi a que mais capturou recursos entre 1969 e 1975, chegando a receber quase 50% dos créditos do SNCR em 1969. A região Sul, que ultrapassou o Sudeste em 1975, mantendo-se até a atualidade como uma das principais regiões a capturar os recursos do SNCR, recebeu no primeiro ano cerca de 28% dos créditos. Já as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte participaram de forma mais tímida dos recursos distribuídos em 1969, com apenas 7,18%, 13,7% e 1,33%, respectivamente.<sup>292</sup> Estas realidades vão se transformar nos períodos posteriores, com a montagem de uma nova arquitetura de financiamento e de diferentes políticas de ocupação de territórios de acordo com as políticas agrícolas e de incentivo de expansão das fronteiras agrícolas dos diferentes governos que se sucedem nas décadas seguintes.

### 4.3 O crédito rural nos anos 1980 e 1990

A segunda metade da década de 1970 vai marcar uma virada na política de crédito rural. Esta transformação coincide com os desdobramentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), planejado na esteira do desmoronamento do “milagre econômico brasileiro”.<sup>293</sup> O II PND, proposto para o período 1975 e 1979, previa mudanças estruturais na economia nacional, dando ênfase às

---

291 SOUSA, Silvio Braz de; JUNIOR, Laerte Guimarães Ferreira; MIZIARA, Fausto; MORAIS, Hugo Arruda de. Crédito Rural no Brasil: evolução e distribuição espacial (1969-2016). *CONFINS (PARIS)*, v. 1, p. 1-26, 2020, p. 2.

292 *Ibidem*, p. 8-9

293 O “milagre econômico brasileiro” foi um cenário de altos índices de crescimento da economia brasileira, derivado de um conjunto de fatores institucionalizados entre 1962 e 1967 e viabilizado pela solução da dívida externa. No período entre 1968 e 1974, o Brasil cresceu em torno de 9% a 10% ao ano, garantindo a concentração de renda e os lucros exorbitantes dos monopólios nacionais e transnacionais. Tal crescimento decorreu da conjunção de medidas internas e externas. Entre os fatores internos, destaca-se o profundo arrocho salarial da classe trabalhadora, especialmente entre 1964 e 1967, com a perda expressiva do salário real. Além disso, ocorreu o favorecimento institucional das grandes empresas, a ampliação do setor produtivo estatal e a redefinição do Estado como garantidor do capital financeiro. Externamente, o processo de acumulação do período foi favorecido por uma conjuntura de grande liquidez mundial do sistema financeiro entre 1962 e 1973, o que possibilitou uma imensa oferta de empréstimos a juros baixos. Desta conjunção, portanto, ocorreu um crescimento galopante da economia brasileira a partir de 1968. Este breve período de expressivo crescimento seria abalado pela crise mundial do petróleo, entre 1973 e 1974. A crise do “milagre” seria marcada pela crise do endividamento e pelo esgotamento da capacidade do Estado de manter o ritmo de crescimento, demonstrando que a acumulação do período dependia totalmente dos fluxos de empréstimos externos. Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 91-111; OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 92-107.



indústrias básicas, principalmente as de bens de capital e de eletrônica pesada. Em vista de substituir importações e expandir as exportações, sem levar o país à recessão e determinando uma série de investimentos em setores chaves da economia, enfrentando a crise internacional deflagrada a partir de 1973 com os choques nos preços mundiais do petróleo.<sup>294</sup> Ao setor agroindustrial caberia contribuir com o aumento do PIB e “efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados”.<sup>295</sup> O plano inicial era seguir com a forte política de créditos rurais, especialmente voltado para a aquisição de tratores, fertilizantes e agrotóxicos, expandindo a industrialização da agricultura.

Entretanto, vai ocorrer uma diminuição gradativa na oferta de crédito a partir de 1980, especialmente o crédito de investimento. Além disso, as antigas diretrizes para o financiamento público entram em crise, dando espaço para a formação de novas estruturas financeiras para a agricultura, que vão substituir um sistema de juros financiados por um outro baseado em juros do mercado. Entre 1980 e 1984, ocorreu uma retração de 63% no volume de créditos ofertados.<sup>296</sup>

A crise no sistema de créditos rurais relaciona-se com os problemas no comércio internacional, nas oscilações nas taxas de câmbio e no aumento das taxas de juros, que levaram a uma crise da dívida externa, afetando toda atividade do país e gerando uma recessão econômica na década de 1980. O governo passa a adotar então uma política ortodoxa de combate à inflação e de desequilíbrio nas contas externas, sob pressão de entidades internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que estabeleceram socorros financeiros e ajustes em contrapartida. Apesar de não conformar um novo sistema de crédito rural, uma nova arquitetura foi montada em 1983 e 1984, em um contexto de elevação dos juros e ampliação dos instrumentos de financeirização privados.

Neste novo arranjo, destacam-se alguns fatores: as fontes de autofinanciamento, visto o encarecimento do crédito; o privilégio na concessão de créditos para empresários rurais ligados às atividades integradas com a indústria, exportação e serviços; a expansão dos bancos na participação

---

294 A crise iniciada em 1973, decorrente dos conflitos geopolíticos que levaram a cortes na produção e na exportação do petróleo dos países produtores organizados em torno da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), secou as fontes de moedas estrangeiras para o Brasil, sobretudo o dólar e as moedas das potências da Europa Ocidental. Esse movimento encurtou tanto as fontes de financiamento quanto elevou as taxas de juros. Os países centrais, ao adotarem a prática de estocar insumos básicos pouco desvalorizáveis, como máquinas e equipamentos, encareceu as importações de países como o Brasil, dependente da reposição desses produtos para a continuidade do processo de acumulação. Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.100-101.

295 BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975-1979**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24> . Acesso em: 13 Out 2022.

296 SOUSA, Silvio Braz de; JUNIOR, Laerte Guimarães Ferreira; MIZIARA, Fausto; MORAIS, Hugo Arruda de. Crédito Rural no Brasil: evolução e distribuição espacial (1969-2016). **CONFINS (PARIS)**, v. 1, p. 1-26, 2020, p. 6.

direta no mercado de terras e na produção agrícola; a utilização de poupanças individuais no crédito rural; redução do volume de financiamentos produtivos, ampliando os investimentos parasitários.<sup>297</sup>

A reestruturação do sistema de crédito rural, com um direcionamento das taxas determinadas pelo mercado financeiro, promoveu alterações consideráveis nas relações entre os grupos sociais urbanos e rurais. As novas formas de financiamento privilegiavam, em primeiro lugar, os capitais com interesses entrelaçados na agroindústria, na exportação e no mercado fundiário, o que vai gerar instabilidades no mercado de terras. Outro grupo afetado será o das cooperativas, tanto os grandes grupos voltados para o comércio exterior quanto as voltadas para o abastecimento interno, como o leite. O alto custo do crédito alteraria também as relações com os pequenos e médios produtores, dada as dificuldades de acesso ao financiamento.

Transformações também podem ser observadas na distribuição dos recursos entre as regiões, com o paulatino crescimento da região Centro-Oeste em detrimento do Sudeste ao longo das décadas de 1980 e início dos 1990. Este comportamento se relaciona com as políticas agrícolas voltadas para a expansão da fronteira produtiva para a região do Cerrado brasileiro, especialmente para a produção de grãos, sobretudo soja e milho. O II PND identificou na região uma área potencial para investimentos e incremento na produção. Assim, apesar da queda geral no financiamento, a região Centro-Oeste teve um aumento expressivo na captação de créditos no período. Em um contexto de queda geral do financiamento, a região Centro-Oeste passou de pouco mais de 7% do crédito total em 1969 para mais de 16% em 1985.<sup>298</sup>

Devido ao agravamento do ambiente macroeconômico e a maior destinação de recursos públicos para o pagamento dos serviços das dívidas externas (agravada pela elevação das taxas de juros no mercado internacional) e internas (agravada pela desvalorização cambial), em paralelo à diminuição dos fluxos capitais estrangeiros, são criados mecanismos para controlar os recursos e as fontes de financiamento para o crédito rural. Os novos arranjos para o SNCR também têm como pano de fundo as exigências de ajustes do FMI de controle do déficit público, que resultam na diminuição dos aportes subvencionados para o crédito rural.

Em primeiro lugar, o BACEN, por meio das Resoluções 671 e 698 do CMN (dezembro de 1980 e junho de 1981), limitou o volume de crédito concedido e aumentou as exigências para concessão, além de elevar as taxas de juros. Com isso, foi observado um processo gradativo de redução de recursos originados no Tesouro Nacional. Tais recursos, que até 1985 participavam em um total de

---

297 DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 31.

298 SOUSA, Silvio Braz de; JUNIOR, Laerte Guimarães Ferreira; MIZIARA, Fausto; MORAIS, Hugo Arruda de. Crédito Rural no Brasil: evolução e distribuição espacial (1969-2016). **CONFINS (PARIS)**, v. 1, p. 1-26, 2020, p. 9.

65%, são reduzidos a partir de 1987. Tal redução é explicada pela execução de outras medidas, como a unificação orçamentária, de 1986 e a criação do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OC), em 1988. O OC impôs uma transparência às operações de crédito e um limite aos créditos concedidos. Estes mecanismos vão englobar todos os fundos e programas operados pelo BACEN, os créditos ofertados pelo Banco do Brasil, as subvenções aos financiamentos de origem privada, transformando a arquitetura dos créditos rurais.<sup>299</sup>

No que diz respeito aos recursos oriundos do Tesouro Nacional, que eram majoritários no arranjo anterior, ocorreu uma redução da oferta de créditos, implicando um reordenamento dos fundos destinados ao financiamento das atividades agroindustriais. Sérgio Leite aponta que, na passagem da década de 1980 para 1990, ocorreu uma mudança fundamentada em dois aspectos. O primeiro, um cenário de diversificação dos fundos destinados ao crédito rural. O segundo fator, a sujeição das políticas setoriais – especialmente das cadeias do álcool, café e trigo, com o encerramento dos históricos Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), além do fim do monopólio do trigo – às ações de caráter mais geral.

Apesar da redução da oferta de crédito pela redução dos recursos do Tesouro Nacional a partir da segunda metade da década de 1980, a produção agrícola não foi necessariamente afetada com a mesma redução. Mesmo com a redução dos subsídios e a maior seletividade, a atuação do Banco do Brasil foi significativa para sustentar a produção e a produtividade do setor agropecuário. O problema da redução dos empréstimos originados nas fontes tradicionais foi contornado pela criação da caderneta poupança rural, uma alternativa em vista da redução dos depósitos à vista e dos recursos do Tesouro Nacional. A caderneta de poupança rural previa a aplicação de 65% dos recursos captados, uma operação que cabia ao BB (Resolução CMN 1188, de setembro de 1986). Os recursos da poupança rural foram responsáveis por boa parte do crédito rural concedido entre 1987 até 1992, sendo em 1989 responsável por mais da metade do crédito rural concedido. Em relação aos recursos do BB, a poupança rural representou mais da metade dos recursos do Banco em 1992 e 1995, com participação de 50,73% e 53,25%. Entre 1989 e 1995, a poupança rural respondeu por mais de 40% da oferta monetária ao setor agrícola.<sup>300</sup>

Outros instrumentos serão importantes nesta nova arquitetura do SNCR na passagem da década de 1980 para 1990. Destacam-se o crescimento das aplicações dos recursos livres operados às taxas de mercado (correspondendo a 20% do total de crédito em 1990) e a participação dos Fundos Constitucionais, instituídos pela Constituição Federal de 1988. Estes fundos eram destinados ao

---

299 LEITE, Sérgio. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, p. 129-163, abr. 2001, p. 143-144.

300 Ibidem, p. 152.

financiamento produtivo para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apresentando trajetória ascendente e correspondendo a 15% do total de crédito ofertado em 1996.<sup>301</sup>

Contudo, um fator decisivo na moldagem do financiamento rural nos anos 1990 se dará pela atuação do BNDES, que se constituiu em um dos principais instrumentos de direcionamento de recursos. Apesar do grosso dos gastos serem direcionados ao setor industrial, a participação do setor rural aumentou na passagem das décadas de 1980 para 1990, especialmente para a agroindústria. Os desembolsos para os setores industriais a jusante na agropecuária (processadoras de alimentos, vestuário, calçados, bebidas, madeira, couro etc.) tiveram uma participação de até 40% nos financiamentos do BNDES no período 1986-1990.

Os recursos ofertados pelo BNDES para o setor rural e agroindustrial têm origem em diversas fontes, como o PIS/PASEP/FAT,<sup>302</sup> os recursos próprios do Banco (retornos de empréstimos anteriores) e recursos tomados no exterior (captação de moedas nos mercados e recursos de organismos internacionais e agência de governos). O financiamento via BNDES para o setor agropecuário passou a contar com uma linha exclusiva destinada a aquisição por parte de empresas e produtores rurais individuais de máquinas e equipamentos, o Finame-Agrícola. Tal linha teve uma trajetória ascendente entre 1991 e 1995.

Para compreender o rearranjo nos sistemas de financiamento e captar a centralidade dos subsídios para o modelo de agronegócio, é preciso ir além da identificação das constantes remodelações dos instrumentos de financiamento, conforme visto anteriormente. É preciso, sobretudo, observar as transformações dos instrumentos econômicos em paralelo às mudanças no projeto político do empresariado do agronegócio nos anos 1980 e 1990. Ainda que as mudanças nos esquemas de crédito rural relacionem-se diretamente com a crise econômica da “década perdida”, a montagem de uma nova arquitetura de créditos e as mudanças nos focos das políticas agrícolas foram determinadas por outros motivos. A abertura de novas fronteiras produtivas e incentivos para específicas produções, como a soja e a pecuária, são fatores que também estão relacionados com as mudanças nas relações internas do empresariado agroindustrial e do clima político do país, de transição da ditadura empresarial-militar para o regime democrático liberal, consagrado na Constituição de 1988. O empresariado do setor, envolvido em disputas internas pela definição da condução dos projetos da fração de classe, também afetada pelas lutas sociais pelo acesso à terra e

301 LEITE, Sérgio. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, p. 129-163, abr. 2001., p. 145.

302 O Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio de Servidor Público (Pasep) foram mecanismos de poupanças compulsórias criados em 1970 e destinados a financiar a formação de capital fixo nas empresas privadas, repassadas pelas instituições públicas. O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituído pela Constituição de 1988, custeia o Programa de Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e programa de desenvolvimento econômico geridos pelo BNDES.

pela luta por políticas agrícolas populares, vai estabelecer um giro em seu projeto dominante, construindo e solidificando um projeto político e econômico distinto, com características peculiares que vão configurar uma específica ação de classe por parte desta fração da burguesia brasileira nas décadas seguintes.

É importante demarcar esta virada e a fundamentação de um projeto político e econômico próprio para compreender os traços que vão fundamentar o agronegócio contemporâneo. Como é buscado demonstrar nesta Tese, esse projeto se estrutura a partir de estratégias de capital financeiro na agricultura, da financeirização do mercado de terras, das modalidades de captura da renda da terra e da apropriação das mesmas, que realizarão a conjunção de expropriações clássicas e modernas, como a grilagem e o *land grabbing*. Peculiaridades que, como tem se frisado, também acentuam o caráter dependente do capitalismo brasileiro.

#### **4.4 A construção do projeto político e econômico do empresariado do agronegócio nos anos 1980 e 1990: Abag e aproximação estatal do agronegócio**

A passagem das décadas de 1980 para 1990 representou um marco decisivo na trajetória de estabelecimento do modelo de agronegócio no Brasil. Envolvido em uma disputa pela definição da ideia de *agribusiness*, que, como visto anteriormente, oscilava entre concepções negativas e positivas, o empresariado associado ao setor atuará de forma a mudar esta situação. Foi determinante para os rumos tomados pelo agronegócio brasileiro a ação decisiva de Ney Bittencourt de Araújo, presidente da Agroceres. Ao resgatar a acepção original da Escola de Negócios de Harvard, que dava acento à intersectorialidade, Bittencourt estabeleceu as bases para a conformação de um projeto político-econômico próprio para o agronegócio brasileiro. A execução de tal projeto impactará sobremaneira os planos políticos, econômicos e sociais dos setores agropecuários e agroindustriais nas décadas seguintes.

O Grupo Agroceres buscava a mobilização da categoria original de *agribusiness*, afastando-se do conceito de Complexo Agroindustrial (CAI), entendida como uma noção envolta por questões que, na aparência, não deveriam dizer respeito ao setor, como os conflitos distributivos e a questão agrária. A noção original da Escola de Harvard apelava para o discurso do determinismo tecnológico, no qual o sucesso do setor seria derivado da modernização tecnológica e da integração intersectorial entre agricultura, indústria e serviços. No Brasil, os representantes da Agroceres serão pioneiros no desenvolvimento de aparatos de legitimação de suas demandas, atrelando à ideia de agronegócio, por exemplo, a definição do peso do setor tendo como base a participação no PIB brasileiro. Essa tática, desenvolvida originalmente pelos fundadores da noção de *agribusiness*

(método analisado no capítulo 1), buscava aumentar a pressão sobre o governo em prol do atendimento das pautas do setor. De acordo com Pompeia, ao dimensionar o tamanho do agronegócio a partir da noção agregada (agricultura, indústria e serviços), os executivos da Agroceres esperavam conquistar maior legitimidade na opinião pública não apenas para a empresa, mas para o campo político do agronegócio.<sup>303</sup>

Para Ney Bittencourt de Araújo, a ação política do agronegócio deveria contar com dois interlocutores, o empresariado e o governo, privilegiando sempre a noção intersetorial. No final dos anos 1980, o trabalho da Agroceres vai ajudar a positivar o termo no debate público, momento no qual o termo passa a entrar no cotidiano do vocabulário econômico, com as demandas do setor sendo divulgadas de forma mais intensa na imprensa, na academia e no mercado financeiro.<sup>304</sup>

O projeto de expansão da noção de agronegócio por parte da Agroceres no contexto do início dos anos 1990 foi baseado em uma ação que visava, conforme Pompeia, “instrumentalizar propostas sobre a atuação do Estado de acordo com as conveniências do momento”.<sup>305</sup> O contexto político e econômico do momento correspondia aos primeiros passos mais ostensivos das políticas neoliberais introduzidas pelo governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), que afetariam sobremaneira o setor agrícola. O governo Collor havia lançado as “Diretrizes gerais de Política Econômica e de Comércio Exterior”, programa que propunha a desregulamentação, abertura comercial e o avanço das privatizações como meios para a reestruturação da economia brasileira.<sup>306</sup> Em relação à agropecuária, foram colocadas as “Diretrizes de Política Econômica para a Agricultura”, que tinha como meta a retirada da participação do governo no setor, ao contrário das políticas estabelecidas desde a “modernização conservadora”. No primeiro ano do governo Collor, o crédito rural equivalia a menos de um quarto do disponibilizado em 1979 e diminuiu acentuadamente a comercialização de equipamentos agrícolas (de 7802 unidades vendidas em 1979 para 4352 em 1990).<sup>307</sup>

Pensando nesse novo cenário, a Agroceres elaborou uma estratégia baseada em um tripé de ações: a elaboração de propostas para o setor por meio de um evento internacional, a divulgação de um livro condensando as medidas e cenários para o futuro e a fundação de um braço acadêmico do agronegócio na Universidade de São Paulo. O evento Encontro Internacional de Agribusiness foi realizado em dezembro de 1990, contando com a participação de um dos fundadores da noção de

---

303 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 121.

304 Ibidem, p. 122.

305 Ibidem, p. 127.

306 NOVOA, Luís Fernando. O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: INSTITUTO Rosa Luxemburgo Stiftung. **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 189.

307 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 124.

*agribusiness*, Ray Goldberg, no qual defendeu a centralidade do apoio governamental ao setor nas questões comerciais, fiscais e financeiras.

No livro “Complexo agroindustrial: o ‘*agribusiness*’ brasileiro”, lançado em 1990, apresentou-se de forma mais delineada o projeto político e econômico do agronegócio para os anos seguintes, tendo a perspectiva intersetorial como eixo central.<sup>308</sup> Entre as medidas para sedimentar o novo modelo para a agricultura nacional, deveria haver a promoção de uma visão específica para o agronegócio brasileiro, afastada das percepções ligadas às questões agrária ou de conflitos distributivos. Essa visão deveria privilegiar o “determinismo tecnológico” e a relação de complementariedade entre indústria, agricultura e serviços. Os autores explicavam as especializações das funções (antes, dentro e fora da porteira) a partir dos desdobramentos dos desenvolvimentos tecnológicos derivados da Revolução Verde e dos processos de industrialização da agricultura.

Em paralelo ao discurso da complementariedade entre os setores, o livro divulgava a noção de participação agregada no produto interno do país, classificando o agronegócio como o setor predominante no PIB nacional. Como afirmado anteriormente, esta operação tinha o objetivo de legitimar as demandas do setor perante os governos, dado a suposta predominância do agronegócio no conjunto do produto nacional. Ao atrelar o conceito de agronegócio aos termos de produtividade, eficiência e tecnologia, os empresários da Agroceres buscavam afastar-se de termos pejorativos, como latifúndio, ou das questões sociais no campo, como a reforma agrária. Alinhado ao discurso tecnocrata próprio ao neoliberalismo, enquadravam o agronegócio como uma categoria meramente técnica.

Este afastamento vai permitir a alguns setores do empresariado a aproximarem-se, ao menos no discurso, de posturas críticas aos latifúndios improdutivos e à necessidade de promoção da preservação ambiental. Quando analisados os artigos produzidos por quadros dirigentes do empresariado no contexto das discussões do Código Florestal de 2012, atividade realizada no capítulo 6, estas posições críticas às ações predatórias, ainda que no discurso, ficarão bem evidentes. No contexto dos anos 1990, será possível observar tal operação a partir dos posicionamentos da entidade de classe que viria agregar o projeto político-econômico do empresariado, a Abag. Entretanto, conforme sinaliza Pompeia, a crítica da Abag foi, sobretudo, à improdutividade das grandes propriedades, não um questionamento à concentração da terra.<sup>309</sup>

O terceiro componente do tripé de ações da Agroceres, consistiu na criação de um programa voltado para o *agribusiness* na USP, o Programa de Estudos dos Negócios dos Sistema Agroindustrial

---

308 BITTENCOURT DE ARAÚJO, Ney; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luis Antonio. **Complexo Agroindustrial: o ‘*agribusiness*’ brasileiro**. São Paulo: Agroceres, 1990.

309 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 130.

(Pensa). Lançado em junho de 1991 pelo Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP) e vinculado à Fundação Instituto de Administração (FIA), o programa tinha como objetivo formar mão de obra específica para o agronegócio e influenciar na definição de estratégias das empresas do setor. Atualmente denominado de Centro de Conhecimento em Agronegócios, o Pensa atuava, em sua origem, reproduzindo o modelo de seminário da Escola de Negócios de Harvard, realizando estudos de casos tendo como foco a ideia de intersectorialidade entre as cadeias envolvidas no agronegócio. A atuação do programa permitiu ampliar a legitimação da noção de *agribusiness* na esfera pública. Na pesquisa realizada por Pompeia, foi verificado um aumento de 630% na utilização do termo nos jornais *O Globo*, *Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, entre 1990 e 1991.<sup>310</sup>

No contexto de redução dos subsídios governamentais ao setor e das transformações iniciadas na estrutura produtiva pelo governo Collor, foi ganhando corpo no empresariado a formalização de uma entidade que agrupasse os diversos membros dos múltiplos ramos envolvidos na cadeia da agropecuária e da agroindústria. A entidade que viria a ser constituída com esse intuito foi a Abag.

A Abag não surgiu de um voluntarismo de determinados membros do agronegócio. Além do contexto econômico do período, havia um contexto político relacionado à necessidade de uma organização empresarial alinhada aos interesses do renovado *agribusiness*. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, ainda no final da década de 1980, foi formada uma frente ampla dos setores agropecuários e da agroindústria, a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (Faab). Liderada por Roberto Rodrigues e Flávio Teles de Menezes, dirigentes da Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB), a Faab foi o embrião do agrupamento multipartidário voltado para o *lobby* do agronegócio e que se tornaria o principal grupo de pressão parlamentar na atualidade, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), notabilizada como a “bancada ruralista”.

Cabe registrar que a Faab surgiu em oposição à União Democrática Ruralista (UDR) na disputa pelo protagonismo político das frações de classe associadas à agricultura patronal, no contexto da Constituinte de 1988. A UDR ficou notabilizada pelos posicionamentos mais estridentes e agressivos, com sua atuação concentrada no combate radical a qualquer tentativa de interferência na propriedade da terra, opondo-se frontalmente a qualquer proposta de reforma agrária a ser inserida na nova Constituição.<sup>311</sup> Contudo, a disputa pelo protagonismo na classe não significou um

---

310 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 136.

311 Cf. BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Revista IEB**, São Paulo, n. 40, p. 69-89, 1996.



alinhamento dos setores empresariais em torno da Faab com as medidas distributivas. Ao contrário, em relação à sacralidade da propriedade privada da terra, Faab e UDR estariam alinhadas.<sup>312</sup>

Uma grande inovação da atuação da Faab foi realizar a aproximação política das associações tradicionais da representação empresarial da agropecuária, como a CNA e a SRB, com representantes das empresas “antes e depois da porteira”. Como asseverou Roberto Rodrigues, em entrevista em 1996 para a revista *Agroanalysis*:

A Frente Ampla tinha como objetivo básico unificar os discursos e as reivindicações em termos de uma política agrícola do complexo agroindustrial, tanto que a Frente teve uma característica única: foi a primeira vez que o setor convocou para as discussões de política agrícola entidades que não eram agrícolas, como a Anda, Andef, Abrasem, Abiove, Abia, Frebaban. Na verdade, a Frente Ampla, que era algo informal, se constituiu na semente de uma organização de *agribusiness* no Brasil.<sup>313</sup>

Apesar do pioneirismo da Faab, as conexões políticas da representação empresarial da Frente Ampla não se mostraram sólidas para fazer frente aos desafios decorrentes do desmonte das políticas agrícolas e da abertura comercial promovidas pelo governo Collor. Diante desse cenário, Roberto Rodrigues buscou a criação de uma instituição que desse lastro acadêmico para fundamentar o trabalho de aglutinação dos setores agropecuários, industriais e de serviços. A tarefa ficaria por conta do Instituto Superior de Estudos Agrícolas, capitaneado pela OCB, SNA, SRB e CNA. É a partir dessa busca pela integração intersetorial e pela reinserção política que o conceito de *agribusiness* passa a interessar Rodrigues, o que o levaria a aproximar-se ainda mais de Ney Bittencourt de Araújo.

Do encontro dos interesses aglutinados no entorno de Rodrigues e dos empresários da Agrocere, decide-se pela formalização de uma associação que tivesse maior institucionalidade que a Faab. Diante desse contexto, em março de 1993, é fundada a Associação Brasileira de *Agribusiness* (em 2010, a Abag passa a adotar o seu nome atual, Associação Brasileira do Agronegócio), tendo Ney Bittencourt como o primeiro presidente. Na composição do primeiro conselho de administração da entidade, ficou evidente o grau de intersetorialidade pretendido pelos empresários: representantes da Monsanto, Nestlé, Sadia, Embrapa, bancos, cooperativas agroindustriais, supermercados e representantes de comércio e exportação.

---

312 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 114-115.

313 RODRIGUES, Roberto. Redescobrimo a agricultura brasileira – entrevistado por Patrícia Carvalho. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 16, n. 8, p. 1-4, ago. 1996, p. 1.

No discurso de apresentação da Abag no Congresso Nacional, em maio de 1993, Bittencourt Araújo apresentou mais um elemento de legitimação do *agribusiness*. O presidente da Abag adicionou um elemento social para justificar a necessidade da integração intersetorial, para além dos ganhos técnicos e para o produto interno. Ney Bittencourt afirmou que da eficiência do *agribusiness* dependeria a segurança alimentar do país, “pedra fundamental de seu desenvolvimento como sociedade justa”.<sup>314</sup> E mais, expressou, ainda, a autoridade de quem apresentava a segurança alimentar como a principal responsabilidade social do sistema naquele período – ou seja, o agronegócio seria o garantidor da alimentação da população brasileira e mundial. De acordo com Elaine Lacerda, Bittencourt defendeu demandas em termos de políticas públicas e de tratamento diferenciado por parte do Estado. Assim, a Abag centraria sua atuação em quatro linhas discursivas: desenvolvimento sustentável; integração à economia internacional; eliminação das desigualdades e da miséria; e respeito ao meio ambiente.<sup>315</sup>

O apelo ao discurso da segurança alimentar tinha como objetivo alguns elementos centrais na estratégia de *agribusiness*. Por um lado, pleiteava-se maiores investimentos do governo no setor agroindustrial, combatido nos últimos anos por conta do avanço das políticas econômicas neoliberais. Por outro, exigia-se a isenção tributária, posto o empresariado alegar a existência de impostos excessivos que encareceriam o custo de produção. A alegação empresarial do alto custo de produção no país remonta à questão do “Custo Brasil”, abordada no primeiro capítulo. Já a questão da demanda por isenções ao setor agropecuário e agroindustrial será retomada no capítulo 5, quando será analisada a Lei Kandir, instrumento legal instituído em 1996 que isenta a agroexportação da cobrança do ICMS.

Para levar adiante as pautas políticas, seria preciso constituir canais de atuação neste campo e de difusão das noções de *agribusiness*. Após a fundação da Abag, um dos principais objetivos de seus membros foi buscar uma inserção maior no debate público, popularizando os conceitos sobre a intersetorialidade. A busca pela concretização desse objetivo se refletiu na expansão da utilização do termo *agribusiness* (posteriormente, “agronegócio”) pela imprensa, bem como pela maior mobilização do conceito em trabalhos acadêmicos. Naquele período, era comum a utilização do termo *agrobusiness* (com a grafia errada em inglês), inclusive em subtítulos das páginas dos jornais. Conforme Pompeia, a mudança na grafia, passando do inglês para o português, foi decorrente da maior inserção nos debates públicos e, principalmente, das mudanças nas orientações

---

314 ABAG. **Caderno de 20 anos da Abag**. São Paulo: Abag, 1993, p. 12.

315 LACERDA, Elaine. Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a institucionalização dos interesses do empresariado rural no Brasil. **Ruris**, v. 5, n. 1, p. 183-207, mar. 2011, p. 189.

governamentais relativas ao entendimento da importância do setor, a partir da segunda metade dos anos 1990.<sup>316</sup>

Em relação à difusão a palavra “agronegócio” na imprensa, o levantamento realizado por Mendonça demonstrou que o termo começou a ser utilizado no jornal *Folha de São Paulo* em 1994.<sup>317</sup> Entre 1994 e 1997, o termo apareceu timidamente no jornal, sendo utilizado apenas seis vezes. Em 1998, a *Folha* utilizou apenas outras 14 vezes. Entretanto, a partir de 2000, a palavra passou a ser utilizada recorrentemente, aparecendo em 27 artigos naquele ano. Nos anos seguintes, a frequência nas páginas do jornal foi ampliada: em 2001, 60 vezes; em 2002, 132 vezes; em 2003, 238 vezes; em 2004, 378 vezes e em 2005, 452 vezes. A partir de 2006, a frequência dos registros seguiriam nessa média.

No que se refere ao uso dos termos *agribusiness*, *agrobusiness*, agronegócio ou agronegócios em trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, livros, artigos, resenhas), Pompeia demonstrou que a partir de 1993 ampliou-se gradativamente a mobilização da noção, principalmente o termo *agribusiness*. Contudo, a partir de 1998, o uso da palavra “agronegócio” apresentou um salto relevante, sendo utilizada 27 vezes. Em comparação, entre 1986 e 1997, a expressão havia sido utilizada apenas uma vez. Em relação aos quatro termos, o ano de 1999 marcou um impulso no emprego da categoria nas universidades, passando de 52 usos em 1998 para 116 referências naquele ano.<sup>318</sup>

Retomando as ações de legitimação e de expansão do conceito de *agribusiness* pela Abag e das mudanças no acolhimento da categoria por parte do Estado brasileiro, uma das ações de maior destaque promovidas pela associação foi a estratégia posta em prática a partir de 1994. Naquele ano, a Abag passou a realizar a apresentação direta de propostas aos candidatos à presidência da República, prática que seria adotada por outras entidades empresariais do setor.<sup>319</sup> Outra medida que buscava articular os interesses entre agentes privados do agronegócio e governantes, que viria se tornar um espaço de convergência de demandas, seria a feira agropecuária Agrishow.

Inaugurada também em 1994, a Agrishow é uma feira anual que promove o encontro entre setores industriais e produtores rurais participantes da cadeia do agronegócio. A primeira feira foi realizada na cidade de Ribeirão Preto, município do interior do estado de São Paulo também conhecido como a “capital brasileira do agronegócio”. A Agrishow surgiu da parceria entre Brasília de Araújo Neto,

---

316 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 179.

317 MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura**: A construção do conceito de Agronegócio. 2013. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 166.

318 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 180.

319 Ibidem, p. 153

ex-secretário de Agricultura do estado do Paraná, e Roberto Rodrigues, então secretário de Agricultura do estado de São Paulo. Em convênio com a Abag e com o apoio de algumas entidades do *agribusiness*, como a SRB e a Abimaq, a primeira Agrishow iniciou a prática de realização de grandes encontros entre os diversos setores do agronegócio e os agentes públicos, em vista de estreitar os laços das entidades organizadoras do evento com os governos.<sup>320</sup>

A estratégia de estreitar os laços com o Estado renderia frutos paulatinamente, com uma mudança lenta na relação dos governos com a agropecuária e com a agroindústria. A partir do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o cenário se modificaria profundamente, especialmente a partir da percepção de que o setor poderia gerar saldos comerciais, cenário que se tornaria dramático com as crises cambiais ocorridas a partir de 1997. Aos poucos, a noção de agronegócio foi ganhando espaço entre os agentes estatais, com os representantes do setor obtendo espaços em órgãos decisórios.

Em novembro de 1996, foi instalado pelo governo FHC o Fórum Nacional de Agricultura (FNA), espaço de articulação entre agentes públicos e privados, aos moldes do *Agribusiness Staff*, criado pelo governo dos EUA ainda na década de 1960, conforme visto no capítulo anterior. O FNA contava com um coordenador de origem estatal e outro de origem privada, ambos integrando um canal ao mesmo tempo político e técnico. O Ministro da Agricultura presidia o fórum, sendo Roberto Rodrigues, naquele ano presidente da OCB, o primeiro representante dos entes privados. O FNA elaboraria uma série de pautas a serem aplicadas pelo governo, como: disponibilização de crédito rural; desoneração tributária (pauta contemplada pela Lei Kandir, analisada no próximo capítulo desta Tese); redução do “Custo Brasil”; política fundiária (exigia a repressão das ocupações de terra promovidas por movimentos sociais); sustentabilidade ambiental; coordenação institucional do agronegócio.<sup>321</sup>

Outro órgão criado pelo governo FHC para integrar as demandas estatais e privadas, foi o Conselho do Agronegócio (Consagro). Essa instância, criada em 1998, surgiu com o intuito de executar as estratégias propostas pelo FNA, promovendo a interação contínua entre agentes públicos e privados, no sentido da integração intersetorial proposta pelos empresários da Agrocere. Envolvendo pastas das diversas áreas, como Agricultura, Comércio Exterior, Desenvolvimento e Casa Civil, o Consagro foi responsável, por exemplo, pela elaboração de estratégias para o aumento da exportação de *commodities* primárias, como a soja.

---

320 POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021, p. 157-158.

321Ibidem, p. 170-175.

O avanço da noção de agronegócio por parte do governo gerou algumas consequências relativas à adoção das pautas do empresariado do setor. Entre a constituição da FNA e do Consagro e a passagem para a década de 2000, importantes ações estatais corresponderam às demandas do agronegócio. Em um período no qual se iniciava a reconfiguração do mercado internacional de *commodities* por conta da expansão da demanda chinesa, fato importante no estabelecimento do setor primário-exportador como vetor da reprodução capitalista no país, é preciso compreender como as medidas em prol do agronegócio materializaram-se naquele contexto. Foi o caso da elaboração da Lei Kandir, alteração legislativa analisada no próximo capítulo. Para isso, é necessário observar a atuação da representação parlamentar do empresariado do agronegócio no Congresso Nacional, especialmente por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a bancada ruralista. Nesse sentido, para compreender a como as demandas do agronegócio efetivaram-se perante o Estado, é preciso fazer referência ao braço que opera politicamente em prol desses setores.

A FPA, principal grupo de pressão do parlamento brasileiro nas últimas décadas, remonta suas origens ao tempo da Constituinte. Como observa Regina Bruno, as frentes parlamentares fazem parte de uma complexa rede de poder, resultantes de uma conjuntura de transição política da ditadura empresarial-militar para a democracia liberal. As bancadas parlamentares “expressam um processo de institucionalização de interesses” e se apresentam de maneira mais sólida do que as próprias bancadas dos partidos, visto que unem oposicionistas e governistas.<sup>322</sup> O embrião desse grupo multipartidário foi a Faab, que organizava informalmente os interesses dos diversos setores empresariais ligados à agricultura durante a elaboração da Constituição de 1988.

As bancadas multipartidárias foram regulamentadas no Congresso Nacional apenas em 2005, momento no qual foram instituídas regras de funcionamento, como a exigência da presença de vários partidos e a assinatura de, pelo menos, um terço dos parlamentares.<sup>323</sup> De acordo com Bruno, para além da regulamentação do funcionamento das frentes, a normatização contribuiu para o estabelecimento de uma linguagem como parte da formação da identidade dos membros da bancada ruralista, por exemplo

considerar a ofensiva como melhor defesa; priorizar o parlamentar militante e classista, aquele que se situa acima das orientações partidárias; o empenho em se

---

322 BRUNO, Regina. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional. **Estudos – Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, p. 461-502, jun/set 2021, p. 465.

323 BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Ato da Mesa n. 69, de 10 de novembro de 2005. Cria o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados. **Ato da Mesa**. Brasília, DF, 10 nov. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>. Acesso em: 13 ago. 2022.

apresentar coeso, homogêneo e enfileirado em torno dos mesmos objetivos; omitir as derrotas sofridas e enunciar as vitórias conquistadas; valorizar a mobilização de rua como recurso de poder; apropriar-se de uma ritualística dos movimentos sociais de luta pela terra (a mística, bandeiras, hinos, distribuição de alimentos e cultos, entre outros); desqualificar, ameaçar e criminalizar seus adversários políticos e, quando necessário, valorizá-los e procurar ganhá-los com base em um discurso salvacionista em defesa do agronegócio, considerado “a riqueza da nação” ou a discriminação das “urbes” para com todos aqueles que vivem no campo, sejam grandes ou pequenos.<sup>324</sup>

O fato de poder formalizar-se apenas a partir de 2005, não impediu a bancada ruralista de atuar de forma organizada entre a Constituição e o regramento do Congresso. É o que se evidencia, por exemplo, na atuação dos representantes empresariais da agricultura na aprovação da Lei Kandir (próximo capítulo) e, já formalizada como FPA, na aprovação do Código Florestal de 2012 (capítulo 6).

A trajetória de formação da FPA conta com outros marcos além da união de ruralistas na Constituinte.<sup>325</sup> Em 1995, a bancada ruralista constituiu-se informalmente como tal, denominando-se de Frente Parlamentar da Agricultura. Em 2002, transformou-se em Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária (FPAA), adotando a denominação atual em 2008. Em seu início, a FPA agregou lideranças históricas, os “capa-preta” do ruralismo, de acordo com Regina Bruno. Figuras como: Gonzaga Patriota, José Santana de Vasconcelos, Max Rosenmann, Marcondes Gadelha, Luiz Carlos Heinze, Darcisio Perondi, Abelardo Lupion, Moacir Micheletto e Ronaldo Caiado.<sup>326</sup>

No capítulo seguinte, quando analisada a instituição da Lei Kandir, e no capítulo 6, o papel da organização parlamentar dos representantes do agronegócio se mostrará vital para a materialização dos objetivos do empresariado rural no contexto de reestruturação produtiva da economia brasileira.

---

324 BRUNO, Regina. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional. **Estudos – Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, p. 461-502, jun/set 2021, p. 467.

325 FRENTE Parlamentar da Agropecuária. **História da FPA**. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

326 BRUNO, op. cit., p. 468-469.

## 5. LEI KANDIR: AÇÃO POLÍTICA DO EMPRESARIADO DO AGRONEGÓCIO E A INTENSIFICAÇÃO PRIMÁRIO-EXPORTADORA NA PASSAGEM DOS ANOS 1990 PARA OS 2000

Para ilustrar a capacidade de articulação e de pressão dos setores agroexportadores na conjuntura de reestruturação da economia brasileira, analisa-se a seguir a Lei Kandir. A Lei Complementar nº 87/1996 foi um dos instrumentos legais adotados no Brasil no processo de configuração neoliberal da economia brasileira em meados da década de 1990, produzindo consequências relevantes na estruturação do padrão de reprodução de capital primário-exportador. A Lei Kandir pode ser considerada um dos marcos que pavimentam a hegemonia do agronegócio nas décadas seguintes a promulgação da lei. Entre diversas medidas, essa legislação autorizou a isenção da tributação de produtos primários e semielaborados destinados à exportação, entre os quais a soja, o milho e a cana-de-açúcar. A partir da Lei Kandir, os grupos exportadores dessas mercadorias tornaram-se isentos de um dos principais tributos do país, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Em uma escala local, a Lei Kandir teve como resultado uma queda considerável na arrecadação dos estados produtores. Ampliando para o conjunto do país, a isenção dos setores agroexportadores contribuiu para o avanço do processo de regressão industrial e de reprimarização da economia nacional, com o reforço do poder político e econômico das frações burguesas associadas ao agronegócio.

A importância do estudo da Lei Kandir deve-se a algumas razões. Primeiramente, a adoção desse instrumento legal se insere em um processo histórico não circunscrito ao Brasil. A legislação de desoneração dos setores primário-exportadores deu-se no contexto de governos que favoreceram a abertura internacional da economia, ocasionando o forte ingresso de investimentos diretos estrangeiros, potencializados pelas privatizações. Esta mudança, ocorrida ao longo dos anos de mandato de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, reforçou o padrão dependente das associações entre capitais brasileiros e estrangeiros, em um processo de alinhamento ao consenso neoliberal em voga no período.<sup>327</sup>

Articulada com a abertura comercial e o forte ingresso de capitais estrangeiros, outra relevância da análise da Lei Kandir refere-se ao fato de alavancar o processo de regressão dos patamares da indústria de transformação e de conformação de uma economia agroexportadora. Ao isentar a exportação de produtos primários oriundos do *agronegócio*, gera-se um processo que não se restringe a simples queda na arrecadação de impostos. O estímulo à exportação de produtos

---

327 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: Teoria e História. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010, p. 328.

primários por meio da desoneração fiscal, contribui para posicionar o caráter primário-exportador como vetor da dinâmica de acumulação e reprodução de capital no país, fator de consequências políticas, econômica e sociais importantes.

A Lei Kandir, portanto, insere-se em um contexto de reestruturação da acumulação capitalista sob os moldes da etapa neoliberal ao mesmo tempo que reforça o caráter dependente da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. Processo não restrito à década de 1990, mas prolongado nas duas primeiras décadas dos anos 2000, ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores. Assim, a implementação da Lei Kandir evidencia uma característica do desenvolvimento do subdesenvolvimento<sup>328</sup> nacional. O subdesenvolvimento não como sinônimo de ausência de expansão ou estagnação econômica, mas representando um desenvolvimento combinando dinâmicas externas articuladas às necessidades das classes dominantes internas, em um processo que produz formas renovadas de dependência. Particularmente, observa-se no período o desabrochar de um desenvolvimento dependente condicionado pelas demandas políticas e econômicas dos setores organizados em torno na noção de agronegócio.

As análises da articulação empresarial em prol da aprovação da desoneração tributária, levantando os debates e pressões realizadas por grupos empresariais e políticos, foi efetuada a partir da investigação das publicações feitas no período pelo jornal *Folha de São Paulo*, bem como pelos discursos registrados nos anais do Congresso Nacional.

### **5.1 Fundamentos da Lei Kandir: “custo Brasil” e reformas neoliberais do Estado**

A Lei Complementar nº 87 de 1996, notabilizada como Lei Kandir, promoveu mudanças significativas nas formas de incidência e arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um dos principais impostos do sistema tributário brasileiro. A isenção fiscal, desonerando as exportações de produtos primários e semielaborados deste tributo de competência estadual, teve como justificativa dar maior competitividade aos produtos primários no mercado internacional. Em contrapartida da desoneração, foi oferecido aos estados um “seguro-receita”

---

328 *Desenvolvimento do subdesenvolvimento* é a imagem elaborada por André Gunder Frank que nomeou o trabalho (1966) que abriu os caminhos de estudos dos teóricos marxistas da dependência, na América Latina. Na fórmula de Gunder Frank, a dependência é vista como uma relação estrutural, que liga desenvolvimento e subdesenvolvimento. Assim, há uma relação na qual quanto mais desenvolvimento capitalista, mais dependência. Esta Tese se norteia pela vertente da teoria crítica do marxismo latino-americano dos estudos sobre a dependência e sobre as particularidades do capitalismo no continente, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), conforme ressaltado no primeiro capítulo. Ao contrário das interpretações de setores do pensamento brasileiro, que reputam à TMD uma suposta limitação de análise a fatores exógenos, a dependência é entendida por essa corrente como uma relação estrutural: não existiria apenas uma dependência externa, mas uma articulação de classes internas que se beneficia da dependência. Cf. LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias** – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.



como forma de ressarcimento das possíveis perdas de arrecadação. Assim, a União ficaria responsável por fazer repasses para estados e municípios para compensar a queda no recolhimento deste tributo.

A lei faz referência a Antonio Kandir, secretário de Política Econômica do Ministério da Economia no governo Collor e ministro do Planejamento no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Kandir propôs a medida de desoneração enquanto exercia seu primeiro mandato como Deputado Federal por São Paulo, eleito em 1995 pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), mesmo partido do presidente Cardoso.

A aprovação da lei Kandir teve como circunstâncias dois fatores essenciais. O primeiro, diz respeito aos debates acerca do chamado “custo Brasil”, discurso do empresariado brasileiro sobre os altos custos de produção, especialmente impostos, caracterizados como entraves para o desenvolvimento e geração de empregos. Os questionamentos à carga tributária nacional inserem-se em um contexto de avanço das reformas neoliberais do Estado (reforma fiscal, reforma tributária, reforma da previdência, privatizações das empresas estatais), aplicadas ainda no início da década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e alavancadas ao longo dos dois mandatos presidenciais de FHC (1995-2002).

O segundo fator refere-se à tentativa de favorecer o saldo da balança de pagamentos, tornando os bens e serviços comercializados mais competitivos no mercado internacional. A partir da implementação do Plano Real, em 1994, o saldo da balança comercial tornou-se deficitário (em 1994, a balança comercial brasileira passou de um superavit de US\$ 10,4 bilhões para deficit de US\$ 3,4 bilhões e US\$ 5,6 bilhões, em 1995 e 1996). A situação desses saldos negativos seria agravada a partir da crise cambial de 1999 e teria consequências sobre as políticas para o setor agroindustrial, que seria escalado pelo governo para gerar saldo comercial a partir do comércio exterior.<sup>329</sup> Mesmo que a legislação tenha sido criada antes dessa crise cambial, os benefícios da Lei Kandir aos setores exportadores seriam essenciais na conformação do poder político e econômico do empresariado do agronegócio, bem como um fator a favorecer a expansão primária.

Sobre os questionamentos do empresariado e de seus representantes no Parlamento quanto aos altos custos produtivos, é possível acompanhar por meio da grande imprensa do período a pressão exercida pelos setores agroexportadores para a aprovação de medidas para a redução de impostos sobre o setor. O próprio deputado Kandir possuía coluna semanal no jornal *Folha de São Paulo*, espaço no qual abordou, em 25 colunas entre 01 de janeiro de 1995 (início do governo FHC) até 04

---

329 DELGADO, Guilherme. Especialização primária como limite do desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**, v.1, n.2, p. 111-125, jan/abr e maio/ago 2010.

de junho de 1996 (quando se licenciou da Câmara para assumir o Ministério do Planejamento), temáticas relacionadas às reformas constitucionais, como a tributária e a administrativa, pautas prioritárias do governo FHC.<sup>330</sup> Posicionando-se na linha de frete de tais debates, em 19 de maio de 1996, Kandir afirmou a prioridade do atendimento das pautas das reformas em vista de eliminar o “custo Brasil”: “Na relação entre reformas, investimento, crescimento e emprego, portanto, reside a razão de serem indispensáveis as reformas constitucionais.”<sup>331</sup>

Na metade do segundo ano do governo FHC, Kandir substituiria José Serra no ministério do Planejamento. Seu nome era bem avaliado por setores alinhados com as pautas do governo, como a própria *Folha*. Em Editorial no dia 30 de maio de 1996, o jornal afirmava, de forma laudatória: “Virtudes, ventura e técnica. Esses são os atributos ideais de um político ou de um ‘ministeriável’”. A nomeação de Antônio Kandir (PSDB-SP) para o Planejamento é uma boa oportunidade para avaliar se esses tributos são preenchidos.”<sup>332</sup> Na mesma página, o articulista Fernando Rodrigues exalta Kandir com adjetivos e expressões elogiosas: “metódico”, “cuidadoso, nunca se perde”, “pessoa de fala fácil, compreensivo até para os leigos mortais”.<sup>333</sup>

Apesar da importância de Kandir, sua figura não foi a única a contribuir na formação da lei de desoneração tributária. Nas articulações em prol da constituição de políticas benéficas para o setor primário, o empresariado atuava em outras frentes. Entre elas, organizavam-se na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a “bancada ruralista”, espaço no qual os parlamentares ligados ao empresariado agroindustrial formavam um dos principais grupos de pressão no parlamento brasileiro. A FPA tem sua origem ainda no processo constituinte de 1988, quando parlamentares ligados ao setor agroindustrial articularam-se na Frente Ampla Ruralista. Em 1995, foi fundada a Frente Parlamentar da Agricultura e em 2008 passa a ser denominada pelo seu nome atual. A FPA é

330 Os artigos de Kandir na **Folha de São Paulo** dividem-se entre as seções “Tendências/Debates”, espaço “nobre” do jornal, e a coluna “Tempo de decidir”, no caderno Finanças: Cinco lições mexicanas, 01 jan. 1995; Governo requer burocracia eficaz, 08 jan. 1995; Turbulência lá fora reformas aqui dentro, 15 jan. 1995; Não estamos mal no ranking das transições, 19 fev. 1995; Diminuir o risco Brasil, 12 mar. 1995; Cerrar fileiras pelo Real, 26 mar. 1995; Três acoes contra o derrotismo, 02 abr. 1995; Com inflação não se faz média, 21 maio 1995; Tempo de desindexar, 11 jun. 1995; Por uma administração pública eficaz, 25 jun. 1995; Reforma tributária, federalismo e globalização, 15 set. 1995; Iniciativas tributárias pró-investimentos 22 set. 1995; Reformar, poupar, crescer, 29 out. 1995; Brasil-Japão, 05 nov. 1995; Além dos escândalos, 20 dez. 1995; CIPC: Previdência para todos, 28 jan. 1996; Reeleição: sim e agora, 31 jan. 1996; Cenários mundiais, 11 fev. 1996; Uma Suprema Corte de fato, 18 fev. 1996; Artigo 192, 24 mar. 1996; Limites já!, 07 abr. 1996; Garantia solidária, 05 maio 1996; Cegos à injustiça, 06 maio 1996; Micro e securitização, 12 maio 1996; Reformas e emprego, 19 maio 1996. Disponíveis em: <https://acervo.folha.com.br>. Acesso em: 04 maio 2022.

331 KANDIR, Antonio. Reformas e emprego. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 maio 1996. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13159&anchor=4744175&pd=d9a5f805834d34cdb92a1833500767f2>. Acesso em: 04 maio 2022.

332 EDITORIAL. Maquiavel com Newton. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 maio 1996. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13170&anchor=4741139&pd=478aaf95c219a9c8b750c8d98a2a9d69>. Acesso em: 04 maio 2022.

333 RODRIGUES, Fernando. Kandir sabe que FHC sabe. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 maio 1996. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13170&anchor=4741139&pd=478aaf95c219a9c8b750c8d98a2a9d69>. Acesso em: 04 maio 2022.

um bloco parlamentar composto por deputados e senadores que tem como objetivo principal a defesa dos interesses do agronegócio. Nas últimas décadas, a bancada ruralista notabilizou-se por sua grande capacidade de mobilização e articulação. No momento de redação desta Tese, na legislatura 2019-2023, a FPA contava com 280 parlamentares (39 dos 81 senadores e 241 dos 513 deputados federais).<sup>334</sup>

No contexto de formação da Lei Kandir, além dos parlamentares, destaca-se a atuação de outros personagens, especialmente grandes empresários e seus representantes, que disputaram a opinião pública em vista de pressionar o Congresso para a aprovação de suas pautas. Um dos casos foi o de Roberto Rodrigues, empresário rural e figura destacada da representação patronal rural. Naquele momento de construção de um consenso em torno da desoneração dos setores agroexportadores, Rodrigues ocupava a presidência da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Em 1999, Rodrigues assumiria a presidência da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), e, poucos anos depois, ocuparia o posto de ministro da Agricultura no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). Rodrigues terá uma participação importante nas definições das políticas para a agricultura no período inicial do ciclo de “boom das commodities” agrícolas e, por consequência, da expansão massiva do agronegócio.

Em março de 1995, como porta-voz da SRB, Roberto Rodrigues alinhou-se publicamente com as pautas das reformas constitucionais do governo FHC, indicando-as como necessárias para que o setor agrícola participasse da elaboração do orçamento e definisse a política cambial. “Sem esse instrumento mágico [reforma da Constituição] continuaremos vivendo em crise permanente”, afirmou Rodrigues na ocasião.<sup>335</sup>

No mês de junho daquele ano, Roberto Rodrigues expôs de forma evidente a demanda do setor a favor da desoneração tributária, especialmente da incidência do ICMS sobre as mercadorias agropecuárias. O *Painel Rural da Folha* informava: “Rodrigues acha que o governo precisa negociar rapidamente com os Estados uma redução no ICMS sobre as exportações agrícolas e produtos da cesta básica. ‘É a única alternativa para se melhorar a renda dos agricultores sem mexer nos preços pagos pelos consumidores’”<sup>336</sup>

---

334 Dados atualizados pela FPA até 07 jan. 2021. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/> . Acesso em: 04 dez. 2022.

335 REPORTAGEM LOCAL. Política rural virá com reforma. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 mar. 1995. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12740&anchor=477518&pd=0b645843a2ad1d5be1b708fd3de129bc> Acesso em: 04 maio 2022.

336 PAINEL RURAL. Menos imposto. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 jun. 1995. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12818&anchor=490212&pd=b65520b5e927fda1d8b38c530e94182c> . Acesso em: 04 maio 2022.

Em agosto de 1995, o presidente da SRB defendeu a união do setor agroindustrial em suas diversas associações de classe em prol da “guerra” pela aprovação da legislação que reduziria os impostos sobre a exportação primária, considerados um entrave estrutural da agricultura brasileira, em sintonia com o discurso do “custo Brasil”:

É hora, portanto, de todo o setor rural se organizar para entrar nesta guerra. (...) A reforma tributária não é um capítulo, mas um grande processo, uma evolução para a modernidade. A SRB, a CNA, a OCB e organismos de representação do complexo agroindustrial estão se articulando para participar desta discussão, conclamando entidades regionais e setoriais a também se apresentarem para o debate. Só assim destruiremos um dos mais graves entraves estruturais que asfixiam a renda dos agricultores de todo o país.<sup>337</sup>

Quando do envio da proposta de reforma tributária da Presidência para o Congresso, Roberto Rodrigues destacou a articulação empresarial organizada a favor da aprovação da redução da tributação dos setores agroexportadores. Em 04 de outubro de 1995, Rodrigues ressaltou a mobilização para pressionar os parlamentares pela aprovação da isenção do ICMS, destacando a contratação de técnicos para realizar *lobbys*, a realização de encontros com deputados e a reunião com secretários estaduais de Agricultura: “A agricultura tem interesse profundo na reforma tributária (...)”, afirmou Rodrigues.<sup>338</sup>

Em junho de 1996, Cesar Borges de Sousa, à época vice-presidente da Caramuru Alimentos (maior empresa processadora de grãos do país naquele período), futuro diretor da Abag, apontou para a oportunidade proporcionada pelo aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional: “Chegou o momento de o país tirar proveito dessa conjuntura internacional favorável, aumentar a produção e a exportação, agregar valor e gerar empregos”. Contudo, o entrave continuaria sendo os elevados custos de produção, o “custo Brasil”: “Precisamos reduzir o chamado ‘custo Brasil’, e de imediato”, afirmou Sousa. É possível perceber, também, o apelo ao discurso do setor agroindustrial como vítima de uma suposta perseguição tributária por parte do Estado: “O *agrobusiness* (sic) brasileiro não suporta mais o tratamento discriminatório – o pagamento de ICMS na exportação, enquanto outros países concedem subsídios.”<sup>339</sup>

337 RODRIGUES, Roberto. Reforma tributária e agricultura. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 ago. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/14/dinheiro/9.html> Acesso em: 04 maio 2022.

338 EMERICK, Shirley. Fazendeiros dão apoio a texto do governo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 04 out. 1995. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12931&anchor=4728914&pd=48e596ca00a035d901074703b730982f>. Acesso em: 04 maio 2022.

339 SOUSA, Cesar Borges de. Hora de plantar. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1 jun. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/01/dinheiro/7.html> Acesso em: 04 maio 2022.

Importante ressaltar que, no contexto desses posicionamentos públicos, a pressão pela redução dos impostos não vinha apenas dos setores ligados exclusivamente à produção agropecuária. Ainda na *Folha de São Paulo*, em agosto e setembro de 1996, Antonio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim (conglomerado que atua em diversos ramos, explorando a produção de cimento, de celulose, de laranja, além de controlar seu próprio banco), também encampou o discurso de pressão pela desoneração tributária como forma de gerar empregos e acabar com o “custo Brasil”. Em 25 de agosto, dois dias antes da votação na Câmara dos Deputados, Antonio Ermírio fazia pressão de forma apelativa aos congressistas em vista da aprovação da desoneração de ICMS:

Os nossos parlamentares têm em mãos um projeto de lei que tem um enorme potencial no campo da geração de empregos. Trata-se da proposta do ministro Antonio Kandir que visa eliminar o ICMS das exportações brasileiras – sem nenhuma necessidade de reformar a Constituição Federal. (...) os senhores parlamentares têm uma grande responsabilidade de, na próxima terça-feira, comparecer e votar o inteligente projeto de lei. Será um dia histórico.<sup>340</sup>

Algumas semanas após a votação do projeto, o líder do Grupo Votorantim reforçou a pauta da desoneração como um dos principais meios para a geração de empregos.

Com a eliminação do ICMS sobre os produtos agrícolas, estamos falando em ampliar o emprego, gerar mais renda e atender o social. Este país não tem futuro se não for capaz de empregar a sua gente! Vamos rezar para que este plano saia do papel, pois uma vez realizado merecerá o respeito das outras nações desenvolvidas do planeta.<sup>341</sup>

Denota-se das falas de Antonio Ermírio de Moraes a argumentação típica do consenso neoliberal do período, da existência de um Estado emperrado e consumidor de impostos, um entrave para o desenvolvimento e bem-estar da população.

O Projeto de Lei para alterar a tributação do ICMS foi apresentado pelo então deputado Antonio Kandir (PSDB-SP), em 14 de maio de 1996, e aprovado no dia 27 de agosto de 1996, quando este já era ministro do Planejamento, sem passar por maiores debates no Congresso Nacional. Apesar de estar licenciado do Parlamento, Kandir envolveu-se nas articulações para a aprovação da lei, como mostra a *Folha*: “O ministro Antonio Kandir (Planejamento) secretários estaduais da Fazenda e lideranças da base governista no Congresso se reúnem hoje para tentar um acordo final que aprove

---

340 MORAES, Antonio Ermírio. Apelo ao Congresso Nacional. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 ago. 1996. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13257&anchor=4746157&pd=e5267c376e446f046e785e41d1bb1e7d>. Acesso em: 04 maio 2022.

341 Idem. Uma luz no horizonte. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 set. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/15/opiniao/7.html>. Acesso em: 04 maio 2022.

o projeto que acaba com o ICMS nas exportações.”<sup>342</sup> A proposição foi à votação em regime de urgência, tendo obtido 272 votos a favor e 82 contrários.

Na sessão na Câmara dos Deputados, o posicionamento dos parlamentares da base do governo demonstrou o alinhamento com as diretrizes expostas pelos membros e entidades do empresariado agroindustrial. O relator do Projeto de Lei, Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), emitiu parecer para justificar a adoção das isenções alegando a redução do “custo Brasil” e a adequação do regime tributário brasileiro à realidade internacional de desregulamentação neoliberal. Entre outras proposições, a medida favoreceria a geração de empregos no país e a inserção competitiva das exportações nacionais. Segundo o relatório de Hauly, “a minuta abre caminho para a inserção definitiva do País no contexto da economia globalizada, ao desonerar, total e imediatamente, as exportações e os investimentos” do ICMS sobre as exportações de serviços e de produtos primários, “com o intuito de incrementar as exportações e incentivar o investimento interno”.<sup>343</sup>

Benito Gama (PFL-BA) defendeu a aprovação da lei como uma solução para o “custo Brasil” e para a agricultura brasileira: “com o início da votação deste projeto, começa-se realmente a reduzir o custo do Brasil, a dar maior importância para estimular a agricultura e a produção bens de consumo, através da isenção do ICMS sobre bens de capital.”<sup>344</sup> Pauderney Avelino (PPB-AM) argumentou na mesma linha de Benito Gama: “Este projeto vem desonerar não apenas as exportações, mas também o custo interno das transações comerciais do nosso País.”<sup>345</sup>

O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-BA) foi além e projetou a desoneração tributária como um passo decisivo para a inserção competitiva da agroindústria brasileira no mercado internacional:

Neste momento em que o País precisa ter os produtos da sua pauta de exportação em condição de competir com os produtos de outros países do mundo e em que precisamos gerar empregos, o que constitui um desafio não só no Brasil, mas em todo o mundo, em face da automação, da tecnologia e da competição pela globalização da economia, este projeto, Sr. Presidente, vem ao alcance desse interesse maior do Brasil.

Ao desonerar as exportações, vamos resolver um dos graves problemas da nossa balança de pagamentos. Ao estimular o setor produtivo, através da desoneração dos bens de capital e a uniformização da legislação sobre o ICMS, estaremos dando

---

342 SCHWARTZ, Gilson. Kandir discute ICMS com secretários. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 ago. 1996. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13259&anchor=4746977&pd=4066b12d9f97f86a650d4a5d9f2a89fa>. Acesso em: 04 maio 2022.

343 BRASIL. **Diário da Câmara dos Deputados**. Ano LI, n. 158. Brasília, 28 ago. 1996, p. 24114.

344 Ibidem, p. 24103.

345 Ibidem, p. 24104.

grande passo para que o País possa realmente ocupar o seu lugar de destaque no cenário das nações.<sup>346</sup>

A lei foi promulgada e passou a vigorar como Lei Complementar, em 13 de setembro de 1996. Nas palavras do próprio Antônio Kandir, a aprovação da desoneração do ICMS para as exportações de produtos primários e semielaborados foi uma vitória contra o “custo Brasil”, além de

(...) um verdadeiro acordo nacional e democrático em favor do desenvolvimento. (...) Ao livrar o ICMS de toda cumulatividade, colocando-o à altura dos melhores impostos do gênero em todo o mundo, desferimos o mais contundente golpe, até aqui, contra o "custo Brasil" no campo tributário. (...) Ganha a agricultura e o ‘agribusiness’, não só pela desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados, que compõem parte importante da renda do setor, mas também pela possibilidade de compensar-se do imposto pago na compra de máquinas e equipamentos agrícolas e recuperar todo o imposto que ficava até aqui escondido nas sementes, fertilizantes e outros insumos que se adquiria.<sup>347</sup>

A perspectiva de Kandir com a desoneração do ICMS mostrava-se otimista não apenas no que tange à agricultura, mas também à indústria como um todo, visto que os setores ligados à indústria de transformação também poderiam aproveitar a redução da carga tributária e investir em modernização tecnológica, tornando-se mais competitivos no mercado internacional:

Ganha também a indústria, beneficiada, sobretudo, mas não exclusivamente, pela desoneração de máquinas e equipamentos, visto ser o setor que mais depende de bens de capital para produzir. Com isso, a indústria ganha maior capacidade de investir na modernização tecnológica para fazer frente à concorrência dos importados e tornar-se mais competitiva em mercados externos duramente disputados.<sup>348</sup>

No meio de todo o otimismo, entretanto, já era possível observar nos momentos posteriores à promulgação da Lei Kandir algumas vozes dissonantes do discurso vitorioso do governo e do empresariado, como o caso de Lauro Campos, economista e senador (PT-DF) à época da aprovação da lei:

Puxando para cima os próprios sapatos, o criativo Keynes tucano conseguirá, no máximo, criar o mais complicado e incontrolável subsídio às exportações, que não se sabe se beneficiará alguém e a quem beneficiará. A lei determina que máquinas e materiais de uso das empresas brasileiras possam ser importados com isenção de

346 Ibidem.

347 KANDIR, Antonio. ICMS: turbinando o crescimento. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 set. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/17/opinia0/8.html> . Acesso em: 04 maio 2022.

348 Ibidem.



Imposto de Importação. Em nome da modernização das indústrias beneficiadas com mais esse favor fiscal, sucateiam-se definitivamente os setores nacionais que produzem máquinas e materiais concorrentes com os estrangeiros que a lei Kandir desonera.<sup>349</sup>

O senador previa, portanto, que a desoneração do ICMS para as exportações traria como consequência uma regressão na indústria nacional, processo verificado e analisado no primeiro capítulo desta Tese. Outras vozes no Senado também mostravam descontentamento com os efeitos da lei sobre a arrecadação e sobre a regressão da industrialização, menos de um ano após a promulgação da Lei Kandir. O senador Ademir de Andrade (PSB/PA) classificou como “criminosa” as medidas de desoneração das exportações primárias.<sup>350</sup>

Como debatido no primeiro capítulo desta Tese, quando da análise sobre o processo de regressão industrial brasileiro, a chamada “desindustrialização” ocorrida nas primeiras décadas do século XXI, a simples desoneração tributária não foi capaz de destravar as amarras da indústria de transformação. De acordo com Reinaldo Gonçalves,<sup>351</sup> a regressão industrial pode ser definida como a tendência de queda da participação da indústria de transformação no PIB. No Brasil, nas últimas décadas, ocorreu uma redução precoce da industrialização, derivada do deslocamento da produção na direção dos produtos intensivos em recursos naturais. Dados de Guilherme Delgado, apontam que, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, período de ascensão dos preços das *commodities* no mercado mundial, ocorreu uma alteração na curva das exportações brasileiras, com a queda da participação de produtos manufaturados e uma acentuada elevação nas exportações primárias, revertendo uma tendência em curso desde a década de 1960.<sup>352</sup>

Conforme explorado anteriormente, a incapacidade de competição industrial no comércio internacional decorre de fatores estruturais que não são resolvidos por medidas pontuais, como incentivos fiscais ou desoneração tributária. A posição do Brasil no contexto de estabelecimento de um novo padrão de reprodução de capital primário-exportador e de reestruturação produtiva da economia local e global, condicionam o processo de industrialização nacional para um caminho oposto ao de um desenvolvimento autônomo e voltado para os interesses das maiorias do país. Ao contrário, a industrialização brasileira – ou o que resta dela, especialmente se comparada ao patamar

349 CAMPOS, Lauro. Os sapatos do dr. Kandir. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 set. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/20/dinheiro/3.html> . Acesso em: 04 maio 2022.

350 ANDRADE, Ademir. Ato de prepotência. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 ago. 1997. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13620&anchor=277286&pd=0105aed8f71fc0b34de55e3e974d7f20> . Acesso em 04 maio 2022.

351 GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 31, p. 5-30, fev. 2012. p. 9.

352 DELGADO, Guilherme. Especialização primária como limite do desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**. v.1, n.2, p. 111-125, jan./abr. e maio/ago. 2010.



industrial dos anos 1970 e 1980 – subordina-se cada vez mais ao principal vetor da reprodução capitalista no Brasil, os setores agroexportadores, principais ganhadores das desonerações promovidas pela Lei Kandir.

## 5.2 Consequências da Lei Kandir

Os efeitos da Lei Kandir puderam ser observados quase imediatamente após a sanção da lei pelo Governo Federal. Contudo, suas consequências tiveram maior expressão poucos anos depois, com a mudança na política cambial, em 1999. Até aquele momento, a moeda brasileira era sustentada de forma artificial, com o real paritário ao dólar, devido ao influxo de moeda estrangeira advindo da desenfreada abertura ao capital internacional.<sup>353</sup> Tal influxo foi decorrente da radical aplicação do receituário neoliberal por parte dos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, que realizaram a privatização de setores estratégicos do patrimônio nacional – como a mineradora Vale do Rio Doce e o sistema Telebrás –, além de abrirem mão da exclusividade do controle acionário sobre a Petrobrás e a Embraer.

Com a desvalorização do real após as crises internacionais de 1997 e 1999, uma série de medidas foram adotadas para equilibrar a balança de pagamentos e aumentar a conta de dólares. Nos anos 2000, diversas políticas internas foram promovidas pelo Estado para retomar a entrada de capitais, e o setor agroindustrial foi escalado para esse serviço. As medidas internas, como a mudança na legislação sobre a terra, permitindo a expansão de capitais sobre a fronteira agrícola, associada à valorização do preço das *commodities* (soja, milho, cana, carnes, celulose) no mercado internacional, propiciaram um aumento expressivo das exportações brasileiras. Entre 2002 e 2010, por exemplo, a participação dos produtos primários no valor das exportações brasileiras saltou de 25,2% para 38,5%, como explorado no capítulo introdutório desta Tese.<sup>354</sup> Portanto, a desoneração tributária para as exportações de produtos primários, inserida neste contexto de alta dos preços e de expansão da exploração das fronteiras agrícolas, tendo como consequência a não arrecadação de montantes expressivos gerados pelo comércio internacional, pode ser enquadrada como um dos elementos que favoreceram a consolidação do agronegócio.

O relatório final da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir, grupo estabelecido no Senado Federal, em 2017, incumbido da revisão dos repasses que deveriam ter sido realizados pela União aos estados, indicou o montante da agroexportação isenta de arrecadação. A partir dos dados

---

353 Cf. FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2012.

354 GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 31, p. 5-30, fev. 2012.

apurados pelo Conselho dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (CONSEFAZ), a Comissão sinalizou que, de 1996 até 2016, R\$ 548 bilhões deixaram de ser arrecadados pelos estados em decorrência das isenções concedidas pela legislação às empresas primário-exportadoras.<sup>355</sup> Este período, ressalte-se, cobre o momento de auge das atividades agroexportadoras no país, ocasião em que o setor nacional alcançou a liderança mundial na produção e exportação de produtos primários, como a carne e a soja.

A contrapartida da União aos estados, o “seguro-receita” previsto pela Lei Kandir, foi regulamentada apenas em 2021 (Lei Complementar 176/2020), vinte e cinco anos após a entrada em vigor.<sup>356</sup> Ao longo de quase três décadas, buscou-se formas de reduzir as perdas de arrecadação dos estados. Seja pela tributação das exportações por meio de novos tributos, seja pela revogação da Lei Kandir, a cobrança de impostos sobre a exportação de produtos primários é frequentemente rechaçada pelos setores agroexportadores, com *lobby* fortíssimo no Congresso Nacional. No período de vigência da lei, duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) indicando a revogação da Lei Kandir foram debatidas no Parlamento. A PEC 37/2007 foi arquivada após onze anos de debates e a PEC 42/2019 segue sem definição. Em 2022, estados com forte presença da produção agropecuária tentaram medidas locais de tributação dos grupos exportadores, casos de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Em Goiás, empresários rurais invadiram a Assembleia Legislativa estadual durante sessões de votação do tema tentando impedir a aprovação da taxa dos setores agroexportadores.<sup>357</sup> Ironicamente, o estado de Goiás é governado por Ronaldo Caiado, figura histórica da União Democrática Ruralista (UDR), uma das principais entidades de classe dos proprietários rurais nos anos 1980 e 1990. Nascida no estado de Goiás, a UDR ficou marcada pela defesa incondicional do latifúndio e da ação violenta contra movimento de trabalhadores rurais.

O expressivo montante não arrecadado das exportações de mercadorias do agronegócio indica também uma contradição nas políticas do Estado brasileiro e no discurso do consenso liberal nos últimos anos. De acordo com o discurso amplamente difundido nos anos de hegemonia neoliberal sobre a necessidade dos “ajustes permanentes”,<sup>358</sup> como apontado por Montoro e abordado no primeiro capítulo, identifica-se o deficit nas contas públicas como um dos principais problemas do

355 BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Relatório Final da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir**. Brasília: Senado Federal, 2018, p. 25. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/4ebe6e10-becc-47a7-b0aa-97ff405eaa2c>. Acesso em: 04 maio 2022.

356 SIQUEIRA, Carol. Sancionada lei com regras para compensação da Lei Kandir aos estados. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 05 jan. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/719786-sancionada-lei-com-regras-para-compensacao-da-lei-kandir-aos-estados/>. Acesso em: 04 maio 2022.

357 Agropecuaristas invadem plenário da Assembleia Legislativa de Goiás contra votação de taxa sobre produtos. **Valor Econômico**. São Paulo, 22 nov 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/11/22/agropecuaristas-invadem-plenrio-da-assembleia-legislativa-de-gois-e-fazem-com-que-sesso-seja-encerrada.ghtml>. Acesso em: 29 dez. 2022.

país. A dívida pública seria responsável pela estagnação econômica, pela incapacidade de investimentos em infraestrutura e de sustentação de políticas públicas e sociais. O deficit justificaria a suposta necessidade de adoção de “reformas” radicais, como a diminuição da máquina pública, as privatizações de empresas estatais e os cortes severos na Previdência Social dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, contudo, o Estado brasileiro permite que mais de meio trilhão de reais não seja arrecadado nos últimos anos, parcelas não taxadas que são devidamente apropriadas pelos setores agroexportadores e seus associados no mercado internacional.

Mais do que apenas a queda na arrecadação, o incentivo dado pela Lei Kandir aos produtores de *commodities* favorece a acentuação do caráter primário-exportador e da dependência da economia nacional. Mesmo quando os termos de intercâmbio são favoráveis – como durante o ciclo de alta das *commodities*, na primeira década dos anos 2000 –, a dependência é reforçada ao incentivar uma corrida pela expansão da produção de matérias-primas com preços em alta, em detrimento da produção de manufaturados com maior intensidade tecnológica. Ao desonerar os produtos primários com alto valor no mercado mundial, é favorecida a perda de fôlego do desenvolvimento industrial e tecnológico voltado para as necessidades econômico-sociais internas, além de distorções no mercado de terras (a expansão da fronteira agrícola acarreta sucessivas expropriações fundiárias, devastação ambiental e especulações com os preços das terras). Este padrão acarreta um favorecimento do processo de regressão industrial e de reprimarização da economia, acentuando o caráter subordinado do Brasil na divisão internacional do trabalho.

A expansão agrícola, vinculada à regressão industrial e à inserção externa dependente, confirma um estilo de subdesenvolvimento típico à América Latina, do qual o agronegócio é parte primordial: o desenvolvimento do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo. Este processo reforça o padrão de desenvolvimento econômico capitalista brasileiro, subordinado às necessidades dos países centrais, associadas internamente a uma classe dominante subalterna e inepta, historicamente de costas para o país, que não serve aos reais produtores de valor, os trabalhadores e a maioria dos brasileiros. Fatores que colocam a atualidade da necessidade de se pensar não apenas o rompimento com esse padrão de desenvolvimento, mas a construção de um novo modelo que possibilite um desenvolvimento atrelado às reais necessidades do país.

## 6. OCUPAÇÃO DA TERRA E O MEIO AMBIENTE NO MODELO DO AGRONEGÓCIO: GRILAGEM, *LAND GRABBING* E O CÓDIGO FLORESTAL DE 2012

Os dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017 apresentados no capítulo 2, especialmente os números referentes aos estabelecimentos agropecuários e às extensões dessas unidades, destacam o reforço da concentração fundiária nas décadas de afirmação do agronegócio como modelo predominante da agricultura no país. Por meio da extração das rendas fundiárias, tanto pela especulação com a posse da terra quanto pelas rendas derivadas da produção de mercadorias agropecuárias, a concentração fundiária é uma marca da agricultura capitalista contemporânea.

Neste momento, interessa evidenciar como ocorreu a centralização das terras nas primeiras décadas dos anos 2000, momento de consolidação do agronegócio como parâmetro da produção da agricultura e da agroindústria no Brasil. São apresentadas a seguir as modalidades de apropriação e os mecanismos que permitiram a ampliação contínua da grande propriedade, destacando o papel central das expropriações no atual patamar de acumulação de capital no país, intimamente associado às atividades primário-exportadoras do agronegócio.

A apropriação de terras pelo capital, processo que resulta na degradação ambiental e na violência contra as populações do campo e os povos originários, não é um fenômeno inédito ou recente na história do Brasil. A ocupação ilegal de reservas ambientais, de áreas públicas e de territórios de comunidades tradicionais por parte de latifundiários, madeireiros, mineradores e grandes empresas é um fenômeno recorrente no processo histórico brasileiro. Nos processos mais recentes de ocupação das terras nas principais áreas de expansão do agronegócio, verifica-se a utilização indiscriminada de queimadas e as derrubadas de grandes áreas verdes. Ações que deterioram especialmente os biomas da Amazônia e do Cerrado, mas que geram efeitos ambientais não apenas nos locais degradados, afetando todo o país.<sup>359</sup>

Pelo fato das expropriações das terras serem um processo perene na dinâmica da reprodução capitalista no campo, conforme visto no capítulo 2, interessa neste momento observar as formas particulares de captura da terra e de apropriação fundiária pelos grandes capitais na atualidade. Assim, é relevante salientar tanto as modalidades tradicionais de apropriação de terras, como a grilagem – dominação da terra para garantia de reserva de valor e reserva patrimonial – quanto as

---

359 As emergências ambientais espalhadas pelo país são alarmantes. Destacam-se nos últimos anos momentos como o “Dia do fogo”, ocorrido na região Amazônica em agosto de 2019, e as queimadas no Pantanal, em 2020. Estes eventos de queimadas indiscriminadas em dois dos principais biomas do país atingiram cidades à milhares de quilômetros de distância dos focos de origem, chegando a encobrir com fuma a cidade de São Paulo. Outra intercorrência derivada da devastação amazônica é a mudança no regime de chuvas, motivo que leva a um real risco de desabastecimento e de crise energética.

formas modernas de expropriação das terras, como o *land grabbing* (*acaparamiento de tierras*, em espanhol), uma disputa global por terras que envolve múltiplos agentes e capitais financeirizados.

Ao refletir sobre os efeitos dessas modalidades no conjunto de expropriações, observa-se que ambas contribuem para o avanço do capital sobre o meio rural, realizando apropriações que direcionam as terras espoliadas para diversas formas de extração de valor. Entretanto, ainda que o avanço dessas modalidades nas primeiras décadas do século XXI caminhem no sentido geral das expropriações primárias, as formas consagradas e contemporâneas apresentam particularidades, cabendo salientá-las e distingui-las. Por exemplo, destaca-se a entrada de novos capitais até então desinteressados no setor rural, com atividades produtivas distante do campo, como empresas imobiliárias, petrolíferas, fundos de investimento e fundos de pensão.

Como busca-se demonstrar, esta Tese tem por objetivo contribuir com a determinação das particularidades econômicas, políticas e sociais da agricultura capitalista sob o modelo de agronegócio. Não apenas o identificando como uma modalidade técnica de agricultura, mas o caracterizando como a forma dominante de realização da agricultura no modo de produção capitalista no tempo de predomínio da financeirização e da etapa neoliberal do imperialismo. Sendo assim, justifica-se a observação de mecanismos de apropriação imbricados com processos de financeirização, como o *land grabbing*, forma particular de estrangeirização e consolidação de capitais financeiros no mercado de terras contemporâneo.

Para compreender as dinâmicas contemporâneas de apropriação de terras pelo capital, este capítulo se desenvolve da seguinte forma. Primeiramente, é observada a histórica forma de expropriação fundiária e roubo de terras públicas no Brasil, a grilagem. Determinando-a, acredita-se possível explorar as formas financeirizadas de ocupação da terra, como o *land grabbing*. Estabelecidas as duas modalidades, o capítulo apresenta as consequências para o meio ambiente do avanço das expropriações e da centralização fundiária no período de ascensão do agronegócio. Por fim, o capítulo é encerrado com a análise da tramitação do Código Florestal de 2012. A recente legislação ambiental brasileira, que afrouxou as restrições à ocupação do solo e de áreas ambientais por parte dos produtores rurais, é entendida como um exemplo da capacidade de articulação política das frações da burguesia associadas ao agronegócio em vista da imposição de suas pautas. Sem adiantar as conclusões, observa-se a partir da análise que a imposição ocorre em um momento particular das lutas de classe no Brasil. Por um lado, ocorre em um momento de consolidação da agroexportação como vetor da reprodução capitalista. Por outro, a forma como ocorre a tramitação e a aprovação do Código dão indícios da ascensão das frações do agronegócios e do rompimento do pacto de classes estabelecido a partir dos governos Lula.

## 6.1 Grilagem

A grilagem é uma prática de posse ilegal da terra, quase uma regra na formação da grande propriedade privada rural no Brasil.<sup>360</sup> Arelada à expansão do latifúndio, a grilagem consiste em uma ação de particulares com o fim de se apropriarem de terras públicas, utilizando-se de variados mecanismos jurídicos e sociais em processos violentos contra camponeses e povos e comunidades tradicionais. Atividade secular na faixa litorânea e no centro-sul do país, a apropriação ilícita nas últimas décadas ocorre principalmente na Amazônia Legal, região que concentra cerca de 80 milhões de hectares de terras públicas não destinadas (terras que não são reservas ambientais ou indígenas).<sup>361</sup> A Amazônia é a uma das últimas fronteiras que ainda não foram completamente submetidas ao capital, daí a voracidade do avanço observado nos últimos anos, como será destacado a seguir.

Apesar da recorrência na Amazônia, a grilagem não é um fenômeno restrito à região. Dados do governo federal, de 2006,<sup>362</sup> indicavam que era de 100 milhões de hectares o total de terras suspeitas de terem origem na grilagem. Os números de 2019 apontam que havia sobreposição entre terras públicas e privadas em cerca de 176 milhões de hectares no Brasil.<sup>363</sup> É preciso, portanto, entender os fatores que promovem o aumento verificado nas últimas décadas, posto ser um período que compreende a expansão e consolidação do modelo de agronegócio no país.

A grilagem é um mecanismo que envolve a conjunção de ações legais e ilegais de agentes privados e estatais. Contudo, o fenômeno é tomado pelo senso comum, em uma abordagem superficial, pela sua forma folclórica. Originalmente, a grilagem consistia na fraude de títulos de propriedade por meio da falsificação de documentos. Os papéis de comprovação das propriedades eram deixados guardados em caixas com grilos, cujo dejetos têm uma ação oxidante em contato com a celulose. Desta forma, após tempos guardados juntos dos animais, os papéis apresentavam um aspecto envelhecido que ganhariam somente com o passar natural do tempo. Por esse método, comprovar-se-ia por antiguidade a oficialidade do documento.<sup>364</sup>

Contudo, para além da imagem folclórica da caixa de grilos, a origem desta prática está ligada às transformações nos processos de acumulação de capital no Brasil. A grilagem tem seus primeiros registros na segunda metade do século XIX, como um dos resultados práticos da Lei de Terras de

360 BENATTI, José Héder; GAMA, Antônia Socorro Pena da; SANTOS, Roberto Araújo. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira. Brasília: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – MMA, 2006, p. 11.**

361 TORRES, Mauricio. Grilagem para principiantes: guia de procedimentos básicos para o roubo de terras públicas. In: MARQUES, M.I.M. et alii. **Perspectivas de Natureza: geografia, formas de natureza e política.** São Paulo: Annablume, 2018, p. 285-314.

362 BENATTI; GAMA; SANTOS, op. cit., p. 16.

363 SPAROVEK, Gerd *et al.* Who owns Brazilian lands?. **Land Use Policy**, n. 87, 2019.

364 TORRES, op. cit., p. 293.

1850. A Lei 601 de 1850 foi o primeiro marco da formação da propriedade privada capitalista da terra no país, legalizando os títulos de sesmarias da colonização da América portuguesa e confirmando a posse das terras expropriadas dos povos originários ao longo da colonização, quaisquer fossem suas dimensões.<sup>365</sup>

A Lei de Terras proibia o domínio de terras devolutas, a não ser nos casos de compra e venda, concedia títulos de propriedade aos detentores de sesmarias ou qualquer outro tipo de concessão realizada conforme a lei em vigor até então. Apesar de detalhista nos objetivos jurídicos, a definição de “terras devolutas” era vaga. Com esta indefinição sobre as terras, o Estado brasileiro acabou por privilegiar o particular sobre o público, visto que as terras devolutas só poderiam ser delimitadas após a definição de quais seriam as terras privadas. Assim, conforme Ariovaldo Umbelino, as terras públicas foram definidas por exclusão: o que não fosse privado era público.<sup>366</sup>

Outras medidas contribuíram para a prevalência dos interesses particulares, como as regulamentações para a execução da Lei de Terras. O Decreto 1.318, de 1854, que estabeleceu os critérios para a definição das terras públicas e privadas, foi um desses mecanismos. O Decreto incumbia aos proprietários a tarefa de declarar quais as terras pertenciam aos particulares, em uma lógica que inverteu o fato das terras terem origem no Estado. Foi criado também o Registro Paroquial, órgão vinculado à Igreja Católica, responsável por receber as autodeclarações dos proprietários, que proibia os vigários responsáveis pela administração a recusa no recebimento das declarações, mesmo as flagrantemente falsificadas. Assim, marcou-se de forma determinante a prevalência da propriedade privada particular sobre os interesses do Estado, favorecendo na origem métodos ilegais como a grilagem.

José de Souza Martins destacou duas características fundamentais para a compreensão da constituição da propriedade privada capitalista no Brasil a partir da efetivação da Lei de Terras. Em primeiro lugar, as terras devolutas só poderiam ser ocupadas por meio da compra da propriedade. Ademais, o Estado concedia aos proprietários privados o seu direito sobre as terras, unificando em um único direito a posse e a propriedade.

Ainda de acordo com Martins, a partir da Lei de Terras, os grileiros assumem, na perspectiva das relações comerciais, o papel que antes era representado pelos traficantes de escravizados, figura interdita com o fim do tráfico internacional de seres humanos, proibido pela Lei Eusébio de

---

365 Cf. MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do Poder**. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. Niterói: EDUFF, 2008.

366 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; FARIA, C. S. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina en Transformación. **Anais**. Montevideo: Universidad de La República, 2009, p. 01-15.

Queirós, também de 1850.<sup>367</sup> Segundo José Martins, o capital que era aplicado no tráfico de escravizados transformou-se em “renda territorial capitalizada”. Isso significou que o capital dos fazendeiros deslocados para áreas mais férteis, antes pago aos traficantes, passou a ser destinado às companhias imobiliárias e aos grileiros. Agentes que se apossaram de terras devolutas com base em documentos falsos, revendendo-as a futuros proprietários. A grilagem assumiu, portanto, um papel fundamental tanto no processo de conversão de capitais em renda capitalizada quanto na transformação da terra em propriedade. De acordo com Martins, foi um movimento que realizou um amálgama entre as práticas de espoliação com os instrumentos que permitiam a legalização das terras:

As despesas realizadas com subornos, demarcações, tocaias a posseiros intransigentes, pagamentos a topógrafos e jagunços, constituíam o fundamento do preço que a terra adquiria através do grileiro no preâmbulo do nosso capitalismo agrário. Em troca, o fazendeiro recebia a terra livre e desembaraçada, cuja propriedade dificilmente seria contestada judicialmente. A renda capitalizada passou a ser, em parte, contrapartida do tributo pago pelo fazendeiro ao grileiro. Formalmente, o avanço da propriedade privada sobre as terras devolutas aconteciam por meio da compra, através de títulos reconhecidos pelos tribunais.<sup>368</sup>

Uma vez espoliada a terra, a grilagem tece mecanismos para executar e dissimular as fraudes, contando com a colaboração das legislações e do mercado de terras. Holston aponta como o grileiro acumulava recibos, títulos, registros e permissões no esforço de dissimular a fraude, transformando a ação ilegal em uma reivindicação legítima.<sup>369</sup> É importante frisar que a dinâmica de apropriação de terras públicas dá-se em conluio com as permissões legais, que geralmente concedem a facilidade da autodeclaração como requisito para a legalização da posse de terras. Como será observado, o estatuto da autodeclaração será constantemente renovado por meios de diversas legislações ao longo dos anos, reiterando a importância da pressão política dos proprietários como forma de exercício de seu poder sobre a terra.

Apesar da centralidade da Lei de Terras na origem da propriedade privada capitalista da terra no Brasil, os marcos legais na história da grilagem não se limitam ao século XIX, tendo importantes desdobramentos que a reforçam nos séculos seguintes. No início do período republicano, foi delegado aos estados a competência pela gestão das terras públicas. Os estados, então, passaram a estabelecer normas que promoveram anistias e flexibilizações nas regras de posse de terras,

---

367 MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 49.

368Ibidem, p. 61.

369 HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.



incentivando a prática da grilagem.<sup>370</sup> Em 1931, o Decreto 19.924 extinguiu a vigência da Lei de Terras ao legalizar os títulos de propriedades e as posses de qualquer dimensão até a data do Decreto, exigindo apenas a transcrição no Registro de Imóveis como ato necessário para a validação dos títulos de propriedade. A consequência decorrente das facilidades estatais é que, ao perceberem que os atos passados são recorrentemente anistiados no futuro, incentiva-se uma corrida pelas terras. Assim, os investimentos na grilagem passam a compensar, uma vez que os riscos são dirimidos pela quase certeza da anistia.

Outro marco na arquitetura da grilagem no Brasil foi dado durante os governos da ditadura empresarial-militar, no contexto da “modernização conservadora” da agricultura, processo histórico analisado em detalhes no capítulo 3. A Amazônia Legal foi o principal palco da grilagem naquele período de industrialização da agricultura e de forte expansão das fronteiras agrícolas, tendo a região amazônica observado a vigorosa expansão da ação privada e estatal a fim de acelerar a transformação da terra em mercadoria, conforme as exigências da acumulação de capital do período.

Pensando o território amazônico como a principal fronteira contemporânea da grilagem, conforme afirmado no início desta seção, é preciso remontar o processo histórico transcorrido nas últimas décadas, procedimento que tornou a Amazônia uma área privilegiada do roubo de terras na dinâmica atual do agronegócio e das demais atividades predatórias da natureza. Este processo ganhou impulso ao longo dos governos da ditadura empresarial-militar, que via na região um “inferno verde” vazio e improdutivo a ser submetido pelos projetos de desenvolvimento planejados para a região amazônica. Buscava-se incorporar a floresta tanto no processo de reprodução do capital na região quanto na entrada de novos capitais e agentes, com o apoio aos empresários nacionais e estrangeiros que adquiriram terras na região por meio dos incentivos e créditos, que transformaram o mercado de terras no período.<sup>371</sup>

A configuração institucional para a expansão da fronteira agrícola e a atração de capitais transnacionais durante a ditadura foram criadas no governo Castelo Branco, que em 1966 criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e sancionou a Lei 5.174, concedendo incentivos fiscais para a importação de máquinas e equipamentos para a região. A partir destes movimentos, diversos projetos de expropriação de terras e dos recursos florestais foram executados pelos militares e por grupos empresariais, como o Projeto Jari, o Projeto Grande Carajás e os

---

370 TORRES, Mauricio. Grilagem para principiantes: guia de procedimentos básicos para o roubo de terras públicas. In: MARQUES, M.I.M. et alii. **Perspectivas de Natureza: geografia, formas de natureza e política**. São Paulo: Annablume, 2018, p. 293.

371 No capítulo 3 são realizadas análises pormenorizadas dos sistemas de crédito rural criados nos governos da ditadura empresarial-militar, bem como as mudanças profundas no mercado de terras.

Projetos Integrados de Colonização (PIC), programas associados a abertura de eixos rodoviários, como as rodovias Transamazônica (BR 230), Cuiabá – Santarém (BR 163) e Cuiabá – Rio Branco (BR 364), que nas décadas seguintes conformam o “arco do desmatamento”.<sup>372</sup>

O Projeto Jari, iniciado em 1967, é um exemplo importante para visualizar a ação conjunta de entes estatais e privados em favor da grilagem de terras públicas na Amazônia.<sup>373</sup> O Jari foi o primeiro grande projeto dos militares para a região amazônica, que planejava investimentos agroindustriais em uma área de mais de 1,5 milhão de hectares na confluência dos rios Jari e Amazonas, entre o estado do Pará e o território do Amapá. Inicialmente de caráter privado, financiado pelo empresário estadunidense Daniel Keith Ludwig, o Projeto Jari contemplava o desenvolvimento de um complexo econômico abrangendo atividades agrícolas, industriais e de extração mineral e vegetal. As atividades no Jari foram facilitadas pelas relações entre Ludwig e os governos militares, que obteve incentivos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e isenção de impostos para a instalação de unidades industriais. A operação entre o governo federal e o empresário facilitou a abertura da Amazônia para negociantes fundiários e promoveu uma política de centralização da terra na região.

De acordo com Octávio Ianni, o Projeto Jari representou um produto típico do regime, “um enclave estrangeiro criado com a proteção econômica da ditadura”, realizado no sentido dos projetos de desenvolvimento da “modernização conservadora”, de generalizar a expansão do capitalismo no campo<sup>374</sup>. Apesar de todo investimento público e da devastação de imensas áreas de florestas nativas, ocupação de terras por posseiros e grileiros, o projeto foi um fracasso. Em 1982, um consórcio de empresas nacionais assumiu o Projeto, respondendo ao chamado do governo brasileiro para salvar os investimentos realizados.

Em estudo dedicado aos conflitos pela terra, tendo como objeto as disputas no sul do Pará, Ianni enfatizou o papel da grilagem naquele cenário.<sup>375</sup> No processo de ocupação da região pelos projetos da ditadura, a grilagem foi a forma mais importante de aquisição fundiária por parte de fazendeiros e de empresas, que empreendiam distintas modalidades de obtenção da terra, contando também com

---

372 O “arco do desmatamento” compreende uma região composta por 256 municípios de leste a oeste da região amazônica. A partir do sul do Pará, forma-se um longo arco que vai do oeste Maranhão até o Acre, passando por Mato Grosso, Pará e Rondônia, área que concentra historicamente a destruição da floresta amazônica.

373 Para um detalhamento do Projeto Jari e sua relação com as transformações nas questões fundiárias na região, cf. CAMARGO, Maria Luiza Gutierrez de. **O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira**. 2015. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

374 Cf. IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. Petrópolis: Vozes, 1979.

375 IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

a participação de capitais estrangeiros. A grilagem associava-se aos variados processos de compra e venda de terras, sendo impossível distinguir uma das outras. Segundo Ianni, “a falsificação e a veracidade de documentos, evidências e testemunhas” misturavam-se com a arbítrio de diversos agentes, como “grileiros, empresários, advogados, funcionários e outros”. Em geral, a grilagem atingia tanto as terras devolutas quanto as terras ocupadas por posseiros, que foram os principais alvos dos grileiros, sendo recorrentemente tomados como invasores e vítimas da violência privada de grandes proprietários e de grandes empresas.

Ianni ressalta ainda a relação íntima entre as violentas expropriações fundiárias realizadas pela grilagem com a expansão do modo de reprodução capitalista, no sentido do que foi afirmado no capítulo 2, quando debateu-se a perenidade das expropriações como uma característica fundamental da reprodução capitalista. Em um movimento envolvendo forças privadas e estatais, Ianni afirma que a violência da expropriação é a forma de ser da imposição do capital sobre os territórios abertos pelas novas fronteiras agrícolas.

Os donos do capital e os seus prepostos – pistoleiros, jagunços, policiais e outros – sentem-se bastante à vontade na prática da violência. As técnicas de violência, sutis ou abertas, estão no seu modo de ser, no modo de produzir e reproduzir o capital. A violência armada, privada ou estatal, é apenas uma manifestação mais aberta da prática cotidiana da expropriação. São muitas e diversificadas as práticas de violência que aparecem na atuação de grileiros, empresários, empresas, ou os seus prepostos, contra posseiros que nas suas terras possuem “cultura efetiva e morada habitual”.<sup>376</sup>

É importante destacar que o roubo de terras promovido pela grilagem não representa apenas a simples transferência da posse dos territórios entre diferentes agentes. Antes de tudo, representa a imposição de relações capitalistas por meio da expropriação dos meios de produção voltados para a sobrevivência de comunidades tradicionais, visto que tais territórios entram no circuito da reprodução e da acumulação de capital, seja pela utilização das terras como base para a produção agropecuária, seja pela especulação com o mercado de terras. Assim, a instituição da propriedade privada capitalista da terra pela via da grilagem unifica a posse e a propriedade, como enunciado por José de Souza Martins e referenciado anteriormente.

Cabe destacar uma peculiaridade da grilagem. Essa atividade ilegal não se associa necessariamente à produção das atividades agroindustriais, ainda que o resultado de sua ação, a expansão territorial com a “limpeza” de terras de sua cobertura vegetal original, seja base para uma futura produção de

---

376 IANNI, Octávio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 172.

grãos ou para a pecuária. Por outro lado, ainda que não diretamente inserida nas atividades produtivas do agronegócio, a ação de grileiros se insere tanto na dinâmica de expansão da concentração das terras e quanto nos efeitos imediatos dessa expansão, a degradação ambiental. Sendo assim, mesmo que a ação da grilagem não esteja envolvida *a priori* nas atividades produtivas do agronegócio, o produto de sua atividade insere-se no circuito das formas contemporâneas de uso da terra como método para valorização do capital.

Em grande parte dos casos, a ação de grilagem envolve o desmatamento de grandes áreas, o que não é realizado com a ação de poucos indivíduos utilizando apenas ferramentas manuais, mas sim efetivando um procedimento que exige o pagamento do trabalho de muitas pessoas e o investimento em máquinas e equipamentos de grande porte, como tratores, correntões, combustíveis etc. Ou seja, o desmatamento de grandes porções de florestas é uma atividade cara, ainda que o uso do trabalho análogo à escravidão seja sistemático.<sup>377</sup> Adiante serão retomadas as consequências das expropriações em relação ao desmatamento e à degradação ambiental nos últimos anos, relacionando-o não apenas à grilagem, mas a outra forma de expropriação de terras, o *land grabbing*. O objetivo é acentuar que, para além da *forma* de apropriação da terra, é a *lógica* de produção da agricultura capitalista no tempo presente a responsável pela degradação ambiental acelerada do meio ambiente e, por consequência, da vida no planeta.

O processo de desmatamento que acompanha a grilagem cumpre papel específico no circuito de enquadramento da terra nos circuitos financeiros contemporâneos, notadamente em relação ao mercado de especulação, valorizando o preço das terras. Conforme Aguiar e Torres, “No processo de grilagem, o desmatamento cumpre algumas funções. Uma das mais evidentes é a valorização do preço da terra. No Oeste do Pará, em 2017, uma porção de terra desmatada podia chegar a ter um preço até 20 vezes maior do que uma área equivalente coberta de floresta”.<sup>378</sup>

Atualmente, a grilagem abrange processos complexos, envolvendo desde fraudes cartoriais a sofisticados mecanismos de georreferenciamento, tendo como tônica o favorecimento estatal à apropriação ilegal das terras por parte das classes dominantes do campo. A partir da legalização do ilegal por meio de certidões concedidas por órgãos oficiais, os grupos grileiros podem ter acesso aos créditos bancários, além de terem facilitada a possibilidade de negociarem legalmente as propriedades. Maurício Torres, em estudo sobre os processos de regularização fundiária no sudoeste

377 Cf. MOTOKI, Carolina; PEREZ, Ginno. Trabalho escravo e degradação ambiental: uma conexão visceral. In: **Agro é fogo: grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal**. Articulação AGROéFOGO, 2021. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/dossie/trabalho-escravo-expropriacao-e-degradacao-ambiental-uma-conexao-visceral/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

378 AGUIAR, Diana; TORRES, Maurício. A boiada está passando: desmatar para grilar. In: **Agro é fogo: grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal**. Articulação AGROéFOGO, 2021. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/a-boiada-esta-passando-desmatar-para-grilar/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

do Pará, entre 2004 e 2016, destacou a grande cadeia de articulações em torno da grilagem, apresentando um universo que não se limita ao desmatador e ao produtor rural final. De acordo com Torres,

No oeste do Pará, e na Amazônia como um todo, grileiros articulam-se com imobiliárias, empresas de topografia, escritórios de advocacia e funcionários corruptos de órgão públicos, para produzir uma sofisticada rede criminosa que utiliza imagens de satélites, levantamentos de solos, “laranjas” e procuradores para se apropriar de vastas extensões de terras públicas para o mercado imobiliário, a produção de soja e a extração de madeira. Para tanto, o verniz de legalidade consiste em processos de “regularização fundiária” abertos no Incra e no Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa), inserção de dados falsos no Cadastro de Imóveis do Incra e a emissão de um documento chamado “certidão de posse”, que serviria para a aprovação de planos de manejo florestal junto ao Ibama e de empréstimos bancários junto ao Banco da Amazônia.<sup>379</sup>

A função do Estado em favor das ações de pilhagem de terras realizadas por grupos que vão dos desmatadores aos órgãos públicas, envolvendo empresários e profissionais de diversos ramos, torna-se ainda mais evidente quando observados alguns mecanismos de regularização ambiental estabelecidos nas últimas décadas. Nos anos de ascensão do agronegócio nas últimas décadas, destacam-se o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa Terra Legal.

Como busca-se demonstrar, o apoio estatal à grilagem, utilizado desde os primórdios das expropriações, é recorrentemente atualizado nas constantes mudanças nas formas de registros de cadastros e regularizações fundiárias. Neste sentido, é possível observar outros marcos legais na institucionalização da grilagem no processo histórico brasileiro, além dos destacados anteriormente.

Desde meados dos anos 2000, momento de ampliação da agroexportação, a regularização fundiária, especialmente na Amazônia, tem sido propiciada por sucessivas medidas provisórias e leis, tendo no CAR um dos instrumentos que expressam a força do agronegócio na imposição de instrumentos que favoreçam sua expansão sobre novos territórios. Instituído em 2012, na esteira do Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012), legislação analisada em detalhes na parte final deste capítulo, o CAR é um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais. O objetivo do cadastro foi integrar as informações das características ambientais das propriedades, definindo as zonas de preservação, reservas legais e outras. O CAR não foi concebido originalmente como instrumento fundiário, mas sim como um meio para a regularização ambiental. O cadastro permite o

---

379 TORRES, Maurício. **Dono é quem desmata**: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agronômico da Amazônia, 2017, p. 21.

registro das terras sem a comprovação da posse por meio de documentação comprobatória, exigindo apenas uma autodeclaração do proprietário nos sistemas de cadastro.

Esta frouxidão na comprovação da propriedade trouxe consequências fundiárias graves, com efeitos sobre a grilagem na Amazônia. De acordo com Eliane Moreira, na prática, o CAR passou a servir como instrumento para a grilagem.<sup>380</sup> A partir da adoção desse sistema de registro, tornou-se comum, por exemplo, a ocorrência de sobreposição de terras supostamente particulares em nomes de pessoas físicas e jurídicas com terras em áreas públicas, especialmente em terras indígenas. Conforme as informações levantadas pelo observatório De Olho nos Ruralistas, 7.739 imóveis rurais registrados no CAR até o ano de 2020 estão localizados em terras indígenas, o que compreende mais de 12 milhões de hectares sobrepostos.<sup>381</sup>

O Programa Terra Legal permitiu a aceleração dos processos de regularização das ocupações de terras públicas de até 1500 ha na região da Amazônia Legal. Instituído pela Medida Provisória 458, conhecida como “MP da grilagem”, posteriormente convertida na Lei nº 11.952/2011, o Programa Terra Legal pode ser compreendido como mais uma forma de legalizar a apropriação ilegal de reservas ambientais e terras públicas. Conforme cálculos de Gustavo Prieto, entre 2009 e 2020, chega-se a 190 milhões de hectares apropriados ilegalmente e regularizados pelas diversas legislações. No trabalho desenvolvido em conjunto com pesquisadores do Departamento de Geografia da USP, somente o Programa Terra Legal, foi responsável pela legalização de 67 milhões de hectares, transferindo sem licitação a particulares os terrenos da União na Amazônia Legal.<sup>382</sup>

Instrumentos de flexibilização dos controles sobre as grandes propriedades, como o CAR e o Programa Terra Legal, trazem impactos não apenas no avanço da grilagem, na concentração das terras e na expansão do latifúndio. Junto com a expansão das grandes propriedades destinadas à produção do agronegócio, tais medidas favorecem parte considerável da devastação ambiental verificada no país nas últimas décadas. Portanto, para compreender as transformações legais na legalização de terras originadas da grilagem, entendendo o fenômeno como parte do processo constante tanto do modo de produção capitalista de apropriação das terras quanto do modelo de agronegócio, é observado na parte final deste capítulo o processo de tramitação e definição do

---

380 MOREIRA, Eliane. Cadastro Ambiental Rural: a nova face da grilagem na Amazônia? **Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente**. Belo Horizonte, 7 jul. 2016. Disponível em: <http://www.abrampa.org.br/site/?ct=noticia&id=230>. Acesso em: 15 mai. 2021.

381 DALLABRIDA, Poliana e FERNANDES, Sarah. Terras em 297 áreas indígenas estão cadastradas em nome de milhares de fazendeiros. **De Olho nos Ruralistas**. 27 out. 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/27/terras-em-297-areas-indigenas-estao-cadastradas-em-nome-de-milhares-de-fazendeiros/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

382 PRIETO, Gustavo. Nacional por usurpação: a grilagem de terras públicas como fundamento da formação territorial brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 133.

Código Florestal de 2012. O novo código insere-se no contexto das recorrentes legalizações das expropriações ilegais impostas pela pauta dos setores organizados do agronegócio, que por meio de sua representação parlamentar constrói consensos e institui suas demandas na legislação brasileira. Entretanto, a promulgação do novo código, como poderá ser visto, não é apenas mais uma permissão estatal para a ocupação de terras. Na verdade, o Código Florestal de 2012 constitui-se como um elemento que expressa o poderio das frações burguesas associadas ao agronegócio no Brasil. Em um processo de configuração de uma supremacia, transcorrido nas primeiras décadas do século XX, essas frações apresentam uma grande capacidade de impor suas pautas e legislar em favor de seus interesses.

Antes de apresentar os efeitos devastadores da apropriação privada de terras sobre o meio ambiente, bem como a estruturação do novo Código Florestal, é necessário apresentar outra modalidade de apropriação de terra típica do período de consolidação do modelo de agronegócio, o *land grabbing*. Por ser uma modalidade relacionada com os mecanismos contemporâneos de expropriação da terra, o entendimento deste fenômeno, junto ao entendimento da grilagem, podem fornecer elementos para uma abordagem mais detalhada dos efeitos da expropriação sobre o ambiente.

## **6.2 *Land grabbing***

Para compreender as ações contemporâneas de expropriação de terras pelos diversos capitais aplicados na agricultura e no mercado de terras, merece destaque uma prática peculiar de apropriação, o *land grabbing*. Em uma primeira abordagem do fenômeno, a partir da perspectiva da ocupação de territórios resultante da expansão do agronegócio e demais atividades extrativistas, não há uma diferença fundamental entre o *land grabbing* e a grilagem. Ambas são formas de ocupação da terra com objetivos econômicos, que têm como efeitos a concentração fundiária e a degradação ambiental. Entretanto, é preciso diferenciá-las em outros aspectos, em vista de identificar o salto qualitativo nas expropriações fundiárias realizadas pelo *land grabbing*.

Como as características da grilagem foram abordadas na seção anterior, é possível iniciar a análise do *land grabbing* por meio da comparação entre as duas modalidades. De acordo com Saturnino Borrás e Sérgio Sauer, uma das principais diferenças entre as duas formas de ocupação de propriedades fundiárias consiste no fato da grilagem *pressupor* a apropriação ilegal de áreas públicas, seja por meio de fraudes cartoriais, seja a partir de ocupações irregulares de terras públicas. Por outro lado, o *land grabbing* não tem a ilegalidade e a ocupação das terras públicas

como *regra* da apropriação.<sup>383</sup> Ainda que a ocupação ilegal de áreas públicas deva ser considerada no *land grabbing*, não são os aspectos formais os pontos centrais a serem destacados na identificação das particularidades do fenômeno.

Mais do que a origem da titulação da ocupação da terra, o aspecto fundamental a se destacar no *land grabbing* é a imbricação desse fenômeno de captura da terra com as estratégias de capital financeiro do agronegócio, procedimento destacado no capítulo 4. De acordo com essa perspectiva, a terra é assumida como um ativo financeiro passível de negociação e de especulação nos circuitos comerciais e financeiros, além de ser o meio indispensável para a expansão produtiva do agronegócio. Em um contexto de agudização da crise estrutural do capitalismo, notadamente quando observadas as reverberações da crise global de capitais dos eventos de 2007 e 2008, a propriedade fundiária torna-se um meio importante para o rendimento de capitais

Desta forma, compreender a mudança qualitativa na captura da terra representada pelo *land grabbing*, movimento impulsionado nas recentes décadas de reestruturação produtiva, é fundamental para adicionar mais uma camada na análise das disputas entre as frações de classe da burguesia brasileira nas primeiras décadas do século XXI. A complexificação dos capitais envolvidos na captura da terra indicam caminhos para entender as ações políticas dos agentes envolvidos nas disputas por hegemonia das frações da classe dominante associadas ao agronegócio.

Segundo Borrás et. al., o *land grabbing* pode ser definido como uma corrida mundial de capitais pela posse de terras, tendo a particularidade de ser realizado pela associação de grupos empresariais transnacionais e fundos internacionais de investimento.<sup>384</sup> Observa-se nas últimas décadas a participação de grandes fundos de pensão na compra de terras agricultáveis nas zonas de expansão do agronegócio ao redor do mundo, como o fundo dos profissionais da Universidade de Harvard e dos profissionais da educação dos EUA (TIAA – *Teachers Insurance and Annuity Association of America*)<sup>385</sup>, além de relevantes agentes do mercado financeiro, como o grupo BTG Pactual e a XP Investimentos.<sup>386</sup> No Brasil, esses fundos de investimento tem participado da aquisição de terras

---

383 BORRAS, Saturnino e SAUER, Sérgio. ‘*Land Grabbing*’ e ‘*Green Grabbing*’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 6-42, jun. 2016, p. 13.

384 BORRAS, Saturnino Jr.; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio e WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**. v. 33, n. 4, p. 402-416, 2012.

385 Fazendas griladas pelos fundos de Havard e TIAA no Cerrado em chamás. **Grain**. 22 out. 2019. Disponível em: <https://grain.org/pt/article/6340-fazendas-griladas-pelos-fundos-de-havard-e-tiaa-no-cerrado-em-chamas> . Acesso em: 27 maio 2021.

386 PAES, Caio de Freitas. BTG e XP estão a serviço de estrangeiros suspeitos de compra ilegal de terras. **Pública – Agência de Jornalismo Investigativo**. 26 maio 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/05/btg-e-xp-estao-a-servico-de-estrangeiros-suspeitos-de-compra-ilegal-de-terras/#investidores-bilion%C3%A1rios-dos-Estados-Unidos> . Acesso em: 27 maio 2021.



principalmente no Cerrado brasileiro, na região do Matopiba,<sup>387</sup> uma das últimas áreas de fronteira agrícola do mundo e responsável por parte importante da produção de soja no Brasil.<sup>388</sup> Contudo, para uma abordagem mais apurada deste fenômeno e para entender a associação entre grandes capitais e a expropriação fundiária, é preciso desdobrar a estruturação do conceito de *land grabbing*, que envolve camadas que o caracterizam como um fenômeno novo e particular no tempo presente.

O termo *land grabbing* tornou-se mundialmente conhecido, de acordo com Frederico e Gras, a partir da divulgação do relatório da organização espanhola GRAIN, em 2008. No documento, a instituição relacionou a expansão das aquisições de terras em regiões como América Latina, África Subsaariana e na Ásia à crise global de 2007 e 2008. A GRAIN observou neste movimento duas pautas estratégicas que, apesar de divergentes, confluíam no mesmo sentido de controle privado de grandes extensões de terra. Por um lado, a garantia da soberania alimentar e, por outro, os ganhos derivados da especulação com as terras em meio à crise financeira.<sup>389</sup>

Após a divulgação da organização GRAIN, a expressão *land grabbing* atraiu os interesses de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Banco Mundial. O Banco reconheceu que ocorreu um movimento atípico de transferência de terras disponíveis para a agricultura em um curto espaço de tempo, a partir de 2008. De acordo com relatório da instituição,<sup>390</sup> entre o outubro de 2008 e agosto de 2009, cerca de 45 milhões de hectares foram negociados no mundo. Um crescimento expressivo em comparação com o período anterior a 2008, que até então contabilizava uma média de apenas 4 milhões de hectares negociados por ano. Ainda de acordo com o Banco Mundial, a acelerada busca por terras promovida por capitais financeiros relacionava-se com investimentos produtivos em *commodities* valorizadas naquele momento, como milho, soja, canola, cana-de-açúcar, dendê etc.

No debate em torno da definição do conceito e das particularidades desta modalidade de apropriação de terras, discute-se até mesmo se esta é uma manifestação nova no histórico processo

---

387 O Matopiba é uma região de expansão da fronteira agrícola brasileira que abrange parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Esta fronteira agrícola responde nos últimos anos por mais de 10% da produção da soja no país (Conab, 2017/2018). A região também liderou o número de casos acumulados de queimadas em 2019, apresentando um aumento de 44,5% em relação a 2018 (Inpe).

388 LANDGRAF, Lebná. Soja produzida no Matopiba representa 11% da produção nacional. **Embrapa**. Brasília, 27 abr. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/33775633/soja-produzida-no-matopiba-representa-11-da-producao-nacional> Acesso em: 03 nov. 2022.

389 FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e *land grabbing*: Constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; MALDONADO, Gabriela; HERNANDEZ, Valeria. (org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, p. 12-32.

390 DEININGER, Klaus; BYERLEE, Derek; LINDSAY, Jonathan; NORTON, Andrew; SELOD, Harris; STICKLER, Mercedes. Rising Global Interest in Farmland: Can it Yield Sustainable and Equitable Benefits? Agriculture and Rural Development. **Banco Mundial**. Washington DC, 2011.

Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2263> Acesso em: 27 maio 2021.

de ocupação de terras. Inicialmente, a própria tradução do termo, originado de expressões da língua inglesa (*land rush*, *farmland grab*), envolve controvérsias (em espanhol o fenômeno é traduzido como *acaparamiento de tierras*). Conforme Sauer e Borrás, uma tradução aproximada para o português seria “apropriação global de terras”.<sup>391</sup> Para além de um problema semântico,<sup>392</sup> a principal discussão envolve a definição do conceito por trás da prática de apropriação de terras.

Borrás e Franco ampliam as elaborações iniciais sobre o conceito ao indicarem duas características importantes do fenômeno.<sup>393</sup> Em primeiro lugar, *land grab* não se refere apenas às terras agrícolas, mas inclui as transações de terras destinadas tanto à produção e exportação de alimentos quanto à produção de insumos e extração de minérios e madeira. Posteriormente, os autores dão acento ao fato de as transações de terras envolverem transações transnacionais. Este é um aspecto importante pois indica que as operações envolvem não apenas governos e investidores estrangeiros, como se ocorresse apenas ingerências externas, mas também conta com a atuação de atores locais. As ações desenvolvidas no Parlamento brasileiro nos últimos anos, como as pressões pela implementação do novo Código Florestal, analisado na parte final deste capítulo, exemplificam a atuação de agentes locais em vista de constituir alterações legais relacionadas à compra e venda de terras.

O envolvimento de atores transnacionais nas transações fundiárias indica uma controvérsia importante na definição de *land grabbing*, a associação deste conceito com a noção de “estrangeirização” das terras, a prática de apropriação de grandes áreas de terras e de lavouras por investimentos estrangeiros. O uso do neologismo como parte da definição do conceito, identifica uma característica inegável do fenômeno, já que a participação dos capitais estrangeiros no mercado de terras no Brasil apresentou-se de forma contundente nas últimas décadas.<sup>394</sup> Em 2011, os dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apontavam que a área em posse de estrangeiros correspondia a 2% das terras agrícolas e 1% da área total do país.<sup>395</sup> Dados de 2020, também do INCRA, mostravam que estrangeiros detinham 3,94 milhões de hectares de terras no

---

391 BORRAS, Saturnino; SAUER, Sérgio. ‘*Land Grabbing*’ e ‘*Green Grabbing*’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 6-42, jun. 2016, p. 10.

392 Nesta Tese é utilizado o termo em inglês, visto ser o uso mais comum na bibliografia voltada para o tema.

393 BORRAS; SAUER, op. cit., 2016, p. 12.

394 No momento em que esta Tese foi redigida, tramitava no Congresso Nacional brasileiro o Projeto de Lei 2.963/2019, que busca facilitar a aquisição e posse, em qualquer modalidade, de propriedades rurais por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras. A proposta em discussão dispensa a necessidade de autorização para aquisição de terras por estrangeiros quando se tratar de áreas de até 15 módulos fiscais (a depender do município, terrenos que variam entre 5 e 110 hectares). Pela regra vigente anteriormente, a Lei 5.709/1971, o limite de aquisição para estrangeiros era de 3 módulos fiscais, havendo ainda a necessidade de residência da pessoa física no país ou sede da empresa em território nacional.

395 NAKATANI, Paulo *et al.* A Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 58-73, jan./jun.2014, p. 69.

Brasil.<sup>396</sup> O total de 1% do território nacional estar sob a posse de estrangeiros pode parecer insignificante dado o tamanho do território brasileiro, um país de dimensões continentais. Contudo, em uma perspectiva relacional, esse total de hectares em posse de estrangeiros corresponde ao tamanho de países como Holanda (4,5 milhões de hectares), Dinamarca (4,30 milhões de hectares) ou Bélgica (3,05 milhões de hectares).<sup>397</sup>

Além da extensão territorial das aquisições estrangeiras, destaca-se o montante de recursos envolvidos nessas transações. Estudos realizados entre 2000 e 2008, antes mesmo do ápice da alta internacional dos preços das *commodities* agrícolas e dos efeitos da crise mundial, mostram o aumento no volume de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) na produção primária e na aquisição de terras. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o setor primário contava, em 2000, com 2,3% do total de IED. Em 2007, esse volume chegou a 13,8%.<sup>398</sup> Em relação à aquisição de terras, dados elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário apontavam que os investimentos diretos de estrangeiros na aquisição de terras passou de 2,4%, em 2002, para 6,1%, em 2008.<sup>399</sup>

Entretanto, a ênfase na “estrangeirização” pode reduzir o *land grabbing* a um fenômeno limitado às ações externas, gerando dificuldades na compreensão das particularidades do fenômeno contemporâneo de apropriação de terras ocorrido na América Latina, especialmente no Brasil. Deve-se ter o cuidado no destaque da participação estrangeira na aquisição de terras, sem tomá-la como um fenômeno que ocorre *exclusivamente* pela ação de agentes externos na dinâmica fundiária. A participação estrangeira na captura de terras é relevante, conforme os dados relacionados ao quantitativo de terras em posse de proprietários estrangeiros e o volume de recursos investidos nos últimos anos. Entretanto, é necessário tomar o fenômeno não como uma ação mecânica do exterior para o interior, uma ação que se impõe de fora para dentro do país, desconsiderando a atuação de agentes internos e a imbricação do fenômeno com a dinâmica da questão fundiária brasileira.

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar novamente a abordagem desta Tese em relação às influências externas sobre as dinâmicas econômicas internas no país. Ainda que seja central a

---

396 GIOVANAZ, Daniel. Raio X: onde estão os 3,9 milhões de hectares sob controle estrangeiro no Brasil. **Brasil de Fato**. 18 jan. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/18/raio-x-onde-estao-os-3-9-milhoes-de-hectares-sob-controle-estrangeiro-no-brasil> . Acesso em 27 maio 2021.

397 BORRAS, Saturnino e SAUER, Sérgio. ‘*Land Grabbing*’ e ‘*Green Grabbing*’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 6-42, jun. 2016, p. 24.

398 DUARTE, Patrícia. O apetite dos estrangeiros por terra e petróleo. **O Globo**. Rio de Janeiro, 22 jun. 2008. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020080622> . Acesso em: 27 maio 2021.

399 ALVIM, Augusto Mussi; MORAES, Silvana Longo. Os investimentos diretos no agronegócio brasileiro – 2002-08. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 105-120, 2013.

compreensão das relações de dependência entre o centro e a periferia capitalista, com reverberações estruturais na dinâmica interna do capitalismo brasileiro – que não deixam de refletir na questão da terra, evidentemente – reforça-se aqui o entendimento dos processos de dependência não como uma simples submissão automática do país aos ditames exteriores. A dependência reverbera nas formas como o capitalismo brasileiro se reproduz, havendo o entrelaçamento dialético de fatores internos e externos. Sobre a necessidade de atentar para a imbricação desses fatores, destaca-se a advertência de Theotonio dos Santos: “A dependência [...] não é a relação de uma economia nacional nativa com uma economia que a submete, mas sim, é uma relação básica que constitui e condiciona as próprias estruturas internas das regiões dominadas ou dependentes.”<sup>400</sup> A partir desta perspectiva, o processo de “estrangeirização” das terras deve ser apreendido para além de uma simples submissão do Brasil à pressões externas, que determinariam mecânica e automaticamente os desdobramentos do fenômeno.

Apreender a expansão da aquisição de terras por estrangeiros como uma relação dialética, um entrelaçamento entre os processos de acumulação e de reprodução dos capitais internos e transnacionais, relaciona-se a outro fato relevante na trajetória das apropriações fundiárias contemporâneas. As aquisições de terras também ocorreram no sentido do Brasil para os países vizinhos. Nas últimas décadas, não foi desprezível o volume da participação na aquisição de terras por produtores e investidores brasileiros para além das fronteiras nacionais. De acordo com o levantamento do observatório De Olho nos Ruralistas,<sup>401</sup> nas regiões fronteiriças entre Brasil e Paraguai, como os departamentos paraguaios de Alto Paraná e Canindeyú, 60% das propriedades rurais estão na posse de latifundiários brasileiros. Em relação ao total de terras do país vizinho, 14,2% dos títulos pertencem a brasileiros. Em 2017, de acordo com a Oxfam Paraguai, dos cem maiores proprietários do país, 16 eram brasileiros, tendo a posse de 454.286 hectares de terras paraguaias. Nessa lista, destacam-se entre os proprietários não apenas empresários de ramos do agronegócio, mas a presença do Banco Itaú, por meio da empresa *Issos Greenfield International*, evidenciando a imbricação de múltiplos capitais com a produção agroindustrial.

Retomando a estruturação do conceito de *land grabbing*, a opção por definir o fenômeno como “apropriação de terras” mostra-se pertinente, visto que o termo “apropriação” descreve o fenômeno de forma precisa, já que condiciona à expressão a transferência de propriedade, os direitos de uso e

---

400 SANTOS, Theotonio dos. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da “Nova república”. Petrópolis: Editora Vozes, 1993, p. 15.

401 BASSI, Bruno Stankevicius e CASTILHO, Alceu Luís. Proprietários brasileiros têm 14% das terras paraguaias. **De Olho nos Ruralistas**. 06 nov. 2017. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/06/proprietarios-brasileiros-tem-14-das-terras-paraguaias/> Acesso em: 05 jun. 2021.

controle sobre propriedades públicas ou privadas. De acordo com Borras,<sup>402</sup> o *land grabbing* é um processo que, em última instância, envolve a captura do controle de grandes extensões fundiárias, envolvendo relações de poder relacional e político. Desta forma, os autores ampliam o conceito para além de simples transações de compra e venda de terras, abrangendo noções sobre direitos de uso e de controle das mesmas. Portanto, essa é uma definição mais próxima das elaborações que indicam a sintonia entre a acumulação e as expropriações primárias e secundárias do capital imperialista no tempo presente, como exposto no capítulo 2.

Ainda que as expropriações de terras por agentes externos não seja uma novidade na história da humanidade – e muito menos na trajetória de desenvolvimento do capitalismo, como indicou Marx no clássico capítulo de O Capital sobre a “assim chamada acumulação primitiva” –, as formas contemporâneas de apropriação de terras por governos, empresas transnacionais e demais investidores apresentam particularidades que as distinguem de outras épocas. Os processos atuais envolvem dinâmicas que combinam necessidades de acumulação de capital que precisam responder, entre vários fatores, às crises alimentares, energéticas e a crise financeira. A terra, para além dos recursos imediatos que possam ser extraídos e de suas funções para a produção, apresenta-se como opção para o retorno de investimentos, bem como espaço para a realização de capitais fictícios.

Na perspectiva da compreensão do *land grabbing* como um fenômeno que aparece como resposta a uma série de crises (energética, financeira, alimentar), outros pesquisadores apresentam novas abordagens. Segundo McMichael,<sup>403</sup> a corrida global por terras relaciona-se aos objetivos de controle e posse de terras, além de financeiros, mais do que como uma resposta à escassez de alimentos e de energia. Ao contrário das proposições dos organismos internacionais, que davam acento àqueles aspectos, o autor conecta o *land grabbing* a um processo ampliado de inserção da agricultura e do controle de recursos naturais aos circuitos financeirizados de reprodução da economia. Assim, o *land grabbing* estaria relacionado à lógica de reprodução do capital em sua fase financeirizada, não apenas como uma resposta a fenômenos conjunturais, ainda que derivados de crises estruturais, como as crises de 2007 e 2008. Até porque, conforme Borras *et al.*, o fenômeno de aquisição de terras por capitais transnacionais ocorre na América Latina desde os anos 1990, com a expansão das políticas neoliberais.

Diante de períodos de grave crise econômica, a terra é um investimento seguro mesmo diante de instabilidades e da volatilidade de outros ativos financeiros. A bibliografia sobre o *land grabbing*

---

402 BORRAS, Saturnino e SAUER, Sérgio. ‘*Land Grabbing*’ e ‘*Green Grabbing*’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 6-42, jun. 2016, p.13.

403 MCMICHAEL, Philip. The land grab and corporate food regime restructuring. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 681-701, 2012.

registra tal fenômeno analisando o caso da Argentina, que, assim como o Brasil, observou nos últimos anos um avanço de capitais transnacionais na compra de terras agricultáveis. O país vizinho possivelmente apresentou o primeiro caso de *land grabbing* na América do Sul, em meados dos anos 1990, evento envolvendo investidores estrangeiros, como o megaespeculador George Soros, e empresas locais, caso da CRESUD (*Sociedad Anónima Comercial Inmobiliaria Financiera e Agropecuaria*).

Em frente à grave crise econômica derivada do colapso no México, em 1994, o governo argentino implementou uma série de reformas econômicas de corte neoliberal, que resultou em mudanças nas regulações da agricultura argentina e na maior abertura para o aporte de capitais estrangeiros. Com isso, o país registrou a entrada de enormes fluxos de capital estrangeiro, especialmente nos mercados imobiliários urbanos e rurais. De acordo com Gras e Nascimento, nesse mesmo ano, Soros associou-se com Eduardo Elsztain, empresário argentino do ramo imobiliário urbano, adquirindo a IRSA (*Inversiones y Representaciones S.A.*) por US\$ 110 milhões, empresa que se tornaria a maior do segmento imobiliário argentino. Além da IRSA, também foi adquirida pelos investidores a CRESUD, fundo que detinha cerca de vinte mil hectares voltados para a produção de grãos e para a pecuária. Com a incorporação da CRESUD a IRSA, a CRESUD voltou seus negócios para a aquisição de terras. Após a entrada da empresa na Bolsa de Valores de Nova York, em 1995, expandido seu capital, a CRESUD passou dos anteriores vinte mil hectares para 345 mil hectares no final de 1996.<sup>404</sup>

Com a nova crise internacional, em 1997, desta vez no Leste e Sudeste asiático, que levou à fuga de capitais nos países emergentes e a queda no preço das commodities, a CRESUD optou pela concentração. Assim, a empresa realizou oferta pública de ações na NASDAQ, o que resultou na capitalização da empresa no valor de US\$ 92 milhões. Isto levou a CRESUD a ampliar seu capital, contando também com o aporte de outros fundos administrados por Soros. Com isso, observa-se que grandes massas de capitais, no caso em tela nas figuras de Soros e Elsztain, alocam seus excedentes em terras ainda disponíveis nos países periféricos exatamente pela estabilidade da terra. A estratégia da CRESUD alinha-se com a definição de *land grabbing* apresentada por Borrás *et. al.*: o controle da terra e de recursos naturais realizados por capitais transnacionais, grandes massas de capitais e terras envolvidas nas transações e a participação de agentes que antes não se ligavam

---

404 GRAS, Carla; NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti do. Monopólio de terras e capital financeiro: a atuação da empresa Cresud na América Latina. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria; MALDONADO, Gabriela. **Globalização do agronegócio e land grabbing**: a atuação das megasempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, Capes, Faperj, Reagri, Mincity, 2017, p. 118-134.

diretamente à produção agroindustrial ou ao mercado de terras, como grandes fundos de investimento e empresas.

Corroborando a lógica do trânsito de capitais transnacionais na aquisição de terras e investimentos na produção do agronegócio pelas fronteiras da América do Sul, a CRESUD ampliou sua atuação no continente expandindo-se para o Brasil, por meio da criação da empresa BrasilAgro. Em um fato que evidencia o processo geral de financeirização da agricultura, a constituição desse braço da empresa argentina no Brasil teve como peculiaridade a captação de recursos no mercado financeiro, por meio de abertura de ações na Bolsa de Valores de São Paulo, antes da BrasilAgro de ter um único ativo. Em maio de 2006, a empresa recebeu recursos financeiros de fundos estrangeiros e nacionais com o intuito de investir no mercado de terras e na produção agropecuária.<sup>405</sup> Em parceria com o investidor do ramo imobiliário brasileiro, Elie Horn, a empresa adquiriu inicialmente 150 mil hectares no Brasil. Em 2013, a CRESUD vendeu para a BrasilAgro sua participação na empresa que administrava terras no Paraguai, a Cresca. Assim, a BrasilAgro, além de manter suas terras no Brasil, também controla terras no Paraguai.<sup>406</sup>

Para além da simples definição conceitual e das origens do *land grabbing*, é importante ressaltar as transformações qualitativas nos processos de captura da terra pelos capitais, observando os mecanismos realizados nas apropriações das terras de acordo com as dinâmicas contemporâneas da financeirização. A centralização fundiária por meio do *land grabbing* evidencia a imbricação de grandes capitais financeiros com a terra, como debatido anteriormente. Como ilustração do processo contemporâneo de conexão das questões fundiárias com a financeirização rural no Brasil, um fator importante que contribui para a centralização via capitais financeiros são os sistemas de créditos destinados à produção agroindustrial, bem como, de forma mais recente, a criação de fundos de investimentos privados voltados para o agronegócio. Além do custeio das atividades produtivas, a experiência histórica demonstra que esses créditos também são utilizados como meios para a apropriação de terras (que favorecem não apenas o *land grabbing*, como também a grilagem).

Como explorado no capítulo 4, a partir dos anos 1960, no contexto da “modernização conservadora” da agricultura brasileira, predominou na política de financiamento rural alguns elementos. Destacam-se a presença de bancos estatais, as taxas de juros favoráveis e uma política monetária orientada para o setor, decorrentes da montagem de um Sistema Nacional de Crédito

---

405 FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e land grabbing: Constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; MALDONADO, Gabriela; HERNANDEZ, Valeria. (org.). Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, p. 28.

406 GRAS, Carla; NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti do. Monopólio de terras e capital financeiro: a atuação da empresa Cresud na América Latina. In: BERNARDES; FREDERICO; GRAS; MALDONADO; HERNANDEZ (org.). op. cit., 2017, p. 122.

Rural (SNCR), instituído em 1965. Esses investimentos orientavam a produção agrícola em um modelo peculiar de aporte de crédito rural, lastreado na transferência de poupança financeira pública para os setores agrícolas. No final dos anos 1970 e com a aguda crise financeira no início dos anos 1980, o padrão de financiamento constituído nos anos anteriores chegou a um limite, sendo reformulado nas décadas seguintes. Antes da definição de um novo sistema nacional de crédito rural e da estruturação de outras fontes de financiamento para a atividade agrícola, ocorreu entre meados das décadas de 1980 e 1990 uma transformação no financiamento,<sup>407</sup> o que impactou tanto a produção agroindustrial quanto o mercado de terras. Passou-se de um sistema de taxas de juros favorecidas pelas políticas estatais para uma arquitetura com taxas de juros de mercado. Ainda com a prevalência de subsídios públicos, esse movimento ampliou a participação de capitais privados no financiamento rural. Com este cenário, a produção agroindustrial e o mercado de terras foram profundamente impactados a partir do final da década de 1990, ocorrendo a expansão da conglomeração entre agricultura, indústria, comércio e bancos.<sup>408</sup>

A afinidade entre o agronegócio e os instrumentos de mercado financeiro intensificaram-se nos anos seguintes. A partir dos anos 1990, expandem-se instrumentos de captação e disponibilização de recursos para o setor agroindustrial, como os títulos e fundos de investimento. Nesse período, foram criados diversos títulos por parte do governo federal, como a Cédula de Produto Rural (CPR),<sup>409</sup> além dos Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA).<sup>410</sup> Já os fundos são constituídos pelas instituições financeiras e bancárias, privadas ou públicas, com ofertas de financiamento e crédito para o custeio da produção e a comercialização do agronegócio. Além de fontes de financiamento para a produção, estes produtos financeiros se misturam com as negociações em bolsa de valores.

Como expressão da entrada de novos atores no mercado de terras e no agronegócio, de forma ainda mais recente se destaca a constituição dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas

---

407 Entre essas transformações, destacam-se: a expansão de fontes de autofinanciamento da produção rural; a demanda de créditos advindas de empresários rurais ligados às atividades industriais, de exportação e de serviços (que por contarem com maior poder de barganha devido às maiores massas de lucros, podem contar com vantagens em relação às taxas, prazos e condições); o avanço de grandes bancos e grandes grupos financeiros para além do crédito, participando diretamente da produção agrícola e no mercado de terras. Cf. DELGADO, Guilherme. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 23-44.

408 Ibidem, p. 30-33.

409 Instituído pela Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994. A CPR é um mecanismo de autofinanciamento, onde o produtor estabelece uma relação na qual recebe adiantamento de determinado valor de uma futura produção agrícola, se comprometendo à entrega posterior dos produtos.

410 Ambos instituídos pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004. A LCA é um título de renda fixa emitido pelas instituições financeiras, públicas ou privadas. Os recursos captados são obrigatoriamente destinados à produção do agronegócio, com expectativas de retornos de dividendos para os investidores. Já os CRA, são títulos de renda fixa no qual os credores (cooperativas ou produtores individuais) cedem seus recebíveis para uma securitizadora, que negocia os títulos no mercado e antecipa valores para os credores aplicarem na produção.



Agroindustriais (Fiagro).<sup>411</sup> Demanda latente das entidades de classe do agronegócio,<sup>412</sup> o Fiagro altera a Lei 8.688/1993, que instituiu os Fundos de Investimento Imobiliários (FII). O Fiagro permite o investimento privado sem qualquer limites de valores em ativos agrícolas fixos, como terras e espaços de armazenamento de grãos, a ativos financeiros de crédito rural, como o CRA e a LCA. Além disso, permite a ampliação de agentes de capitalização e de fornecimento de crédito rural e a participação de fundos estrangeiros na aquisição de terras, contribuindo no processo especulativo, central na dinâmica no processo de financeirização das terras. De acordo com o pesquisador Fábio Pitta,

A criação de fundos de investimento específicos, como o Fiagro, e de um mercado fundiário onde donos podem ‘picotar’ suas propriedades em diferentes matrículas no Incra, especulando com seus imóveis, são indícios de uma ‘financeirização’ das terras e do agronegócio no Brasil. (...) Os produtores rurais dependem dos preços futuros de commodities, determinados pelo mercado financeiro. Eles produzem para pagarem suas dívidas, mas criam novas dívidas para isso. Ou seja, é um modelo [de negócio] que segue o padrão das bolhas especulativas<sup>413</sup>

A imbricação das formas contemporâneas de apropriação da terra com mecanismo financeiros é um aspecto que não pode ser dissociado do contexto do imperialismo em sua fase neoliberal, marcado de forma profunda pelos processos de financeirização da economia global, pela redefinição do papel dos Estados, pela reestruturação produtiva e pela alteração nos padrões de reprodução de capital nas economias nacionais. No caso brasileiro, como debatido no primeiro capítulo desta Tese, esse padrão de reprodução, nas primeiras décadas do século XXI, se apresenta profundamente ligado à especialização produtiva primário-exportadora, o que confere ao Brasil um espaço destacado nesse debate. E o período de intensificação primária e de reestruturação produtiva corresponde a um ciclo de alta do preço das *commodities*, o que altera de forma marcante o cenário da produção agroindustrial e do mercado de terras no país.

411 O Fiagro (Lei 14.130/2021) é derivado da “MP do Agro”. Convertida em lei (13.986/2020) posteriormente, a legislação regulamenta o acesso aos créditos públicos e privados para a agroindústria. O detalhamento da estruturação do Fiagro pode ser encontrado no sítio eletrônico da “bancada ruralista” no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/resumos-executivos/assuntos-tematicos/fiagro/>. Acesso em: 27 maio 2021.

412 WALENDORFF, Rafael. MP do Agro é marco na modernização da política agrícola, diz CNA. **Valor Econômico**. 08 abr. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/04/08/mp-do-agro-marco-na-modernizacao-da-politica-agrícola-diz-cna.ghtml>. Acesso em: 27 maio 2021.

Abag: ‘MP do Agro confere mais segurança jurídica ao produtor’. **Canal Rural**. 02 out. 2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/abag-mp-do-agro-confere-mais-seguranca-juridica-ao-produtor/>. Acesso em: 27 maio 2021.

413 PAES, Caio de Freitas. BTG e XP estão a serviço de estrangeiros suspeitos de compra ilegal de terras. **Pública – Agência de Jornalismo Investigativo**. 26 maio 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/05/btg-e-xp-estao-a-servico-de-estrangeiros-suspeitos-de-compra-ilegal-de-terras/#investidores-bilion%C3%A1rios-dos-Estados-Unidos>. Acesso em: 27 maio 2021.

Nesse contexto, onde novos atores apresentam-se e alteram suas posições, adicionando outras camadas na discussão sobre os movimentos de apropriações e expropriações fundiárias, a aquisição de terras não pode ser tomada como um fim em si mesma. Ainda que existam interesses meramente especulativos com a terra, como destacado anteriormente, as apropriações de terras realizadas por grandes capitais também têm como objetivo estabelecer em grande escala a produção agrícola ou atividades de extração. Desses novos capitais participantes das disputas por terras, apresentam-se agora agentes que antes se mostravam avessos a essas formas de aquisição. O Banco Mundial, em seu relatório de 2011, caracterizou três tipos de investidores fundiários após 2008, momento de agudização da crise estrutural do capital: governos temerosos com a insegurança alimentar e com a incapacidade de produzir alimentos; grupos financeiros que buscam segurança na aquisição de terras; e empresas da agroindústria em busca de expandir seus negócios.<sup>414</sup>

Nesse sentido, retomando a configuração do conceito de *land grabbing*, é importante reforçar a peculiaridade que confere ao fenômeno um caráter de novidade. Essa particularidade, como pontuado, consiste na entrada massiva de grandes investidores, como fundos de pensão e investimentos, como os já citados TIAA e BTG Pactual, para o caso brasileiro. É possível inferir, portanto, que está se formando uma nova fração de “empresários apropriadores de terras”. Tal fração seria constituída por especuladores, investidores imobiliários e toda sorte de apostadores do cassino global das finanças. A tendência de expansão destes atores nas últimas décadas é acentuada. Dados da Valoral Advisors, gestora de fundos de investimentos privados no setor de alimentos e agricultura, que conta com seguradoras, bancos e fundos de pensão soberanos, mostram que entre 2005 e 2017 o número de fundos de investimento específicos para agricultura e alimentos passou de 38 para 440, gerando um total de US\$ 73 bilhões em ativos.<sup>415</sup> Essa transformação no perfil dos investidores, que adiciona toda sorte de interesses, acrescenta mudanças dramáticas na já complexa questão fundiária brasileira.

Definidos os conceitos de grilagem e de *land grabbing*, fenômenos acelerados nas décadas de afirmação do modelo de agronegócio, é possível ampliar as avaliações desses processos de expropriações fundiárias em relação aos efeitos para o meio ambiente. No período de consolidação da exportação primária como vetor da reprodução de capital no país, verifica-se a aceleração da

414 BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington D.C., 07 set. 2010. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/998581468184149953/pdf/594630PUB0ID1810Box358282B01PUBLIC1.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.

4152018 Global Food & Agriculture Investment Outlook. Disponível em: <https://www.valoral.com/wp-content/uploads/2018-Global-Food-Agriculture-Investment-Outlook-Valoral-Advisors.pdf> Acesso em: 03 jun. 2021.

degradação ambiental acompanhando o ritmo da produção agropecuária e agroindustrial. Os dados apresentados a seguir darão bases para a última seção deste capítulo, momento no qual é analisada a tramitação e aprovação do Código Florestal de 2012, investigação realizada com o intuito de verificar a atuação política do empresariado do agronegócio em prol de transformações na legislação voltada para o campo. Entende-se aqui que essa legislação expressa a lógica de busca constante pela intensificação dos processos de expropriações permanentes, uma das bases de reprodução do modo de produção capitalista.

### **6.3 Intensificação da grilagem e do *land grabbing* no período de consolidação do agronegócio: reforço da concentração fundiária e devastação ambiental**

Observadas as particularidades das formas contemporâneas de apropriação e expropriação de terras pelo capital, é preciso destacar as associações desses fenômenos com o modelo de agricultura do agronegócio. Tanto a grilagem quanto o *land grabbing* estão presentes na expansão das fronteiras agrícolas, na centralização das terras e na ampliação dos monocultivos exportadores. Para o empresariado do setor, a dinâmica de expansão e de centralização fundiária resulta no aumento dos lucros e da correspondente apropriação privada dos mesmos. Para o restante da sociedade, por outro lado, um dos efeitos do avanço da expansão das fronteiras agrícolas é a devastação ambiental, ampliada no período de consolidação do agronegócio como forma dominante da agricultura capitalista no Brasil.

A importância de destacar o traço predatório do agronegócio não se relaciona a uma simples defesa idealista da natureza e de seus recursos. A crítica refere-se a adoção e expansão de um modelo produtivo voltado para a hiperprodução de mercadorias alimentares. O título autoconcedido pelo empresariado do agronegócio de “maior produtor de alimentos do mundo” encobre a realidade de uma produção voltada prioritariamente para insumos destinados ao mercado internacional. A soja, principal produto de exportação brasileiro nas últimas décadas, com cerca de 70% do total da produção local do grão voltada para a exportação,<sup>416</sup> destina-se essencialmente para a produção de rações para animais, não para atender às necessidades das maiorias da população brasileira. A crítica ao caráter predatório do agronegócio embute, portanto, a defesa da necessidade de construção de outro modelo de relação com a natureza e a produção de alimentos. O aquecimento global, a escassez dos recursos hídricos e a degradação de biomas não são decorrências de uma má

---

416 Segundo as informações da principal entidade empresarial de produtores do grão, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja). Disponível em: <https://aprosojabrasil.com.br/a-soja/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

gestão de recursos por parte da humanidade. São efeitos diretos de um modo de produção da vida antagônico com o bem viver.

No mundo, entre 63% a 75% do desmatamento entre 2000 e 2012 ocorreu em virtude do avanço de áreas utilizadas para a produção de grãos e para a pecuária.<sup>417</sup> No Brasil, entre 1985 e 2019, período coincidente com a afirmação do agronegócio como modelo dominante de agricultura no país, 90% da retirada da cobertura vegetal nos biomas da Amazônia, do Cerrado e no Pantanal ocorreu para a abertura de áreas de cultivos e de pastagens.<sup>418</sup> De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), somente na Amazônia, 9,9 milhões de hectares foram desmatados entre 2007 e 2019.<sup>419</sup>

Boa parte dos desmatamentos ocorrem de forma ilegal. Em Mato Grosso, recordista na produção de soja no Brasil, entre 2008 e 2019, cerca de 1/5 de todo desmatamento no estado (511 mil hectares, de um total de 2,5 milhões de hectares), foram derrubados em fazendas produtoras do grão. Desse total, 92% das derrubadas foram realizadas sem autorização dos órgãos competentes.<sup>420</sup> E nos últimos anos, acentua-se a anuência do Estado com a degradação ambiental promovida pela expansão das fronteiras agrícolas do agronegócio. Na Bahia, entre 2015 e 2019, mais de 50 mil hectares foram destruídos em municípios baianos localizados na região do Matopiba, zona de maior expansão e valorização do agronegócio nos últimos anos.<sup>421</sup>

O desmatamento e a degradação ambiental não são meros efeitos colaterais da expansão da concentração fundiária, da expropriação de territórios e da produção do agronegócio. A destruição dos diversos biomas nacionais é um fenômeno que não pode ser abrandado por medidas paliativas, como o manejo sustentável das terras ou com apelos por um consumo responsável, conforme o discurso do “capitalismo verde”. Como é buscado demonstrar, a ampliação da devastação é *condição* para a exploração da terra por meio dos monocultivos exportadores – visto a tendência de priorização de aumento das áreas em detrimento do aumento da produtividade por hectare já ocupado –, bem como consequência da lógica da reprodução capitalista, assentada nas

---

417 HARBALL, Elizabeth. Agronegócio é o maior responsável pelo desmatamento ilegal. **Scientific American Brasil**. 16 set. 2014. Disponível em: <https://sciam.com.br/agronegocio-e-o-maior-responsavel-pelo-desmatamento-ilegal/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

418 AGUIAR, Diana; TORRES, Maurício. A boiada está passando: desmatar para grilar. In: **Agro é fogo: um dossiê sobre grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal**. Articulação AGROéFOGO, 2021, p. 8. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/a-boiada-esta-passando-desmatar-para-grilar/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

419 MENEGASSI, Duda. Relatório expõe agronegócio como grande motor do desmatamento ilegal de florestas. **O Eco**. 20 maio 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/relatorio-expoe-agronegocio-como-grande-motor-do-desmatamento-ilegal-de-florestas/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

420 VALDIONES, Ana Paula; SILGUEIRO, Vinicius; CARVALHO, Raquel; BERNASCONI, Paula; VASCONCELOS, André. **Soja e desmatamento ilegal: estado da arte e diretrizes para um protocolo ampliado de grãos em Mato Grosso**. Mato Grosso: Instituto Centro de Vida, 2022.

421 IMATERRA. Desmatamentos irregulares no cerrado baiano: uma política de estado. Salvador, jul. 2022.

expropriações permanentes. A destruição, portanto, é parte integrante da adoção de um modelo produtivo baseado na produção de mercadorias alimentares e matérias-primas destinadas prioritariamente para o mercado internacional.

O momento de expansão de grandes massas de capitais sobre o campo, ocorrido em paralelo à reestruturação produtiva do capitalismo brasileiro na passagem do século XX para o XXI, resulta em uma devastação ambiental nas mesmas proporções desse avanço. A consolidação do agronegócio como forma dominante de agricultura, transformando-se no eixo da acumulação de capital no Brasil, ocorre com consequências que, associadas às mudanças climáticas globais, levam o meio ambiente do país ao “ponto de não retorno”.<sup>422</sup> O crescimento da concentração fundiária, a atuação ampliada de empresas transnacionais na exploração de *commodities* e na produção de insumos para o setor, o crescimento da participação de fundos de investimentos e a ação dos demais agentes e especuladores do mercado financeiro no mercado de terras, geram impactos ambientais na proporção em que esses setores se expandem.

É buscado demonstrar neste momento que as violentas expropriações fundiárias, ampliadas no período analisado nesta Tese, não são eventos isolados ou ações que escapam dos objetivos de um pretense padrão de uso racional e técnico do meio ambiente. Ao contrário, a apropriação contínua de territórios é inerente à expansão de um modelo produtivo assentado na exportação primária. Dessa forma, são recorrentes fenômenos como: a ocupação das terras com a utilização indiscriminada do fogo; a derrubada da cobertura vegetal nativa com tratores e correntões; a expulsão de populações camponesas e de povos tradicionais; a permanente violência no campo, demonstrado pelos elevados índices de assassinatos ligados às lutas fundiárias etc.<sup>423</sup> Em suma, a devastação de imensas áreas da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal, com toda sorte de prejuízos à vida no campo e nas cidades, é resultado da adoção de um modelo produtivo essencialmente predador do meio ambiente, dos recursos naturais e de todas as formas de vida.

---

422 Boulton, Lenton e Boers, pesquisadores ligados às universidades de Exeter (Inglaterra) e Munique (Alemanha), demonstraram, a partir das análises das imagens de satélites produzidas entre 1991 e 2016, que  $\frac{3}{4}$  da floresta amazônica perdeu a capacidade de regeneração. Essa situação ocorre especialmente nas regiões próximas às áreas de produção de soja e pecuária, levando ao risco da Amazônia aproximar-se de um ponto de não retorno de sua cobertura vegetal. Cf. BOULTON, Chris; LENTON, Timothy; BOERS, Niklas. Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s. *Nature Climate Change*, n. 12, 271–278, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41558-022-01287-8>. Acesso em: 05 dez. 2022.

423 Dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) mostram a persistência do número de invasões de terras indígenas, especialmente na Amazônia ao longo das últimas décadas. Levantamento da Comissão Pastoral da Terra, de 2019, mostrava que apenas 117 dos 1.468 casos de assassinatos em conflitos de terra, entre 1985 e 2018, foram avaliados por um juiz em alguma instância. Os conflitos, neste período, resultaram em 1.940 mortos entre lideranças camponesas. Cf. CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira. **Conflitos no campo: Brasil 2019**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra Nacional, 2020. CONSELHO Indigenista Missionário. **Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil: dados de 2019. Relatório**. Brasília: CNBB, 2020.

Por ser uma forma produtiva que estimula a aplicação constante de recursos em máquinas, equipamentos e insumos, além de precisar extrair valor para esses imensos montantes de capitais investidos, o agronegócio implica a elevação contínua dos ganhos de produtividade. Dessas características, decorrem algumas consequências, como: a necessidade incessante por novas áreas para pecuária e lavouras; o uso intensivo de recursos hídricos;<sup>424</sup> a utilização indiscriminada de sementes geneticamente modificadas e de agrotóxicos<sup>425</sup>; a emissão de gases derivados da expansão da pecuária e das queimadas etc. Nesta etapa do capítulo, portanto, cabe apresentar os efeitos para o meio ambiente do avanço contínuo da apropriação de terras pelo agronegócio, demonstrando como a relação da devastação da cobertura florestal brasileira nas últimas décadas com a expansão do modelo de produção primário-exportador.

A retirada de cobertura vegetal nativa dos diversos biomas do Brasil, destinando para a produção primária as terras desmatadas, é um processo que se acentuou com a “modernização conservadora” da agricultura, na década de 1960. Este movimento de destruição do meio ambiente se expandiu de forma expressiva nas décadas subsequentes, com o avanço e com a consolidação do modelo de agronegócio. De acordo com Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entre 1961 e 2015, foram incorporados como áreas para uso agropecuário 133 milhões de hectares no país. Ao mesmo tempo, as áreas de vegetações nativas diminuíram de 76% para 58,9%, colocando o Brasil em posição de destaque entre os países que mais desmatam no planeta. Em termos comparativos, a China, um dos principais indutores da acumulação global no século XXI, mesmo aumentando a sua área de cultivos para 185 milhões de hectares, ampliou a sua área florestal de 5,2% para 22% no mesmo período.<sup>426</sup>

A produção de carne e de soja estiveram historicamente concentradas no centro-sul, notadamente nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Na segunda metade do século XX e nas

---

424 De acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a irrigação para a agricultura é responsável por 72% do consumo de água no Brasil. ALVES, Raylton. ANA e Embrapa concluem levantamento sobre irrigação com pivôs centrais no Brasil. **ASCOM/ANA**. Brasília, 04 mar. 2015. Disponível em: [http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id\\_noticia=12669](http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=12669). Acesso em: 05 dez. 2022.

Segundo Finamore e Montoya, em análise compreendendo a totalidade da cadeia do agronegócio (as atividades agrícolas, agroindustriais, insumos e serviços), o setor é responsável pelo consumo de 90% da água no país. Cf. MONTOYA, Marco Antonio; FINAMORE, Eduardo Belisário. Os recursos hídricos no agronegócio brasileiro: Uma análise insumo-produto do uso, consumo, eficiência e intensidade. **Revista Brasileira de Economia**. n. 4, v. 74, p. 441-464, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20200021>. Acesso em: 05 dez. 2022.

425 Eufemisticamente chamados de “defensivos agrícolas”, em boa parte produzidos pelos mesmos monopólios transnacionais, como a ChemChina-Syngenta e a Bayern-Monsanto, com seu largamente utilizado pesticida *Rondup*, produzido a base de glifosato, composto químico responsável por impactos nocivos na saúde das pessoas e no ambiente. VIVAS, Esther. Monsanto, a semente do diabo. **Público**, 29 maio 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/531843-monsanto-a-semente-do-diabo>. Acesso em: 10 jun. 2021.

426 GRAIN. Brasil: pacto contra a biodiversidade e os territórios dos povos. **Grain**. 03 jul. 2019. Disponível em: <https://grain.org/e/6278>. Acesso em: 10 jun. 2021.



primeiras décadas do século XXI, esse cenário se alterou, com o setor primário expandindo sua fronteira agrícola para novas regiões do território brasileiro. Primeiramente, a fronteira foi ampliada daquela região para o Brasil Central, ocupando grandes faixas do Cerrado no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul e em Goiás. Após esses avanços nas áreas de cerrado, os limites foram estendidos para as regiões da Amazônia (norte do Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Pará). Em tempos mais recentes, a expansão ocorre na direção da região do Matopiba (área de cerrado que abrange parte do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia). Com o alargamento das fronteiras e o aumento da produção agropecuária, verifica-se um correlato crescimento do desmatamento.

Depreende-se desses movimentos destinados à abertura de pastagens e de lavouras monocultoras uma ligação estreita entre os usos da terra e os interesses dos empreendimentos ligados ao agronegócio. Segundo o levantamento de Aguiar e Torres,<sup>427</sup> em investigação sobre a trajetória da produção primária e sua relação com o desmatamento no Brasil, entre 1985 e 2019, 90% do desmatamento no país foi realizado para a abertura de áreas de pastagens e demais lavouras de monocultivo (principalmente soja, milho, algodão).

Entre as lavouras monocultoras presentes nestas áreas de ampliação das fronteiras – bem como de devastação ambiental – destaca-se a produção da soja, o carro-chefe na pauta de exportações do Brasil nos últimos anos. Em um processo que não pode ser explicado apenas por fatores internos de aumento de produtividade, como a ampliação da mecanização e do uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, o país tornou-se o maior produtor e exportador mundial do grão na safra 2020/2021, com uma produção de mais de 135 milhões de toneladas, diante do total de 362 milhões de toneladas produzida em todo o mundo.<sup>428</sup> Em 43 anos (1976/1977 – 2019/2020), a produção do grão aumentou 10 vezes, passando de 12 milhões de toneladas para 124,8 milhões de toneladas, colocando o país no topo da produção e das exportações mundiais dessa mercadoria. Esses ganhos de produtividade se relacionam com o aumento de mais de 5 vezes na área plantada no mesmo período (de 7 milhões de hectares para quase 37 milhões de hectares).<sup>429</sup>

Fortemente influenciada pela demanda internacional pelo grão na primeira década dos anos 2000, no denominado “ciclo das *commodities*” (2003-2008), a ocupação de terras para a produção de soja expandiu-se, acentuando um processo que não se restringe apenas a esse período, mas também

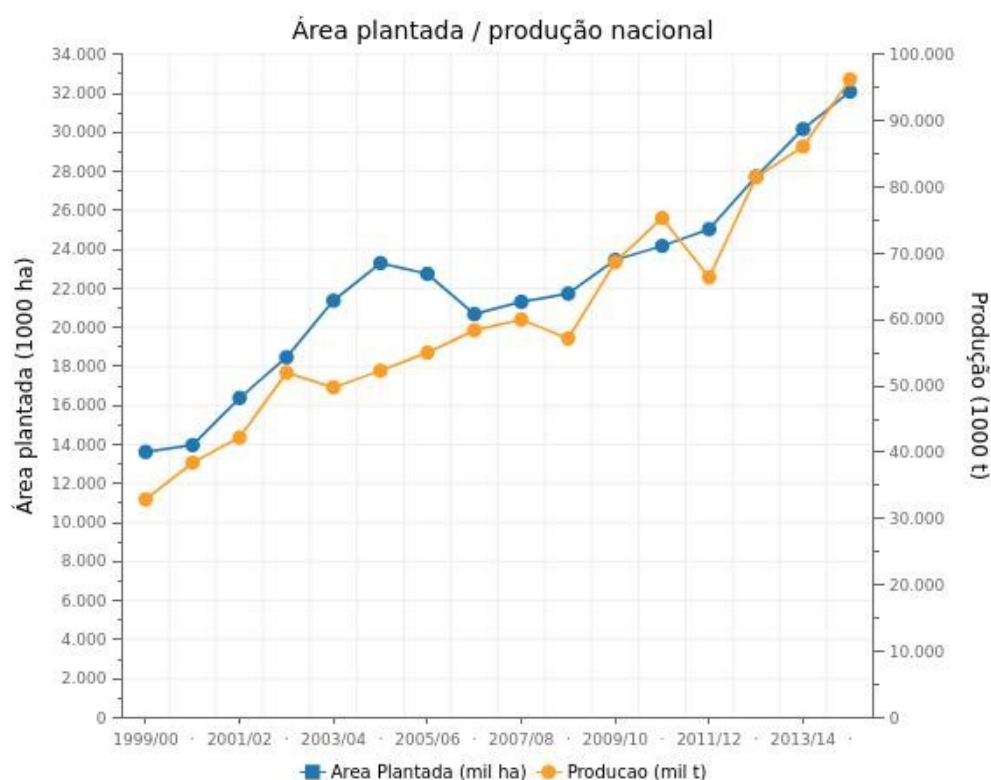
427 AGUIAR, Diana e TORRES, Maurício. A boiada está passando: desmatar para grilar. In: **Agro é fogo: grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal**. Articulação AGROéFOGO, 2021. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/a-boiada-esta-passando-desmatar-para-grilar/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

428 Compilação realizada pela Embrapa a partir dos dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 11 jun 2021.

429 AGUIAR, Diana. **Dossiê crítico da logística da soja: em defesa de alternativas à cadeia monocultural**. Rio de Janeiro: FASE, 2021, AGUIAR, Diana. **Dossiê crítico da logística da soja: em defesa de alternativas à cadeia monocultural**. Rio de Janeiro: FASE, 2021, p. 6.

possível de observado em anos imediatamente antes e depois do referido ciclo. O gráfico a seguir, com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sobre a produção e a área plantada de soja no Brasil, ilustra um salto escalar na produção do grão. Entre as safras de 1999/2000 e 2013/2014, podem ser observadas as expansões tanto da área plantada quanto do volume colhido. No período de pouco mais de uma década, a área ocupada passou de 13,622 milhões de hectares, em 1999/2000, para mais de 32,093 milhões de hectares, em 2013/2014. Já a produção, saltou de 32,890 milhões de toneladas colhidas, no início dos anos 2000, para 96,229 milhões de toneladas, em meados da década de 2010.

**Gráfico 5 - Série histórica da soja – Safras 1999/2000 – 2013/2014<sup>430</sup>**



As consequências para o meio ambiente da acentuada expansão da produção de soja, ocorreram na mesma medida da expansão do plantio do grão, sendo possível observar um expressivo crescimento da derrubada da cobertura florestal dos biomas. É de se destacar que esse processo pode ser

430 Gráfico elaborado pelo Portal de Informações Agropecuárias da Conab. Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-graos.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.



observado não apenas no Brasil. Na América do Sul, nos principais países produtores de soja (Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia), as lavouras destinadas à produção do grão foram responsáveis por 10% do desmatamento na região, entre 2000 e 2019.<sup>431</sup> No Brasil, na região do Matopiba, entre 2000 e 2014, a devastação de cerca de 60% do cerrado na região deveu-se à ampliação da área para o cultivo de soja. A área ocupada pelas lavouras aumentou de 1 milhão para 3,4 milhões de hectares, uma expansão de 253% no período.<sup>432</sup>

A expansão das lavouras de soja não tem impacto negativo somente nas regiões em que a produção do grão responde pela derrubada de vegetação nativa, como no Matopiba, revelando, inclusive, outras dinâmicas na ocupação da terra pelo agronegócio. Ao expandir as áreas de plantio em regiões ocupadas previamente por outras culturas, a soja empurra para áreas de florestas a produção pecuária, ocupando assim as terras antes destinadas ao gado. Este movimento pode ser observado no Centro-Oeste, na área de transição do Cerrado para a Amazônia, onde é comum a conversão de pastos em plantações de soja. De acordo com Aguiar, entre 2000 e 2014, mais de 80% da expansão da produção de soja no Centro-Oeste ocorreu em áreas antes ocupadas por pastagens e outras lavouras, impactando sobremaneira o desmatamento na floresta amazônica, especialmente no norte do Mato Grosso e no sudeste e sudoeste do Pará.<sup>433</sup> Assim, o processo contínuo de expansão da soja observado nas últimas décadas estabelece novas dinâmicas no desmatamento, com o desflorestamento de áreas para a abertura de novos pastos, já que as antigas áreas ocupadas passam a ser utilizadas pelas lavouras de soja.

Depreende-se da evolução dos números da produção primária nas últimas décadas, com o crescimento paralelo tanto dos volumes produzidos quanto das áreas ocupadas, que a apropriação privada de grandes áreas é condição para a expansão das monoculturas exportadoras. Por conta da necessidade constante por novas de terras agricultáveis e por buscarem valorizar grandes massas de capitais inseridos nas cadeias do agronegócio, a ampliação das áreas de produção das lavouras e dos pastos contribuem com o processo de concentração fundiária. Dessa forma, os mecanismos de apropriação da terra, como a grilagem e o *land grabbing*, têm importância central na ampliação da concentração, com a consequente diminuição de formas tradicionais de ocupação da terra, como a posse, com áreas destinadas à pequena produção. E a centralização acentua a devastação ambiental.

---

431 GARCIA, Rafael. Soja contribuiu para 10% do desmatamento na América do Sul em 20 anos, mostra estudo. **O Globo**. 11 jun. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/um-so-planeta/soja-contribuiu-para-10-do-desmatamento-na-america-do-sul-em-20-anos-mostra-estudo-25054890>. Acesso em: 22 ago. 2021.

432 CARNEIRO FILHO, Arnaldo; COSTA, Karina. **A expansão da soja no Cerrado**: caminhos para a ocupação sustentável. São Paulo: Agroicone, 2016, p. 9.

433 AGUIAR, Diana. **Dossiê crítico da logística da soja**: em defesa de alternativas à cadeia monocultural. Rio de Janeiro: FASE, 2021, p. 11.

Por fim, é preciso fazer uma breve diferenciação entre o desmatamento e a degradação ambiental, evidenciando a relação da apropriação da terra com a destruição dos biomas brasileiros. A diferença entre ambas formas de derrubada da cobertura vegetal do país não se dá simplesmente por uma questão semântica, mas se relaciona com momentos distintos praticados pelos agentes espoliadores de terras, seja na grilagem ou mesmo nas aquisições por meios legais. O desmatamento significa a completa remoção de áreas de florestas e das vegetações nativas, sendo conhecido como “corte raso”, que só é possível ser captado pelos satélites se ocorrer em área contínua acima de 6,35 hectares.<sup>434</sup> A degradação ambiental, por outro lado, é um momento intermediário nas derrubadas, sendo utilizada principalmente por grileiros, visando burlar os sistemas de monitoramento e vigilância para desmatamentos. Por saberem dos limites do alcance dos satélites, os grileiros removem os estratos inferiores das florestas em busca de mascarar um desmatamento em curso, chegando a realizarem um rodízio anual em partes diferentes de uma área para evitar o alerta dos mecanismos de vigilância. Assim, a degradação ambiental é um estágio que ocorre antes da consolidação de um desmatamento.<sup>435</sup>

Desta forma, de acordo com Torres, o desmatamento, completo ou em fases, apresenta-se como *condição* para a utilização da terra para fins de monocultivos primários, visto que pressupõe a substituição da diversidade local por áreas de plantio de poucas espécies e a criação de gado em larga escala. A cobertura florestal é retirada para dar lugar a espaços de larga escala destinados à produção primária.

Além da destinação das áreas devastadas para a produção do agronegócio, cabe destacar que o desmatamento cumpre outras funções na complexa questão fundiária brasileira. A valorização do preço da terra é uma das consequências das derrubadas. Conforme Torres,<sup>436</sup> uma área desmatada pode ter seu preço valorizado em até 20 vezes, além de o desmate habilitar a terra para a venda. Na região de Novo Progresso, no oeste do Pará, o preço do hectare de floresta, que podia ser encontrado até R\$ 350, alcançava valores de até R\$ 5 mil após a substituição da vegetação por áreas de pastagens. Importante destacar que o desmatador nem sempre é o fazendeiro ou empresário que vai ocupar as terras, mas este sim é o comprador delas. Geralmente, as áreas de florestas são adquiridas e em seguida é realizado o desmatamento. Somente são vendidas após a formação das áreas de pastagens.

---

434 AGUIAR, Diana e TORRES, Maurício. A boiada está passando: desmatar para grilar. In: **Agro é fogo: grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal**. Articulação AGROéFOGO, 2021. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/a-boiada-esta-passando-desmatar-para-grilar/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

435 TORRES, Maurício. **Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense**. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agrônômico da Amazônia, 2017, p. 1.

436 Ibidem, p. 75-76.

Em outros casos, obras de infraestrutura em rodovias nas regiões amazônicas também influenciam no mercado de terras. É o caso do “arco do desmatamento”, região que concentra os maiores índices de desmatamento na Amazônia. Neste perímetro, que vai do Maranhão ao Acre, os locais de destaque da derrubada da floresta ocorrem nas “flechas” irradiadas pelas rodovias BR-163 (Cuiabá – Santarém), BR-153 (Belém – Brasília), BR-319 (Manaus – Porto Velho) e BR-364 (rodovia que se inicia ainda no estado de São Paulo e vai até o Acre). De acordo com Torres, na BR-163, rodovia que corta as regiões mais valorizadas e em disputa no Pará, como as regiões de Altamira, o asfaltamento da região provocou um crescimento da derrubada florestal e o aquecimento do mercado de terras.<sup>437</sup>

A partir do que se propõe nesta Tese, é preciso compreender o processo recorrente de desmatamento e de degradação ambiental observado nas últimas décadas para além da dicotomia “homem *versus* natureza”. Há uma racionalidade política e econômica que opera o movimento de destruição dos biomas brasileiros. Para apreender as determinações que fazem desse fenômeno uma manifestação perene, faz-se necessário enquadrá-lo em uma ótica que o relacione ao modelo econômico expandido e consolidado nas últimas décadas. Portanto, é preciso identificar na constituição de uma economia baseada na exportação primária sob o modelo de agronegócio como uma das explicações para a aceleração da degradação ambiental até os limites de não retorno. A afirmação de um modelo econômico intensivo, assentado na superexploração da natureza e centralizador das terras é o fator garantidor da continuidade da dinâmica da destruição ambiental. Conforme as observações de Aguiar e Torres

cabe ressaltar que as dinâmicas de desmatamento nunca dizem respeito somente àquilo que as imagens de satélite conseguem evidenciar: a supressão de vegetação nativa. Ainda que isso possa indicar elementos importantes para pensar a questão ambiental no Brasil, se não for associada a uma análise da questão agrária e fundiária, perde-se grande parte do entendimento do que está em curso. Com o desmatamento e os incêndios florestais não apenas a cobertura vegetal é devastada, como também a biodiversidade e os modos de vida nos territórios das comunidades.<sup>438</sup>

A extensão da apropriação privada da terra atualmente, manifestada no aumento da centralização fundiária e na aceleração da degradação ambiental – que de acordo com Borras e Sauer, tem como

---

437 TORRES, Maurício. **Dono é quem desmata**: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agronômico da Amazônia, 2017, p. 18.

438 AGUIAR, Diana; TORRES, Maurício. A boiada está passando: desmatar para grilar. In: **Agro é fogo**: grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal. Articulação AGROéFOGO, 2021. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/a-boiada-esta-passando-desmatar-para-grilar/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

pano de fundo uma disputa pelo controle das cadeias de valor e sobre as relações de trabalho no campo –<sup>439</sup> revela a importância de identificar os instrumentos políticos e legais que efetivam estas expropriações. A partir dessa ótica, compreende-se que a ação ilegal de ocupação da terra pelos capitais têm o seu correspondente no campo político, espaço de disputas em vista de regularizar a situação a fundiária por meio da pressão por legislações e anistias. Desta forma, faz-se necessário determinar as formas de ação utilizadas pelo empresariado do agronegócio para estabelecer políticas estatais e legislações que garantam a pilhagem das terras, exemplificadas pelas sucessivas regularizações fundiárias e perdões concedidos ao desmatamento. Necessita-se verificar, portanto, as políticas que materializam as demandas fundiárias da fração de classe, que são organizadas pelas associações representativas, como CNA e Abag, combinadas à atuação no Congresso Nacional, na figura da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Nesse sentido, a parte final deste capítulo apresenta uma investigação sobre um dos principais instrumentos legais que demonstram o poder político de imposição de pautas por parte do empresariado do agronegócio. Expressão do poder econômico estabelecido em escalas que podem indicar a supremacia do setor no processo de reestruturação produtiva nas últimas décadas, a capacidade de materialização política de demandas do agronegócio pode ser verificada no processo de aprovação do Código Florestal de 2012. Esta análise teve como base as notícias e debates apresentados pelo jornal *Folha de São Paulo*, entre 1999 e 2012, além da documentação (projetos de lei, anais do plenário, relatórios etc.) sobre a matéria disponibilizada pelo Congresso Nacional.

#### **6.4 As pressões do agronegócio para ocupação de territórios: o Código Florestal de 2012 na imprensa**

As formas de expropriação fundiária no tempo do agronegócio como modelo dominante no campo brasileiro, como a grilagem e o *land grabbing*, são legalizadas por meio de alguns instrumentos jurídicos constituídos a partir das pressões do empresariado do setor. Como tem sido buscado demonstrar nesta Tese, os marcos legais e as políticas públicas voltadas para o agronegócio são derivados das necessidades econômicas das frações da burguesia associadas à produção agroindustrial, bem como resultantes da ação política dessas mesmas frações perante o Estado. Um desses instrumentos é o Código Florestal de 2012, que pode ser considerado um marco no período de conformação da hegemonia da exportação primária no contexto de reestruturação produtiva no Brasil, além de exemplo da ação organizada do empresariado do agronegócio.

---

439 BORRAS, Saturnino e SAUER, Sérgio. ‘*Land Grabbing*’ e ‘*Green Grabbing*’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 6-42, jun. 2016.

Para compreender essa ação política organizada, é importante acompanhar os debates e demandas colocadas pelo empresariado do agronegócio a fim de modificar os parâmetros regulatórios do meio ambiente brasileiro, especialmente no que se refere à ocupação das terras públicas e áreas de reservas ambientais. Nas análises dos debates desenvolvidos no período, é possível identificar as discussões em torno da facilitação da exploração de reservas legais e as pressões para a legalização das ocupações realizadas em períodos anteriores. Além disso, destacam-se as medidas em prol da flexibilização das fiscalizações e as facilidades para a aquisição de novas terras.

Para acompanhar essas transformações, foi realizado um levantamento dos debates e acontecimentos sobre o novo Código Florestal apresentados pelo jornal *Folha de São Paulo*, identificando os rumos e interesses envolvidos nas mudanças em questão. Em apoio a essas fontes, foram consultados os registros da tramitação do Código produzidos pelo Congresso Nacional, como projetos de lei, anais de plenário e demais requerimentos. Como poderá ser observado, o trâmite envolvendo a elaboração e a aprovação da nova legislação revelou a articulação entre setores empresariais e grupos políticos organizados, demonstrando a força e a capacidade de impor pautas por parte das frações do agronegócio, especialmente no período entre o último mandato do presidente Lula e o primeiro governo de Dilma Rousseff.

O mais recente Código Florestal brasileiro veio em substituição ao Código elaborado em 1965. Sancionado em 2012, os debates sobre as necessidades de mudanças na legislação ambiental ocorreram desde 1999, quando foi apresentado pelo deputado federal Sérgio Carvalho (PSDB-RO) o Projeto de Lei (PL) 1.876, que dispunha sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e outras providências.<sup>440</sup> O projeto tinha como objetivo modificações em pontos sensíveis referentes ao licenciamento ambiental, à regularização de áreas desmatadas e à liberação da exploração produtiva nas áreas delimitadas pela lei. Este projeto tramitou por mais de uma década em diversas instâncias antes de ser encaminhado para votação e promulgação presidencial, o que gerou debates e pressões de diversos setores, fatores observados no levantamento realizado no jornal *Folha de São Paulo*, em matérias publicadas entre janeiro de 1999 (ano da apresentação do Projeto de Lei) e 27 de maio de 2012, data imediatamente posterior à entrada da Lei em vigor.

Apresentado em outubro de 1999, no segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, o Projeto de Lei do deputado Sérgio Carvalho tinha como justificativa “aperfeiçoar”,

---

440 BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1876, de 19 de outubro de 1999. Dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e dá outras providências.. **Projeto de Lei**. Brasília, DF, 19 out. 1999. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=15847&filename%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=15847&filename%201876/1999) . Acesso em: 05 dez. 2022.

“corrigir distorções” e “incorporar conceitos modernos”<sup>441</sup> à legislação ambiental, adequando-a também à realidade da produção agropecuária de seu tempo. A legislação até então em vigor estava sob efeitos de mudanças operadas por uma Medida Provisória (MP) que alterava algumas regras do Código de 1965 e vinha sendo seguidamente reeditada desde 1996. O principal objeto contemplado pela MP, alterando as regulamentações da década de 1960, referia-se às dimensões das áreas das propriedades rurais que deveriam ser destinadas para reservas legais, originalmente de 50% na Amazônia. Devido ao crescimento das áreas desmatadas na região amazônica, o governo federal editou a MP, ampliando para 80% as terras que deveriam ser destinadas à reserva legal.

Os debates acerca do PL e da possibilidade de transformar a MP no novo Código Florestal apareceram nas páginas da *Folha de São Paulo* pela primeira vez em 27 de abril de 2000, em matéria informando as pressões dos setores ruralistas no Congresso, representados na figura de Ronaldo Caiado, líder histórico da União Democrática Ruralista (UDR) e à época deputado federal (PFL-GO). Além da diminuição das áreas destinadas à preservação, outra demanda dos empresários rurais dizia respeito à isenção do ITR (Imposto Territorial Rural) sobre as áreas de reserva estabelecidas pelo código.<sup>442</sup> De acordo com o relator do Projeto de Lei, o deputado federal Moacir Micheletto (PMDB-PR),<sup>443</sup> a proposta previa a diminuição das áreas destinadas à preservação para 50% do total, podendo cair até 20%, medida que atendia às ambições dos setores interessados na exploração das terras amazônicas.<sup>444</sup>

As negociações iniciais do Projeto de Lei observadas nas reportagens revelam as movimentações dos setores ruralistas em favor das alterações no acesso às terras públicas e às reservas legais. Uma das ações da bancada ruralista foi garantir a maioria de membros na comissão que analisava o projeto, como informa matéria de 03 de junho de 2000.<sup>445</sup> Revelando as disputas em aberto, uma das

441 BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1876, de 19 de outubro de 1999. Dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e dá outras providências.. **Projeto de Lei**. Brasília, DF, 19 out. 1999, p. 12. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=15847&filename%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=15847&filename%201876/1999). Acesso em: 05 dez. 2022.

442 Congresso discute Código Florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 abr. 2000. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=14598&anchor=637696&pd=386050cb350732837464c5170bcd7bc5>. Acesso em: 05 dez. 2022.

443 Moacir Micheletto foi coordenador político da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e um dos principais defensores dos interesses ruralistas no Parlamento. Falecido em 2012, poucos meses antes da aprovação do Código Florestal, era apelidado por seus pares como “Índio Véio”. Atualmente, Micheletto dá nome à sala da Presidência da Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara dos Deputados e ao prêmio entregue pela FPA “às personalidades que se destacam na defesa e promoção do setor agropecuário”. O primeiro agraciado pelo prêmio, em 2021, foi o Presidente Jair Bolsonaro. AUGUSTO, Guilherme. FPA homenageia Presidente Bolsonaro com prêmio Moacir Micheletto. **Agência FPA**. Brasília, 06 dez. 2021. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/12/06/fpa-homenageia-presidente-bolsonaro-com-premio-moacir-micheletto/>. Acesso em: 05 dez. 2022.

444 OLIVEIRA, Valéria de. Câmara refaz projeto de Código Florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 maio 2000. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=14619&anchor=623588&pd=b13cd86a7a3980f5ec5eeee51f3dc373>. Acesso em: 05 dez. 2022.

445 Comissão do Código Florestal pode permanecer com maioria ruralista. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 jun. 2000. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?>

propostas do governo foi aumentar de 14 para 28 os membros da comissão que avaliava o projeto, em uma tentativa de diluir o poder de pressão dos ruralistas, como informou o Ministro do Meio Ambiente naquele momento, José Sarney Filho.

Os primeiros debates no Congresso Nacional não geraram um consenso sobre as modificações necessárias para a nova legislação, ressaltando a divisão entre as propostas do relator, alinhadas aos ruralistas, e as da base do governo. Esta indefinição fez com que a Medida Provisória com alterações temporárias no Código de 1965 fosse constantemente reeditada. Sem acordo sobre as mudanças e a composição da Comissão, as discussões sobre o PL foram paralisadas por quase um ano, sendo retomadas em abril de 2001. Naquele momento, o relator Micheletto apresentou um anteprojeto buscando alterar mais uma vez a MP, acrescentando um dispositivo que permitia a produção agropecuária em até 80% das áreas ocupadas, reservando apenas 20% para preservação, invertendo a lógica original da MP. Além disso, o relator também propôs a transformação da MP a ser alterada no novo Código Florestal. As proposições do relator sofreram fortes críticas de setores do governo e de organizações ambientalistas, motivos que não sensibilizaram o relator. Alinhado às posições da bancada ruralista e do senso comum do empresariado do agronegócio, Micheletto afirmava que os grupos ambientalistas “mentem, orquestradas por interesses internacionais”.<sup>446</sup>

Os setores ruralistas no Congresso tensionaram pela aprovação da redução das áreas destinadas às reservas legais, levando o governo a sinalizar veto ao PL caso fosse aprovado no plenário da Câmara. Valendo-se da maioria na Comissão Mista que analisava a matéria, os ruralistas tentaram aprovar o texto de qualquer forma. Sobre a tendência do Executivo em vetar as alterações caso fossem aprovadas, o deputado Roberto Balestra (PMDB-GO), membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mostrou a disposição da bancada para o confronto em favor de suas pautas: “Essa posição que o governo tomou é uma afronta ao Legislativo, é um desrespeito aos congressistas”. “O governo quer passar uma rasteira nessa comissão. Se não votarmos o projeto podemos rasgar nossos diplomas de parlamentares e ir para casa”, fazia coro ao deputado Balestra o relator Micheletto.<sup>447</sup> Apesar das mudanças na MP terem sido aprovadas na comissão, o tema não foi pautado para votação no plenário até o final do governo FHC, em 2002.

Por quase todo período dos governos Lula (2003-2010), a matéria seguiu parada no Congresso Nacional. De acordo com as regras regimentais da Câmara dos Deputados, os projetos de lei que

[numero=14635&anchor=563766&pd=e14f9956b5809ea3a320c51485196c6b](#) . Acesso em: 05 dez. 2022.

446 ANGELO, Claudio. Deputado diz que ambientalistas distorcem proposta sobre código. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 abr. 2001. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=14961&anchor=52513&pd=0759b82303d700c50c174fe7518d4d4a> . Acesso em: 05 dez. 2022.

447 MADUEÑO, Denise. FHC ameaça vetar alteração do código. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 set. 2001. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=15094&anchor=147237&pd=2b01a87b00a3e7feb27a859240020b84> . Acesso em: 05 dez. 2022.



não tenham sido votados na legislatura anterior são automaticamente arquivados, exigindo a solicitação de reabertura e a realização de novas tramitações pelas Comissões Mistas e Temáticas.<sup>448</sup> Esse foi o destino do PL 1.876/1999 ao longo dos governos Lula, passando por recorrentes indas e vindas pelas Comissões e rejeições de pareceres, sem nunca ser pautado para votação em plenário.

Contudo, a situação mudou em meados de 2009, com o destravamento do PL e a constituição de Comissão Especial para elaboração de um Novo Código Florestal Brasileiro. Este movimento foi derivado não apenas da pressão exercida por parlamentares ruralistas no Congresso, mas de uma ação conjunta com outros setores para além do Parlamento, que expunham suas pautas à opinião pública e pressionavam o governo para discutir novos marcos legais favoráveis ao empresariado do agronegócio. É o que pode ser verificado na pesquisa no acervo do jornal *Folha de São Paulo*.

Antes de observar a exposição dos argumentos favoráveis aos avanços dos setores ruralistas nas páginas da *Folha*, é preciso considerar que o destravamento da pauta não se deu por voluntarismo de alguns parlamentares e demais representantes. Havia uma base concreta de transformações na produção agropecuária e agroindustrial que estimulava o avanço dos representantes do agronegócio no Parlamento a constituírem legislações em benefício do setor. Naquele momento, a agroexportação brasileira estava em franca ascensão. Influenciada pelo crescimento dos preços e da demanda internacional por *commodities* desde o início da década de 2000, a produção primário-exportadora do país batia recordes, colocando o Brasil entre os maiores exportadores de grãos e de proteína animal. A produção da soja, por exemplo, superava-se safra após safra. Após os recordes da safra 2007/2008, com mais de 60 milhões de toneladas colhidas, a previsão para 2009/2010 foi de mais de 68 milhões de toneladas de soja. Os recordes na produção também eram acompanhados por avanços nas áreas plantadas, como pode ser observado nos dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), apresentados na página 223.

No final de maio de 2009, foi apensado ao PL 1.876/1999 e solicitado encaminhamento ao plenário outro Projeto de Lei (5.226/2009), de autoria do deputado Leonardo Monteiro (PT-MG). Nesse PL, era proposto tornar lei definitiva, e não mais Medida Provisória, a delimitação de 80% das reservas legais nas propriedades rurais na Amazônia, proposta que sempre desagradou os setores ruralistas.<sup>449</sup>

---

448 BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Regimento interno da Câmara dos Deputados**: aprovado pela Resolução n. 17 de 1989 e alterado até a Resolução n. 27, de 2018. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018, p. 52.

449 BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5226, de 14 de maio de 2009. Dispõe sobre a proteção das florestas e outras formas de vegetação, e dá outras providências. **Projeto de Lei**. Brasília, DF, 28 maio 2009. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=656436&filename=PL%205226/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=656436&filename=PL%205226/2009). Acesso em: 05 dez. 2022.



Em junho de 2009, após oito anos sem qualquer registro sobre as mudanças no Código Florestal, a *Folha de São Paulo* noticiou o início dos embates em torno da pauta entre os setores ruralistas no Congresso Nacional e os membros do Executivo. Naquele mês, foram veiculadas as pressões de senadores e deputados ligados à FPA por mudanças na legislação ambiental para além do novo Código Florestal. Parlamentares como a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), também Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) à época, classificava da seguinte forma o Código Florestal: “O código foi um desastre, avançou sobre o direito de propriedade. (...) Se 90% dos produtores ficam na condição de bandidos é porque existe algo errado.”<sup>450</sup>

No dia 04 de junho, a *Folha* noticiava o processo acelerado de aprovação de uma Medida Provisória voltada para a regularização fundiária na Amazônia. Esta MP promovia mais uma anistia aos fazendeiros que ocuparam até o ano de 2004 terras públicas, em um limite de 1500 hectares. Segundo a matéria, a regularização promovida pela MP representaria a legalização de mais de 67 milhões de hectares ocupados ilegalmente e a transferência privada de patrimônio público de cerca de R\$ 70 bilhões.<sup>451</sup>

Esta pressão por mudanças não foi realizada de forma isolada pelos congressistas ligados à FPA. Em 05 de junho, a *Folha* lançou editorial cobrando providências do governo federal para acelerar a aprovação de um novo ordenamento jurídico voltado ao meio ambiente. Postando-se acima do que considerava uma “polarização ideológica” entre ambientalistas e ruralistas sobre um assunto técnico, o editorial propunha a adaptação do Código Florestal à realidade das transformações na agropecuária contemporânea. Apesar da suposta isenção, defendia alterações que beneficiariam o empresariado rural, como a legalização de áreas já estabelecidas em regiões de proteção, mesmo que ocupadas ilegalmente. O jornal afirmava: “Essa insegurança jurídica decerto não favorece investimentos num setor de importância crescente para a economia nacional. Seria, contudo, fácil de eliminar. Bastaria legalizar áreas de cultivo tradicionais e consolidadas, pois seria um contrassenso colocá-las em risco.”<sup>452</sup>

Um exemplo de pressão na opinião pública realizada por grupos diferentes da bancada ruralista, pode ser verificado nos artigos escritos na *Folha* por Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura do governo Lula, ex-presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e um dos

450 SALOMON, Marta. Proprietários não registram reserva legal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18102&anchor=5830639&pd=992acdf37d14f4ca481d0fd1883db9dc> . Acesso em: 05 dez. 2022.

451 SALOMON, Marta. Senado vota regularização de terras; ecologistas protestam. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 04 jun. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=17923&anchor=5830800&pd=5bd48210ee2ce8fc2acb1b4830a3b7e5> . Acesso em: 05 dez. 2022.

452 EDITORIAL. Luz no ambiente. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 jun. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=17924&anchor=5831144&pd=00b4e56eec8c3324cc1f9a0e14d9ef2b> . Acesso em: 05 dez. 2022.

principais dirigentes do empresariado do agronegócio. Em coluna no dia 20 de junho, Rodrigues fazia coro às pressões da FPA, veiculando as propostas das entidades empresariais para o novo Código Florestal.<sup>453</sup> Em um tom aparentemente pacificador, Rodrigues apresentou qual deveria ser a lógica de um novo ordenamento ambiental: “premiar quem fizer bem feito, em vez de simplesmente punir e multar quem estiver errado.” Para exemplificar o que seria o “bem feito”, Rodrigues defendeu as “florestas plantadas”, as culturas de árvores como eucalipto e pinus, voltadas principalmente para a indústria de madeira e de celulose. Revelando sintonia com a pauta das “florestas plantadas” colocada por Rodrigues, a *Folha* produziu matéria destacando as supostas vantagens da monocultura de eucalipto para a recuperação de áreas desflorestadas e para o cumprimento da lei que prevê a reserva legal de 80% das terras cultivadas.<sup>454</sup>

Ao advogar uma solução que contemplasse produção e preservação, distinguindo aquele que explora a natureza com bom senso e de acordo com a lei daquele que “estiver errado”, Rodrigues acaba defendendo um tipo de cultura extremamente prejudicial para os solos e para as águas. As plantações de árvores como o eucalipto não são menos prejudiciais que as outras produções executadas no modelo de agronegócio: utilização extensiva e intensiva do solo, monocultura, uso disseminado de agrotóxicos, consumo exacerbado das águas. Pesquisadores e ambientalistas classificam as florestas plantadas como “desertos verdes”, devido à degradação ao ambiente ao redor por conta das plantações de árvores.<sup>455</sup>

Em artigo no mês de agosto, Roberto Rodrigues acusou a existência de um “preconceito” contra o agronegócio, posto que apenas ao setor seria imposta uma cobrança por produtividade, algo não realizado sobre outros ramos da economia, como bancos, fábricas e serviços. Nesse artigo, Rodrigues utilizou-se de algumas argumentações típicas do empresariado do setor. Primeiro, identificar na produção agropecuária brasileira a geração da maior parte do saldo comercial do país e a ocorrência de uma expansão expressiva do agronegócio nos últimos anos, comparando os valores das exportações de 1998 (US\$ 21,5 bilhões) com os números de 2008 (US\$ 71,8 bilhões).

---

453 RODRIGUES, Roberto. Floresta plantada. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 20 jun. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=17939&anchor=5832380&pd=6addee721260a291ecf8e50495818d9d> . Acesso em: 05 dez. 2022.

454 HENNEMAN, Gustavo; MADUREIRA, Roberto; MAGALHÃES, João Carlos. Pará repõe floresta nativa com eucalipto. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18100&anchor=5829546&pd=201763dcef9a794ba7f0f80803960af> . Acesso em: 05 dez. 2022.

455 Cf. TAVARES, Francisco Claudio. *Nas sombras do deserto verde: impactos socioambientais no setor de papel e celulose – o caso da Bahia sul*. 2005. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://ariel.pucsp.br/bitstream/handle/4019/1/FranciscoTavares.pdf> . Acesso em: 05 dez. 2022; PERES, João. Novo Código Florestal atende a indústrias e libera ‘deserto verde’. *Rede Brasil Atual*. 23 set. 2011. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/entrevista-codigo-florestal-denuncia-crime-e-impede-devastacao/> . Acesso em: 05 dez. 2022.

Em seguida, apresentou a argumentação de que o agronegócio seria o responsável pela alimentação, pelo vestuário e por demais mercadorias consumidas pelo conjunto da sociedade. Nas palavras de Rodrigues: “os produtores brasileiros têm alimentado e vestido seus concidadãos e produzem um saldo comercial salvador da nossa balança externa.”<sup>456</sup>

Buscando legitimar a relevância do setor perante o país, Roberto Rodrigues argumenta que o agronegócio sofreria preconceitos, nunca tendo suas demandas atendidas. Resolução de endividamentos passados, reestruturação do seguro rural e solução para os gargalos na infraestrutura: “Só pancadaria”. Na parte final do artigo, passa então para as questões fundiárias e ambientais debatidas no Congresso Nacional naquele momento, que só poderiam ser resolvidas com mudanças no Código Florestal, acatando as demandas dos agricultores. A citação a seguir é extensa, mas sintetiza a defesa das mudanças na legislação a partir do argumento da relevância do agronegócio, fator que legitimaria as pressões exercidas por empresários e parlamentares ruralistas. Como um manifesto do setor, Rodrigues finaliza o artigo:

Na área ambiental, é preciso resolver de vez a questão do Código Florestal e do Código Ambiental, com participação dos agricultores. Hoje, a eles só se imputa o ônus desse processo que interessa a toda a sociedade. E na área fundiária volta à baila o tema dos índices de produtividade, assunto anacrônico, do século passado. Alguém do governo quer arbitrar a produtividade dos agricultores e pecuaristas: a fazenda que produzir abaixo desse número arbitrado pode ser desapropriada para fins de reforma agrária.

Só na agricultura! Por que não tem índice de produtividade em banco, em supermercado, em fábrica, em bar, em cinema, em loja etc.? Porque o mercado desapropria quem não for eficiente! Na agricultura agora também é assim. Esse foi um tema para meados do século passado, quando a agricultura não cumpria o papel que hoje cumpre com grande eficiência.

Chega de preconceito!<sup>457</sup>

Em outro exemplo das pressões dos ruralistas naquele contexto de avanço dos congressistas da FPA, matéria de 28 de junho noticiava a pressão de pecuaristas do Pará por mudanças na legislação ambiental. Após ação do Ministério Público Federal contra frigoríficos que realizavam abates em gado de procedência de áreas desmatadas ilegalmente, empresários pressionaram o governo por mudanças na legislação para liberar a produção nas áreas de floresta:

<sup>456</sup> No próximo capítulo, poderá ser verificado na análise da campanha de *marketing* “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” a insistência na imposição de discursos como o de Roberto Rodrigues, colocando a cadeia do agronegócio como a responsável pela produção de alimentos e de quase todas as mercadorias consumidas pela sociedade.

<sup>457</sup> RODRIGUES, Roberto. Mais preconceito. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 ago. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2908200906.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

A reação política foi mais rápida do que os efeitos econômicos no Estado movido à pecuária: representantes do agronegócio pressionam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a mudar o código florestal, lei que fixa limites de desmatamento rígidos para a Amazônia. Alegam que, sem a mudança, há risco de a pecuária do Pará, com 17% do rebanho nacional, entrar em colapso.<sup>458</sup>

Como efeito provável das pressões exercidas por ruralistas dentro e fora do Congresso, uma sequência de episódios ocorridos a partir de setembro de 2009 revela a ascendência do poder político das frações associadas ao agronegócio perante o Estado. Por conta da expansão da economia primário exportadora, manifesta-se uma capacidade cada vez mais ampliada de pautar o debate político e influir nas decisões. Travada por quase dez anos, as tramitações do Projeto de Lei 1.876/1999 na Câmara dos Deputados aceleram-se. No dia 08 de setembro, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), autorizava a constituição de Comissão Especial a fim de emitir parecer sobre o PL. Em outubro, a Mesa Diretora determinou que o projeto de lei para implementação do novo Código Florestal tramitasse em regime de prioridade.<sup>459</sup> Foi designado como novo relator do PL o Deputado Federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que ficaria marcado como um dos principais defensores das pautas ruralistas inseridas no Código Florestal aprovado posteriormente. Em novembro de 2009, Rebelo afirmaria: “Essa ideia de proibir boi na Amazônia está chegando a tal ponto que vão querer acabar com o Garantido e o Caprichoso em Parintins”.<sup>460</sup>

Em paralelo ao destravamento da pauta no Congresso, nos últimos meses de 2009 eleva-se o tensionamento entre parlamentares ruralistas e o Executivo, revelando uma disputa de forças sem vencedores previamente definidos. Como informou a *Folha*, em 03 de novembro, estavam em questão pautas favoráveis e contrárias aos interesses de todos os lados envolvidos no conflito: “tanto no Executivo como no Legislativo, fala-se em anistia a desmatadores, multas a produtores rurais, diminuição de áreas de preservação permanente, restrição para a compra de terras por estrangeiros e sacrifícios da agropecuária nas metas de redução dos gases do efeito estufa”.<sup>461</sup>

458 SALOMON, Marta. Veto à carne derruba preço e gera reação política no Pará. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 jun. 2009. Disponível: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=17947&anchor=5833059&pd=048527a55eac2db4330b3c8500c4b6>. Acesso em: 05 dez. 2022.

459 BRASIL. Congresso Nacional. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Projeto de Lei nº 6227, de 14 de outubro de 2009. Institui o Código Ambiental Brasileiro, estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, definindo os bens que pretende proteger e criando os instrumentos para essa proteção. **Projeto de Lei**. Brasília, DF, 16 out. 2009. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegracao?codteor=703191&filename=Tramitacao-PL%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegracao?codteor=703191&filename=Tramitacao-PL%201876/1999). Acesso em: 05 dez. 2022.

460 NAVARRO, Silvío. Painei. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 08 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18080&anchor=5864256&pd=a6c974ea76dcbc81ae95c610255acadd>. Acesso em: 05 dez. 2022.

461 SCOIESE, Eduardo. Lula discute agenda ambiental polêmica. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18075&anchor=5828130&pd=e87b4ab5610deff7c41bc647838436b1>. Acesso em: 05 dez. 2022.

O presidente Lula buscava resolver essas tensões por meio do consenso entre o Ministério do Meio Ambiente (que aglutinava propostas de sindicatos de trabalhadores rurais e da agricultura familiar) e o Ministério da Agricultura (alinhado aos ruralistas da FPA). As principais divergências davam-se em torno das modificações no Código Florestal, especialmente no que se refere ao percentual de terras destinadas às reservas legais, bem como na prorrogação do Decreto 6.686/2008, que fixava o dia 11 de dezembro de 2009 o prazo para os proprietários recuperarem as áreas de florestas de suas terras.<sup>462</sup> Conciliando as propostas, Lula rejeitou, por um lado, a proposição da pasta da Agricultura de isentar os pequenos produtores da exigência de reserva legal. Por outro, retirou das discussões do novo Código Florestal qualquer referência à agricultura familiar, como demandava o Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.<sup>463</sup>

Apesar da conciliação daqueles pontos, Lula atendeu dias depois a demanda dos ruralistas pela prorrogação do Decreto 6.686/2009, concedendo mais 18 meses de prazo para o cumprimento da obrigatoriedade de preservação das florestas nas áreas das propriedades rurais.<sup>464</sup> Em mais um movimento de anistia aos desmatadores, empresários ligados à CNA consideraram uma vitória da classe a prorrogação do Decreto: “Produtores que não estiverem pressionados por multas elevadas tendem a aguardar até 2011, apostando em alguma modificação do código florestal”, afirmou Assuero Veronez, vice-presidente da entidade patronal do agronegócio.<sup>465</sup>

Em mais uma demonstração de força da representação parlamentar ligada ao agronegócio, em uma das últimas sessões do ano de 2009, os ruralistas aprovaram na Câmara dos Deputados Projeto de Lei que buscava inviabilizar os limites impostos ao desflorestamento pelo Código Florestal. Por 317 votos favoráveis contra 17 contrários, os deputados aprovaram o PL concedendo autonomia aos municípios e estados para criar leis ambientais próprias, em clara afronta à legislação federal, que até então mantinha a obrigatoriedade de 80% de áreas de reserva. Mesmo com poucas chances de sanção presidencial, visto que o Executivo adiara para 2011 a decisão sobre os limites e sobre as anistias, os ruralistas apresentavam suas armas para os combates dos anos seguintes.<sup>466</sup>

---

462 SCOLESE, Eduardo. Lula reúne ministros para decidir sobre impasses ambientais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18081&anchor=5769634&pd=36dfc5789599a380de46358df8f1f49c>. Acesso em: 05 dez. 2022.

463 Idem. Lula rejeita os planos de Minc e de Stephanes. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18083&anchor=5769770&pd=fb401e8bac5c051facd51f8f702d0382>. Acesso em: 05 dez. 2022.

464 SCOLESE, Eduardo. Lula atende a ruralistas e adia prazo para recuperar matas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18086&anchor=5770026&pd=b2429fed2400c1e2abcb87b08df3a05e>. Acesso em: 05 dez. 2022.

465 Anistia não deve atrair desmatador, avalia CNA. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 dez. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18114&anchor=5812076&pd=9eb54d9e469737ae01a7c17ffca78e4a>. Acesso em: 05 dez. 2022.

466 Ruralistas passam lei na Câmara. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 dez. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?>

Findado o ano de 2009, a *Folha de São Paulo* registrará entrada sobre o novo Código Florestal apenas em junho de 2010. A ausência de notícias não significa que a tramitação do Projeto de Lei 1.876/1999 foi paralisada. No primeiro semestre daquele ano, realizaram-se diversas Audiências Públicas a pedido dos deputados, envolvendo a presença de diversos agentes: empresários, ambientalistas, promotores de justiça, acadêmicos etc. Contudo, cabe destacar nos registros de tramitação do PL, a recorrência de convites para debates a empresários e representantes de empresas nacionais e transnacionais por parte do relator Aldo Rebelo.

Em 01 de março de 2010,<sup>467</sup> foram convidados Alfredo Lang, diretor-presidente da C.Vale – Cooperativa Agroindustrial (uma das maiores empresas do agronegócio brasileiro, exportadora de soja, milho, trigo, frango e peixe, com atuação em cinco estados brasileiro, no Paraguai e em Luxemburgo)<sup>468</sup> e Madalena Hoffmann, prefeita de Novo Progresso, no Pará (a cidade paraense é considerada por pesquisadores que analisam a devastação na região amazônica como o “velho oeste brasileiro”, por conta do violento avanço dos fazendeiros da região sobre a floresta e os povos indígenas, desde o início da colonização da região, durante a ditadura empresarial-militar).<sup>469</sup> Já no dia 23 de março, Rebelo apresentou requerimento de Audiência Pública com representantes do Banco Bradesco S.A., Volkswagen do Brasil, Coca-Cola, Colgate-Palmolive e American Express.<sup>470</sup> Após as discussões realizadas ao longo do primeiro semestre de 2010, Aldo Rebelo apresentou o seu parecer sobre o Projeto de Lei para o novo Código Florestal, em 08 de junho de 2010.<sup>471</sup> Matéria da *Folha*, em 19 de junho, destacou que “proposta de deputado comunista é mais radical que a de ruralistas”.<sup>472</sup> De acordo com a reportagem, que ouviu ambientalistas, cientistas, representantes

---

[numero=18119&anchor=5826541&pd=82fba27fe0d8e8b390bf7367acf6192e](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=738008&filename=Tramitacao-PL%201876/1999) . Acesso em: 05 dez. 2022.

467 BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei nº 1876, de 1999. Requerimento nº 72, de 01 de março de 2010. Requer a realização de Audiência Pública para discutir e debater o Código Florestal. **Requerimento**. Brasília, DF, 17 mar. 2010. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=738008&filename=Tramitacao-PL%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=738008&filename=Tramitacao-PL%201876/1999) . Acesso em: 05 dez. 2022.

468 Cf. Informações disponíveis no portal eletrônico da empresa. Disponível em: <https://www.cvale.com.br/site/nossa-empresa/historia-da-cvale> . Acesso em: 05 dez. 2022.

469 PEDROSA NETO, Cícero. Um “velho oeste” na Amazônia. **Amazônia Real**. 23 set. 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/um-velho-oeste-na-amazonia/> . Acesso em: 05 dez. 2022.

470 BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei nº 1876, de 1999. Requerimento nº 80, de 23 de março de 2010. Requer a realização de Audiência Pública para discutir e debater o Código Florestal. **Requerimento**. Brasília, DF, 30 mar. 2010. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=746915&filename=Tramitacao-PL%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=746915&filename=Tramitacao-PL%201876/1999) . Acesso em: 05 dez. 2022.

471 BRASIL. Congresso Nacional. Parecer do relator deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados. **Parecer**. Brasília, DF, 08 jun. 2010. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=777725&filename=Tramitacao-PL%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=777725&filename=Tramitacao-PL%201876/1999) . Acesso em: 05 dez. 2022.

472 ANGELO, Claudio. Aldo aceita mudar projeto para florestas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 jun. 2010. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18303&anchor=5920553&pd=2e16aa41ec93a43e91fb7aff7a08b75e> . Acesso em: 05 dez. 2022.



ruralistas e o MST, “o parecer de Rebelo é mais prejudicial às florestas brasileiras do que a maioria das propostas de mudança feitas pelos ruralistas”. Em relação a anistia aos desmatamentos, Rebelo propôs perdão das punições em áreas desmatadas até 22 de julho de 2008. Em comparação, Kátia Abreu, senadora ruralista e presidente da CNA, propunha anistia até 2006. O parecer previa também a ocupação de topos de morros e várzeas, o que era proibido pelo Código Florestal de 1965. Além disso, propunha-se mudanças nas compensações por desmatamento dentro da reserva legal. Na legislação anterior, era obrigatório compensar nas regiões vizinhas. Pelo parecer, o desmatamento poderia ser compensado comprando florestas em outros estados.

Cabe uma abordagem mais detalhada das 270 páginas do relatório que causou espanto tanto em defensores do meio ambiente quanto em ruralistas, como informado pela *Folha*. Em uma longa introdução antes da apresentação das sugestões de modificações no Código Florestal, Rebelo escreveu um ensaio justificando as teorias que embasavam o parecer. Destaca-se nas páginas produzidas por Rebelo traços da ideologia desenvolvimentista sobre o meio ambiente, que enxerga na natureza um obstáculo ao “progresso” que precisa ser superado pela ação do homem:

A conquista de qualquer tipo de terra pela colonização é sempre o resultado de uma luta lenta e tenaz entre o homem e os obstáculos do meio geográfico. (...) Assim se apresenta o caso da conquista econômica da Amazônia: luta tenaz do homem contra a floresta e contra a água. Contra o excesso de vitalidade da floresta e contra a desordenada abundância da água dos seus rios. Água e floresta que parecem ter feito um pacto da natureza ecológica, para se apoderarem de todos os domínios da região. O homem tem que lutar de maneira constante contra esta floresta que superocupou todo o solo descoberto e que oprime e asfixia toda a fauna terrestre, inclusive o homem, sob o peso opressor de suas sombras densas, das densas copas verdes de seus milhares de espécimes vegetais, do denso bafo de sua transpiração.<sup>473</sup>

O afrouxamento dos limites para ocupação das terras na Amazônia é defendido por Rebelo com base em uma lógica que compreende qualquer ação de defesa das terras indígenas e do meio ambiente como uma afronta à soberania do Brasil. Segundo Rebelo, a defesa da intocabilidade do bioma amazônico seria um argumento útil aos interesses econômicos das “nações ricas”:

Constrangidas pelas evidências de suas ambições mesquinhas, as nações ricas usam o longo braço de suas organizações não governamentais, que desembarcam no

---

473 BRASIL. Congresso Nacional. Parecer do relator deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados. **Parecer**. Brasília, DF, 08 jun. 2010, p. 15. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=777725&filename=Tramitacao-PL%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=777725&filename=Tramitacao-PL%201876/1999). Acesso em: 05 dez. 2022.

Brasil como portadoras da boa nova da defesa da natureza, mas não conseguem esconder a causa que verdadeiramente protegem – o interesse das nações onde têm suas sedes e de onde recebem farto financiamento.<sup>474</sup>

A visão de Rebelo sobre o risco à soberania alinhava-se com a visão do Alto Comando do Exército Brasileiro à época, envolvido na conflituosa demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Em 2008, o então Comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno, futuro Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do governo Bolsonaro (2019-2022), classificava a demarcação de terras indígenas em regiões de fronteira como uma “ameaça à soberania.”<sup>475</sup>

Ao lado do risco à soberania, Aldo Rebelo apresentou em seu parecer outra visão alinhada ao ideário do Alto Comando do Exército, o discurso da existência de uma conspiração contra o país envolvendo organizações internacionais, ambientalistas e indígenas. De acordo com Rebelo, “A pretensão de ONGs estrangeiras indigenistas e ambientalistas de tutelarem aquela parte do território nacional e seus habitantes é um escárnio para o Estado e para o povo brasileiro.”<sup>476</sup> No mesmo sentido, assim definia as demarcações na região amazônica o então chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Leste, general Mário Matheus Madureira: “O risco da soberania é com áreas que podem ser separadas do território brasileiro. ONGs internacionais e grupos indígenas podem solicitar essa divisão política. Pode ser a mesma situação que ocorreu no Kosovo. É uma preocupação de todos.”<sup>477</sup>

Outro discurso presente no parecer de Rebelo é a defesa do agronegócio brasileiro. De acordo com o relator, as críticas à expansão da agropecuária no Cerrado teriam relação com os interesses de empresas estadunidenses exportadoras de soja, interessadas em aniquilar um competidor no mercado internacional. Para fazer frente a guerra comercial, o Brasil deveria aumentar a produtividade e liberar a expansão da fronteira agrícola pelo Cerrado e pela Amazônia. De acordo com Rebelo, as críticas dos defensores do meio ambiente seriam apenas reprodução dos interesses dos Estados Unidos:

---

474 BRASIL. Congresso Nacional. Parecer do relator deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados. **Parecer**. Brasília, DF, 08 jun. 2010, p. 13.

475 General diz que política indigenista do governo é um caos e alerta para risco à soberania. **Extra**. Rio de Janeiro, 16 abr. 2008. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/general-diz-que-politica-indigenista-do-governo-um-caos-alerta-para-risco-soberania-496435.html> . Acesso em: 05 dez. 2022.

476 BRASIL, Congresso Nacional. Parecer do relator deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados. **Parecer**. Brasília, DF, 08 jun. 2010, p. 15. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=777725&filename=Tramitacao-PL%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=777725&filename=Tramitacao-PL%201876/1999) . Acesso em: 05 dez. 2022.

477 General diz que política indigenista do governo é um caos e alerta para risco à soberania. **Extra**. Rio de Janeiro, 16 abr. 2008. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/general-diz-que-politica-indigenista-do-governo-um-caos-alerta-para-risco-soberania-496435.html> . Acesso em: 05 dez. 2022.



Talvez aí estejam as razões do cerco e das pressões contra a expansão da soja no Cerrado brasileiro e de sua aproximação dos campos férteis da Amazônia Legal. A ampliação da produção brasileira requer, além dos ganhos de produtividade, disponibilidade de terras e infraestrutura. É exatamente neste ponto, na contenção da fronteira agrícola e da infraestrutura, que as ONGs internacionais tentam montar as barreiras contra a soja brasileira, beneficiando aberta e diretamente os concorrentes da América do Norte no acesso ao mercado mundial em crescimento.<sup>478</sup>

Além da expansão da fronteira agrícola pelo Cerrado e pela Amazônia, Aldo Rebelo também defende a ampliação da pecuária no Pantanal. Segundo o relator, a região pantaneira seria o bioma mais preservado do país e contaria com a ação da própria pecuária extensiva como meio para coibir o avanço do fogo.

O Pantanal é o bioma mais preservado e o boi é o seu bombeiro natural, aparando a macega antes que chegue o Sol e esta sirva de combustível ao incêndio da planície. O boi pantaneiro viu-se proscrito pelo improvisado de legisladores ignorantes do seu papel ecológico e do seu bioma protegido. Resolveram que o Pantanal é uma imensa área de preservação permanente da qual o *B. taurus* deveria ser banido.

A utilização indiscriminada do fogo é um manejo da pecuária predatória feito para liberar a área e diminuir os custos com o pasto. A figura do “boi bombeiro” acionada por Rebelo é um mito comum dos pecuaristas. De acordo com os defensores dessa teoria, a maior quantidade de cabeças de gado em um território impediria a propagação de queimadas por conta da alimentação com o capim seco e inflamável. Contudo, segundo especialistas, essa tese seria um mito.

Conforme estudo do Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), as cidades com maior quantidade de cabeças de gado são as que mais registram queimadas no Pantanal, ao exemplo da cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul. O município com o segundo maior rebanho do país (cerca de 1,8 milhão de cabeças de gado), registrou em 2018 quase 55 mil focos de calor.<sup>479</sup> De acordo com os dados do MapBiomas, entre 1985 e 2020 o Pantanal foi o bioma brasileiro mais afetado por queimadas, com 57% de sua área total destruída

---

478 BRASIL. Congresso Nacional. Parecer do relator deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados. **Parecer**. Brasília, DF, 08 jun. 2010, p. 19. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=777725&filename=Tramitacao-PL%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=777725&filename=Tramitacao-PL%201876/1999). Acesso em: 05 dez. 2022.

479 DANTAS, Carolina. Levantamento da UFMG questiona tese do 'boi bombeiro' ao apontar que cidades com maior rebanho tiveram mais queimadas no Pantanal. **G1**. 20 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/pantanal/noticia/2020/10/20/levantamento-da-ufmg-questiona-tese-do-boi-bombeiro-ao-apontar-que-cidades-com-maior-rebanho-tiveram-mais-queimadas-no-pantanal.ghtml>. Acesso em: 05 dez. 2022.

pelo fogo.<sup>480</sup> Em 2020, um dos anos com maior destruição da região, o Pantanal perdeu mais de 20% de sua cobertura vegetal.<sup>481</sup>

Retomando as discussões sobre o novo Código Florestal nas páginas da *Folha de São Paulo*, no segundo semestre de 2010 o noticiário concentrou-se na disputa presidencial para a sucessão de Lula. Por conta da corrida eleitoral, a tramitação do Projeto de Lei no Congresso travou novamente e a pauta ficou em segundo nos assuntos do jornal. Os debates sobre as mudanças na legislação ambiental foram abordadas em poucas situações, especialmente associada à candidatura da ex ministra Marina Silva, adversária da vencedora Dilma Rousseff.

Os rumos sobre o novo Código Florestal retornaram ao jornal em fevereiro de 2011, em mais um editorial.<sup>482</sup> Nele, a *Folha* afirmava a necessidade de atualização do Código “para adequar-se à realidade do agronegócio”. Apesar de insistir na existência de uma “polarização ideológica” entre ruralistas e ambientalistas nas discussões, conforme afirmado em editorial no ano anterior,<sup>483</sup> o texto ressaltava o posicionamento editorial a favor das demandas ruralistas.

O noticiário nos primeiros meses de 2011 mostram o acirramento das disputas em torno do novo Código Florestal entre setores do Executivo e os setores ruralistas no Congresso. A *Folha* destacou as pressões da ministra do Meio Ambiente do governo Dilma, Izabella Teixeira, para apresentar um projeto alternativo ao de Rebelo, que equilibrasse demandas que atendessem tanto aos anseios de preservação ambiental quanto aos empresários do agronegócio, em sentido semelhante ao proposto nos editoriais do jornal: “A ideia é que a proposta resolva os pontos mais críticos para ruralistas e para ambientalistas, sem deixar que a Câmara aprove o relatório de Rebelo”, informou a matéria em 25 de fevereiro.<sup>484</sup> Na semana seguinte, no dia 04 de março, o assunto foi retomado na mesma linha da necessidade de conciliação de pautas: “Izabella Teixeira tenta uma alternativa de mudança no

---

480 CÂMARA, José. 'Brasil em chamas': 57% do Pantanal foi queimado ao menos uma vez entre 1985 e 2020, aponta pesquisa. **G1**. 15 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/08/15/brasil-em-chamas-57percent-do-pantanal-foi-queimado-ao-menos-uma-vez-entre-1985-e-2020-aponta-pesquisa.ghtml> . Acesso em: 05 dez. 2022.

481 Recorde de queimadas no Pantanal em 2020. **Revista Pesquisa Fapesp**. Out. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/recorde-de-queimadas-no-pantanal-em-2020/> . Acesso em 05 dez. 2022.

482 EDITORIAL. Congresso a reboque. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 fev. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18550&anchor=5529542&pd=0c08a4e9a3f879227c556cfbbd378cc5> . Acesso em: 05 dez. 2022.

483 EDITORIAL. Impasse ambiental. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 ago. 2010. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18381&anchor=5794048&pd=8070c944220724a387a9e107330faf09> . Acesso em: 05 dez. 2022.

484 ANGELO, Claudio. Embrapa veta cientistas em seminário. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 fev. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18685&anchor=5574578&pd=401fe673ef7cfa27a202e0f29e4002d1> . Acesso em: 05 dez. 2022.

código, que atenda às reivindicações dos agricultores sem abrir mão de manter as áreas protegidas”.<sup>485</sup>

Os meses de abril e maio de 2011 foram decisivos para a tramitação do novo Código Florestal na Câmara dos Deputados. No noticiário da *Folha de São Paulo*, foram destacadas as tensões entre as propostas do Executivo e as dos setores ruralistas, com suas pautas referendadas no relatório de Aldo Rebelo. Os pontos mais sensíveis e que geravam impasses se referiam à delimitação das áreas de reserva legal e à determinação das Áreas de Preservação Permanente (APP).

Em relação às reservas, a proposta original do governo federal era garantir a obrigatoriedade de preservação de áreas de florestas (80% para região amazônica, 35% para o Cerrado e 20% nas demais regiões) para todas as propriedades rurais, de dimensões pequenas ou grandes. A proposta do parecer de Aldo, por outro lado, defendia a exclusão dessa exigência para as pequenas propriedades (até quatro módulos rurais). Já em relação às APPs, o governo desejava manter as definições da legislação de 1965, que obrigava a preservação das matas ciliares em até 30 metros a partir das margens dos rios, além de impedir a produção agrícola em encostas e topos de morros. A proposta de Aldo e dos ruralistas era reduzir para 15 metros a limitação nas margens e liberar a produção nas encostas. De acordo com a *Folha*, os ruralistas pediam a flexibilização desse dispositivo alegando que, ao seguir ao pé da letra a legislação, culturas consolidadas há décadas em encostas e topos de morros, como as da uva e do café, seriam prejudicadas.<sup>486</sup>

Apesar da disposição do Executivo em manter os principais dispositivos que garantiam a preservação, entre meados dos meses de abril e maio, a *Folha* registrou o recuo do governo federal em manter suas posições, cedendo às pressões dos ruralistas. Em 11 de maio, o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), afirmava que “o texto do Aldo é o texto do governo”.<sup>487</sup> Após negociações com os ruralistas, o governo aceitou flexibilizar as questões em torno das APPs (permitindo o plantio nas encostas e proibindo apenas em topo de morros) e em relação à reserva legal (isentando a obrigatoriedade de reserva legal nas propriedades de até quatro módulos rurais).<sup>488</sup>

485 ANGELO, Claudio. Para ministra, violação de Código Florestal agravou tragédia no Rio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 04 mar. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18692&anchor=5575627&pd=4c4f0fcfadd050c3245398ed960270ac>. Acesso em: 05 dez. 2022.

486 Idem. Cientistas criticam pressão para votação de Código Florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 abr. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18745&anchor=5681763&pd=ac4ef3b7c195651b708d4814e68179a6>. Acesso em: 05 dez. 2022.

487 ANGELO, Claudio; FALCÃO, Márcio; FLOR, Ana; SEABRA, Catia. Acordo viabiliza votação de lei florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 maio 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18760&anchor=5703216&pd=d83e71bd8c3fe06637259501a6e5a440>. Acesso em: 05 dez. 2022.

488 CRUZ, Valdo; FALCÃO, Márcio; FLOR, Ana; GUIMARÃES, Larissa; NERY, Natuza. Governo cede para votar nova lei florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 maio 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?>

No dia 24 de maio, após 12 anos de tramitações, o Projeto de Lei 1.876/1999 foi à votação. Apesar de todas as concessões do Executivo, o poder de pressão e de impor pautas da bancada ruralista foi mais forte. Durante a votação dos destaques ao texto original do projeto, aprovado em primeira votação com 410 votos contra 63, foi apresentada pelo deputado Paulo Piau (PMDB-MG)<sup>489</sup> uma emenda (Emenda de Plenário nº164/2011) ao projeto de lei com alterações significativas ao acordado previamente. A emenda dava a seguinte redação ao 8º artigo do PL:

A intervenção e supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente e a manutenção de atividades consolidadas até 22 de julho de 2008, ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas em Lei, bem como nas atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural (...)<sup>490</sup>

Em uma reviravolta que alterou sensivelmente o parecer original, por 273 votos contra 182 – inclusive com votos de membros da base aliada – os deputados aprovaram a emenda ao texto do novo Código Florestal, rompendo o pacto estabelecido com o Executivo. A nova redação do Código, posteriormente encaminhado para discussões no Senado, desconsiderava os seguintes pontos encaminhados anteriormente: os limites nas APPs; a anistia aos desmates realizados até julho de 2008 (ponto considerado inegociável pela presidenta Dilma, como informava a *Folha* em edição no dia da votação: “a presidenta Dilma Rousseff disse ontem a aliados que não aceita anistiar desmatamentos feitos por produtores rurais até 2008”);<sup>491</sup> e a autorização dos estados a participarem da regularização ambiental (demanda dos ruralistas por uma descentralização nas legislações, que pressionavam os governadores desde o mês anterior à votação do novo Código, conforme noticiado pela *Folha*).<sup>492</sup>

A aprovação do Projeto de Lei foi considerada a primeira grande derrota política do governo de Dilma Rousseff, em menos de seis meses do início de seu mandato. O revés nos acordos em torno

---

[numero=18773&anchor=5707797&pd=6dc48f473a70de36ee78019e31ba7685](#). Acesso em: 05 dez. 2022.

489 Paulo Piau, engenheiro agrônomo, foi deputado federal por duas legislaturas (2007-2011 e 2011-2015). Prefeito de Uberaba, o ex-deputado foi membro de diversas entidades representativas de empresários rurais na região do Triângulo Mineiro. Membro da FPA, Piau viria a ser o novo relator do Código Florestal após a aprovação na Câmara e a ida para alterações no Senado.

490 BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Emenda de Plenário nº 164 de 2011**. Brasília, DF, 24 maio 2011. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=872216&filename=EMP%20164/2011%20PL187699%20=%3E%20PL%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=872216&filename=EMP%20164/2011%20PL187699%20=%3E%20PL%201876/1999). Acesso em: 05 dez. 2022.

491 CRUZ, Valdo; FALCÃO, Márcio; FLOR, Ana; GUIMARÃES, Larissa; NERY, Natuza. Governo cede para votar nova lei florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 maio 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18773&anchor=5707797&pd=6dc48f473a70de36ee78019e31ba7685>. Acesso em: 05 dez. 2022..

492 OLIVEIRA, Elida. Governos estaduais estudam criar códigos florestais próprios. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 abr. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18741&anchor=5681156&pd=b191f05e85c288f4f6082a8792cc0b7f>. Acesso em: 05 dez. 2022.

do Código Florestal cobraria a cabeça de um dos nomes forte do governo, o ministro da Casa Civil e responsável pela articulação política, Antonio Palocci. Semanas antes da votação na Câmara, Palocci foi colocado no centro de uma crise ao ser acusado de enriquecimento ilícito por meio de consultorias privadas. Informava a *Folha* em 31 de maio: “A crise fez o governo sofrer uma derrota séria na semana passada, a votação do novo Código Florestal”. Poucos dias após a derrota na Câmara, aliados, como o PMDB e o vice-presidente Michel Temer, cobravam mais poder de decisão no governo.<sup>493</sup>

O rompimento do acordo entre a Câmara e o Executivo deve ser compreendido também como uma demonstração da força política da Frente Parlamentar da Agropecuária. As pressões exercidas pelo agronegócio no Parlamento e em outras instâncias, como exemplificado nos artigos produzidos por representantes empresariais veiculados pela *Folha*, apresentam duas situações que corroboram o que tem sido buscado demonstrar nesta Tese. Em primeiro lugar, a capacidade cada vez maior de imposição de pautas das frações do agronegócio por parte de seus representantes políticos no contexto de reestruturação produtiva e ascensão da agroexportação. A segunda situação, de forma mais ampla, diz respeito a identificação de mais um elemento de abalo no pacto de conciliação de classes que sustentou o projeto democrático-popular ao longo dos governos Lula, em sentido análogo aos estremecimentos com os setores industriais apresentados no primeiro capítulo. Naquele caso, ocorreu um estremecimento que buscava garantir as posições dos setores industriais, enfraquecidos pelo processo de regressão do patamar industrial e avanço da exportação primária como vetor da reprodução capitalista. Ao contrário da “queda de braço” do governo federal com os industriais, nas situações apresentadas em torno do novo Código Florestal, ficam ilustrados movimentos de avanço das posições das frações burguesas associadas ao agronegócio.

Tendo a perspectiva de uma conjuntura de escalada no poder de imposição da representação parlamentar do agronegócio, cabe prosseguir na observação dos debates em torno do projeto de lei do novo Código Florestal, encaminhado para discussões no Senado após a aprovação na Câmara. Essa trajetória apresentaria novos abalos entre o Executivo e a bancada ruralista, bem como uma continuidade da ofensiva do agronegócio, dentro e fora do Congresso Nacional.

Ilustrando a continuidade das pressões, nos dias seguintes após a aprovação da emenda do deputado Piau, os ruralistas e seus aliados confrontaram Dilma Rousseff em torno da possibilidade aventada pela presidenta em vetar o Código aprovado com aquelas alterações. Por parte do governo, buscou-

---

493 FALCÃO, Márcio; FLOR, Ana; GUIMARÃES, Larissa; NERY, Natuza. Aliados cobram mais poder de decisão no governo Dilma. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 maio 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18780&anchor=5708861&pd=7bb646f6ab6e7fb519c41ac83783855c>. Acesso em: 05 dez. 2022.

se apresentar um texto ao Senado que pudesse trazer a base de volta, mas seguindo na conciliação, sem desagradar os ruralistas. A *Folha*, em 26 de maio, noticiava que “a ordem é ganhar tempo para que os governistas elaborem um texto favorável ao Planalto, mas que agrade também a ruralistas e ambientalistas”. Alinhado ao discurso ruralista de imputar às críticas de Dilma ao Código a pecha de reprodução de posições conspiratórias ambientalistas, Aldo Rebelo afirmava: “Ela pode ter informações só de um lado, o lado do lobby ambientalista”. Paulo Piau, autor da emenda que rompeu o acordo na votação, dizia sobre Dilma e as críticas ao Código, no mesmo sentido de Rebelo: “Essa emenda não é nenhuma vergonha para o Brasil. Não é um liberou geral. (...) se a presidente vetar os pontos aprovados, estará se curvando aos interesses internacionais sobre a Amazônia.”<sup>494</sup>

Mesmo com a saída do projeto da Câmara, o deputado Aldo Rebelo seguiria na linha de frente da defesa do novo Código, voltando suas baterias aos críticos do projeto de lei. Para o relator do Código Florestal, cientistas e ambientalistas (“vivem criando mitos para evitar o debate essencial”)<sup>495</sup> seriam financiados por organizações internacionais para atuarem em conjunto contra os interesses nacionais: “Quando procurada pelo lobby ambientalista, que paga a alguns dos pesquisadores – paga, porque eu sei –, a SBPC<sup>496</sup> resolveu se manifestar. O lobby ambientalista internacional instalado no Brasil se habituou durante 20 anos a usurpar o direito da Câmara de legislar”.<sup>497</sup>

As posições de Aldo Rebelo em defesa da agricultura capitalista podem parecer fora de lugar, considerando-se o fato do deputado ser, naquele período, figura destacada do PCdoB. Contudo, a contradição não era exclusividade de Rebelo. Se não haviam posições hegemônicas sobre o Código Florestal nem no campo popular, tampouco seria no meio empresarial. A contradição no empresariado pode ser observada a partir das posições de membros destacados do agronegócio brasileiro. Em primeiro lugar, o caso de Blairo Maggi, então senador pelo Mato Grosso (PR-MT). Em papéis aparentemente invertidos, um dos principais empresários do agronegócio brasileiro e principal nome do grupo Amaggi, uma das maiores empresas do mundo no controle da cadeia da soja, apresentava críticas ao texto-base do novo Código Florestal aprovado na Câmara dos

494 FALCÃO, Márcio; GUERREIRO, Gabriela; GUIMARÃES, Larissa; NERY, Natuza. Governo teme nova derrota em lei florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 maio 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18775&anchor=5707968&pd=03c5e06e4e2eb9d3aa12c6521c7e0c6e> . Acesso em: 05 dez. 2022.

495 VARGAS, Rodrigo. “Para ambientalista, todos são criminosos”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 jun. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18783&anchor=5709133&pd=4917d9272837ba22af93cad230c47b79> . Acesso em: 05 dez. 2022.

496 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

497 FALCÃO, Márcio; RONCAGLIA, Daniel. Senadores planejam lei florestal mais rígida. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 maio 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18776&anchor=5708094&pd=3fccb918d5bde3f233f871bca5a61569> . Acesso em: 05 dez. 2022.



Deputados. Maggi pontuava o equívoco do projeto em conceder “anistia ampla, geral e irrestrita” aos desmatadores, indicando a necessidade de alterar esse ponto no Senado.<sup>498</sup> Além da questão da anistia, o governo federal buscava alterar outros dez pontos do texto-base encaminhado ao Senado, medidas que tinham o apoio de Maggi.<sup>499</sup>

Outro exemplo dos papéis contraditórios pode ser identificado nas posições do empresário Roberto Klabin. Pecuarista e empresário do ramo da celulose, um dos principais acionistas do grupo Klabin divergia dos rumos do novo Código Florestal. Em um tom mais crítico do que o exposto por Maggi e de forma oposta aos de defensores das mudanças, como Aldo Rebelo, o empresário afirmava claramente que os objetivos das mudanças na legislação ambiental serviriam apenas ao agronegócio. Como assevera Klabin:

O problema é que nunca houve ali uma intenção de melhorar o código anterior ou tornar o Brasil mais moderno na questão ambiental, mas sim favorecer apenas um setor da sociedade, que é o do agronegócio, em detrimento de outros setores e até da população. O que temos na proposta é um código agrícola, não um código florestal.<sup>500</sup>

Na contramão da ótica empregada por boa parte do empresariado rural, Klabin também questionava a necessidade de expansão da produção para regiões de reserva ambiental, alegando a possibilidade de aumento de produtividade nas terras já ocupadas e em áreas desocupadas que não são áreas de proteção. O empresário alegava que a liberação para o desmatamento, a ocupação de mais áreas em reservas legais e as novas anistias à degradação passada criariam um “efeito bumerangue” para os produtores rurais. De acordo com Klabin, as demandas dos países centrais começavam a exigir cadeias de certificação dos produtos, garantindo não serem originadas em áreas de desflorestamento.

Quanto ao processo de disputas e debates políticos em torno da matéria, Roberto Klabin se aproxima da visão que compreendia a existência de uma simples “polarização” entre os agentes envolvidos. Além disso, as sucessivas vitórias do agronegócio mostrariam uma falha dos ambientalistas em pautar o debate, desconsiderando o desequilíbrio de forças e a alta capacidade de organização e pressão advinda da representação parlamentar do empresariado do setor.

498 ANGELO, Claudio. Código anistia desmatadores, diz Maggi. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 04 jun. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18784&anchor=5709337&pd=d4377fea5e117681516af983b77005e2> . Acesso em: 05 dez. 2022.

499 FALCÃO, Márcio. Senado quer mudar pontos do novo Código Florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 maio 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18780&anchor=5708878&pd=b4b70b74954d554191eccb84b096ab7d> . Acesso em 05 dez. 2022.

500 PALHANO, André. Entrevista: Roberto Klabin – ‘Em vez de código florestal, Brasil terá código agrícola’. **São Paulo**. São Paulo, 29 nov. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18962&anchor=5736458&pd=f61a2625a845b8944b5847948a938380> . Acesso em: 05 dez. 2022.

As discussões no Senado seriam retomadas pela Comissão de Constituição e Justiça, em setembro de 2011. A pausa entre a aprovação do texto-base em maio e o retorno da tramitação não significou que os agentes interessados na aprovação do novo Código Florestal tenham ficado parados. A batalha pela construção de consensos sobre a necessidade de modificações na legislação ambiental seguiria nas páginas da *Folha de São Paulo*. Novamente, Roberto Rodrigues e Kátia Abreu, cada um a seu modo, escreveriam colunas pleiteando a aprovação do Código com as modificações interessantes ao setor, pressionando a opinião pública a acompanhar as posições do empresariado do agronegócio.

Ainda no mês de julho, a senadora e presidente da CNA reproduziria algumas argumentações comumente acionadas pelo empresariado do agronegócio. Inicialmente, Kátia Abreu faz referência à competitividade do agronegócio brasileiro, decorrente do crescimento iniciado na década de 1970 e com a capacidade de superar os concorrentes internacionais, transformando o Brasil no maior fornecedor de alimentos do mundo. A argumentação sobre o vigor da produção agroexportadora brasileira é utilizada pela senadora como contraponto às críticas ao setor exportador. De acordo com a Abreu, o agronegócio brasileiro tornou-se “réu ambiental”. Em seguida, reproduz o discurso de que as críticas à agroexportação brasileira teriam origem em organizações internacionais, emulando a tese da conspiração internacional que se utiliza da questão ambiental como flanco de ataque comercial ao Brasil, noções propagadas por Aldo Rebelo e pelo Alto Comando do Exército Brasileiro, conforme visto anteriormente. Assumindo a lógica de que o Brasil é um imenso território a ser explorado, o processo de ocupação das áreas nativas brasileiras seria comparado ao processo de países distintos e contextualizado com uma guerra comercial entre centro e periferia do sistema internacional. Nesse sentido, Kátia Abreu afirma:

Hoje, o Brasil é o único grande produtor de alimentos a ter 61% de seu território intocado.

Não há nada semelhante no planeta, e os produtores brasileiros jamais postularam a redução dessa área de vegetação nativa, que, na Europa, é de – pasmem – 0,2% e nos Estados Unidos, de 23%, para citar apenas as duas regiões que sediam as ONGs que mais veemente pressão política e moral exercem sobre nossa produção rural. (...) O que está em pauta é uma guerra pelo mercado de alimentos, em que o ambiente é mero pretexto.<sup>501</sup>

---

501 ABREU, Kátia. De quintal a reserva legal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 jul. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18833&anchor=5716375&pd=d4d6de19561c74427545033f49404672> . Acesso em: 05 dez. 2022.



Adiante, Kátia Abreu ataca o conceito de reserva legal, caracterizando-o como uma aberração jurídica existente apenas no Brasil. Estas argumentações são utilizadas pela senadora para defender pontos-chave aprovados no texto-base do novo Código Florestal: a liberação para a produção rural em mais áreas de florestas, a permissão para plantações em encostas e a legalização de áreas desmatadas por períodos longos. Por fim, utilizando-se de um discurso supostamente nacionalista, de defesa de interesses da população brasileira – recorrendo, inclusive, a uma imagem típica produzida pelas esquerdas latino-americanas para caracterizar a relação do imperialismo com o continente –, Abreu encerra o artigo: “Não se trata de ambiente, mas de luta por mercados. Querem nos passar de *quintal* a reserva legal.”

Roberto Rodrigues, no final de agosto, apresenta um artigo com um tom menos belicoso do que o empregado por Kátia Abreu. Entretanto, não menos interessado na defesa das mudanças no Código Florestal. Rodrigues, seguindo a linha dos editoriais da *Folha*, tece críticas às “posições ideológicas ou radicais” dos críticos ao novo Código Florestal. Assim como no artigo de 2009, no qual defendia as “florestas plantadas” como exemplo de conciliação entre a produção agropecuária e a preservação ambiental, Rodrigues apresenta novos exemplos de “boas práticas”. Indica projetos na Amazônia Legal que conciliam quase todos os atores envolvidos nas disputas no campo, que atuariam em suposta harmonia: “são parceiros governos, empresas, produtores rurais e ONGs”. O empresário, ex-ministro da Agricultura e ex-presidente da Abag, finaliza o artigo exaltando a possibilidade de conciliação, bem oposto ao belicismo de Kátia Abreu: “O rural e o urbano têm muito a ganhar, em dinheiro e qualidade de vida, quando se equacionam a agropecuária e a conservação ambiental, em via de mão dupla, quando o radicalismo é eliminado e o bom senso impera.”

No campo empresarial, é possível comparar a posição do empresário Roberto Rodrigues com os pensamentos do senador Blairo Maggi e do empresário Roberto Klabin, ambos em sintonia sobre a necessidade de conciliar preservação ambiental e produção rural. Em visão aparente, identificam-se correntes distintas a favor das mudanças no Código Florestal dentro do empresariado do agronegócio, posicionamentos exemplificadas no discurso conciliador de Rodrigues e na confrontação de Kátia Abreu. Contudo, apesar das diferenças na forma de expor as posições do empresariado, as divergências não eram tão profundas ou inconciliáveis. No cerne dos objetivos expostos, tanto o discurso conciliador quanto o agressivo defendiam alterações sensíveis na legislação ambiental que não penalizassem o agronegócio e favorecessem a expansão da produção agropecuária e agroindustrial. A convergência de interesses, independente da forma de exposição,

pode ser observada em outro artigo de Roberto Rodrigues, escrito às vésperas da apresentação do parecer do relator no Senado, em setembro.

Na coluna intitulada “Na reta final”,<sup>502</sup> Roberto Rodrigues apresenta uma defesa explícita do texto-base aprovado em maio de 2011 e utilizando-se de um tom acima na exposição da argumentação, à semelhança de Kátia Abreu. Rodrigues concentra-se em refutar os argumentos dos grupos contrários às modificações no Código Florestal, aos quais denomina por mais de uma vez como “radicais”. Novamente, assim como Kátia Abreu, Aldo Rebelo e o Alto Comando do Exército, os grupos ambientalistas são caracterizados como um entrave ao desenvolvimento no campo e agentes de uma sabotagem internacional contra os interesses nacionais. Entre os argumentos da “lei tão importante que irá influenciar a vida de cada um de nós”, são defendidos os pontos centrais da legislação: a exceção da obrigatoriedade da manutenção de reserva legal aos pequenos proprietários; a anistia àqueles que desmataram antes da legislação; a implantação da autodeclaração para regularização fundiária via Cadastro Ambiental Rural (CAR); e a existência de legislações estaduais concorrentes com a legislação federal. Antes mesmo da votação final, Rodrigues assume como certa a aprovação do texto de acordo com os interesses do setor. O empresário conclui que “nenhuma das profecias negativas acerca do código se concretizou”.

Após as ofensivas ruralistas fora do Congresso, no dia 21 de setembro foi aprovado sem alterações na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado o parecer do relator Luiz Henrique (PMDB – SC). A aprovação era um dos requisitos para habilitar o texto à apreciação das Comissões de Agricultura e Meio Ambiente, com posterior votação no plenário. A aprovação foi julgada como uma nova derrota para o governo, já que o parecer foi aprovado com três pontos considerados inconstitucionais pelo Executivo (a brecha para consolidação de desmatamentos ilegais, a inconsistências das medidas para as APPs e a ameaça a proteção do Pantanal). Em artigo no dia 23 de setembro, a ex-ministra do Meio Ambiente, senadora Marina Silva, apontaria equívocos nas posições conciliadoras do governo.<sup>503</sup> Marina considerava imprudente a estratégia dos líderes do governo em cancelar o parecer na CCJ, buscando modificações nas Comissões posteriores, já que os grupos ruralistas contavam com maioria nas demais comissões. Seguindo as colocações de Marina Silva, é possível afirmar que a tática seria inócua, visto que ao conceder sem

---

502 RODRIGUES, Roberto. Na reta final. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 set. 2021. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18882&anchor=5723010&pd=f3f79c708b36500d53284b2d2e459785> . Acesso em: 05 dez. 2022.

503 SILVA, Marina. Chancela. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 set. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18895&anchor=5725073&pd=5a22a24544e0def99da19bee173e7f11> . Acesso em: 05 dez. 2022.

disputar, o governo receberia de volta a força dos ruralistas em impedir modificações que fossem de encontro com os anseios do agronegócio.

Nos meses seguintes, o texto passou pelas diversas Comissões no Senado, com pouca presença no noticiário da *Folha*. Em 26 de outubro, o jornal retomou o assunto em editorial, afirmando ser positiva a informação de que um dos pontos da emenda aprovada em maio na Câmara dos Deputados seria retirada. As controvérsias diziam respeito à liberação das atividades nas APPs, excluída do parecer a ser apresentado nas comissões de Agricultura e Ciência e Tecnologia pelo senador Luiz Henrique.<sup>504</sup> Em um discurso afinado com os posicionamentos relativos à necessidade de conciliação entre preservação e produção agrícola, argumentos expostos por Roberto Rodrigues em seus artigos, o editorial aponta o principal desafio do novo Código: “conciliar duas vocações do Brasil por vezes antagônicas – o pujante agronegócio e a inigualável biodiversidade – numa mesma e generosa abordagem”. Apresentando uma defesa dos “interesses legítimos do agronegócio”, atividade compreendida pela *Folha* como atividade essencial para o país, o editorial indica que o impasse entre as duas posições seria capaz de “colocar em risco o futuro do país”. Assim como o empresariado do setor, que costuma inflar a participação do agronegócio no conjunto da economia para justificar suas demandas (conforme analisado no primeiro capítulo deste trabalho, quando abordado o “PIB do Agronegócio”), o jornal utiliza-se da argumentação da imprescindibilidade do setor para defender as modificações no novo Código Florestal.

A *Folha* finaliza o editorial apresentando o argumento da necessidade da atividade agrícola ser mais produtiva sem aumentar a área ocupada. Como tem sido buscado demonstrar nesta Tese, a prática do agronegócio brasileiro é exatamente oposta. Quando observados os dados da Conab sobre a relação entre produção e área ocupada no cultivo da soja, informações apresentados na página 223, observa-se que o agronegócio expande o volume de produção, obtendo seguidos recordes nas safras, com o correlato aumento da área ocupada. Como também afirmado, a expansão das áreas de produção compromete a integridade do meio ambiente. O agronegócio, para além dos discursos do empresariado e de seus apoiadores na mídia empresarial, mostra-se concentrador de terras e expropriador do ambiente. O esforço tentado nesta Tese é demonstrar que é um imperativo do modelo dominante da agricultura capitalista (intensivo, extensivo e voltado para a exportação) avançar permanentemente sobre a natureza, colocando em risco a capacidade de sobrevivências das florestas e da população do país.

---

504 EDITORIAL. Mais com menos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 out. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18928&anchor=5731283&pd=5eeaa23ea4ad512d712834505eee453e>. Acesso em: 05 dez. 2022.

No contexto do avanço dos debates nas comissões do Senado, o jornal apresentaria outro artigo da senadora Kátia Abreu. Sem muitas novidades em relação ao artigo do mês de julho, Abreu segue com o discurso bélico em defesa do novo Código Florestal, além de repetir as argumentações anteriores: a conspiração internacional de ONGs contra os interesses do Brasil, a pujança do agronegócio brasileiro na produção de alimentos para o mundo, a “oportuna coincidência” da revelação de relatórios de organismos da ONU preocupados com a devastação ambiental no momento de discussão da nova legislação ambiental etc.<sup>505</sup> A senadora argumenta que os críticos das anistias e liberações promovidas pela nova legislação induziriam a redução das áreas de plantio. Por consequência, a redução da ocupação fundiária acarretaria a diminuição da produção de alimentos para a população. Kátia Abreu classifica as posições ambientalistas como um “crime de lesa-humanidade” movido apenas por interesses de guerra comercial: “Não são movidos pelo bom-senso, mas pela ideologia e pela guerra comercial. O que propõem configura crime de lesa-humanidade. Nada menos”.

No início de novembro de 2011, a tramitação pelas Comissões revelou novamente a capacidade de pressão dos ruralistas em impor suas pautas e passar por cima dos acordos firmados com o governo federal, o que denota a incapacidade do Executivo em conseguir o compromisso dos parlamentares da FPA em cumprir os acordos firmados mesmo fazendo gestos de conciliação. Segundo a *Folha*, os ruralistas ameaçaram retirar do texto-base a obrigatoriedade de recomposição de áreas de preservação permanente nas margens dos rios para qualquer propriedade rural.<sup>506</sup> Conforme o texto, os proprietários em áreas de margens de rios de até 10 metros de largura deveriam recompor ao menos 15 metros de mata ciliar. Como resultado da pressão e da concessão do governo, o relator flexibilizou o parecer, isentando os pequenos e médios proprietários de recomporem as áreas desmatadas em suas propriedades, independente da localização, atendendo assim ao pleito imposto pelos ruralistas e rompendo mais um acordo com o governo.

Na véspera da votação do parecer na Comissão de Meio Ambiente, em 23 de novembro de 2011, último passo antes da ida ao plenário, os ruralistas fizeram novas ameaças. Dessa vez, indicaram obstrução da votação do parecer caso o governo não recuasse das propostas apresentadas no dia 21 pelo senador Jorge Viana (PT-AC), líder do governo nas negociações. Caso ocorresse a obstrução, o governo ver-se-ia forçado a desgastar-se politicamente com a bancada ruralista, além da

---

505 ABREU, Kátia. Crime de lesa-humanidade. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 out. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18931&anchor=5731909&pd=1639fa24c4052a149f3151b889c1ebe7> . Acesso em: 05 dez. 2022.

506 ANGELO, Claudio. Governo faz nova concessão a ruralistas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 nov. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18943&anchor=5733544&pd=05ea5a4fd8b73b989d45815853542a34> . Acesso em: 05 dez. 2022.

possibilidade do adiamento da votação gerar constrangimentos para a presidenta Dilma às vésperas do Brasil sediar a conferência ambiental Rio + 20. Viana havia apresentado três propostas que desagradaram a FPA: a inclusão de restrições para a produção em encostas, anistias somente para pequenos proprietários e faixas mínimas para recuperação de áreas em APPs. Segundo Kátia Abreu, as propostas seriam um “retrocesso”.<sup>507</sup>

As ameaças surtiriam efeito e novamente o governo cedeu aos ruralistas. De acordo com a *Folha*, as concessões garantiram a aprovação na Comissão de Meio Ambiente.<sup>508</sup> O governo cedeu nos pontos questionados e outros, permitindo a pecuária e a produção agrícola em encostas com inclinação entre 25 graus e 45 graus, anulando as multas para desmatadores em áreas permitidas apenas com licença ambiental e facilitando a regularização das áreas desmatadas ilegalmente, dispensando a negociação com o Ministério Público e exigindo apenas a assinatura de um termo de compromisso de recuperação das áreas. Os representantes da bancada ruralista celebraram. Kátia Abreu, revelando a real preocupação do empresariado com a aprovação da nova legislação ambiental, afirmou: o agronegócio “só é um passivo na imaginação ideológica de quem sustenta que o Brasil deve ser a reserva florestal do mundo”.

No dia 06 de dezembro, após todas as pressões dos ruralistas e concessões do governo, finalmente o texto-base foi ao plenário do Senado, que aprovou o Substitutivo ao projeto de lei do novo Código Florestal. Após essa aprovação, o projeto retornaria para novas emendas na Câmara dos Deputados e posteriormente para sanção como lei pela Presidência. Antes mesmo da ida para a Câmara e da sanção presidencial, é possível realizar algumas conclusões a partir das sinalizações sobre o poder político do agronegócio trazidas pelo processo de tramitação do Código Florestal no Congresso Nacional.

Em primeiro lugar, a tramitação do novo Código Florestal, transcorrida ao longo de quase 12 anos, indica o crescimento da capacidade de pressão e de organização dos parlamentares da bancada ruralista e dos representantes do empresariado do agronegócio. Essa capacidade não se apresentou apenas como possibilidade, mas como competência para impor e concretizar as demandas dos setores do agronegócio. A força política do setor cresceu em paralelo ao aumento do poder econômico da exportação primária entre as duas primeiras décadas dos anos 2000. A trajetória das discussões em torno do Código Florestal, ocorrida em paralelo às transformações na estrutura

---

507 Ruralistas devem obstruir votação do Código Florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 nov. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18956&anchor=5735273&pd=4557c2536accf0b4da4b30c8f3061a4d> . Acesso em: 05 dez. 2022.

508 ANGELO, Claudio; FALCÃO, Márcio. Concessão a ruralistas faz Código Florestal avançar. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 nov. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18957&anchor=5735366&pd=1340c0d963c50683bb2c806a54edd832> . Acesso em: 05 dez. 2022.

produtiva nacional naquele período, sinaliza uma mudança de qualidade no poder político das frações burguesas associadas ao agronegócio. As seguidas concessões do governo federal às exigências dos parlamentares, em conjunto com a elevação do tom das pressões dos representantes do agronegócio, não ocorreram em qualquer período, mas em um momento específico da conjuntura nacional.

A partir da documentação analisada neste capítulo, verificou-se que entre os anos de 2011 e 2012 a capacidade de pressão da representação parlamentar do agronegócio atingiu um nível elevado de capacidade de imposição de pautas no debate público e de concretização de medidas políticas em prol da produção primário-exportadora. Quando as ações da representação parlamentar do agronegócio são colocadas em contexto com o crescimento do poder econômico do setor, denota-se um movimento de ofensiva. Para exemplificar de forma mais evidente esse salto qualitativo da ação política do agronegócio, observe-se o posicionamento dos parlamentares momentos após a aprovação do Código Florestal no Senado.

Matéria da *Folha*, de 01 de janeiro de 2012, apresentou uma notícia informando os planos da bancada ruralista para o ano que começava. De acordo com o jornal, a bancada, fortalecida pelas discussões do Código Florestal, tinha como objetivo votar uma lei transferindo para o Congresso Nacional a prerrogativa de demarcação de terras indígenas e quilombolas, prerrogativa do Executivo. As palavras do deputado Moreira Mendes (PSD-RO), líder da FPA naquele momento, demonstram abertamente o movimento de ofensiva do setor:

A bancada ruralista sempre foi muito pela camisa, não uma coisa construída a partir de uma base. Agora estamos construindo uma base no Brasil todo. Tem gente que acha que nós deveríamos fechar o país e ficar só com índio e quilombola. É a farra dos quilombolas. Sempre tem ONGs por trás disso.<sup>509</sup>

É possível identificar nas palavras da liderança da FPA uma passagem aberta à ofensiva do agronegócio. O que esta Tese busca demonstrar, é que a passagem para o ataque é indissociável da pujança econômica atingida pelo setor no período de reestruturação produtiva e consequente reprimarização da economia nacional. A imensa capacidade de organizar e de influenciar o debate político não pode esconder os interesses econômicos aos quais a atividade política da FPA estava a serviço.

Mais um exemplo que corrobora a relação íntima entre o poder político e o econômico do agronegócio por trás da aprovação do novo Código Florestal pode ser verificada em um fato

---

509 ANGELO, Claudio. Bancada ruralista quer dificultar demarcações de reservas de terra. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 01 jan. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18995&anchor=5740830&pd=35c6648ef1b64d9583f1ec8894994ee4>. Acesso em: 05 dez. 2022.

revelado pela *Folha*. De acordo com o jornal, a nova legislação permitiria a anistia de financiadores de campanhas de um número expressivo de parlamentares, membros da bancada ruralista ou não. A partir do cruzamento dos autos de infração do Ibama com as doações eleitorais realizadas para as eleições de 2010, a reportagem revelou que empresas punidas por desmatamento de vegetação nativa e em áreas de preservação permanente seriam beneficiadas pela nova regulamentação. Empresas como SLC Agrícola, Fibria, Veracel Celulose, Suzano Celulose, Bedin Agropecuária e MMX, com multas aplicadas na casa dos milhões de reais, estavam entre as principais doadoras de 50 políticos.<sup>510</sup>

Quando observados os trâmites finais do novo Código Florestal, como o retorno do texto à Câmara dos Deputados, percebe-se a continuidade da ofensiva dos ruralistas. Nesta fase da tramitação do projeto de lei, a bancada do agronegócio desejava modificar o texto-base do Senado, que era considerado pelo governo e por outros setores como o que mais equilibrava os interesses do agronegócio e dos ambientalistas. O suposto equilíbrio entre necessidade de preservação ambiental e a adequação da legislação ao patamar da produção da agricultura brasileira foi a tônica de diversos setores, como observado nas matérias, artigos e editoriais veiculados pela *Folha* entre o período de retorno do projeto para a Câmara, em dezembro de 2011, e a sanção presidencial, em maio de 2012. Nos cinco meses entre os dois eventos, as tensões entre o governo federal e a bancada ruralista no Congresso seguiriam em temperatura elevada, o que corrobora o caráter de ofensiva do agronegócio e o emparedamento do governo Dilma por essas pressões. Ao retomar os trabalhos na Câmara, em março de 2012, o relator Paulo Piau (PMDB-MG) apresentou nova emenda ao texto-base derrubando os pontos que permitiram o acordo no Senado, deixando o projeto de lei original, baseado no parecer de Aldo Rebelo, aprovado pela Câmara em maio de 2011. Entre esses pontos, o relator retirou a medida que bloqueava o acesso ao crédito de quem não aderisse ao programa de regularização ambiental, deixou indefinida a situação da recuperação das matas nas margens de rios, que geraria uma anistia aos desmates nas APPs.<sup>511</sup>

Entre os meses de março e abril de 2012, as pressões e ameaças dos lados em disputa dariam a tônica da tramitação final do Código Florestal. Confrontando as novas pressões dos ruralistas, Dilma Rousseff ameaçava vetar partes ou até mesmo integralmente o projeto de lei, medida que traria

---

510 VAZ, Lúcio. Novo Código anistia multas dos doadores de 50 políticos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 dez. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18970&anchor=5737569&pd=689ba61c90804a30a722425cb70595d2>. Acesso em: 05 dez. 2022.

511 ANGELO, Claudio; CABRAL, Maria Clara; FALCÃO, Márcio. Relator altera código e agrada ruralistas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 08 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19062&anchor=5749703&pd=08e6d4b19ce9a3f98cb7648f8aaa0616>. Acesso em: 05 dez. 2022.



custos altos para o governo.<sup>512</sup> O governo viu-se ameaçado por uma rebelião no Congresso, pois o veto era combatido com a ameaça de não serem votados outros textos de interesses do governo, como a Lei Geral da Copa do Mundo, a ser sediada no Brasil em 2014.<sup>513</sup>

No intervalo dessas contendas, os editoriais da *Folha* no período apresentaram posições com um alinhamento menos automático às posições da bancada ruralista na Câmara dos Deputados. Em cinco editoriais publicados entre março e maio de 2012, o jornal apoiou as possibilidades de veto do governo Dilma, utilizando principalmente o argumento de que o texto aprovado no Senado era o mais equilibrado. Como afirmado acima, uma das tônicas dos debates naquele momento era apelar para um consenso entre as posições do agronegócio e as posições dos críticos às mudanças na legislação ambiental que aumentassem as pressões sobre o meio ambiente.

No editorial de 20 de março (“Código ameaçador”), a *Folha* adotou um tom bastante crítico aos posicionamentos da FPA, denominando-a como “bancada da fisiologia”. Nesse texto, o jornal explicita a posição de equilíbrio que deveria prevalecer no Código Florestal, acordo possível no texto aprovado no Senado: “O Senado alinhavou (...) o acordo possível entre duas ordens de interesses legítimos e decisivos para o país: manter em expansão o produto da agropecuária e conservar o maior patrimônio de florestas tropicais e biodiversidade (...) do mundo”.<sup>514</sup> Já em 28 de abril (“Sobre leis e florestas”), a *Folha* afirmava que o texto da Câmara “desequilibra o almejado balanço entre produção agropecuária e preservação ambiental no Brasil”, denominando, ainda, a bancada ruralista de “facção”, no estilo jornalístico utilizado pela mídia empresarial para referir-se aos grupos armados do narcotráfico nas grandes cidades do país.<sup>515</sup>

---

512 ANGELO, Claudio; FALCÃO, Márcio; NERY, Natuza. Em meio a crise, Planalto ameaça vetar lei ambiental. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19073&anchor=5754311&pd=baa669f152b88513575c0a5ebc6933a1>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ANGELO, Claudio; CABRAL, Maria Clara. Planalto avalia votar Código Florestal, mas ameaça veto. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19081&anchor=5763673&pd=2391f7b270c7f4ff67a0a565f07ff6e8>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ANGELO, Claudio; CRUZ, Valdo. Dilma ameaça vetar texto do Código Florestal e editar MP. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 abr. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19109&anchor=5780969&pd=d1ab2bfc14b9a266d8e97590186293f1>. Acesso em: 05 dez. 2022.

513 CABRAL, Maria Clara; FALCÃO, Márcio; NERY, Natuza. Mais dois focos de rebelião ameaçam Dilma na Câmara. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19072&anchor=5754097&pd=84fc004c2eb84d3c24b0d2557e1e9eaf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

514 EDITORIAL. Código ameaçador. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19074&anchor=5755095&pd=7fa423c1d14d5350467d0fae9ce72ddd>. Acesso em: 05 dez. 2022.

515 Idem. Sobre leis e florestas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 abr. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19113&anchor=5783732&pd=3a43fea4149706684532bc5cec4efe15>. Acesso em: 05 dez. 2022.



No editorial do final de abril, o jornal apoiava os vetos pretendidos por Dilma, posição que ficaria ainda mais evidente no posicionamento do dia 07 de maio (“Veta em parte, Dilma”).<sup>516</sup> Verifica-se mais uma vez o argumento de que o texto do Senado foi um acordo possível que trouxe uma solução “equilibrada e realista” entre os anseios do setor agrícola e ambientalistas. Sobre os acordos e concessões do governo federal para construir um texto de consenso, a *Folha* afirmava: “Imaginou-se (...) que, a despeito dos antagonismos, surgiria um conjunto de normas capaz de dar ao país garantias de que a atividade econômica e natureza poderiam conviver dentro de parâmetros rígidos, mas razoáveis.” Mais importante, identificando o jogo em disputa, o editorial reconhece o emparedamento do governo Dilma por parte da bancada ruralista, em uma demonstração de força dos representantes do agronegócio: “a bancada ruralista na Câmara (...) promoveu um retrocesso em relação ao texto aprovado no Senado, a título não apenas de defender seus interesses, mas de impingir uma demonstração de força à presidente Dilma Rousseff”. Por fim, defendendo a necessidade de soluções que reequilibrassem o Código Florestal, o jornal encerra pedindo que a presidenta vete ao menos o artigo referente à recomposição das matas nas margens dos rios, um dos principais pontos de controvérsia. Após os vetos e a sanção presidencial, tornando o projeto de lei debatido desde 1999 na Lei 12.651/2012, a *Folha* reconheceu que o Código Florestal foi recomposto pela “solução mais equilibrada” de Dilma.<sup>517</sup>

É importante salientar que nos debates ocorridos entre o retorno do projeto para Câmara até os vetos de Dilma e a sanção da Lei, os representantes das correntes do agronegócio dentro e fora do governo seguiram na busca pela construção de consensos em torno das demandas do setor, como mostrou a *Folha*. Em 5 de abril de 2012, ministro da Agricultura do governo Dilma, Mendes Ribeiro Filho, publicou artigo defendendo as soluções de equilíbrio entre produção e preservação, afirmando que o novo Código Florestal traria paz e segurança para o campo. Em um tom conciliador, afirmava que “os que produzem e os que preservam estão lado a lado, ocupando o mesmo espaço.”<sup>518</sup> Em geral, o ministro defende o código com o argumento de que haveria satisfação para todas as partes interessadas, inclusive com a possibilidade de que a legislação poderia ser modificada ao longo do tempo.

---

516 EDITORIAL. Veta em parte, Dilma. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 maio 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19122&anchor=5785937&pd=c4d84c500bb134cea0e0648fc80179ee> . Acesso em: 05 dez. 2022.

517 EDITORIAL. Código recomposto. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 maio 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19141&anchor=5789398&pd=4f4bff077c3899ecfe6239610ed23bd5> . Acesso em: 05 dez. 2022.

518 RIBEIRO FILHO, Mendes. Código Florestal, paz e segurança no campo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 abr. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19090&anchor=5771142&pd=0d139d2c18cd112fe786416b7f4858a1> . Acesso em: 05 dez. 2022.

No dia 21 de abril, utilizando o mesmo argumento da segurança para a produção do agronegócio, Antonio Alvarenga, presidente da tradicional Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), afirmava que o novo Código Florestal traria “mais tranquilidade e segurança aos produtores rurais – verdadeiros heróis da nossa economia.”<sup>519</sup> Assim como diversos atores aqui observados, o apelo era pelo equilíbrio que o texto a ser sancionado trazia. Por outro lado, apesar da tranquilidade jurídica garantida pela nova legislação, o presidente da SNA realizou severas críticas aos opositores do novo Código: “alarmistas de plantão”, “ingênuos (...) motivados por um ideal conservacionista, sem qualquer reflexão (...) que defendem com paixão extremada”, são alguns dos predicados utilizados por Alvarenga. Como de costume no empresariado do setor, repetem-se as argumentações sobre a potência do agronegócio brasileiro e a vocação do Brasil como fornecedor mundial de alimentos.

Kátia Abreu, em artigo publicado às vésperas da entrada em vigor do novo Código Florestal, acusava novamente a “utopia ambientalista” como inimiga dos interesses do Brasil. Segundo a senadora, os críticos do Código colocariam a preservação ambiental na frente das necessidades alimentares da população brasileira e mundial. Jogando no colo da presidenta as consequências que passaria caso vetasse o Código Florestal, Abreu afirmava: “Agora está nas mão da nossa presidente, a quem cabe decidir, imune a pressões, o que é melhor para sermos um país rico, um país sem miséria, que é a grande meta da sua gestão.”<sup>520</sup> Ainda conforme Kátia Abreu, o Brasil não poderia abrir mão de sua capacidade produtiva por conta da preservação ambiental, visto que o país já teria a maior área de preservação do mundo.

No fim das contas, a sanção do novo Código Florestal pela presidenta Dilma ocorreu após alguns vetos, mas sem alterar na essência o afrouxamento da legislação ambiental. Foram concedidas anistias aos desmatamentos ocorridos em pequenas propriedades até a data de 22 de julho de 2008, sendo essas propriedades liberadas de reserva legal. Uma das principais críticas a nova legislação referia-se a esse ponto. Outra medida permitida pelo novo Código foi a exclusão das APPs as encostas entre 25 e 45 graus de inclinação, sendo permitida a produção nessas faixas. Por outro lado, Dilma vetou o artigo que exigia recomposição de 15 metros em margens de rios. A intenção seria exigir a recomposição de acordo com o tamanho das propriedades. Em relação aos vetos da presidenta, considerando que as medidas atenderam a todos igualmente, Kátia Abreu afirmou: “A caneta verde e amarela funcionou direitinho. As coisas melhoraram para os pequenos produtores.”

---

519 ALVARENGA, Antonio. Tranquilidade e segurança no campo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 abr. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19106&anchor=5780263&pd=21a6a7f1073797d7b1e6c2aca1f69336> . Acesso em: 05 dez. 2022.

520 ABREU, Kátia. Um código florestal para o Brasil. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 maio 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19127&anchor=5786472&pd=4c58ff1a14c89b0c71cbbd9e1368491b> . Acesso em: 05 dez. 2022.

O empresariado do agronegócio compreende o novo Código Florestal como um marco para o setor. Em 2022, no evento da Frente Parlamentar da Agropecuária em comemoração aos 10 anos da promulgação do novo Código, Nilson Leitão, presidente do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), destacando o “árido trabalho realizado dentro e fora do Congresso Nacional”, afirmou que “a lei é um divisor de águas para o país”. Ainda de acordo com Leitão, verbalizando a compreensão da posição assumida pela fração em relação ao conjunto da classe dominante, asseverava: “O Brasil é o país do agro e prova isso a cada conquista”. Ao final do evento, a entidade entregou o Prêmio FPA na categoria Atuação Política para Aldo Rebelo. Representado por seu filho, o relator do Código na Câmara dos deputados afirmou: “temos a lei que deu paz e segurança jurídica aos agricultores para produzir alimentos para o Brasil e o mundo. É a imagem que o Código Florestal passa para cada brasileiro e mundo afora, de uma lei de respeito”.<sup>521</sup>

---

521 AUGUSTO, Guilherme. FPA comemora os 10 anos do Código Florestal. **Agência FPA**. Brasília, 31 maio 2022. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2022/05/31/fpa-comemora-os-10-anos-do-codigo-florestal/> . Acesso em: 5 dez. 2022.

## 7. A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO DOMINANTE: ANÁLISE DA CAMPANHA “AGRO: INDÚSTRIA-RIQUEZA DO BRASIL”

Na busca pela consolidação da supremacia de seu projeto político e econômico perante a sociedade civil, o empresariado do agronegócio esforça-se em construir consensos positivos sobre o setor produtivo nas primeiras décadas do século XXI. Neste período, serão elaborados espaços de difusão de discursos exaltando o agronegócio, como as feiras agropecuárias, as manifestações culturais diversas, como músicas, rodeios e telenovelas, além de publicidades das mercadorias produzidas pelo setor.<sup>522</sup>

A campanha de *marketing* “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” é ilustrativa da tentativa de construção da hegemonia do agronegócio na última década, ao condensar os discursos positivos sobre o setor e apresentá-los em escala nacional, massificando-os. O projeto empenhou-se em identificar o agronegócio como a atividade que congrega os interesses do conjunto da sociedade, já que, segundo os representantes desta fração do empresariado, além de ser o setor mais dinâmico da economia nacional, estaria presente na vida de todos os brasileiros, consumidores das mercadorias agroindustriais mesmo sem sabê-las.

Notabilizada pelo *slogan* “Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo”, a campanha veiculada desde 2016 no maior grupo da mídia empresarial brasileira, a Rede Globo de Televisão, procura solidificar nacionalmente uma visão favorável ao agronegócio. Por meio da inserção de vídeos curtos na programação diária da emissora, bem como em seu portal eletrônico (G1), a propaganda busca reforçar o discurso da imprescindibilidade do agronegócio para a vida de toda sociedade brasileira.

O propósito de demarcar a relevância desta campanha no conjunto das disputas por hegemonia na classe dominante brasileira nas primeiras décadas do século XXI deve-se ao fato da ação de *marketing* veiculada pela Globo representar mais do que uma mera veiculação de imagens e discursos de divulgação comercial do setor. A série publicitária insere-se em um esforço ampliado de conformação de um consenso dominante favorável ao empresariado do agronegócio. As análises realizadas por esta pesquisa nas peças produzidas pela campanha, detalhando os discursos sintetizados nos vídeos promocionais, revelaram o entrelaçamento de interesses de múltiplos agentes, como a própria mídia empresarial e as entidades que representam as frações de classe do empresariado do agronegócio. Não se trata apenas de mais um anúncio destinado ao aumento do consumo de mercadorias agrícolas e agroindustriais.

---

522 Cf. CHÃ, Ana Manoela. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

As amostras selecionadas para esta pesquisa e detalhadas adiante, demonstram que a campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” ilustra a tentativa das frações do agronegócio em afirmar a supremacia de seu poder político e econômico, conquistada na trilha da reconfiguração da estrutura produtiva brasileira nas últimas décadas. O setor, em vista de consolidar o seu reposicionamento nas estruturas dos poderes políticos e econômicos, mostrando-se como um agente fundamental no cenário de reestruturação produtiva, busca transmitir para a sociedade um discurso de afirmação de seus projetos. Com essa ação, objetiva-se reforçar, entre outras características, a noção de que os interesses do agronegócio não são apenas do empresariado, mas de todo o país. Por meio da síntese de alguns discursos, como o da integração entre agricultura indústria e comércio, a importância da perspectiva intersetorial, objetiva-se corroborar a hegemonia política e econômica do setor. Assim, por meio da divulgação de vídeos com direcionamento editorial favorável, construir uma imagem sem distinção entre os interesses particulares do empresariado e os interesses coletivos.

Outro sinal da relevância de se observar os discursos produzidos pelas frações da classe dominante brasileira relaciona-se ao fato de que campanha fornecer elementos para a compreensão das formas de dominação exercidas pelo empresariado. Neste sentido, Regina Bruno indica a necessidade de entender “o modo como porta-vozes do patronato rural e do agronegócio fazem uso da *linguagem* no processo de construção da dominação”<sup>523</sup>, no período de consolidação da hegemonia do agronegócio, iniciada na década de 1980 e consolidada nas primeiras décadas de 2000. São supostos que se encontram nos argumentos das lideranças do empresariado no período, a difusão de discursos associando o agronegócio a um sinônimo de união e de sucesso, a expressão da modernidade e do desenvolvimento. A campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” expressa essa tentativa de elaborar uma síntese das visões construídas de si e massificadas para o conjunto da sociedade.

Dentro desse contexto, foram realizadas análises das peças produzidas pela campanha “Agro”, buscando evidenciá-la como um dos marcos do êxito do projeto longamente construído e consolidado pelas frações do agronegócio nas últimas décadas. No sentido apontado por Bruno, identificou-se na campanha o estabelecimento de uma “nova retórica de legitimação”, que atualiza concepções e práticas do agronegócio como “meio de reprodução da dominação patronal”.<sup>524</sup> Nestas análises, intentou-se relacionar os discursos apresentados nos vídeos do projeto – que informam dados de produção, ressaltam a importância de determinadas mercadorias agroindustriais, reforça sentidos comuns positivos ao setor – ao discurso que permeia o imaginário do empresariado do

---

523 BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. In: VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 2010, Porto de Galinhas. **Anais**. (grifo nosso)

524 Ibidem.

agronegócio nas últimas décadas, conforme Bruno: “a construção de uma imagem de si e da classe como portadoras de capacidades, qualidades e potencialidades necessárias ao desempenho da hegemonia realimentadas do sentimento de superioridade”<sup>525</sup>

No auxílio da compreensão dos sentidos dado à campanha, foi fundamental para as conclusões acerca dos seus objetivos, para além de meras deduções, as observações concedidas por um agente central na construção do projeto, o coordenador inicial da campanha, o diretor de *marketing* da Rede Globo, Roberto Schmidt. Em palestra concedida ao congresso anual do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG), em 2017, o executivo da Rede Globo apresentou as diretrizes e as visões que fundamentaram a campanha, revelando elementos importantes para a entendimento da mesma.<sup>526</sup> A direção da Rede Globo teve um papel destacado tanto na formulação quanto na divulgação do ideário do agronegócio, como pode ser visto a seguir.

#### Imagem 1 – Logomarcas da campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”



### 7.1 Delimitações teóricas acerca da análise de discurso por meio dos filmes

525 BRUNO, Regina. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e *habitus* de classe. *Trabalho Necessário*, v. 20, n. 41, 2022, p. 2.

526 SINDAG. *Comunicação e Agronegócio*: Roberto Schmidt – Dir. Plan. Marketing Globo. Canela: YouTube, 2017. 1 vídeo (49 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=twUHRsX0rj8&t=2550s>. Acesso em: 13 ago. 2022.

Antes de detalhar os objetivos da campanha e o papel da emissora Globo na veiculação, é importante traçar algumas considerações. Em relação aos filmes, os estudos sobre as relações entre produções audiovisuais e a História conforma um campo vasto e estabelecido, tendo em historiadores como Marc Ferro, Pierre Sorlin e Marcos Napolitano algumas de suas referências.<sup>527</sup> Ao utilizar a análise do discurso audiovisual neste ponto desta Tese, cabe indicar algumas observações metodológicas que justificam a utilização de tal suporte para demonstrar a construção de consenso e de hegemonia por parte do empresariado do agronegócio.

De acordo com os teóricos referenciados, as fontes audiovisuais, de forma geral, não reproduzem a realidade e nem apenas a ilustram. Ao contrário, os filmes reconstróem a realidade com base em uma linguagem própria e influenciada pelo contexto histórico de produção. No documento audiovisual, os filmes entendidos como fonte para a análise histórica, não se busca depreender vestígios de autenticidade ou uma fidelidade das representações em relação ao que ocorreu. Antes, os materiais devem ser compreendidos como vetores de discursos elaborados no presente, que necessitam ser entendidos em sua integralidade. Em certa medida independentes, os discursos promovidos pelos filmes precisam ser abordados a partir das especificidades e das regras do discurso audiovisual, o que envolve a observação dos papéis dos signos, dos símbolos, das linguagens, dos gêneros e das técnicas próprias ao universo audiovisual. Portanto, analisar os vídeos da campanha “Agro” justifica-se pelo fato de serem documentos que podem informar as representações elaboradas pelo agronegócio, as elaborações de discursos sobre si voltados para fora da classe.

Conforme a metodologia dos estudos envolvendo filmes e História, três aspectos fundamentais devem ser considerados para a análise fílmica: verificar os elementos que o compõe, como conteúdo, roteiro, trilha sonora; o contexto social e político da produção; e a recepção das produções pela audiência. Sendo assim, partindo dessas considerações, são selecionados e analisados os vídeos da campanha “Agro” a partir da percepção de que são documentos que podem informar as representações elaboradas pelo agronegócio, as elaborações dos discursos sobre si projetados para fora da classe por meio de recursos e linguagens audiovisuais.

Por fim, mas não menos importante, é necessário ressaltar que o fato da campanha “Agro” ter sido produzida em período posterior ao recorte desta Tese, não configura anacronismo ou teleologia das análises. O que se objetivou ao elencar a campanha como objeto de estudo é o fato de considerar que tal ação ilustra o sucesso do estabelecimento da primazia do empresariado do agronegócio,

---

527 Cf. FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010; NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a História depois do papel. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008; SORLIN, Pierre. **Sociologia del cine**. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

empreendida em um longo processo iniciado em décadas anteriores. Portanto, a realização de uma análise sobre a campanha busca evidenciar elementos que consagram a ideologia do agronegócio na disputa por hegemonia. Ainda que se expressam em momento posterior, foram construídos por um longo processo.

## 7.2 A construção da campanha: as relações entre a Globo e o agronegócio

Apresentada ao público da Globo pela primeira vez em junho de 2016, a campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” não foi uma peça encomendada para agências publicitárias.<sup>528</sup> Na direção do projeto, definindo o que se queria veicular, estava a própria Rede Globo, por meio das gerências de *Marketing* e de Comunicação da emissora.<sup>529</sup> Planejada inicialmente para durar dois anos,<sup>530</sup> o objetivo central da campanha, segundo Roberto Schmidt, era “levantar a cadeia do agronegócio, mostrar quão importante ele é”. No processo de exaltação da grande produção agroindustrial brasileira, estavam embutidos os discursos historicamente construídos pela “ideologia do agronegócio”: a compreensão intersetorial; a representatividade do setor no PIB; a integração de cadeias industriais, agrícolas e de comércio; a inexistência de diferenciação entre modalidades de agricultura, sendo a agricultura familiar ou latifundiária componentes de um mesmo setor; a presença do agronegócio em todas as camadas da vida das pessoas etc.

Não é absurdo pensar que uma campanha de grande porte, de veiculação diária no canal de TV aberta do “maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil”, não se vincule a interesses caros à emissora. Mas afinal, quais seriam as relações de uma empresa de telecomunicações com o agronegócio? A crença em um projeto ou interesses comuns? Esta é uma questão que exigiria investigações mais detalhadas que fogem do escopo desta pesquisa, mas é possível levantar algumas evidências que ajudam a entender as relações entre as partes. Uma primeira evidência a ser destacada é o fato da Globo Comunicação e Participações S.A, empresa do Grupo Globo (Organizações Globo Participações S.A),<sup>531</sup> ser uma das associadas à Associação Brasileira do

---

528 Para fins de melhor fluidez no texto, a partir deste momento a campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” será referenciada na maior parte das ocorrências no texto pelo termo “Agro”.

529 Agronegócio é valorizado em campanha da Rede Globo. **G1**. 01 set. 2016. Disponível em: <http://glo.bo/2dO7BRA>. Acesso em: 13 ago. 2022.

530 Até a conclusão da redação desta Tese, no final de 2022, a campanha ainda encontrava-se ativa nos meios de comunicação da Rede Globo. Portanto, estava no ar há 6 anos.

531 A estrutura das empresas do Grupo Globo está disponível em: <https://grupoglobo.globo.com/>. Acesso em: 13 ago. 2022.



Agronegócio (Abag) no período de lançamento da campanha, fato destacado nos Relatórios de Atividades da Abag<sup>532</sup> e na publicação comemorativa dos 20 anos da entidade empresarial.<sup>533</sup>

Ilustrando o peso da campanha para a emissora, o anúncio para o público do início da veiculação da ação ocorreu em uma inserção no principal telejornal diário da empresa, o *Jornal Nacional*.<sup>534</sup> Em 11 de junho de 2016, em horário nobre, foi veiculada matéria de quase três minutos apresentando o mote do projeto “Agro”, destacando o agronegócio como o motor da economia mesmo em tempos de crise econômica,<sup>535</sup> além de um elemento presente na vida cotidiana das pessoas. Em uma casa de uma família de classe média, são apresentados produtos de origem da agropecuária e da agroindústria. Ovos, frango, calçados, roupas e remédios são anunciadas como mercadorias de uma mesma origem, o agronegócio. “Os detalhes desta saga e o papel do campo na nossa vida estarão todos os dias na tela da Globo, na forma de pequenas mensagens chamadas *Agro*”, conclui o âncora do telejornal. Logo na primeira inserção pública da campanha, fica evidente o esforço de associação da imagem do agronegócio para além de uma atividade produtiva do campo. Além disso, é visível o apagamento do caráter mercantil da atividade, camuflando o sufixo *negócio* do termo, transformando *Agro* em uma marca referente a totalidade da produção agropecuária e agroindustrial, o *slogan* de um estilo de vida.

O papel da Globo na execução do projeto de exaltação do agronegócio não foi trivial, sendo reconhecida como agente relevante pelas diversas entidades empresariais do setor. Em discurso em homenagem à emissora pela veiculação da campanha, Antonio Alvarenga, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), enalteceu a importância do projeto: “Nos 120 anos da Sociedade Nacional de Agricultura, nunca houve uma campanha de valorização do agronegócio tão bem elaborada e eficiente quanto essa, que está sendo veiculada pela Globo”.<sup>536</sup> A cerimônia contou com a presença do diretor-geral da emissora, Carlos Henrique Schroder, que reafirmou o envolvimento direto da Globo no projeto de valorização da ideologia do agronegócio: “quando criamos o projeto ‘Agro: A indústria-riqueza no Brasil’, no ano passado, pensamos em como seria importante mostrar,

---

532 Até o ano de 2019, a Globo aparecia nas publicações dos relatórios anuais das atividades da Abag como empresa associada da entidade.

533 ABAG. **Publicação Comemorativa dos 20 anos da ABAG**, 2013. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Caderno-20-anos-reviso%CC%83es-grafica-min.pdf> Acesso em: 13 ago. 2022.

534 Mesmo com a economia em crise, a agropecuária avança no Brasil. **G1**. 11 jun. 2016. Disponível em <http://glo.bo/1U1Nt8N>. Acesso em: 13 ago. 2022.

535 A campanha iniciou em um momento de recessão econômica da economia brasileira, período que apresentou retração do PIB em 2015 e 2016, de queda de 3,8% e 3,6%, respectivamente. Além disso, encontrava-se em pleno curso o golpe parlamentar contra a presidência de Dilma Rousseff, que se encontrava afastada do poder pela Câmara dos Deputados desde abril e viria a ser afastada em definitivo pelo Senado em agosto do mesmo ano.

536 SNA homenageia Globo por campanha ‘Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo’. **SNA NEWS**. Rio de Janeiro, 31 jan. 2017. Disponível em: <http://sna.agr.br/sna-homenageia-globo-por-campanha-agro-e-tech-agro-e-pop-agro-e-tudo/>. Acesso em: 13 ago 2022.

na programação da emissora, a eficiência e a competência do agronegócio brasileiro e sua posição de vanguarda no cenário mundial”. A cerimônia também teve a presença de outras figuras de destaque do agronegócio naquela conjuntura, como a Senadora Kátia Abreu, ex-ministra da Agricultura e ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o presidente da Abag, Luiz Carlos Corrêa de Carvalho.

A Abag reservou um lugar de destaque para homenagear o trabalho desenvolvido pela Rede Globo. Durante o Congresso anual da entidade, em 2017, o presidente da entidade prestou “uma justa homenagem” ao papel da emissora no trabalho de comunicação, considerado uma “peça fundamental para dar sustentação e reputação à nossa produção de alimentos, fibras e energia renovável”. De acordo com a Abag, a veiculação da campanha “Agro” possibilitou massificar os discursos do setor para os “quatro cantos do país”, além de trazer notoriedade para o setor e aproximar as atividades rurais do mundo urbano.<sup>537</sup>

O alcance e a capilaridade da empresa justificam o reconhecimento dado à Rede Globo por parte do empresariado do agronegócio, bem como o histórico da emissora em destacar o setor em sua grade de programação. A campanha “Agro” não foi a primeira produção audiovisual da emissora voltada para o mundo rural e para a produção agroindustrial. Muito menos o primeiro produto direcionado para as disputas simbólicas, que buscavam afirmar a supremacia de projetos empresariais para o campo.

Desde a década de 1960, peças publicitárias promovem os benefícios da industrialização da agricultura.<sup>538</sup> Villas Bôas indica a existência de uma relação íntima entre os produtos da Indústria Cultural e a questão agrária. Em um momento de fortalecimento do mercado publicitário do país, o autor destaca o vínculo das propagandas com a agroindústria ao analisar as peças que indicavam as vantagens do uso intensivo de insumos industriais e o plantio de larga escala. Villas Bôas argumenta que a implementação dos pacotes tecnológicos para a agricultura promovidos pela “Revolução Verde” e pela “modernização conservadora” tiveram influência decisiva da Indústria Cultural, ao produzir discursos que exaltavam o trabalho no campo (mesmo em um período de intenso êxodo rural), além de normalizar e incentivar o uso de máquinas, equipamentos e insumos químicos para a agropecuária.

No início do ano de 1980, a Globo veiculou o programa *Globo Rural*, no qual apresentava cotações do mercado, matérias direcionadas para os diversos setores rurais e a divulgação de feiras

---

537 ABAG. **Relatório de atividades 2017**: Resumo das principais ações desenvolvidas no ano pela entidade que representa e congrega todas as cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/relatorio-de-atividades-2018-FINAL-min.pdf> Acesso em: 13 ago. 2022.

538 VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. Novo ciclo de modernização conservadora: Indústria cultural e reconfiguração da Hegemonia. **REBELA**, v. 1, n. 3, Florianópolis, p. 152-179, fev. 2012, p. 166.

agropecuárias.<sup>539</sup> Roberto Schmidt ressalta que nos últimos anos o programa registrava uma audiência média de 10 milhões de espectadores, sendo um importante veículo para propagandas para diversos mercados, já que a Rede Globo, à época de sua palestra, retransmitia o programa para 123 afiliadas pelo país. O executivo destaca também a capacidade de pulverização de propagandas e informações positivas sobre o agronegócio para mais de uma centena de mercados diferentes.<sup>540</sup>

Além de programas em sua grade, a emissora criou outros projetos comerciais voltados para o fomento e a exaltação do agronegócio antes do lançamento da campanha “Agro”. Os projetos “Todo brasileiro tem o pé na terra”<sup>541</sup> e “O Agronegócio acredita no Brasil”<sup>542</sup>, ainda em operação no momento de redação desta Tese, têm o objetivo de oferecer peças de propaganda para pequenos e médios anunciantes ao redor do país. A Globo produzia vídeos de 20 a 30 segundos, disponibilizando-os aos anunciantes de qualquer localidade e retirando dos empresários rurais os altos custos das produções publicitárias. De acordo com Schmidt,

“em cada um dos 123 mercados brasileiros da Globo, você pode ter um anunciante diferente assumindo aquele papel de falar ‘eu acredito no agricultor, eu entendo a importância de ter um pé na terra’. (...) Você pode ter anunciantes em diversos lugares colocando esse mesmo vídeo e assimilando essa relação de que ele acredita no homem do campo e o homem do campo acredita no Brasil”.<sup>543</sup>

Desta forma, a emissora favorece transações comerciais ao mesmo tempo que reforça o ideário ufanista da ideologia do agronegócio, um dos pilares da campanha “Agro”, elaborada poucos anos depois. Nos textos de divulgação das campanhas “Todo brasileiro tem o pé na terra” e “O Agronegócio acredita no Brasil” disponibilizados no GloboAds, portal eletrônico do Grupo Globo voltado para negócios do mercado publicitário, é possível identificar a exaltação das vantagens do agronegócio: “Temos uma das terras mais ricas do mundo que cultivamos com inovação. Produzimos alimentos, vestuário e milhões de empregos. O agronegócio acredita no Brasil.” e “O Brasil é de todos. Uma mistura de raças e culturas. Um povo que trabalha com sorriso no rosto e

539 História. **G1**. 28 out. 2021. <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/globo-rural/noticia/evolucao.ghtml> . Acesso em: 13 ago. 2022.

540 SINDAG. **Comunicação e Agronegócio**: Roberto Schmidt - Dir. Plan. Marketing Globo. Canela: YouTube, 2017. 1 vídeo (49 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=twUHRsX0rj8&t=2550s> . Acesso em: 13 ago. 2022.

541 O projeto pode ser acessado no portal eletrônico de uma das afiliadas da Rede Globo, a TV Anhanguera, voltada para os estados de Goiás e Tocantins, importantes centros do agronegócio. TV ANHANGUERA. **Todo brasileiro tem o pé na terra**. Disponível em: <https://negocios.redeanhanguera.com.br/todo-brasileiro-tem-o-pe-na-terra> . Acesso em: 13 ago. 2022.

542 O projeto pode ser acessado no portal eletrônico de negócios da Rede Globo (globoads). GLOBOADS. **O agronegócio acredita no Brasil**. Disponível em: [https://negocios8.redeglobo.com.br/CampanhasVideo/Paginas/O\\_agronegocio\\_acredita\\_no\\_brasil.aspx](https://negocios8.redeglobo.com.br/CampanhasVideo/Paginas/O_agronegocio_acredita_no_brasil.aspx) . Acesso em: 13 ago. 2022.

543 SINDAG, op. cit., 13:36.

que respira o agronegócio, nos quatro cantos deste país. O agronegócio é nossa força. Ele está em todo lugar e na vida de cada brasileiro. Porque não importa onde esteja, todo brasileiro tem o pé na terra”.

**Imagem 2 – Logomarcas das campanhas “Todo brasileiro tem o pé na terra” e “O agronegócio acredita no Brasil”**



Outro projeto revelador da imbricação entre os interesses comerciais do Grupo Globo e a construção de consensos favoráveis ao agronegócio foi o projeto “O mapa da mina”. Este projeto faz um mapeamento das regiões do Brasil onde as safras e colheitas estão sendo realizadas e, conseqüentemente, onde as trocas comerciais ocorrem com mais intensidade em cada época do ano. Cabe à emissora produzir roteiros de investimento que possam potencializar os ganhos dos anunciantes. De acordo com Roberto Schmidt, o projeto “Mapa da Mina” baseia-se no seguinte pressuposto: “onde tem dinheiro no Brasil? E esse dinheiro vem de onde? Do agronegócio”. O executivo detalha então o funcionamento do projeto:

“A gente mostra onde e quando estão acontecendo as principais safras do Brasil e dizendo o seguinte: nesses lugares tá rolando o dinheiro, é ali que você tem que investir. Nesse mapeamento a gente consegue enxergar cada um dos mercados das 123 emissoras e diz o seguinte: ali, no período de A a Z, tá rolando tais e tais safras, tais e tais colheitas. E se você quer falar com a região no momento que ela tem mais dinheiro, esse é o momento de trabalhar aquela região.”<sup>544</sup>

544 SINDAG. **Comunicação e Agronegócio**: Roberto Schmidt - Dir. Plan. Marketing Globo. Canela: YouTube, 2017. 1 vídeo (49 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=twUHRsX0rj8&t=2550s> . Acesso em: 13 ago. 2022.

### 7.3 A produção da campanha Agro

As experiências regionais de promoção comercial e publicitária voltadas para o pequeno e o médio empresário rural ganham dimensões nacionais e envolvem grandes empresas do agronegócio a partir da campanha “Agro”. Ao remontar a trajetória de construção da campanha, Schmidt revela as bases de comunicação nas quais estavam assentadas o projeto, que passam a abranger escalões mais elevados de concepção e decisão dentro da empresa Globo.

De acordo com o executivo, em vista da eficácia da estratégia de valorização do agronegócio pela campanha “Agro” e atendendo aos objetivos de construir consensos positivos para o setor, era necessária a convergência de três esferas: a) editorial (responsável pela definição dos conteúdos abordados, destacando as informações sobre cada segmento produtivo da cadeia agroindustrial, correspondendo aos interesses dos diversos ramos); b) comunicação (responsável pela concepção estética dos vídeos, que deveriam ser de alta qualidade de imagens, transmitindo de forma direta as mensagens produzidas); e c) *marketing* (conforme Schmidt, esfera responsável por “assegurar que o material fale bem do agronegócio, que a gente consiga valorizar, do ponto de vista mercadológico, cada um dos segmentos que a gente está trabalhando”).

Em relação à produção dos vídeos da campanha, estes eram concebidos de acordo com três linhas distintas de discursos. Primeiro, os “filmes conceito”, que abordam fundamentos da ideologia do agronegócio: destacam a cadeia produtiva e a importância das pessoas, construídos com linguagens audiovisuais que deem conta das nuances e das características do agronegócio como um sistema total, que engloba todas as camadas da vida cotidiana da sociedade. Em paralelo, são criados os “filmes de produção”, aqueles que abordam individualmente cada setor produtivo, como a cana-de-açúcar, a soja, o milho, o gado etc, explicando a importância de cada setor para os consumidores e destacando os resultados anuais das produções. Por fim, são realizados os “filmes de convergência”, aqueles destinados a interligar as particularidades dos ramos individuais aos conceitos da ideologia do agronegócio. São os filmes que sintetizam o principal *slogan* da campanha, “Agro é tudo”.

Por meio da transmissão na TV aberta e no portal eletrônico G1, vídeos novos são disponibilizados ao público a cada 15 dias, apresentando temas diferentes a cada nova produção. Ao final de cada filme, que tem em média 50 segundos de duração, são reservados alguns segundos para os anunciantes, em geral, propagandas de mercadorias de grandes empresas vinculadas à cadeia do agronegócio, como alimentos ou automóveis voltados para o “mundo rural”. Cada vídeo sobre um cultivo ou produção é intermediado por um “filme conceito” ou “de convergência”.

A tática de intercalar as modalidades de vídeos aparenta o objetivo de reforçar um aspecto caro à ideologia do empresariado do setor, a noção de totalidade oferecida pelo sistema de agronegócio,

ideia que encobre os antagonismos entre o mundo urbano e o rural, bem como entre os esquemas produtivos diversos (produção familiar e produção extensiva, por exemplo). Busca-se associar as diversas produções envolvidas nas atividades agropecuárias à noção de que todas estão interligadas pelo fio condutor do modelo de agronegócio. Assim, promove-se a ideia da existência de uma cadeia ampla, porém única, que começa antes do trabalho na terra, passa pelo plantio e cultivo, decorre para a manufatura industrial, insere-se nas cadeias de comércio, chegando ao consumidor final, que gera a renda que retorna para o campo, reiniciando o ciclo.

Busca-se construir um discurso e uma imagem para o senso comum de que as relações sociais de produção são indissociavelmente intermediadas pelo modelo de agronegócio. Assim, do algodão cultivado no interior do Maranhão à roupa exibida em um desfile internacional de moda, da cana plantada no interior de São Paulo ao automóvel abastecido com etanol que transita nas metrópoles, as atividades de produção e consumo que geram rendas que retornam para reiniciar o ciclo, tudo faz parte de uma cadeia única, a cadeia do “Agro”.

De fato, a cadeia que vai da semente ao produto final, mercantilizada em todos os processos, antes, durante e depois, dentro e fora da porteira, do campo para a cidade, retornando ao campo, é uma cadeia única, a cadeia da mercantilização intrínseca ao modo de produção capitalista. Portanto, é possível afirmar que a expressão “Agro é tudo” estaria correta na identificação do que é o capital, do processo de produção e de reprodução propriamente dito. O que se questiona aqui é que parece que o empresariado do agronegócio realiza uma operação ideológica de arrogar para si, para o seu setor produtivo, o título de fiadores do próprio processo de mercantilização. A pretensão hegemônica das frações burguesas ligadas ao agronegócio busca operar uma metamorfose, identificando o agronegócio como a síntese do processo produtivo do capitalismo.

Contudo, nesta metamorfose do agronegócio como “tudo”, nivelando todos os elementos que o compõe, ainda que somente no discurso, oculta-se o essencial. Ficam de fora das expressões ufanistas as desiguais relações de propriedade da terra, as relações sociais de produção no campo e na agroindústria, a exploração da força de trabalho, a degradação ambiental decorrente da superexploração da natureza etc.

O primeiro vídeo a ir ao ar, em junho de 2016, foi um “filme de produção” sobre a cadeia produtiva do frango. Em seguida, ainda naquele mês, foi lançado o primeiro “filme conceito”, reforçando o mote principal da campanha, demonstrar que “Agro é tudo”. Com uma trilha sonora transmitindo sensação de imponência e impacto, o vídeo inicia com uma pergunta: “Sabe onde está a riqueza do agronegócio brasileiro?”. Em seguida, intercalam-se imagens de forma acelerada, acompanhadas da seguinte narração:

Tá na rua, tá no carro, tá no mapa, tá na cara, tá no copo, tá no móvel, tá no passo. Tá na mesa, tá na arte, tá na massa, tá na pele, tá no caldo, tá no papo, na escola, na feira. Tá na praia, tá na busca, tá lá fora, tá na moça, tá na moda, tá no pasto. *Tá em tudo o que o Brasil faz. Tá em tudo o que o Brasil consome.*<sup>545</sup>

No final do vídeo – neste e em todos os outros da campanha –, a narração e a apresentação gráfica do *slogan*: Agro é Tech. Agro é Pop. Agro é Tudo. Em seguida, anuncia-se o título da campanha e sua principal promotora: “Agro: a indústria-riqueza do Brasil. Tá na Globo”. Finalizando os vídeos, alguns segundos dedicados aos anunciantes da campanha. Neste primeiro vídeo, veicula-se uma propaganda de produtos alimentícios da marca Seara – empresa brasileira fundada em 1956, que desde 2013 está sob controle do grupo JBS – e um anúncio do automóvel Ford Ranger, *pick-up* de grande porte da empresa automobilística estadunidense.

Segundo Roberto Schmidt, o objetivo do primeiro “filme conceito” foi apresentar ao grande público a noção de totalidade pretendida pelo agronegócio, destacando o mote que guia todo o projeto, a busca por caracterizar o agronegócio como dimensão presente em todos os lugares e em todas as mercadorias consumidas. Além disso, Schmidt destaca o papel destas propagandas de realizarem a união dos interesses comerciais de anunciantes e dos membros da cadeia agroindustrial à ideologia do agronegócio, “todos juntos reverberando a importância do agronegócio (...) para *levantar a bola do agronegócio em todos os momentos.*”<sup>546</sup>

Conforme destaca Regina Bruno, no período de hegemonia do agronegócio é marcante da ação do empresariado o esforço em legitimar o setor como “organizador coletivo” do país e construir um grande consenso em torno das atividades econômicas da agricultura e da agroindústria.<sup>547</sup> Tentativa que pode ser observada no primeiro filme conceito da campanha e depreendida da fala de Schmidt, situações nas quais o empresariado busca expor uma imagem homogênea do setor, identificando-o como a expressão da união, sem tensões e sem diferenças.

No segundo filme conceito, de outubro de 2016, desdobra-se a noção de totalidade, de que o agronegócio é tudo. Amplia-se para o público geral o conceito de intersectorialidade das cadeias produtivas e a noção de que o agronegócio é um ciclo único e global, unindo todas as mercadorias à

545 SINDAG. **Comunicação e Agronegócio**: Roberto Schmidt - Dir. Plan. Marketing Globo. Canela: YouTube, 2017. 1 vídeo (49 min), 29:56. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=twUHRsX0rj8&t=2550s> . Acesso em: 13 ago. 2022.

546 SINDAG. **Comunicação e Agronegócio**: Roberto Schmidt – Dir. Plan. Marketing Globo. Canela: YouTube, 2017. 1 vídeo (49 min), 31:52. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=twUHRsX0rj8&t=2550s> . Acesso em: 13 ago. 2022.

547 BRUNO, Regina. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e *habitus* de classe. **Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, 2022, p. 4.



ideia uniformizadora do setor. O vídeo inicia com a afirmação “Agro está em tudo”. Em paralelo à narração, sucedem-se imagens relacionadas ao seguinte texto:

Agro está em tudo. Nas máquinas que colhem os grãos que se transforma em ração que alimenta animais e geram leite, carne e lã. O algodão gera roupa. Roupa tá na moda. Moda gera lucro, que gera emprego e investimento, que volta para o campo, aumentando a produção de trigo, milho e cana. A cana faz etanol, que movimenta carros. Carro tá na propaganda, que anuncia tudo. O pneu de borracha que vem das árvores. O sapato de couro que veio do gado. *Tudo vem do agro.*<sup>548</sup>

Na análise dos vídeos produzidos pela campanha, foi possível identificar a repetição de temas e conceitos apresentados ao longo do tempo. Periodicamente, os vídeos retomam temáticas setoriais e conceituais já abordadas, renovando imagens e demais elementos narrativos, como trilha sonora e locutores. Como informa Schmidt, a recuperação temática propicia novas possibilidades comerciais para as empresas, bem como o reforço da ideologia do agronegócio sob novas bases. Segundo o executivo, “ficar dois anos com o mesmo tipo de locução, o mesmo tipo de som, de trilha sonora... Cansa. É uma preocupação de deixar ele [o vídeo] sempre fresquinho.”.<sup>549</sup> A preocupação com a renovação temática, portanto, não é apenas estética, visto que também favorece os anunciantes: “E os anunciantes se aproveitam disso também. As vinhetas dos patrocinadores também são diferentes. É o mesmo produto mas ele muda o tipo de vinheta. Ele aproveita o frescor de cada um desses temas.”<sup>550</sup>

A seguir, são apresentados três conjuntos de filmes produzidos pela campanha, cada um destacando uma temática distinta. Na seleção dos vídeos, definiu-se as seguintes temáticas: agricultura familiar, “agro é gente” e agricultura orgânica e sustentável. Os conteúdos abordados em cada grupo de filmes não se limitam ao tema selecionado e apresentam uma transversalidade de assuntos. Por exemplo, um vídeo sobre agricultura familiar também pode fazer referência à agroindústria ou aos circuitos comerciais da cadeia produtiva do agronegócio.

A investigação realizada nos vídeos da campanha “Agro” possibilitou extrair elementos que auxiliam na demonstração dos objetivos desta Tese: comprovar a produção, por parte do empresariado do agronegócio, de consensos positivos acerca do setor a partir da disputa simbólica, afirmando a hegemonia e a supremacia do agronegócio, conquistada nas últimas décadas de reestruturação produtiva da economia brasileira.

548 SINDAG, op. cit., 32:11

549 SINDAG. **Comunicação e Agronegócio**: Roberto Schmidt - Dir. Plan. Marketing Globo. Canela: YouTube, 2017. 1 vídeo (49 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=twUHRsX0rj8&t=2550s> . Acesso em: 13 ago. 2022, 33:18

550 Ibidem, 33:45.



*a) Agricultura familiar é Agro*

Os vídeos da campanha “Agro” voltados para a agricultura familiar apresentam as seguintes características. Ao mesmo tempo que demonstram a reciclagem temática, reforçam a pretensão de totalidade do agronegócio diante da sociedade, a noção compreendida no *slogan* “Agro é tudo”. A seguir, são destacados alguns aspectos presentes em três vídeos exibidos ao longo da campanha, classificados na categoria “filmes conceitos” e “filmes de convergência”. São os vídeos “Agricultura familiar é agro” (2017),<sup>551</sup> “Produção familiar é compromisso e solidariedade” (2020)<sup>552</sup> e “Agricultura familiar produz quase metade do milho, frango e leite no Brasil” (2021).<sup>553</sup>

Os filmes abordam a agricultura familiar identificado esta modalidade de produção ao modelo de agronegócio. Um elemento comum em todos os vídeos é a apresentação das características do que seria a agricultura familiar segundo a visão da campanha: uma atividade realizada por pais e filhos, que tem a função de alimentar o campo e a cidade. O tema é abordado com a renovação dos elementos audiovisuais em cada nova produção, como as narrações, os sons e as imagens. O ponto de interseção mais relevante nos três filmes é o fato de transmitirem uma noção de harmonia no trabalho da agricultura familiar, apresentando-a como uma atividade realizada com base na união e na cooperação entre os trabalhadores do campo, que executam suas tarefas com prazer e alegria, como pode ser verificado na imagem 3.

---

551 AGRICULTURA familiar é Agro. S.I.: Rede Globo, 2017. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://youtu.be/CiZdsmH9K1c> . Acesso em: 13 ago. 2022.

552 PRODUÇÃO familiar é compromisso e solidariedade. S.I.: Rede Globo, 2020. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-9106805-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

553 AGRICULTURA familiar produz quase metade do milho, frango e leite no Brasil. S.I.: Rede Globo, 2021. 1 vídeo (1 min), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-9863703-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

**Imagem 3 – Representação da união e harmonia dos trabalhadores da agricultura familiar**

Nas três peças publicitárias, os vídeos iniciam com o mesmo título, assertivo: *Agricultura familiar é agro*. Em seguida, sucedem-se imagens destacando os dados quantitativos da agricultura familiar, como as taxas de ocupação da mão de obra e o volume da produção anual, bem como ilustram os diversos cultivos realizados pela pequena e média produção (imagem 4). Em todos os filmes, afirma-se que a agricultura familiar alimenta o campo e a cidade.

**Imagem 4 – Dados da produção anual da agricultura familiar apresentado em vídeos da campanha “Agro”**



Na segunda metade das produções, cada vídeo dará destaque a uma característica específica da produção familiar. No vídeo de 2017, o tema é abordado de forma totalizante, identificando a produção familiar como uma modalidade do agronegócio, de acordo com o mote “Agro é tudo”: “Verduras, legumes, frutas, ovos, temperos. Tudo isso vem da agricultura familiar. (...) A agricultura familiar é renda. É família. É agro”. Na produção de 2020, o “Agro é pop”. Realizam-se referências às tradições e à família nuclear patriarcal, reforçando a percepção de um idealizado mundo rural, idílico e harmônico. Este é um elemento narrativo que une as tradições com o objetivo do empresariado do agronegócio em apresentar-se como moderno, em busca de desvencilhar-se da imagem de atraso vinculada ao mundo rural: “O trabalho começa com o pai e a mãe, depois continua com os filhos e netos modernizando a propriedade. Produção familiar é compromisso, solidariedade. A família é a inspiração pra manter os jovens no meio rural.”. Por fim, o filme de 2021 destaca outro lema da campanha, “Agro é Tech”: “São pequenos produtores que também adotam novas tecnologias e conquistam o mercado exterior através de suas associações e cooperativas.”.

**Imagem 5 – A união entre a tradição e a modernidade**



É possível depreender dos vídeos selecionados que para a campanha tanto a agricultura familiar (diversa, realizada em pequenas e médias propriedades, voltada em boa parte para o consumo interno) quanto a agricultura monocultora (intensiva, em grandes propriedades, predominantemente voltada à exportação) são modalidades sem uma distinção aparente, ambas fazendo parte do generalizante “Agro”. A campanha não explicita as diferenças entre as formas produtivas no que se refere ao tamanho das propriedades fundiárias, ao maquinário utilizado, às relações de trabalho, aos volumes de produção, às produções para diferentes mercados consumidores, à disparidade do poder político e aos distintos volumes de financiamentos para a produção. O pequeno produtor, o trabalhador rural e o grande empresário são amalgamados por meio da exclusão de suas diferenças, com ausência de imagens que os diferencie. Assim, equivale-se o trabalho realizado por mão de obra familiar, com baixa mecanização, ao trabalho assalariado feito com o auxílio de tratores de grande porte em campos de grãos que se perdem no horizonte. A percepção que se tem da narrativa construída pelos vídeos é a existência de uma unidade de todos sob ao mesmo rótulo “Agro”. Todos são apresentados como membros harmonicamente integrados ao significante “Agro” (imagem 6).



**Imagem 6 – Idealização do cenário rural**



A associação da agricultura familiar como mais uma modalidade produtiva do agronegócio é uma reiteração da ideologia do empresariado do setor. A busca por ocultar qualquer referência à questão agrária e à questão fundiária brasileira marca o discurso feito para fora da fração de classe. Conforme Regina Bruno, na construção da autoimagem e de sua representação externa, na busca pela definição do agronegócio como “palavra política”, um dos elementos constitutivos dessa representação é a omissão da problemática no campo brasileiro. A modernização da agricultura, realizada desde finais da década de 1960 (com a intensa industrialização do campo) e atualizada no tempo presente (com o avanço de tecnologias digitais aplicadas ao trabalho no campo), colocaria a desigualdade da distribuição da terra como um assunto ultrapassado, impróprio de ser apresentado como uma questão ainda candente. Ao incluir a agricultura familiar como mais uma modalidade do agronegócio, naturaliza-se o que há de mais sagrado para a classe dominante rural, a concentração fundiária. A propriedade da terra e sua expressiva concentração não se transformam em objeto de qualquer questionamento, posto que não é um problema para o empresariado. Como consequência desse apagamento, em um reforço de um traço caro à ideologia do agronegócio, ocorre a solidificação da noção da existência de uma união inerente aos “homens do campo”, sem qualquer tipo de divergência ou disputas.

b) “*Agro é gente*”

Outra série de vídeos analisada diz respeito à tentativa do empresariado rural e da agroindústria de construir uma identidade para além da empresarial, que, conforme debatido no capítulo 3, está na raiz do conceito de agronegócio. Nesses filmes, foi possível perceber a busca pela humanização dos agentes do agronegócio, dando rosto aos personagens e deixando em segundo plano o caráter empresarial e industrial. Assim, cria-se uma imagem com contornos humanos mais definidos para uma atividade tão associada ao imaginário de grandes máquinas operadas individualmente em imensas plantações inabitadas.

Para ilustrar a busca pela humanização do agronegócio na campanha publicitária, foram selecionados três vídeos que apresentam o tema “Agro é gente”. São filmes que podem ser classificados como “filmes de conceito”, conforme a classificação exposta por Roberto Schmidt. Esses vídeos buscam identificar o agronegócio como uma categoria popular, conectando-o diretamente ao trabalhador rural, seja de qual ocupação ou origem for. São os filmes: “Brasil tem 15 milhões de pessoas trabalhando no campo” (2020),<sup>554</sup> “Agro é quem planta, irriga, colhe e vende o que produz” (2021),<sup>555</sup> “De olho no futuro e também mantendo tradições, agronegócio é formado por gente” (2022).<sup>556</sup>

O primeiro vídeo busca pessoalizar as relações de trabalho no campo, dando rosto e identidade aos trabalhadores, nomeando-os e identificando as famílias mostradas no filme. A família Iwasaki, que cuida da lavoura, o casal Valter e Daiana, que cuida da uva, Jomar e os filhos, que tratam dos peixes. Nenhuma referência às relações hierárquicas e de trabalho entre os grupos de trabalhadores ou qualquer menção à dimensão das propriedades fundiárias, por exemplo. Os elementos cênicos que dão rosto aos personagens inserem os trabalhadores na noção uniforme de “homem do campo”, entendido como aquele que acorda cedo para alimentar o campo e a cidade. E homens, literalmente. Dos diversos trabalhadores rurais filmados, quase todos brancos e homens (imagem 7).

---

554 BRASIL tem 15 milhões de pessoas trabalhando no campo. S.I.: Rede Globo, 2020. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-8778474-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

555 AGRO é quem planta, irriga, colhe e vende o que produz. S.I.: Rede Globo, 2021. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-10131691-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

556 DE OLHO no futuro e também mantendo tradições, agronegócio é formado por gente. S.I.: Rede Globo, 2022. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-10579175-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

**Imagem 7 – A tentativa de “dar rosto” ao agronegócio**



Apesar de mostrar um universo humano pouco plural, o vídeo inicia com a narração dimensionando o universo de trabalhadores ligados ao agronegócio: “São 15 milhões de pessoas produzindo no campo”. Em seguida, amplia-se o leque de atividades para além das efetuadas “dentro da porteira”, reforçando a noção de intersetorialidade do agronegócio. Sucedem-se imagens de membros dos setores “antes da porteira”, como laboratórios genéticos, e de integrantes “depois da porteira”, como indústrias e meios de circulação das mercadorias agroindustriais, como navios e caminhões: “São pessoas que cultivam as plantas, cuidam dos animais ou trabalham nos escritórios, fábricas, laboratórios. Gente que movimenta um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira.”, ressalta a narração (imagem 8).



### Imagem 8 – A intersectorialidade do agronegócio



Já na produção de 2021, é destacado o papel do agronegócio como fornecedor de alimentos para o país. Busca-se a construção de uma identidade de indivíduos que se doam em prol do bem comum. A sucessão de imagens no videoclipe estabelece uma relação de complementariedade entre os produtores rurais e as populações urbanas. Segundo a perspectiva da campanha, a “gente” do agronegócio seria a responsável pela alimentação tanto das populações locais quanto a das grandes metrópoles. “Gente que fica no campo para alimentar os seus filhos e os filhos de quem vive na cidade.”, como pode ser observado na imagem 9.

Apesar da insistência do empresariado do agronegócio em identificar-se como o setor que alimenta brasileiros e brasileiras, os dados demonstram o contrário. A produção empresarial de larga escala é essencialmente monocultura, voltada para a produção de grãos e proteína animal para a exportação. De acordo com os números dos Censos Agropecuários do IBGE, a comida que vai para a mesa de brasileiros e brasileiras fica a cargo da agricultura familiar. Boa parte da produção total de gêneros alimentícios que constituem a base da alimentação da população, como hortaliças, arroz, feijão e demais frutas e legumes, são produzidos internamente pelos pequenos agricultores em pequenas e médias propriedades.<sup>557</sup> O Censo de 2017 informa que a agricultura familiar respondia por 42% do valor da produção do feijão, 48% da banana e do café e 80% da mandioca. Realidade bem distinta

<sup>557</sup> IBGE. *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.



da apresentada pela campanha “Agro”, que não distingue os produtores familiares dos grandes monocultores exportadores de *commodities*, como soja e milho.

A uniformização estimulada pela campanha também não se sustenta em relação às dimensões das propriedades fundiárias. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar ocupava somente 23% das áreas agricultáveis, enquanto 77% eram ocupadas por estabelecimentos não familiares. A relação inverte-se quando observam-se os estabelecimentos agropecuários. O Censo mostra que os estabelecimentos classificados como agricultura familiar representavam 77% do total dos estabelecimentos agropecuários no período coberto pela pesquisa, com mais de 10 milhões de trabalhadores ocupados (cerca de 67% do total da mão de obra nos empregos rurais).<sup>558</sup> Ainda que sustente a alimentação da maioria dos brasileiros, a agricultura familiar tem acesso a menos subsídios e menos oferta de terras.

### Imagem 9 – A “gente” do campo que alimenta a si e as famílias das cidades



Por fim, o filme de 2022 retoma as informações sobre a população ocupada no agronegócio, assim como na produção de 2020. O vídeo inicia com a apresentação da quantidade de trabalhadores em atividade no setor. Em comparação com os dados apresentados no vídeo de dois anos antes, o número é dobrado: “Em cada propriedade, pequena ou grande, 30 milhões de agricultores movimentam a economia.”, introduz a narração. Assim como nos filmes anteriores, observa-se a identificação do trabalho da “gente” do agronegócio como responsável por sustentar o produto nacional: “Geram riquezas e empregos, garantem a receita das exportações brasileiras”.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o número de trabalhadores ocupados na agropecuária era de 15,1 milhões de pessoas, dado informado no vídeo de 2020. Apesar desse Censo Agropecuário ser o mais atualizado até o momento da redação desta Tese, é de supor que o número de trabalhadores rurais não tenha dobrado entre 2020 e 2022, como informa a propaganda,

<sup>558</sup> IBGE. *Censo agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019, p. 97

com seus 30 milhões de agricultores. Um dos fatores que podem explicar a inflação nos dados é o fato do conceito de agronegócio contabilizar para si toda a ocupação da cadeia envolvida na agropecuária e na agroindústria, abrangendo tanto as atividades “dentro da porteira” quanto as atividades “antes e depois da porteira”.

Em estudo sobre os métodos de produção de consenso e de hegemonia do empresariado do agronegócio nas últimas décadas, Regina Bruno destaca uma estratégia simbólica utilizada pela fração de classe. Possível de ser observada nos vídeos analisados anteriormente, essa estratégia consistiria na defesa da existência de uma comunhão de interesses, sem divergências, entre patrões e trabalhadores, grandes ou pequenos. Nesta suposta confluência de pautas e demandas, cria-se a projeção de uma imagem homogênea dos membros da cadeia do agronegócio, incapaz de ser percebida em sua heterogeneidade pelo conjunto da sociedade.

Segundo Bruno, baseando-se na fala de um dos porta-vozes da Associação Brasileira do Agronegócio, o empresariado busca forjar para o conjunto da sociedade uma percepção de unidade do setor, em que “todos seriam indistintamente discriminados pelo brilho das urbes que não consegue perceber a diferença tecnológica entre uma caneta esferográfica e o ovo na gôndola do supermercado”.<sup>559</sup> Neste sentido, o empresariado do agronegócio, por meio da campanha “Agro”, concebe uma representação de si sintetizada na identidade genérica de “homem do campo”, expressão que abarcaria tanto o pequeno trabalhador da agricultura familiar quanto o grande empresário exportador. A construção de uma identidade comum e a imagem uniformizante ressaltaria um discurso de inexistência de divergências entre os pares, reforçando o termo “agronegócio” como sinônimo, sobretudo, de união.

Ainda de acordo com Bruno, o discurso de solidariedade entre os pares seria referendado pela ideia tradicional de um Brasil pacífico e cordial e pela tradição das relações pessoais serem consideradas solidárias por obra da natureza. Assim, a solidariedade é baseada em pressupostos de grande eficácia simbólica, sendo um traço distintivo entre os membros do “meio rural”, visto que todos pertencem ao campo e vivenciam os mesmos problemas.

A partir dos filmes analisados acima, foi possível notar outra operação simbólica. Para além do reforço da ideia de união e de solidariedade entre os “homens do campo”, estabelece-se a ideia do agronegócio como vetor de prosperidade. Ao identificar os produtores rurais nos videocliques, dando nomes e rostos, oferece-se ao senso comum a possibilidade de identificar indistintamente em qualquer produtor rural, seja pequeno, médio ou grande, proprietário ou não de terras, um membro

---

559 BRUNO, Regina. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e *habitus* de classe. **Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, 2022, p. 17

pertencente à pujante cadeia produtiva do agronegócio. Sendo identificado como um de seus membros, qualquer personagem do campo faria parte da comunidade geradora de riquezas nacionais, o “setor mais importante do PIB brasileiro”. Gerando tal identificação, exalta-se uma característica marcante da ideia de agronegócio, a de ser uma atividade sinônimo de êxito, indissociável da noção de competência e de geração de lucros.

Regina Bruno, em um conjunto de entrevistas com o empresariado rural, realizadas com o objetivo de explicar o agronegócio como um conceito que expressa um poder político e econômico, ressalta que a identificação do agronegócio como sinônimo de uma atividade de quem “deu certo e teve sucesso” é uma das características mais importantes do imaginário recente do empresariado rural. Bruno ressalta em sua pesquisa a reiteração da condição de *empresário* feita pelos próprios agentes das cadeias agropecuárias e agroindustriais. Essa condição significaria uma personalidade oposta à de livres produtores que se doam para o bem comum da sociedade, um traço que entraria em contradição com a imagem sugerida pelos filmes analisados anteriormente, que insistem na expressão de uma imagem de solidariedade.

A imagem de uma comunidade de produtores solidários em prol da alimentação das famílias do campo e das cidades, como os filmes da campanha “Agro” sugerem, entra em contradição com a identidade assumida pelo próprio agronegócio. Uma das particularidades que distingue o patronato rural contemporâneo da figura do produtor que agiria voluntariamente em prol do coletivo, imagem acionada nos vídeos da campanha por meio da recorrência da figura do “homem do campo”, é o orgulho de vincular-se ao lucro e ao êxito. O orgulho da condição de empresário é a identidade do agronegócio como classe dominante. De acordo com Bruno,

Diferente de momentos anteriores assume-se abertamente o lucro como um dos objetivos do agronegócio. Ou seja, assume-se a condição de empresário. No sentido clássico do marxismo, a identidade de classe da burguesia como constitutiva da construção do agronegócio como projeto econômico e político.<sup>560</sup>

A partir das contribuições de Regina Bruno, é possível realizar algumas inferências sobre a importância dos vídeos da campanha “Agro” no contexto de ofensiva do empresariado em prol da construção de um consenso dominante sobre o agronegócio. A afirmação simbólica da hegemonia da classe se dá por meio de elementos específicos representados na campanha. Ao enfatizar nas propagandas a ideia do agronegócio como uma associação de múltiplos produtores em prol do bem comum do país, alimentando o campo e a cidade ou contribuindo para o aumento do PIB, busca-se ocultar o fato de o modelo de agronegócio ser um projeto econômico e político de uma fração da

560 BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. In: VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 2010, Porto de Galinhas. *Anais*. (grifo nosso), p. 4.

classe dominante brasileira. Essa supressão pode ser observada sobretudo na insistência da representação do agronegócio como uma atividade realizada por homens e mulheres comuns, por famílias com nome e sobrenome que oferecem seu trabalho em prol da coletividade.

Reforçar a noção de que o agronegócio é uma atividade realizada por pessoas comuns, mascara o caráter empresarial da atividade. A identificação de homens e mulheres comuns, trabalhadores que acordam cedo e trabalham em prol da coletividade, oculta a face empresarial de grupos e empresas voltadas para o lucro. Assim, deixam de ser representados diretamente pela campanha os grandes capitais envolvidos em toda cadeia produtiva, dos insumos à comercialização, do mercado de terras aos conglomerados exportadores de *commodities*. Para a campanha “Agro”, o agronegócio é a família Iwasaki e o casal Valter e Daiana, trabalhadores que fornecem à sociedade os resultados de seu trabalho movidos por compromisso e solidariedade. O agronegócio não seria as entidades associativas, como Abag, CNA ou FPA. Muito menos transnacionais como Bayer, Cargill, Bunge, Nestlé, JBS, Agrocere ou COFCO. Ou mesmo os fundos de pensões internacionais e demais capitais que disputam a aquisição de terras agricultáveis no Brasil. Oculta-se, portanto, os agentes políticos e econômicos que operam os interesses particulares das frações da classe dominante do agronegócio e efetua-se uma operação ideológica (no sentido de inverter a realidade) em vista de identificar o setor como um agente sem interesses particulares em disputa e acima dos gerais.

A campanha “Agro” e as imagens construídas afirmariam a supremacia da fração de classe do agronegócio por meio do consenso, consenso esse que identifica para a sociedade não as ações de uma fração específica, mas o grupo portador dos interesses gerais do país. Assim, o agronegócio seria bem-sucedido em legitimar suas aspirações de supremacia ao envolver a sociedade em uma ideia de que é totalmente dependente das mercadorias geradas pelo agronegócio.

### *c) Agricultura sustentável: “Orgânico é Agro”*

Para finalizar, outro conjunto importante de vídeos analisado é aquele voltado aos temas da agricultura orgânica, energias renováveis e proteção ambiental. Na busca por construir uma imagem “sustentável”, foram produzidos filmes incluindo no universo do agronegócio a responsabilidade ambiental. Apesar da utilização de agrotóxicos em níveis que posicionam o Brasil na lista dos maiores consumidores de venenos do mundo, das elevadas taxas de emissão de dióxido de carbono geradas pelas queimadas e da continuada expansão das fronteiras agrícolas, que devastam os biomas brasileiros, a campanha “Agro” vai em caminho diverso.

Nos vídeos “Produção sustentável é agro” (2020),<sup>561</sup> “Brasil é um dos maiores produtores de energia renovável do mundo” (2021)<sup>562</sup> e “Agricultura orgânica triplicou nos últimos 10 anos” (2021b),<sup>563</sup> a campanha introduz um perfil de responsabilidade do agronegócio com a boa saúde das pessoas e com a conservação da natureza. “A procura por uma alimentação mais natural aumentou muito no Brasil (...) Hoje, além das pequenas propriedades, também os grandes produtores de grãos, como o milho e a soja, estão entrando no sistema orgânico (...) Orgânico é Agro.”, informa o vídeo de 2021b. São intercaladas imagens de alimentos destacando a diversidade de gêneros e cores, com poucos elementos não naturais, transmitindo a impressão de produtos limpos, ausentes de qualquer interferência química (imagem 10).

**Imagem 10 – Alimentos “limpos” e saudáveis**



A imagem de uma produção de alimentos limpos também é associada a uma ideia de harmonia entre o ser humano e a natureza, com a construção de cenas transmitindo a sensação de cuidado dos produtores com o outro e com o bem-estar animal. “Agricultura orgânica busca maior harmonia

561 PRODUÇÃO sustentável é Agro. S.I.: Rede Globo, 2020. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-8704503-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

562 BRASIL é um dos maiores produtores de energia renovável do mundo. S.I.: Rede Globo, 2021. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-9182845-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

563 AGRICULTURA orgânica triplicou nos últimos 10 anos. S.I.: Rede Globo, 2021b. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-10044296-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.



com a natureza”, indica a narração, que é acompanhada de imagens de interação entre homens, animais e a terra.

**Imagem 11 – Agronegócio promotor da harmonia com a natureza na produção de alimentos sustentáveis**



Ao mesmo tempo que informam a produção orgânica como natural, limpa e harmônica, buscam associar os grandes produtores de *commodities* à produção orgânica, no mesmo patamar da produção familiar. “Hoje, além das pequenas propriedades, também os grandes produtores de grãos, como o milho e a soja, estão entrando no sistema orgânico”, informa o vídeo de 2021. São intercalados planos fechados de cenários “verdes” e trabalho individual na terra com planos abertos mostrando imensas propriedades fundiárias produtoras de grãos e operadas por grandes colheitadeiras. A equivalência das produções orgânicas reflete o contraste dos cenários. A pequena propriedade, possível de ser mostrada em um plano fechado, com imagens próximas, destacando a diversidade de elementos naturais, em oposição a uma típica propriedade fundiária monocultora, possível de ser dimensionada apenas a partir de um plano aberto, destacando a uniformidade e falta de diversidade das grandes plantações de *commodities*, como pode ser visto na imagem 12.

### Imagem 12 – Equivalência e contraste



Quanto às energias renováveis, os vídeos apresentam o agronegócio como produtor de biodiesel, etanol e energia hidroelétrica: “Energia renovável polui menos e se torna cada vez mais lucrativa. Energia renovável é agro”.

### Imagem 13 – Agronegócio na vanguarda das energias renováveis (biogás e energia eólica)



Os filmes ainda apresentam o agronegócio como protetor das florestas: “Produção sustentável é agro. O Brasil possui tecnologia para dobrar em poucos anos a oferta de alimentos sem desmatar as florestas. Podemos destinar mais de 30 milhões de hectares de pastos degradados para a lavoura e a pecuária moderna.” Para ilustrar isso, é apresentada uma imagem representativa e involuntariamente caricatural da visão do agronegócio sobre a relação entre a produção agrícola e o meio ambiente. É destacado no vídeo uma imagem do gado na sombra de eucaliptos (imagem 14). O que poderia revelar a harmonia entre produção e diversidade da natureza, na verdade revela o oposto: o ditado popular do “boi na sombra” (o agronegócio rico às custas do meio ambiente) a partir dos “desertos verdes”, com são denominadas as monoculturas de eucaliptos destinadas às empresas de celulose (são denominados de desertos verdes pelo fato dessas árvores demandarem muita água, esgotarem os solos e eliminarem a diversidade de fauna e flora no local onde são plantados).

**Imagem 14 – Boi na sombra do deserto verde**



Como salientado no capítulo 3, do final da década de 1950, quando da elaboração do conceito de *agribusiness*, aos dias atuais, a produção e o consumo de agrotóxicos constituiu-se como uma das bases do modelo. Os sistemas de cultivos orgânicos, por outro lado, seriam a face oposta a esse modelo. A produção orgânica é caracterizada pela não utilização de agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, fertilizantes sintéticos e intensa mecanização, como ocorre no sistema de agronegócio.<sup>564</sup>

Empresas transacionais como Basf, Bayer e Monsanto, produtoras de venenos como atrazina, acefato e glifosato (agrotóxico mais popular do país, que em 2016 representava 62% do total de herbicidas utilizados no país)<sup>565</sup>, são gigantes intimamente associadas ao modelo de agronegócio que monopolizam o mercado mundial. Atualmente, em um movimento casado, condiciona-se o uso de sementes geneticamente modificadas aos “defensivos agrícolas”, ambos produzidos pelas mesmas empresas. Em 2013, as empresas referidas acima, acompanhadas de Dow, Dupont e Syngenta, controlavam 59,8% do mercado mundial de sementes e 76,1% do mercado de agrotóxicos.<sup>566</sup>

564 No Brasil, a Lei 10.831/2003 define o conjunto de elementos que compõem o sistema de produção agropecuária e industrial orgânica, o qual abrange diversas modalidades produtivas, como: ecológica, biodinâmica, natural, regenerativa, biológica, agroecológica, permacultura e demais sistemas. Ver: BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 dez. 2003.

565 CARRANÇA, Thaís. Agrotóxico mais usado do Brasil está associado a 503 mortes infantis por ano, revela estudo. **BBC News Brasil**. São Paulo, 25 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57209799>. Acesso em: 25 ago. 2022.

566 TUSHWOL, Maurício. Grupo de seis empresas controla mercado global de transgênicos. **Repórter Brasil**. 12 nov. 2013. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2013/11/grupo-de-seis-empresas-controla-mercado-global-de-transgenicos-2/>. Acesso em: 13 ago. 2022.



Na busca do empresariado brasileiro pela construção do consenso positivo sobre o agronegócio, é possível depreender dos vídeos da campanha uma tentativa de dissociar o setor da dependência do consumo massivo de agrotóxicos, visto que a massificação dos venenos sobre a produção agropecuária do país seria responsável pela degradação da qualidade de vida da população brasileira. Pesquisas da Embrapa e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mostram que entre 2000 e 2012, especialmente a partir da autorização para a utilização de culturas geneticamente modificadas no Brasil, em 2003, observou-se o aumento de 1,6 vezes o uso de agrotóxicos. Em culturas como a soja, esse aumento foi da ordem de 3 vezes.<sup>567</sup> A utilização desenfreada de produtos químicos e sintéticos nas monoculturas exportadoras brasileiras, aumentada especialmente nas duas últimas décadas, foi responsável pelo aumento da mortalidade por diversos tipos de câncer.

Estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em pesquisa que cobre o período entre 1996 e 2016, época de expansão e consolidação do agronegócio, indica que a difusão do uso de agrotóxicos correspondeu a um crescimento significativo das taxas de mortalidades para diversos cânceres. Nas populações de estados com presença importante de monoculturas primárias, como Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, cresceu acentuadamente os casos de câncer de próstata, mama e útero. Esta incidência se deu não apenas em trabalhadores rurais envolvidos diretamente no cultivo das lavouras, como também na população em geral residente nas proximidades das plantações de soja, milho ou algodão.<sup>568</sup>

Sobre a produção orgânica, ainda que o empresariado brasileiro tenha estimulado-a em tempos recentes, esse tipo de cultivos é residual no conjunto da produção agropecuária brasileira. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 64.690 estabelecimentos agropecuários estavam certificados como produtores orgânicos.<sup>569</sup> Este número representa apenas 1,3% do total de estabelecimentos agropecuários do país, um número reduzido diante do conjunto de 5.073.324 de unidades produtoras.<sup>570</sup> Em relação à área agrícola, pouco mais de 1 milhão de hectares (cerca de 0,5% da área agricultável total) era ocupada pela produção orgânica em 2021, de acordo com a Embrapa.<sup>571</sup>

---

567 ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de et al. Uso de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos no Brasil: cultivando perigos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 10, p. 3333-3339, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.17112017> Acesso em: 13 ago. 2022.

568 DUTRA, Lidiane Silva et al. Uso de agrotóxicos e mortalidade por câncer em regiões de monoculturas. *Saúde em Debate*, v. 44, n. 127, p. 1018-1035, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012706> . Acesso em: 25 ago. 2022.

569 IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019, p. 81.

570 Ibidem, p. 62.

571 JUNQUEIRA, Ana Maria Resende et al.. Produção orgânica e sustentabilidade.. In: Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). **Anais**. Brasília (DF) UnB, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/343343-producao-organica-e-sustentabilidade/> Acesso em: 13 ago. 2022.

Vista a baixa produção relativa de alimentos orgânicos e a ação concreta de utilização massiva de agrotóxicos nas principais culturas do agronegócio, justifica-se por outros motivos o discurso em defesa da produção orgânica e a inclusão do setor como um agente na expansão de uma produção saudável. É provável que a inserção da produção orgânica na campanha “Agro” como um elemento de composição do agronegócio brasileiro relacione-se à tentativa de construção de um discurso de legitimação para fora da classe. Mais do que um estímulo ao consumo de alimentos saudáveis, o objetivo de apresentar-se como vanguarda na alimentação saudável teria relação com uma busca por melhorar a imagem do setor, fortemente associado à utilização de agrotóxicos e manejos não sustentáveis.

Ao buscar associar o agronegócio aos manejos orgânicos, sustentáveis e limpos, além de gerador e consumidor de recursos renováveis, o empresariado do agronegócio visa entrar em sintonia com um discurso de desenvolvimento sustentável, enquadrando os ramos da predominante atividade agroindustrial brasileira em uma lógica de “capitalismo sustentável” e de “economia verde”. Como observam Misoczky e Böhm, esses discursos, em alta nas últimas décadas, seriam conceitos vagos sobre formas diferentes de produção, mas que seguem a serviço da acumulação de capital, buscando justificar a manutenção de suas atividades em uma chave diferente da normal.<sup>572</sup>

A penetração da financeirização no cotidiano, significando o avanço do capital sobre todas as dimensões da vida, é um aspecto central do capitalismo em sua fase neoliberal. Especialmente nas relações do ser humano com a natureza, conforme visto no capítulo 2, quando debatida as expropriações permanentes de terras como mecanismo intrínseco ao impulsionamento do modelo de agronegócio. O discurso da sustentabilidade e o avanço da produção orgânica não apagam a permanência dos mecanismos da acumulação capitalista no agronegócio. Afinal, o capital necessita, continuamente, estender-se sobre novas fronteiras e incorporá-las à lógica da produção e da circulação. Como acentuam Misoczky e Böhm, o discurso sobre uma suposta economia verde é apenas mais uma das camadas que nublam o reforço das expropriações permanentes sobre a natureza.<sup>573</sup>

Sendo assim, o discurso da economia verde e sustentável observado nos filmes descritos anteriormente não oculta o fato de que a valorização do capital manifesta-se independente das propostas alternativas que se coloquem. Como afirma Löwy, citado por Misoczky e Böhm, a economia verde “não é outra coisa do que uma economia capitalista de mercado que busca traduzir

---

572 MISOCZKY, Maria Ceci; BÖHM, Steffen. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 546-568, set. 2012.

573 *Ibidem*, p. 561.

em termos de lucro e rentabilidade algumas propostas”.<sup>574</sup> Apesar da autoimagem idealizada pelo agronegócio, o que se busca com a suposta ação de vanguarda de associar-se a modelos sustentáveis de produção é melhorar a imagem do setor, contribuindo com a construção de consensos positivos. E assim, reforçar os mecanismos que facilitem o exercício do poder econômico, político e social do agronegócio.

#### 7.4 Conclusões

O alcance da campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” justificou os investimentos e a associação entre o discurso empresarial do agronegócio e a emissora Globo. Segundo Roberto Schmidt, em estimativa para o ano de 2017, cada filme alcançava em torno de 64% da população do país, impactando milhões de brasileiros e brasileiras com o imaginário idealizado pelo agronegócio sobre a atividade. Um investimento justificável em vista da construção de um consenso positivo sobre a atividade produtiva que se tornou o vetor da economia brasileira nas últimas décadas.

A campanha “Agro” veicula um mundo idealizado de harmonia entre o campo e a cidade, sem conflitos, no qual o agronegócio seria o responsável pela condução não apenas da economia brasileira, mas da vida do conjunto da sociedade. Como expressado por Pompeia, a organização e a representação de interesses é considerada pelas elites patronais rurais e pelo agronegócio fundamentais na dinâmica das relações de poder, de dominação e na construção da hegemonia. É o lugar privilegiado de intensificação de laços econômicos, sociais e políticos e a reafirmação de valores e de construção de projetos de vida. Assim, no período de ascensão e de supremacia do agronegócio, a campanha “Agro” é um exemplo ilustrativo da operação do empresariado do setor na construção de uma imagem de si e da classe como detentoras de qualidades e potencialidades necessárias ao desempenho da hegemonia, vinculando-se a discursos que resvalam em sentimentos de superioridade, como destacado por Regina Bruno.<sup>575</sup>

Conforme os objetivos desta Tese, buscou-se demonstrar que por trás do discurso empresarial de progresso e de desenvolvimento – um “ganha-ganha” no qual o agronegócio teria um papel destacado – o resultado concreto da transformação do agronegócio no vetor da economia brasileira foi o reforço de elementos que caracterizam a dependência e o subdesenvolvimento do Brasil. O acento primário-exportador das décadas de expansão e de consolidação do agronegócio como modelo predominante de agricultura levam à prevalência da monocultura exportadora, da degradação ambiental, do reforço da concentração fundiária, das expropriações de territórios de

---

<sup>574</sup> Ibidem, p. 556.

<sup>575</sup> BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. In: VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 2010, Porto de Galinhas. *Anais*, p. 2.

povos originários e tradicionais e ao uso indiscriminado de agrotóxicos, características observadas nos capítulos anteriores.

Como destaca Schmidt, evidenciando a confluência entre as intenções ideológicas e as comerciais como um dos resultados motivadores da campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”, o agronegócio busca amalgamar suas pretensões hegemônicas e de supremacia por meio da campanha, expondo ao conjunto da sociedade o sucesso de seu projeto político e econômico. Segundo o executivo da Rede Globo,

estamos trabalhando para que o agronegócio melhore, para que ele seja percebido como algo que funciona e põe o Brasil na roda. Ele valoriza o homem do campo, ele aproxima as pessoas, aproxima a cultura de cada uma das formas de produção do brasileiro como um todo. E permite que a gente enxergue que *o Brasil é Agro*. Então, Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo. A gente tem que pensar nesse segmento e fomentá-lo o tempo todo.<sup>576</sup>

No consenso objetivado pelo empresariado na longa construção do poder político e econômico da fração de classe, é possível afirmar que nas últimas décadas, assim como exposto por Schmidt, “o Brasil é Agro”.

Por sorte, a história é um campo de disputa. Ainda que o cenário apresentado neste trabalho demonstre a força dos que insistem em vencer, a compreensão da grandeza dos nossos desafios reforça a urgência de construirmos hoje as disputas do futuro.

---

576 SINDAG. **Comunicação e Agronegócio:** Roberto Schmidt – Dir. Plan. Marketing Globo. Canela: YouTube, 2017. 1 vídeo (49 min), 37:46. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=twUHRsX0rj8&t=2550s> . Acesso em: 13 ago. 2022.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Diana. **Dossiê crítico da logística da soja: em defesa de alternativas à cadeia monocultural**. Rio de Janeiro: FASE, 2021, AGUIAR, Diana. **Dossiê crítico da logística da soja: em defesa de alternativas à cadeia monocultural**. Rio de Janeiro: FASE, 2021.
- AGUIAR, Diana; TORRES, Maurício. A boiada está passando: desmatar para grilar. In: **Agro é fogo: um dossiê sobre grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal**. Articulação AGROéFOGO, 2021.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In: SILVA, Edima Aranha; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de et al. Uso de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos no Brasil: cultivando perigos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 10, p. 3333-3339, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.17112017> Acesso em: 13 ago. 2022.
- ALVES, Fábio; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre. **O crescimento do uso de agrotóxicos: uma análise descritiva dos resultados do Censo Agropecuário 2017**. Brasília: Ipea, 2020 (Nota Técnica nº 65).
- ALVIM, Augusto Mussi; MORAES, Silvana Longo. Os investimentos diretos no agronegócio brasileiro – 2002-08. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 105-120.
- AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. 161 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- AMARAL, Marisa; FILHO, Niemeyer Almeida; RAPOSO, Bruna Ferraz. Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. **Anais**. Niterói: 2018.
- AMIN, Samir; VERGAPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ARANDA, Dario. **Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur: monocultivos, resistencias y propuestas de los pueblos**. Buenos Aires: Acción por la Biodiversidad, 2020.
- AZEVEDO, André; FEIJÓ, Carmem; CORONEL, Daniel (org.). **A desindustrialização brasileira**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2013.

- BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de. **O futuro da indústria no Brasil**: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2015.
- BENATTI, José Héder; GAMA, Antônia Socorro Pena da; SANTOS, Roberto Araújo. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira**. Brasília: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – MMA, 2006.
- BIANCHI, Alvaro. **Um ministério dos industriais**: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- BITTENCOURT DE ARAÚJO, Ney; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luis Antonio. **Complexo Agroindustrial**: o “*agribusiness* brasileiro”. São Paulo: Agrocere, 1990.
- BOITO JR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BORRAS, Saturnino Jr.; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio e WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**. v. 33, n. 4, p. 402-416
- BORRAS, Saturnino; SAUER, Sérgio. ‘*Land Grabbing*’ e ‘*Green Grabbing*’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 6-42, jun. 2016.
- BOULTON, Chris; LENTON, Timothy; BOERS, Niklas. Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s. **Nature Climate Change**, n. 12, 271–278, 2022.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Programa Estratégico de Desenvolvimento – 1967**.  
 \_\_\_\_\_. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975-1979**.
- BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Revista IEB**, São Paulo, n. 40, p. 69-89, 1996.  
 \_\_\_\_\_. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária; UFRRJ, 1997.  
 \_\_\_\_\_. Agronegócio, palavra política. In: VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 2010, Porto de Galinhas. **Anais**.  
 \_\_\_\_\_. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional. **Estudos – Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, p. 461-502, jun/set 2021.

\_\_\_\_\_. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e *habitus* de classe. **Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, 2022.

CALLINICOS, Alex. **Bonfire of illusions**. Cambridge: Polity Press, 2010.

CAMARGO, Maria Luiza Gutierrez de. **O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira**. 2015. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Texto para discussão. IE/UNICAMP**. Campinas, SP, n. 200, jan. 2012.

CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira. **Conflitos no campo: Brasil 2019**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra Nacional, 2020.

CARIO, Silvio Antonio Ferraz; BUZANELO, Edemar J. Notas sobre a teoria marxista da renda da terra. **Revista de Ciências Humanas**, Editora da UFSC, v. 5, n. 8, p. 32-47, 1986.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo; COSTA, Karina. **A expansão da soja no Cerrado: caminhos para a ocupação sustentável**. São Paulo: Agroicone, 2016.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Metodologia – PIB do Agronegócio Brasileiro: Base e Evolução**. Piracicaba, 2017.

CHÃ, Ana Manoela. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Finance capital today**. Leiden, Boston: Brill (Historical Materialism Book series), 2016.

CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

DA MATA, Milton. Crédito rural: caracterização do sistema e estimativa dos subsídios implícitos. **Revista Brasileira de Economia**, v. 36, n. 3, p. 215-245, 1982.

DE MELO, Demian Bezerra. Ditadura “Civil-Militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço plural**, v. 13, n. 27, 2012.

DEININGER, Klaus; BYERLEE, Derek; LINDSAY, Jonathan; NORTON, Andrew; SELOD, Harris; STICKLER, Mercedes. Rising Global Interest in Farmland: Can it Yield Sustainable and Equitable Benefits? Agriculture and Rural Development. **Banco Mundial**. Washington DC, 2011.

DELFIM NETTO, Antônio. **Problemas econômicos da agricultura brasileira**. São Paulo: FEA-USP, 1965.

DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Editoras – UNICAMP/Ícone, 1985.

\_\_\_\_\_. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados* [online]. v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001, p. 164.

\_\_\_\_\_. O agronegócio: realidade e fantasia rondando o país. Santa Maria: UFSM, 2004.

\_\_\_\_\_. Especialização primária como limite do desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**, v.1, n. 2, pp. 111-125, jan/abr e maio/ago 2010.

\_\_\_\_\_. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

DUTRA, Lidiane Silva et al. Uso de agrotóxicos e mortalidade por câncer em regiões de monoculturas. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 127, p. 1018-1035, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012706> . Acesso em: 25 ago. 2022.

ESPÓSITO, Maurício. Os limites do debate teórico da desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional. **Revista Econômica**, v. 19, n. 1, p. 131-158, jun. 2017.

FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.



FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2012.

FIX, Mariana; PAULANI, Leda Maria. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S.L.], v. 39, n. 4, p. 638-657, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572019-2954>.

FLEXOR, George; LEITE, Sérgio. Mercado de terra, *commodities boom* e *land grabbing* no Brasil. In: FLEXOR, Georges, MALUF, Renato (orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e *land grabbing*: Constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; MALDONADO, Gabriela; HERNANDEZ, Valeria. (org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, p. 12-32.

FRENTE Parlamentar da Agropecuária. **História da FPA**. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

FÜRSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 8, n.1, p139-154, 1987.

GLASS, Verena; SANTOS, Maureen. **Atlas do Agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 31, p. 5-30, fev. 2012.

GRAS, Carla; NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti do. Monopólio de terras e capital financeiro: a atuação da empresa Cresud na América Latina. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria; MALDONADO, Gabriela. **Globalização do agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, Capes, Faperj, Reagri, Mincity, 2017, p. 118-134.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GRYNSZPAN, Mário. Origens e conexões norte-americanas do *agribusiness* no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 17, 2012.

- GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial no Brasil. **Opinião**. Nov. 1976.
- \_\_\_\_\_. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. O complexo agroindustrial como etapa e via de desenvolvimento da agricultura. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 2, n. 3, 1982
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.
- IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- IMATERRA. Desmatamentos irregulares no cerrado baiano: uma política de estado. Salvador, jul. 2022.
- JUNQUEIRA, Ana Maria Resende et al.. Produção orgânica e sustentabilidade.. In: Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). **Anais**. Brasília (DF) UnB, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/343343-producao-organica-e-sustentabilidade/> Acesso em: 13 ago. 2022.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Flama, s/d.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KLOPPENBURG, Jack Ralph. **First the seed: the political economy of plant biotechnology, 1492-2000**. Wisconsin, EUA: The University of Wisconsin Press, 2005.
- LACERDA, Elaine. Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a institucionalização dos interesses do empresariado rural no Brasil. **Ruris**, v. 5, n. 1, p. 183-207, mar. 2011
- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio**. 2014. 436 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- LAPAVITSAS, Costas. Theorising Financialisation. **Work, Employment & Society**, v. 25, n. 4, p. 611-626, 2011.
- LEITE, Sérgio. **Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo**. São Paulo: Editora Polis, 1981.

\_\_\_\_\_. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, p. 129-163, abr. 2001.

LENIN, Vladimir. O Estado e a Revolução. In: **Obras Escolhidas em três tomos** – Tomo 2. Lisboa: Edições Avante!; Moscou: Editora Progresso, 1978.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o desenvolvimento do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura dos Estados Unidos. In: STEDILE, João Pedro (org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo** – Volume I. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias** – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile. **Cuadernos CIDAMO**, Cidade do México, n.7, p. 1-31, 1982.

\_\_\_\_\_. Dialética da dependência (1973). In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs). **Ruy Mauro Marini** – Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime (orgs). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013,

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Boitempo: São Paulo, 2014.

MCMICHAEL, Philip. The land grab and corporate food regime restructuring. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 681-701, 2012.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: A construção do conceito de Agronegócio**. 2013. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, 2009

MISOCZKY, Maria Ceci; BÖHM, Steffen. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 546-568, set. 2012.

MONTORO, Xabier Arrizabalo. **Capitalismo y Economía Mundial**. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.

MONTOYA, Marco Antonio; FINAMORE, Eduardo Belisário. Os recursos hídricos no agronegócio brasileiro: Uma análise insumo-produto do uso, consumo, eficiência e intensidade. **Revista Brasileira de Economia**, n. 4, v. 74, p. 441-464, 2020.

MORCEIRO, Paulo. Influência metodológica na desindustrialização brasileira e correções na composição setorial do PIB. **TD NEREUS 02-2019**, São Paulo, NEREUS-USP.

MOREIRA, Eliane. Cadastro Ambiental Rural: a nova face da grilagem na Amazônia? **Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente**. Belo Horizonte, 7 jul. 2016.

MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do Poder**. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. Niterói: EDUFF, 2008.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

NAKATANI, Paulo *et al.* A Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 58-73, jan./jun.2014.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a História depois do papel. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

NOVOA, Luís Fernando. O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: INSTITUTO Rosa Luxemburgo Stiftung. **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NUNES, Eduardo Pereira. **Complexo Agroindustrial Brasileiro**. Caracterização e dimensionamento. Brasília: Associação Brasileira de Agribusiness – Abag, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI**. O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; FARIA, C. S. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina en Transformación. **Anais**. Montevideo: Universidad de La República, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem Aparecida. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2. 2010.

OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime, **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n.66, p-25-39, 2009.

PERELMAN, Michael. **Farming for Profit in a Hungry World**. Allandheld, Osmun Publishers, Montclair, 1979, p. 169-171 apud MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: A construção do conceito de Agronegócio**. 2013. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 103.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

PRADO JR., Caio. Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: VEIGA, José Eli da (org.). **A questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 2000, p. 15-85.

\_\_\_\_\_. A nova contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: VEIGA, op. cit., 2000, p. 86-126.

PRIETO, Gustavo. Nacional por usurpação: a grilagem de terras públicas como fundamento da formação territorial brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

RAMOS, Simone Yuri; MARTHA JÚNIOR, Geraldo Bueno. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2010.

RODRIGUES, Roberto. Redescobrimo a agricultura brasileira – entrevistado por Patrícia Carvalho. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 16, n. 8, ago 1996, p. 1-4.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, Guillermo. **Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

SANTOS, Mahatma Ramos. Interações socioestatais no caso da política de valorização do salário-mínimo (2003-2011). **Mosaico**, v. 13, n. 20, p. 449-471, 2021.

SANTOS, Theotonio dos. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da “Nova república”**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

SARAMAGO, José. **Levantado do chão**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SHIVA, Vandana. **The Violence of the Green Revolution**. Goa, Índia: The Other India Press, 1991.

SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. v. 20, n. 4, p. 1695-1711, 2013.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, n. 102, p. 39-67, jul 2015.

SORLIN, Pierre. **Sociologia del cine**. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

SOUSA, Silvio Braz de; JUNIOR, Laerte Guimarães Ferreira; MIZIARA, Fausto; MORAIS, Hugo Arruda de. Crédito Rural no Brasil: evolução e distribuição espacial (1969-2016). **CONFINS (PARIS)**, v. 1, p. 1-26, 2020.

SPAROVEK, Gerd *et al.* Who owns Brazilian lands?. **Land Use Policy**, n. 87, 2019.

TAVARES, Francisco Claudio. **Nas sombras do deserto verde:** impactos socioambientais no setor de papel e celulose – o caso da Bahia sul. 2005. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

TORRES, Maurício. **Dono é quem desmata:** conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agrônomo da Amazônia, 2017.

\_\_\_\_\_. Grilagem para principiantes: guia de procedimentos básicos para o roubo de terras públicas. In: MARQUES, M.I.M. et alii. **Perspectivas de Natureza:** geografia, formas de natureza e política. São Paulo: Annablume, 2018.

VALDIONES, Ana Paula; SILGUEIRO, Vinícius; CARVALHO, Raquel; BERNASCONI, Paula; VASCONCELOS, André. **Soja e desmatamento ilegal:** estado da arte e diretrizes para um protocolo ampliado de grãos em Mato Grosso. Mato Grosso: Instituto Centro de Vida, 2022.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. Novo ciclo de modernização conservadora: Indústria cultural e reconfiguração da Hegemonia. **REBELA**, v. 1, n. 3, Florianópolis, p. 152-179, fev. 2012.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 12, n. 1 (45), p. 43-49, jan/mar, 1992.

**FONTES:****1. Jornais e revistas eletrônicas:***a) Folha de São Paulo*

ABREU, Kátia. De quintal a reserva legal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 jul. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18833&anchor=5716375&pd=d4d6de19561c74427545033f49404672> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Crime de lesa-humanidade. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 out. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18931&anchor=5731909&pd=1639fa24c4052a149f3151b889c1ebe7> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Um código florestal para o Brasil. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 maio 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19127&anchor=5786472&pd=4c58ff1a14c89b0c71cdbc9e1368491b> . Acesso em: 05 dez. 2022.

ANDRADE, Ademir. Ato de prepotência. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 ago. 1997. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13620&anchor=277286&pd=0105aed8f71fc0b34de55e3e974d7f20> . Acesso em 04 maio 2022.

ANGELO, Claudio. Deputado diz que ambientalistas distorcem proposta sobre código. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 abr. 2001. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=14961&anchor=52513&pd=0759b82303d700c50c174fe7518d4d4a> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Aldo aceita mudar projeto para florestas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 jun. 2010. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18303&anchor=5920553&pd=2e16aa41ec93a43e91fb7aff7a08b75e> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Embrapa veta cientistas em seminário. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 fev. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18685&anchor=5574578&pd=401fe673ef7cfa27a202e0f29e4002d1> . Acesso em: 05 dez. 2022.



\_\_\_\_\_. Para ministra, violação de Código Florestal agravou tragédia no Rio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 04 mar. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18692&anchor=5575627&pd=4c4f0fcfadd050c3245398ed960270ac> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Cientistas criticam pressa para votação de Código Florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 abr. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18745&anchor=5681763&pd=ac4ef3b7c195651b708d4814e68179a6> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Código anistia desmatadores, diz Maggi. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 04 jun. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18784&anchor=5709337&pd=d4377fea5e117681516af983b77005e2> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Governo faz nova concessão a ruralistas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 nov. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18943&anchor=5733544&pd=05ea5a4fd8b73b989d45815853542a34> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Bancada ruralista quer dificultar demarcações de reservas de terra. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 01 jan. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18995&anchor=5740830&pd=35c6648ef1b64d9583f1ec8894994ee4> . Acesso em: 05 dez. 2022.

ANGELO, Claudio; CABRAL, Maria Clara. Planalto avalia votar Código Florestal, mas ameaça veto. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19081&anchor=5763673&pd=2391f7b270c7f4ff67a0a565f07ff6e8> . Acesso em: 05 dez. 2022.

ANGELO, Claudio; CABRAL, Maria Clara; FALCÃO, Márcio. Relator altera código e agrada ruralistas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 08 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19062&anchor=5749703&pd=08e6d4b19ce9a3f98cb7648f8aaa0616> . Acesso em: 05 dez. 2022.

ANGELO, Claudio; CRUZ, Valdo. Dilma ameaça vetar texto do Código Florestal e editar MP. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 abr. 2012. Disponível em:

[https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19109&anchor=5780969&pd=d1ab2bfc14b9a266d8e97590186293f1)

[numero=19109&anchor=5780969&pd=d1ab2bfc14b9a266d8e97590186293f1](https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19109&anchor=5780969&pd=d1ab2bfc14b9a266d8e97590186293f1) . Acesso em: 05 dez. 2022.

ANGELO, Claudio; FALCÃO, Márcio. Concessão a ruralistas faz Código Florestal avançar. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 nov. 2011. Disponível em:

[https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18957&anchor=5735366&pd=1340c0d963c50683bb2c806a54edd832)

[numero=18957&anchor=5735366&pd=1340c0d963c50683bb2c806a54edd832](https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18957&anchor=5735366&pd=1340c0d963c50683bb2c806a54edd832). Acesso em: 05 dez. 2022.

ANGELO, Claudio; FALCÃO, Márcio; FLOR, Ana; SEABRA, Catia. Acordo viabiliza votação de lei florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 maio 2011. Disponível em:

[https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18760&anchor=5703216&pd=d83e71bd8c3fe06637259501a6e5a440)

[numero=18760&anchor=5703216&pd=d83e71bd8c3fe06637259501a6e5a440](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18760&anchor=5703216&pd=d83e71bd8c3fe06637259501a6e5a440) . Acesso em: 05 dez. 2022.

ANGELO, Claudio; FALCÃO, Márcio; NERY, Natuza. Em meio a crise, Planalto ameaça vetar lei ambiental. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 mar. 2012. Disponível em:

[https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19073&anchor=5754311&pd=baa669f152b88513575c0a5ebc6933a1)

[numero=19073&anchor=5754311&pd=baa669f152b88513575c0a5ebc6933a1](https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19073&anchor=5754311&pd=baa669f152b88513575c0a5ebc6933a1) . Acesso em: 05 dez. 2022.

Anistia não deve atrair desmatador, avalia CNA. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 dez. 2009.

Disponível em: [https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18114&anchor=5812076&pd=9eb54d9e469737ae01a7c17ffca78e4a)

[numero=18114&anchor=5812076&pd=9eb54d9e469737ae01a7c17ffca78e4a](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18114&anchor=5812076&pd=9eb54d9e469737ae01a7c17ffca78e4a) . Acesso em: 05 dez. 2022.

ANTUNES, Ricardo. A plumagem e a carne. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 01 set. 2000.

Disponível em: [https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=14725&anchor=707955&pd=8e72abdcde09418a8b122ab47f450020)

[numero=14725&anchor=707955&pd=8e72abdcde09418a8b122ab47f450020](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=14725&anchor=707955&pd=8e72abdcde09418a8b122ab47f450020) Acesso em: 04 maio 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Ineficiência da recessão e acordo com o FMI. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 dez. 1982. Disponível em: [https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=8248&anchor=4213420&pd=c649c9a559398c487892a112fafa5ef7)

[numero=8248&anchor=4213420&pd=c649c9a559398c487892a112fafa5ef7](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=8248&anchor=4213420&pd=c649c9a559398c487892a112fafa5ef7) Acesso em: 04 maio 2022.

BRITO, Agnaldo. Balança de alta tecnologia piora no país. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 ago.

2010. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?>

[numero=18395&anchor=5760885&pd=734bb4cd831b897ea37171b0fcf66466](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/20/dinheiro/3.html) Acesso em: 04 maio 2022.

CAMPOS, Lauro. Os sapatos do dr. Kandir. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 set. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/20/dinheiro/3.html> . Acesso em: 04 maio 2022.

CARNEIRO, Mariana. Protesto em SP vira palanque contra o pacote. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 abr. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19090&anchor=5771149&pd=f7f11b27480593e8062666917d97c846> Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Proteger indústria e ajudar setores é política míope. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 jul. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19203&anchor=5800816&pd=52f8f8fd7184a11abf48c5326de8e557>> Acesso em: 29 abr. 2022.

Ciro e Serra trocam críticas pesadas em clima de campanha. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 jul. 2001. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=15045&anchor=149908&pd=2674402891485d669c0f114c0a050062> Acesso em: 04 maio 2022.

Comissão do Código Florestal pode permanecer com maioria ruralista. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 jun. 2000. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=14635&anchor=563766&pd=e14f9956b5809ea3a320c51485196c6b> . Acesso em: 05 dez. 2022.

Congresso discute Código Florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 abr. 2000. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=14598&anchor=637696&pd=386050cb350732837464c5170bcd7bc5> . Acesso em: 05 dez. 2022.

CRUZ, Valdo; FALCÃO, Márcio; FLOR, Ana; GUIMARÃES, Larissa; NERY, Natuza. Governo cede para votar nova lei florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 maio 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18773&anchor=5707797&pd=6dc48f473a70de36ee78019e31ba7685>. Acesso em: 05 dez. 2022.

Economistas alertam para o risco de desconfiança causar dolarização. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 mar. 1990. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?>

[numero=10918&anchor=4091807&pd=dc281c33eca3d9fcdf0cbe846daeeab3](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=10918&anchor=4091807&pd=dc281c33eca3d9fcdf0cbe846daeeab3) Acesso em: 04 maio 2022.

EDITORIAL. Luz no ambiente. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 jun. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=17924&anchor=5831144&pd=00b4e56eec8c3324cc1f9a0e14d9ef2b> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Impasse ambiental. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 ago. 2010. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18381&anchor=5794048&pd=8070c944220724a387a9e107330faf09> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Congresso a reboque. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 fev. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18550&anchor=5529542&pd=0c08a4e9a3f879227c556cfbbd378cc5> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Mais com menos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 out. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18928&anchor=5731283&pd=5eeaa23ea4ad512d712834505eee453e> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Código ameaçador. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19074&anchor=5755095&pd=7fa423c1d14d5350467d0fae9ce72ddd> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Sobre leis e florestas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 abr. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19113&anchor=5783732&pd=3a43fea4149706684532bc5cec4efe15> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Veta em parte, Dilma. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 maio 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19122&anchor=5785937&pd=c4d84c500bb134cea0e0648fc80179ee> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Código recomposto. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 maio 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?>

[numero=19141&anchor=5789398&pd=4f4bff077c3899ecfe6239610ed23bd5](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19141&anchor=5789398&pd=4f4bff077c3899ecfe6239610ed23bd5) . Acesso em: 05 dez. 2022.

EMERICK, Shirley. Fazendeiros dão apoio a texto do governo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 04 out. 1995. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12931&anchor=4728914&pd=48e596ca00a035d901074703b730982f> . Acesso em: 04 maio 2022.

FAIRBANKS, Marcelo. Debate mostra agropecuária em transição. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 out. 1988. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10397&keyword=35%2CPIB&anchor=4171098&origem=busca&originURL=&pd=b118e07300d8a48d61dbbf5ca5500457> Acesso em: 04 ago 2022.

FALCÃO, Márcio. Senado quer mudar pontos do novo Código Florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 maio 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18780&anchor=5708878&pd=b4b70b74954d554191eccb84b096ab7d> . Acesso em 05 dez. 2022.

FALCÃO, Márcio; GUERREIRO, Gabriela; GUIMARÃES, Larissa; NERY, Natuza. Governo teme nova derrota em lei florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 maio 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18775&anchor=5707968&pd=03c5e06e4e2eb9d3aa12c6521c7e0c6e> . Acesso em: 05 dez. 2022.

FALCÃO, Márcio; FLOR, Ana; GUIMARÃES, Larissa; NERY, Natuza. Aliados cobram mais poder de decisão no governo Dilma. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 maio 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18780&anchor=5708861&pd=7bb646f6ab6e7fb519c41ac83783855c> . Acesso em: 05 dez. 2022.

FALCÃO, Márcio; RONCAGLIA, Daniel. Senadores planejam lei florestal mais rígida. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 maio 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18776&anchor=5708094&pd=3fccb918d5bde3f233f871bca5a61569> . Acesso em: 05 dez. 2022.

Falta de indexador para comercialização da safra. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 abr. 1989. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?>

[numero=10580&keyword=PIB&anchor=4090011&origem=busca&originURL=&pd=f63643abe648f967f9b28dff5ff0f98d](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/17/opinioao/8.html) Acesso em: 04 ago 2022.

KANDIR, Antonio. Reformas e emprego. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 maio 1996. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13159&anchor=4744175&pd=d9a5f805834d34cdb92a1833500767f2> . Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. ICMS: turbinando o crescimento. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 set. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/17/opinioao/8.html> . Acesso em: 04 maio 2022.

LOZARDO, Ernesto. Ambiguidade marca trajetória da indústria brasileira. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19064&anchor=5750052&pd=b29da694a92f43e836994776c7a6ee71> Acesso em: 04 maio 2022.

MAGALHÃES, Vera. Mais-valia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19065&anchor=5750160&pd=ff7fde9c723522ae8e33712c47ae4a72> Acesso em: 04 maio 2022.

MADUEÑO, Denise. FHC ameaça vetar alteração do código. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 set. 2001. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=15094&anchor=147237&pd=2b01a87b00a3e7feb27a859240020b84> . Acesso em: 05 dez. 2022.

EDITORIAL. Maquiavel com Newton. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 maio 1996. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13170&anchor=4741139&pd=478aaf95c219a9c8b750c8d98a2a9d69> . Acesso em: 04 maio 2022.

HENNEMAN, Gustavo; MADUREIRA, Roberto; MAGALHÃES, João Carlos. Pará repõe floresta nativa com eucalipto. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18100&anchor=5829546&pd=201763dcefd9a794ba7f0f80803960af> . Acesso em: 05 dez. 2022.

MARTINS, Elcio. Desindustrialização. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 set. 1979. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=7077&anchor=4263665&pd=fd3bb48ed044ae12be84eae7b848a065> Acesso em: 04 maio 2022.

MORAES, Antonio Ermírio de. Apelo ao Congresso Nacional. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 ago. 1996. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13257&anchor=4746157&pd=e5267c376e446f046e785e41d1bb1e7d> . Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Uma luz no horizonte. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 set. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/15/opiniaio/7.html> . Acesso em: 04 maio 2022.

NAVARRO, Silvio. Paineis. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 08 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18080&anchor=5864256&pd=a6c974ea76dcbc81ae95c610255acadd> . Acesso em: 05 dez. 2022.

NAKANO, Yoshiaki. Regressão industrial e câmbio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18101&anchor=5829704&pd=ea3d338cd63fd0590ac80d250aa2ec64> Acesso em: 04 maio 2022.

NEVES, Aécio. Incoerência. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 jan. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19010&anchor=5743605&pd=9b4daf0678dc7eff0250198107198e66> . Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Crescimento? **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 mar. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19066&anchor=5750404&pd=e35e7eb0a76985b2936044d94c96d31c> . Acesso em : 04 maio 2022.

OLIVEIRA, Elida. Governos estaduais estudam criar códigos florestais próprios. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 abr. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18741&anchor=5681156&pd=b191f05e85c288f4f6082a8792cc0b7f> . Acesso em: 05 dez. 2022.

OLIVEIRA, Valéria de. Câmara refaz projeto de Código Florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 maio 2000. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=14619&anchor=623588&pd=b13cd86a7a3980f5ec5eeee51f3dc373>. Acesso em: 05 dez. 2022.

PAINEL DO LEITOR. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 nov. 2002. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?>



[numero=15524&anchor=25278&pd=28144c5d22c74864cee1b3eedbce3c85](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=15524&anchor=25278&pd=28144c5d22c74864cee1b3eedbce3c85) Acesso em: 04 maio 2022.

PAINEL RURAL. Menos imposto. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 jun. 1995. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12818&anchor=490212&pd=b65520b5e927fda1d8b38c530e94182c> . Acesso em: 04 maio 2022.

PALHANO, André. Entrevista: Roberto Klabin – ‘Em vez de código florestal, Brasil terá código agrícola’. **São Paulo**. São Paulo, 29 nov. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18962&anchor=5736458&pd=f61a2625a845b8944b5847948a938380> . Acesso em: 05 dez. 2022.

PATU, Gustavo. Estudo contesta encolhimento da indústria no Brasil. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 abr. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19094&anchor=5772893&pd=192709d3be63056f043886fd51c47e2f> Acesso em: 04 maio 2022.

Precisamos de um plano de desindustrialização para a Alemanha. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 jun. 1946. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=36169&anchor=5064293&pd=c7089c0ad79d7b5358436450c28e2519> Acesso em: 04 maio 2022.

REPORTAGEM LOCAL. Política rural virá com reforma. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 mar. 1995. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12740&anchor=477518&pd=0b645843a2ad1d5be1b708fd3de129bc> Acesso em: 04 maio 2022.

RIBEIRO FILHO, Mendes. Código Florestal, paz e segurança no campo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 abr. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19090&anchor=5771142&pd=0d139d2c18cd112fe786416b7f4858a1> . Acesso em: 05 dez. 2022.

RODRIGUES, Fernando. Kandir sabe que FHC sabe. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 maio 1996. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13170&anchor=4741139&pd=478aaf95c219a9c8b750c8d98a2a9d69> . Acesso em: 04 maio 2022.



RODRIGUES, Roberto. Reforma tributária e agricultura. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 ago. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/14/dinheiro/9.html> Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Floresta plantada. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 jun. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=17939&anchor=5832380&pd=6addee721260a291ecf8e50495818d9d> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Mais preconceito. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 ago. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2908200906.htm> . Acesso em: 05 dez. 2022.

Ruralistas devem obstruir votação do Código Florestal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 nov. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18956&anchor=5735273&pd=4557c2536accf0b4da4b30c8f3061a4d> . Acesso em: 05 dez. 2022.

Ruralistas passam lei na Câmara. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 dez. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18119&anchor=5826541&pd=82fba27fe0d8e8b390bf7367acf6192e> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Na reta final. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 set. 2021. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18882&anchor=5723010&pd=f3f79c708b36500d53284b2d2e459785> . Acesso em: 05 dez. 2022.

SALOMON, Marta. Senado vota regularização de terras; ecologistas protestam. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 04 jun. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=17923&anchor=5830800&pd=5bd48210ee2ce8fc2acb1b4830a3b7e5> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Veto à carne derruba preço e gera reação política no Pará. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 jun. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=17947&anchor=5833059&pd=048527a55eeacb2db4330b3c8500c4b6> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Proprietários não registram reserva legal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?>

[numero=18102&anchor=5830639&pd=992acdf37d14f4ca481d0fd1883db9dc](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18102&anchor=5830639&pd=992acdf37d14f4ca481d0fd1883db9dc) . Acesso em: 05 dez. 2022.

SCHWARTZ, Gilson. Plano da Argentina foi mais audacioso. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 jul. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12473&anchor=4834998&pd=1852d24d3a927bb7c67b5ad606c1b15f> Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Kandir discute ICMS com secretários. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 ago. 1996. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=13259&anchor=4746977&pd=4066b12d9f97f86a650d4a5d9f2a89fa> . Acesso em: 04 maio 2022.

SCHWARTZMAN, Alexandre. Uma tese com substâncias. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 ago. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=17999&anchor=5839604&pd=22da408c094adbc06eddb0cb5317ca81> Acesso em: 04 maio 2022.

SCOLESE, Eduardo. Lula discute agenda ambiental polêmica. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18075&anchor=5828130&pd=e87b4ab5610deff7c41bc647838436b1> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Lula reúne ministros para decidir sobre impasses ambientais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18081&anchor=5769634&pd=36dfc5789599a380de46358df8f1f49c> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Lula rejeita os planos de Minc e de Stephanes. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18083&anchor=5769770&pd=fb401e8bac5c051facd51f8f702d0382> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Lula atende a ruralistas e adia prazo para recuperar matas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 nov. 2009. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=18086&anchor=5770026&pd=b2429fed2400c1e2abcb87b08df3a05e> . Acesso em: 05 dez. 2022.

SILVA, Marina. Disperso e insuficiente. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 06 abr. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?>

[numero=19091&anchor=5772441&pd=621683aada75707760501116ae796b56](https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19091&anchor=5772441&pd=621683aada75707760501116ae796b56) . Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Chancela. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 set. 2011. Disponível em: [https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18895&anchor=5725073&pd=5a22a24544e0def99da19bee173e7f11)

[numero=18895&anchor=5725073&pd=5a22a24544e0def99da19bee173e7f11](https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18895&anchor=5725073&pd=5a22a24544e0def99da19bee173e7f11) . Acesso em: 05 dez. 2022.

SOUSA, Cesar Borges de. Hora de plantar. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1 jun. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/01/dinheiro/7.html> Acesso em: 04 maio 2022.

STEINBRUCH, Benjamin. Buscar a eficiência. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 jan. 2012. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19025&anchor=5745410&pd=2602c95ef246da81a5cf576d3ad4fb77> . Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Legítima defesa. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 mar. 2012. Disponível em: [https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19067&anchor=5751049&pd=f7547fc266a7c34e3a8011321b04e406)

[numero=19067&anchor=5751049&pd=f7547fc266a7c34e3a8011321b04e406](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19067&anchor=5751049&pd=f7547fc266a7c34e3a8011321b04e406) . Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Enquanto é tempo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 mar. 2012. Disponível em: [https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19081&anchor=5763678&pd=8e2a069353d12e0f104abbed5d34c5eb)

[numero=19081&anchor=5763678&pd=8e2a069353d12e0f104abbed5d34c5eb](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19081&anchor=5763678&pd=8e2a069353d12e0f104abbed5d34c5eb) . Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Obesidade. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 abr. 2012. Disponível em: [https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19095&anchor=5773483&pd=dab034036f18233db242a0f147e3712c)

[numero=19095&anchor=5773483&pd=dab034036f18233db242a0f147e3712c](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19095&anchor=5773483&pd=dab034036f18233db242a0f147e3712c) . Acesso em: 04 maio 2022.

TAVARES, Maria da Conceição. Futuro da Argentina é a volta ao passado. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 nov. 1993. Disponível em: [https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12235&anchor=4836892&pd=12ebb037c94470b9b634be80548cf6d7)

[numero=12235&anchor=4836892&pd=12ebb037c94470b9b634be80548cf6d7](https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=12235&anchor=4836892&pd=12ebb037c94470b9b634be80548cf6d7) Acesso em: 04 maio 2022.

VARGAS, Rodrigo. “Para ambientalista, todos são criminosos”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 jun. 2011. Disponível em: [https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?](https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=19091&anchor=5772441&pd=621683aada75707760501116ae796b56)

[numero=18783&anchor=5709133&pd=4917d9272837ba22af93cad230c47b79](https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/11/22/agropecuarias-invadem-plenario-da-assembly-legislativa-de-goias-e-fazem-com-que-nesso-seja-encerrada.ghtml) . Acesso em: 05 dez. 2022.

VAZ, Lúcio. Novo Código anistia multas dos doadores de 50 políticos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 dez. 2011. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/compartilhar.do?numero=18970&anchor=5737569&pd=689ba61c90804a30a722425cb70595d2> . Acesso em: 05 dez. 2022.

#### *b) Valor Econômico*

Agropecuarias invadem plenário da Assembleia Legislativa de Goiás contra votação de taxa sobre produtos. **Valor Econômico**. São Paulo, 22 nov 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/11/22/agropecuarias-invadem-plenario-da-assembly-legislativa-de-goias-e-fazem-com-que-nesso-seja-encerrada.ghtml> Acesso em: 29 dez. 2022.

ALMEIDA, Mansueto. O problema da indústria. **Valor Econômico**. São Paulo, 20 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-problema-da-industria.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. A cortina de fumaça da “desindustrialização”. **Valor Econômico**. São Paulo, 24 maio 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-cortina-de-fumaca-da-desindustrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Os desafios da (re)industrialização. **Valor Econômico**. São Paulo, 03 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/os-desafios-da-re-industrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desprotecionismo e desindustrialização. **Valor Econômico**. São Paulo, 29 mar. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/desprotecionismo-e-desindustrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

BUENO, Sérgio Ruck. Gerdau reforça discurso de ato contra a desindustrialização. **Valor Econômico**. São Paulo, 27 mar. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/03/27/gerdau-reforca-discurso-de-ato-contra-a-desindustrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

FILHO, Lauro Veiga. O campo mais digital. **Valor Inovação Brasil 2020 – Valor Econômico**. São Paulo, ano 6, n. 6, p. 90 – 92, set. 2020.

\_\_\_\_\_. O desafio de conectar as áreas remotas. **Especial Inovação – Valor Econômico**. São Paulo, p. 80 – 82, nov. 2020

FILHO, Naercio Menezes. Desindustrialização? **Valor Econômico**. São Paulo, 27 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2012/04/27/desindustrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

GIFFONI, Carlos. Centrais e empresários marcam manifestações contra desindustrialização. **Valor Econômico**. São Paulo, 27 fev. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/02/27/centrais-e-empresarios-marcam-manifestacoes-contra-desindustrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Alckmin e Kassab discutem desindustrialização com empresários e Força. **Valor Econômico**. São Paulo, 19 mar. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/03/19/alckmin-e-kassab-discutem-desindustrializacao-com-empresarios-e-forca.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Indústria e trabalhadores preparam 'manifestação dos 100 mil' em SP. **Valor Econômico**. São Paulo, 19 mar. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/03/19/industria-e-trabalhadores-preparam-manifestacao-dos-100-mil-em-sp.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Centrais se reúnem com Marco Maia para discutir desindustrialização. **Valor Econômico**. São Paulo, 27 mar. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/03/27/centrais-se-reunem-com-marco-maia-para-discutir-desindustrializacao.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Um dia após pacote, indústria pede novas medidas em ato em São Paulo. **Valor Econômico**. São Paulo, 04 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/04/04/um-dia-apos-pacote-industria-pede-novas-medidas-em-ato-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 04 maio 2022.

LAMUCCI, Sérgio. Brasil precisa de ajuste fiscal mesmo com baixo crescimento, diz FMI. **Valor Econômico**. São Paulo, 01 maio 2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/google/amp/brasil/noticia/2015/05/01/brasil-precisa-de-ajuste-fiscal-mesmo-com-baixo-crescimento-diz-fmi.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Commodities avançam na pauta exportadora. **Valor Econômico**. São Paulo, 17 maio 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/commodities-avancam-na-pauta-exportadora.ghtml> . Acesso em: 25 mar. 2022.

LOPES, Fernando. Fiesp alerta para a concentração de exportações. **Valor Econômico**. São Paulo, 21 out. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/10/21/fiesp-alerta-para-a-concentracao-das-exportacoes.ghtml> Acesso em: 13 ago. 2022.

MARTINS, Arícia. Para economistas, estratégia para salvar indústria está equivocada. **Valor Econômico**. São Paulo, 08 maio 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/05/08/para-economistas-estrategia-para-salvar-industria-esta-equivocada.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

MOREIRA, Assis. FMI recomenda ajuste fiscal de 6% nos países ricos. **Valor Econômico**. São Paulo, 15 mar. 2010. Disponível em: [https://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1529442-9356,00-FMI+RECOMENDA+AJUSTE+FISCAL+DE+NOS+PAISES+RICOS.html](https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1529442-9356,00-FMI+RECOMENDA+AJUSTE+FISCAL+DE+NOS+PAISES+RICOS.html) . Acesso em: 04 maio 2022

\_\_\_\_\_. Soja ganhou espaço nas exportações agrícolas globais no ano passado. **Valor Econômico**. São Paulo, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/coluna/soja-ganhou-espaco-nas-exportacoes-agricolas-globais-no-ano-passado.ghtml> . Acesso em: 06 out. 2019.

NASSIF, André. Contradições do ativismo keynesiano brasileiro. **Valor Econômico**. São Paulo, 20 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/contradicoes-do-ativismo-keynesiano-brasileiro.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

OLMOS, Marli. ABC decaí e vira símbolo da desindustrialização no país. **Valor Econômico**. São Paulo, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/coluna/abc-decai-e-vira-simbolo-da-desindustrializacao-no-pais.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

OREIRO, José Luis. Desindustrialização e a ortodoxia. **Valor Econômico**. São Paulo, 26 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/desindustrializacao-e-a-ortodoxia.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Câmbio valorizado decorre de uma decisão do governo. **Valor Econômico**. São Paulo, 02 maio 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/coluna/cambio-valorizado-decorre-de-uma-decisao-do-governo.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

RIBEIRO, Alex. O Brasil tem sido sortudo com presidentes. **Valor Econômico**. São Paulo, 02 maio 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/coluna/brasil-tem-sido-sortudo-com-presidentes.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

SCHWARTSMAN, Alexandre. Datafobia. **Valor Econômico**. São Paulo, 03 maio 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/datafobia.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

SOUZA, Marcos de Moura. Em Minas, empresários e trabalhadores se juntam em defesa da indústria. **Valor Econômico**. São Paulo, 12 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/04/12/em-minas-empresarios-e-trabalhadores-se-juntam-em-defesa-da-industria-1.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

TIAGO, Ediane. Falta ligar o pequeno e médio produtor: com ganhos na casa dos trilhões, a agricultura 4.0 avança entre os grandes, mas o salto produtivo virá quando alcançar os menores. **Valor Setorial Agronegócio**. São Paulo, p. 34 – 36, jul. 2020.

WALENDORFF, Rafael. MP do Agro é marco na modernização da política agrícola, diz CNA. **Valor Econômico**. 08 abr. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/04/08/mp-do-agro-marco-na-modernizacao-da-politica-agrcola-diz-cna.ghtml> . Acesso em: 27 maio 2021.

WATANABE, Marta. Importação em alta desestrutura setor têxtil. **Valor Econômico**. São Paulo, 15 fev. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/02/15/importacao-em-alta-desestrutura-setor-textil.ghtml> Acesso em: 04 maio 2022.

c) Outros jornais eletrônicos:

Abag: ‘MP do Agro confere mais segurança jurídica ao produtor’. **Canal Rural**. 02 out. 2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/abag-mp-do-agro-confere-mais-seguranca-juridica-ao-produtor/> Acesso em: 27 maio 2021.

Agronegócio é valorizado em campanha da Rede Globo. **G1**. 01 set. 2016. Disponível em: <http://glo.bo/2dO7BRA> . Acesso em: 13 ago. 2022.

ALVES, Raylton. ANA e Embrapa concluem levantamento sobre irrigação com pivôs centrais no Brasil. **ASCOM/ANA**. Brasília, 04 mar. 2015. Disponível em: [http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id\\_noticia=12669](http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=12669) . Acesso em: 05 dez. 2022.

AUGUSTO, Guilherme. FPA homenageia Presidente Bolsonaro com prêmio Moacir Micheletto. **Agência FPA**. Brasília, 06 dez. 2021. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/12/06/fpa-homenageia-presidente-bolsonaro-com-premio-moacir-micheletto/> . Acesso em: 05 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. FPA comemora os 10 anos do Código Florestal. **Agência FPA**. Brasília, 31 maio 2022. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2022/05/31/fpa-comemora-os-10-anos-do-codigo-florestal/> . Acesso em: 5 dez. 2022.



BASSI, Bruno Stankevicius e CASTILHO, Alceu Luís. Proprietários brasileiros têm 14% das terras paraguaias. **De Olho nos Ruralistas**. 06 nov. 2017. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/06/proprietarios-brasileiros-tem-14-das-terras-paraguaias/> Acesso em: 05 jun. 2021.

CÂMARA, José. 'Brasil em chamas': 57% do Pantanal foi queimado ao menos uma vez entre 1985 e 2020, aponta pesquisa. **G1**. 15 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/08/15/brasil-em-chamas-57percent-do-pantanal-foi-queimado-ao-menos-uma-vez-entre-1985-e-2020-aponta-pesquisa.ghtml> . Acesso em: 05 dez. 2022.

CARRANÇA, Thaís. Agrotóxico mais usado do Brasil está associado a 503 mortes infantis por ano, revela estudo. **BBC News Brasil**. São Paulo, 25 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57209799> . Acesso em: 25 ago. 2022.

CASTILHO, Alceu Luís. Entre deputados e senadores, ruralistas lideram dívidas à Previdência. **De Olho nos Ruralistas**. 12 jun. 2017. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/06/12/entre-deputados-e-senadores-ruralistas-lideram-dividas-previdencia/> . Acesso em: 05 dez. 2022.

DALLABRIDA, Poliana e FERNANDES, Sarah. Terras em 297 áreas indígenas estão cadastradas em nome de milhares de fazendeiros. **De Olho nos Ruralistas**. 27 out. 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/27/terras-em-297-areas-indigenas-estao-cadastradas-em-nome-de-milhares-de-fazendeiros/> . Acesso em: 15 mai. 2021.

DANTAS, Carolina. Levantamento da UFMG questiona tese do 'boi bombeiro' ao apontar que cidades com maior rebanho tiveram mais queimadas no Pantanal. **G1**. 20 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/pantanal/noticia/2020/10/20/levantamento-da-ufmg-questiona-tese-do-boi-bombeiro-ao-apontar-que-cidades-com-maior-rebanho-tiveram-mais-queimadas-no-pantanal.ghtml> . Acesso em: 05 dez. 2022.

DUARTE, Patrícia. O apetite dos estrangeiros por terra e petróleo. **O Globo**. Rio de Janeiro, 22 jun. 2008. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020080622> . Acesso em: 27 maio 2021.

Fazendas griladas pelos fundos de Havard e TIAA no Cerrado em chamas. **Grain**. 22 out. 2019. Disponível em: <https://grain.org/pt/article/6340-fazendas-griladas-pelos-fundos-de-havard-e-tiaa-no-cerrado-em-chamas> . Acesso em: 27 maio 2021.



FMI vê ajuste fiscal entre forças dominantes da economia. **Estado de São Paulo**. São Paulo, 14 set. 2011. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/fmi-ve-ajuste-fiscal-entre-forcas-dominantes-da-economia/> . Acesso em: 04 maio 2022.

FMI: Retomada do Brasil depende de ajuste fiscal, mas mais reformas são necessárias. **BBC News Brasil**. 12 maio 2015. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150511\\_relatorio\\_brasil\\_fmi\\_lgb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150511_relatorio_brasil_fmi_lgb) . Acesso em: 04 maio 2022.

GARCIA, Rafael. Soja contribuiu para 10% do desmatamento na América do Sul em 20 anos, mostra estudo. **O Globo**. 11 jun. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/um-so-planeta/soja-contribuiu-para-10-do-desmatamento-na-america-do-sul-em-20-anos-mostra-estudo-25054890> . Acesso em: 22 ago. 2021.

GIOVANAZ, Daniel. Raio X: onde estão os 3,9 milhões de hectares sob controle estrangeiro no Brasil. **Brasil de Fato**. 18 jan. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/18/raio-x-onde-estao-os-3-9-milhoes-de-hectares-sob-controle-estrangeiro-no-brasil> . Acesso em 27 maio 2021.

GRAIN. Brasil: pacto contra a biodiversidade e os territórios dos povos. **Grain**. 03 jul. 2019. Disponível em: <https://grain.org/e/6278> . Acesso em: 10 jun. 2021.

HARBALL, Elizabeth. Agronegócio é o maior responsável pelo desmatamento ilegal. **Scientific American Brasil**. 16 set. 2014. Disponível em: <https://sciam.com.br/agronegocio-e-o-maior-responsavel-pelo-desmatamento-ilegal/> . Acesso em: 10 jun. 2021.

História. **G1**. 28 out. 2021. <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/globo-rural/noticia/evolucao.ghtml> . Acesso em: 13 ago. 2022.

LANDGRAF, Lebna. Soja produzida no Matopiba representa 11% da produção nacional. **Embrapa**. Brasília, 27 abr. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/33775633/soja-produzida-no-matopiba-representa-11-da-producao-nacional> Acesso em: 03 nov. 2022.

MENEGASSI, Duda. Relatório expõe agronegócio como grande motor do desmatamento ilegal de florestas. **O Eco**. 20 maio 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/relatorio-expoe-agronegocio-como-grande-motor-do-desmatamento-ilegal-de-florestas/> . Acesso em: 10 jun. 2021.

Mesmo com a economia em crise, a agropecuária avança no Brasil. **G1**. 11 jun. 2016. Disponível em <http://glo.bo/1U1Nt8N> . Acesso em: 13 ago. 2022.

Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1**. 22 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml> . Acesso em 05 dez. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os limites do novo Censo Agropecuário. **Correio da Cidadania**. 10 fev. 2010. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/meio-ambiente/4312-10-02-2010-os-limites-do-novo-censo-agropecuário> Acesso em: 01 jul. 2021.

OLIVEIRA, Eliane. Dependência do Brasil em relação aos chineses quintuplicou. **O Globo**. Rio de Janeiro, 14 out. 2012. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020121014> . Acesso em: 13 ago. 2022.

PAES, Caio de Freitas. BTG e XP estão a serviço de estrangeiros suspeitos de compra ilegal de terras. **Pública – Agência de Jornalismo Investigativo**. 26 maio 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/05/btg-e-xp-estao-a-servico-de-estrangeiros-suspeitos-de-compra-ilegal-de-terras/#investidores-bilion%C3%A1rios-dos-Estados-Unidos> . Acesso em: 27 maio 2021.

PEDROSA NETO, Cícero. Um “velho oeste” na Amazônia. **Amazônia Real**. 23 set. 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/um-velho-oeste-na-amazonia/> . Acesso em: 05 dez. 2022.

PERES, João. Novo Código Florestal atende a indústrias e libera ‘deserto verde’. **Rede Brasil Atual**. 23 set. 2011. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/entrevista-codigo-florestal-denuncia-crime-e-impede-devastacao/> . Acesso em: 05 dez. 2022.

RAMOS, Vanessa. Política agrária do governo Lula valorizou agronegócio. **Página do MST**. 07 jan. 2011. Disponível em: <https://mst.org.br/2011/01/07/politica-agraria-do-governo-lula-valorizou-o-agronegocio/> Acesso em: 04 maio 2022.

Recorde de queimadas no Pantanal em 2020. **Revista Pesquisa Fapesp**. Out. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/recorde-de-queimadas-no-pantanal-em-2020/> . Acesso em 05 dez. 2022.

SIQUEIRA, Carol. Sancionada lei com regras para compensação da Lei Kandir aos estados. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 05 jan. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/719786-sancionada-lei-com-regras-para-compensacao-da-lei-kandir-aos-estados/> Acesso em: 04 maio 2022.

SNA homenageia Globo por campanha ‘Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo’. **SNA NEWS**. Rio de Janeiro, 31 jan. 2017. Disponível em: <http://sna.agr.br/sna-homenageia-globo-por-campanha-agro-e-tech-agro-e-pop-agro-e-tudo/> . Acesso em: 13 ago 2022.

TUSHWOL, Maurício. Grupo de seis empresas controla mercado global de transgênicos. **Repórter Brasil**. 12 nov. 2013. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2013/11/grupo-de-seis-empresas-controla-mercado-global-de-transgenicos-2/> Acesso em: 13 ago. 2022.

Vídeo sobre consumo de carne leva Bradesco a divulgar carta ao agro. **Globo Rural**. 24 dez. 2021. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Empresas-e-Negocios/noticia/2021/12/video-sobre-consumo-de-carne-leva-bradesco-divulgar-carta-ao-agro.html> . Acesso em: 05 dez. 2022.

VIVAS, Esther. Monsanto, a semente do diabo. **Público**, 29 maio 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/531843-monsanto-a-semente-do-diabo> . Acesso em: 10 jun. 2021.

## 2. Vídeos

AGRICULTURA familiar é Agro. S.I.: Rede Globo, 2017. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://youtu.be/CIZdsmH9K1c>. Acesso em: 13 ago. 2022.

AGRICULTURA familiar produz quase metade do milho, frango e leite no Brasil. S.I.: Rede Globo, 2021. 1 vídeo (1 min), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-9863703-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

AGRICULTURA orgânica triplicou nos últimos 10 anos. S.I.: Rede Globo, 2021. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-10044296-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

AGRO está presente em todas as horas do dia. S.I.: Rede Globo, 2021. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-9564835-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

AGRO é quem planta, irriga, colhe e vende o que produz. S.I.: Rede Globo, 2021. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-9564835-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

[brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-10131691-id](https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-10131691-id) . Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL tem 15 milhões de pessoas trabalhando no campo. S.I.: Rede Globo, 2020. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-8778474-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL é um dos maiores produtores de energia renovável do mundo. S.I.: Rede Globo, 2021. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-9182845-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL tem a agricultura mais avançada da faixa tropical. S.I.: Rede Globo, 2021. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-9821110-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

COOPERATIVA é agro. S.I.: Rede Globo, 2020. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-8665419-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

DA MESA às roupas: produtos do agronegócio possuem diferentes usos. S.I.: Rede Globo, 2020. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-8630853-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

DE OLHO no futuro e também mantendo tradições, agronegócio é formado por gente. S.I.: Rede Globo, 2022. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-10579175-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

DRONES, robôs e máquinas: tecnologia se expande no campo e aumenta a produtividade do agro. S.I.: Rede Globo, 2020. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-8820392-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

O AGRO é a diversidade das lavouras e das técnicas. S.I.: Rede Globo, 2022. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/>

[playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-10629727-id](https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-10629727-id) . Acesso em: 13 ago. 2022.

PRODUÇÃO sustentável é Agro. S.I.: Rede Globo, 2020. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-8704503-id> . Acesso em: 13 ago. 2022.

PRODUÇÃO familiar é compromisso e solidariedade. S.I.: Rede Globo, 2020. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-9106805-id>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SINDAG. **Comunicação e Agronegócio**: Roberto Schmidt – Dir. Plan. Marketing Globo. Canela: YouTube, 2017. 1 vídeo (49 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=twUHRsX0rj8&t=2550s> . Acesso em: 13 ago. 2022.

### 3. Legislações, projetos de lei e documentos do Congresso Nacional

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Ato da Mesa n. 69, de 10 de novembro de 2005. Cria o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados. **Ato da Mesa**. Brasília, DF, 10 nov. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html> . Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Projeto de Lei nº 6227, de 14 de outubro de 2009. Institui o Código Ambiental Brasileiro, estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, definindo os bens que pretende proteger e criando os instrumentos para essa proteção. **Projeto de Lei**. Brasília, DF, 16 out. 2009. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegracodteor=703191&filename=Tramitacao-PL%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegracodteor=703191&filename=Tramitacao-PL%201876/1999) . Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei nº 1876, de 1999. Requerimento nº 72, de 01 de março de 2010. Requer a realização de Audiência Pública para discutir e debater o Código Florestal. **Requerimento**. Brasília, DF, 01 de mar. 2010. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegracodteor=738008&filename=Tramitacao-PL%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegracodteor=738008&filename=Tramitacao-PL%201876/1999) . Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Parecer do relator deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados. **Parecer**. Brasília, DF, 08 jun. 2010. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegracodteor=777725&filename=Tramitacao-PL%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegracodteor=777725&filename=Tramitacao-PL%201876/1999) . Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Emenda de Plenário nº 164 de 2011**. Brasília, DF, 24 maio 2011. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegracodteor=872216&filename=EMP%20164/2011%20PL187699%20=%3E%20PL%201876/1999](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegracodteor=872216&filename=EMP%20164/2011%20PL187699%20=%3E%20PL%201876/1999) . Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 dez. 2003.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação da prestação de contas – Eleições 2014**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/prestacao-de-contas-eleicoes-2014/divulgacao-da-prestacao-de-contas-eleicoes-2014> . Acesso em: 23 maio 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário da Câmara dos Deputados**. Ano LI, n. 158. Brasília, 28 ago. 1996.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1876, de 19 de outubro de 1999. Dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e dá outras providências. **Projeto de Lei**. Brasília, DF, 19 out. 1999.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5226, de 14 de maio de 2009. Dispõe sobre a proteção das florestas e outras formas de vegetação, e dá outras providências. **Projeto de Lei**. Brasília, DF, 28 maio 2009. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegracodteor=656436&filename=PL%205226/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegracodteor=656436&filename=PL%205226/2009) . Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano Brasil Maior: 2011/2014**. Brasília, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Relatório Final da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir**. Brasília: Senado Federal, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Regimento interno da Câmara dos Deputados**: aprovado pela Resolução n. 17 de 1989 e alterado até a Resolução n. 27, de 2018. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

#### 4. Demais documentos

ABAG. **Relatório de atividades 2017**: Resumo das principais ações desenvolvidas no ano pela entidade que representa e congrega todas as cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/relatorio-de-atividades-2018-FINAL-min.pdf> Acesso em: 13 ago. 2022.

ABAG. **Publicação Comemorativa dos 20 anos da ABAG**, 2013. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Caderno-20-anos-reviso%CC%83es-grafica-min.pdf> Acesso em: 13 ago. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Desempenho da indústria no mundo**. Ano 5, n° 1, Dez 2021.

CONSELHO Indigenista Missionário. **Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil: dados de 2019. Relatório**. Brasília: CNBB, 2020.

GRUPO BANCO MUNDIAL. Retomando o caminho para a inclusão, o crescimento e a sustentabilidade: relatório N°:101431-BR. **Brasil – Diagnóstico sistemático de país**. Maio, 2016.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019

\_\_\_\_\_. Pesquisas agropecuárias/IBGE, Coordenação de Agropecuária. **Série Relatórios Metodológicos** – vol. 6. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

\_\_\_\_\_. **Contas de ecossistemas**: o uso da terra nos biomas brasileiros: 2000-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

PAEG - **Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966**. Documentos EPEA - n° 1, Rio de Janeiro, 1964.